

número 52
ano 26
2018

Economia Feminista

revista dos pós-graduandos em ciências sociais
IFCH - Unicamp



temáticas

Publicação semestral dos alunos de Pós-Graduação em Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas

ISSN 1413-2486 / e-ISSN 2595-315X

Conselho Editorial Nacional

Adalberto Paranhos (UFU)
André Kaysel Velasco e Cruz (UNICAMP)
Antonio Silveira Brasil Junior (UFRJ)
Carla Cecília Rodrigues Almeida (UEM)
Edson Silva de Farias (UnB)
Emil Albert Sobottka (PUCRS)
Euzenica Carlos (UFES)
Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCar)
Felipe Milanez Pereira (UFRB)
Flávia Lessa de Barros (UnB)
Frederico N. R. de Almeida (UNICAMP)
João Marcelo Ehler Maia (FGV)
Leandro de Oliveira Galastri (UNESP)
Líliã Moritz Schwarcz (USP)

Conselho Editorial Internacional

Alejandro Raúl Blanco (Universidad
Nacional de Quilmes, Argentina)
Isabel Maria Casimiro (Universidade
Eduardo Mondlane, Moçambique)
Pedro Meira Monteiro (Princeton
University, EUA)

Diretor

Alvaro Gabriel Bianchi Mendez

Diretor Associado

Roberto Luiz do Carmo

Organização do Dossiê

Fabiana Sanches Grecco, Juliane da Costa
Furno e Marilane Oliveira Teixeira

Coordenação geral de Pós-Graduação

Michel Nicolau Netto

Coordenação de Doutorado em Ciências Sociais

Isadora Lins França

Coordenação de Pós-Graduação em Ciência Política

Andréa Marcondes de Freitas

Coordenação de Pós- Graduação em Sociologia

Mário Augusto Medeiros da Silva

Coordenação de Pós- Graduação em Filosofia

Márcio Augusto D. Custódio

Luciana Aparecida Aliaga de Oliveira (UFPB)
Luís Alexandre Fuccille (UNESP)
Luiz Gustavo da Cunha de Souza (UFSC)
Luiz Henrique Passador (UNIFESP)
Maíra Machado Bichir (UNILA)
Manuela Carneiro da Cunha (USP)
Maria Arminda do Nascimento Arruda (USP)
Mário Augusto Medeiros da
Silva (UNICAMP)
Michel Nicolau Netto (UNICAMP)
Rogério Proença Leite (UFS)
Sabrina Areco (UNICAMP)
Samira Feldman Marzochi (UFSCar)
Thiago Aparecido Trindade (UnB)

Comitê Editorial

Adriana Cattai Pismel (UNICAMP)
Antônio Marcos Santos (UNICAMP)
Enrico Paternostro Bueno (UNICAMP)
Flávia X. M. Paniz (UNICAMP)
Jonatan Jackson Sacramento (UNICAMP)
Kelly Cristina de M. Camargo (UNICAMP)
Maria Caroline M. Tresoldi (UNICAMP)
Sydney Melo (UNICAMP)

Produção Editorial e Divulgação

Setor de Publicações do IFCH/Unicamp

Capa

Saulo Marzochi

Coordenação de Pós- Graduação em História

Patrícia Dalcanale Meneses

Coordenação de Pós-Graduação em Demografia

Luciana Correia Alves

Coordenação de Pós-Graduação em Antropologia Social

Nashieli C. Rangel Loera

Coordenação de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade

Lúcia da Costa Ferreira

Coordenação de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Andrei Koerner

Fabiana Sanches Grecco
Juliane da Costa Furno
Marilane Oliveira Teixeira

DOSSIÊ
ECONOMIA FEMINISTA



temáticas

revista dos pós-graduandos em ciências sociais
ano 26, nº 52, 2018 - IFCH/UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecário: Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Temáticas : revista dos pós-graduandos em ciências sociais /
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. vol. 1, n.1. (1993 -). Campinas, SP :
UNICAMP/IFCH, 1993 -

v.26, n.52, 2018
Semestral
ISSN - 2595-315X (versão on-line)

1. Economia feminista. 2. Patriarcado. 3. Feminismo. 4.
Reprodução social. 5. Androcentrismo. I. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. II. Título.

CDD - 339.30

DOSSIÊ
ECONOMIA FEMINISTA

SUMÁRIO

Dossiê - Economia Feminista

Carta dos Editores 09

Apresentação

Por uma ciência econômica feminista

Fabiana Sanches Grecco, Juliane da Costa Furno

e Marilane Oliveira Teixeira

11

Homenagem

Diálogos difíceis... Violência contra a mulher

- estruturante do modelo de exploração e acumulação

Marielle Franco

23

Tradução

A economia feminista: um panorama

sobre o conceito de reprodução

Cristina Carrasco Bengoa

31

Tradução

Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho

Antonella Picchio

69

O viés androcêntrico da ciência econômica e as

críticas feministas ao homo economicus

Fabiana Sanches Grecco

105

A economia feminista e a crítica ao paradigma

econômico predominante

Marilane Oliveira Teixeira

135

Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social <i>Isabelle Hillenkamp e Mirian Nobre</i>	167
Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres <i>Renata Faleiros Camargo Moreno</i>	195
Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro <i>Eugenia Trancoso Leone e Luciana Portilho</i>	227
Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal <i>Thaís de Souza Lapa</i>	247
Além do econômico: reflexões sobre os significados do Xitiki, uma prática informal de poupança e crédito rotativo de Maputo, Moçambique <i>Catarina Casimiro Trindade</i>	285
“Gênero e desigualdades: desafios da democracia no Brasil”, de Flávia Biroli <i>Bianca Briguglio</i>	309
A emergência do capitalismo e as mulheres - uma crítica feminista marxista <i>Priscila Von Dietrich e Cecília Severo</i>	315

CARTA DOS EDITORES

Novos ares sopram na revista *temáticas*! A edição de número 52 da revista de pós-graduandos em ciências sociais do IFCH – UNICAMP traz consigo não apenas um novo dossiê, brindando a tradição do periódico; como também, a marca de uma nova gestão editorial, voluntária e coletiva, que angaria esforços desde o primeiro semestre de 2017.

Naquela ocasião, o atual grupo de editores se reuniu para dar início ao processo de reestruturação da revista, que compreendia a renovação do Conselho Editorial; a adequação dos critérios de publicação da revista para indexação em portais de divulgação científica (tarefa que está sendo realizada com êxito); o aprimoramento do processo de recebimento e seleção de artigos; a adoção da Plataforma OJS; e a seleção pública de novos dossiês – entre eles, o dossiê “Economia Feminista”, apresentado nesta edição¹. Tudo isto para tornar a *temáticas* uma revista mais forte no cenário da divulgação científica especializada em ciências sociais sem, no entanto, perder seu caráter de periódico criado para veiculação da produção discente de pós-graduação do país (mas não só).

Nesse mesmo período de tempo, conseguimos reestabelecer a periodicidade da revista, fazendo com que, em 2018, fossem publicados os dossiês referentes aos anos de 2016² e 2017³, e os dois números do ano. Conseguimos também reunir – por duas vezes, e em volumes cada vez maiores – propostas de pesquisadores interessados em publicar seus dossiês nesta revista. Assim, o primeiro processo de seleção pública de dossiês rendeu os dois volumes do ano de 2018 e o primeiro do ano de

¹ Os outros dossiês são: “Infâncias rurais: diálogos interdisciplinares” (n. 51, publicado em 2018) e “O Ciclo Petista: reflexões a partir das ciências sociais” (n. 53, em preparação para ser publicado ainda no primeiro semestre de 2019).

² “Entre greves, ocupações e golpes: o Brasil de 2016” (*Temáticas*, n. 47/48).

³ “Dinâmicas migratórias haitianas no Brasil: desafios e contribuições” (*Temáticas*, n. 49/50).

2019. Já a segunda seleção nos trouxe os dossiês que serão publicados no segundo semestre de 2019⁴ e nos dois de 2020⁵. Mudanças tímidas, mas que refletem o novo comprometimento do trabalho coletivo discente realizado não apenas pelos membros do comitê editorial da *temáticas*, como por todas e todos aqueles que, de alguma forma, acreditam na revista – autores, organizadores de dossiê, pareceristas, trabalhadores técnicos e administrativos (a quem devemos agradecimentos públicos).

Esperamos que os/as leitores possam aproveitar essa nova fase. Que os novos ares continuem e que possam nos brindar ainda mais com melhorias e novidades.

Os/as editores/as.

⁴ “A Construção Social do Ódio” (*Temáticas*, n. 54).

⁵ “Práticas médicas e terapêuticas na América” (*Temáticas*, n. 55, 1º semestre de 2020) e “Militares em Perspectiva” (*Temáticas*, n. 56, 2º semestre de 2020).

APRESENTAÇÃO

POR UMA CIÊNCIA ECONÔMICA FEMINISTA

Fabiana Sanchez Grecco
(Doutoranda em Ciência Política – Unicamp)

Juliane da Costa Furno
(Doutoranda em Desenvolvimento Econômico – Unicamp)

Marilane Oliveira Teixeira
(Doutora em Desenvolvimento Econômico – Unicamp)

A Economia Feminista é um campo de estudos da Ciência Econômica e uma abordagem política que orienta diversos grupos feministas. A sua construção é fruto da imbricação entre a produção acadêmica e as lutas feministas e é desenvolvida tanto nos centros de estudos e pesquisas como nos espaços de atuação política feminista: *Organizações Não Governamentais* (ONGs), movimentos sociais e associações de mulheres trabalhadoras.

A consolidação acadêmica desse campo pode ser verificada a partir da década de 1990, com a formação da *International Association For Feminist Economics* (IAFFE) e do periódico *Feminist Economics*, além de uma série de livros, como “*Beyond Economic man: feminist theory and economics*”, organizado por Marianne Ferber e Julie Nelson (*University of Chicago Press*, 1993); “*Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*”, organizado por Cristina Carrasco (*Icaria editorial*, 1999); e outros mais recentes, como “*Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*”, também organizado por Carrasco (*La Oveja Roja*, 2014). Apesar dessa consolidação acadêmica ser relativamente recente, os trabalhos das

economistas feministas se iniciaram em meados dos anos 1970, como as pesquisas de Barbara Bergmann (1973), e contribuições à Ciência Econômica com perspectivas que podem ser consideradas feministas são encontradas desde o século XIX, como os trabalhos de Barbara Bodichon e Ada Heather-Bigg, como demonstra Michèle Pujol (1992).

Na Economia Feminista, no entanto, se aglutinam propostas e enfoques diversos. Muitas autoras estabelecem diálogos, por exemplo, com a economia marxista, com a economia ecologista ou com feminismos antirracistas, pós-coloniais, decoloniais e pós-modernos. Algumas correntes estão mais inclinadas à prática política do que à elaboração teórica. A Economia Feminista é, portanto, tão plural quanto as perspectivas feministas podem ser. Algumas autoras, como Amaia Pérez Orozco (2005), inclusive pensam tal pluralidade por meio da separação entre “economias feministas conciliatórias”, que não rompem com lógicas mercantis de produção de conhecimento, e “economias feministas rupturistas”, em que - ao analisar a experiência das mulheres - não ocultam “*as mulheres cujas vozes têm menor espaço em um contexto de hegemonia ocidental na produção do conhecimento*” (Pérez Orozco, 2005, p. 53). Nessas definições sobre o que a Economia Feminista abarca, as “economias de gênero” seriam aquelas que apenas incorporariam os estudos de gênero aos paradigmas econômicos existentes, bastante diferente da construção de novos métodos e rupturas de paradigmas que as economistas feministas propõem fazer (Pérez Orozco, 2005 e Antonella Picchio, 2012).

De um modo geral, as análises produzidas pelas economistas feministas travam uma crítica contundente contra as teorias econômicas predominantes do *mainstream*, denominadas de ortodoxas. Nessa crítica, sua colaboração mais importante é justamente a afirmação do ponto de vista feminista (*feminist standpoint*) na ciência (Harding, 1987). A importância da teoria feminista, no geral, e da Economia Feminista, em particular, está assim, exatamente em seu ponto de vista político, o que torna a ciência mais objetiva e menos negligente (Ferber e Nelson, 1993; Harding, 1987, 1992 e 1995). É com a busca de mais objetividade na Ciência Econômica que a Economia Feminista denuncia a falsa neutralidade científica que está ancorada em um olhar androcêntrico (Carrasco, 2006; England, 1993).

Considerando essas distinções, no espaço acadêmico brasileiro a economia feminista ainda é pouco difundida, sobretudo a sua vertente rupturista. Contudo, no que se refere à organização política, a abrangência da Economia Feminista no país é significativa. A partir do final da década de 1990, diversos grupos feministas que se preocupam com o enfrentamento às investidas neoliberais e com a valorização das práticas econômicas que se diferenciam e se distanciam das práticas tipicamente capitalistas, abriram espaço para esses debates por meio da Economia Feminista. Nesse cenário destacam-se as ONGs *Sempreviva Organização Feminista* (SOF), em São Paulo/SP; a *Casa da Mulher do Nordeste* (CMN), em Recife/PE; e a *Guayí – Democracia, Participação e Solidariedade*, em Porto Alegre/RS. Destacam-se nesse cenário, também, a *Rede de Economia Solidária e Feminista* (RESF Nacional), a *Rede de Economia e Feminismo* (REF), a *Rede Latino-Americana de Mulheres Transformando a Economia* (REMTE) e a *Marcha Mundial de Mulheres* (MMM). Além de promoverem ações, debates e formações políticas focadas nas teses da Economia Feminista, essas organizações também são responsáveis pela maior parte do conteúdo bibliográfico sobre o tema, com destaque para os *Cadernos Sempreviva* da SOF. Nesse espectro, mencionamos também o *SOS Corpo - Instituto Feminista para Democracia* que se coloca num campo que coincide com a economia feminista ao identificar uma base material nas relações sociais de sexo.

Dentro do arcabouço teórico que a Economia Feminista enfrenta encontram-se as correntes neoclássicas ou marginalistas, para as quais o processo de valorização do capital é compreendido de acordo com o grau da utilidade do produto e relacionado com a maximização da satisfação dos interesses dos indivíduos. Nisso, tanto os processos de trabalho como as relações sociais embutidas nesses processos são relegadas a segundo plano. Interessa, para esta concepção, o raciocínio matemático e os interesses dos indivíduos supostamente sem gênero, idade e origem. Por meio desse ponto de vista, portanto, é impossível não negligenciar os trabalhos que não seguem as regras gerais da extração de mais-valia, que são separados e hierarquizados socialmente.

Dentre as críticas mais salientes encontra-se a perspectiva da família e dos papéis desempenhados socialmente por homens e mulheres no interior dela. Para os neoclássicos, as famílias seriam unidades econômicas que atuariam com a racionalidade própria do *homo economicus*, de modo a maximizar seus ganhos e sua utilidade. Assim, nessa acepção, as famílias escolheriam racionalmente por uma divisão sexual do trabalho, com motivos puramente econômicos. Afinal, é mais vantajoso que as mulheres sejam encarregadas do trabalho doméstico e de cuidados ao invés de ser compartilhado de forma igual com o conjunto da sociedade. Esse olhar sob as famílias e as relações de gênero retira a história como parte da análise, assim como suprime a análise secular das desigualdades de gênero, racionalizando comportamentos que precisam ser compreendidos não de forma individual, senão que inseridos em uma dada sociedade que tem características patriarcais.

A crítica à teoria econômica, entretanto, não se restringe - apenas - à teoria neoclássica ou predominante nas Escolas de Economia. Há alguns pontos de crítica também ao marxismo, especialmente a uma corrente de análise que se vale da centralidade nas relações classistas, de forma desvinculada de outras relações sociais, como as relações de gênero, de raça e de sexualidade.

Do ponto de vista epistemológico e metodológico, a crítica principal é a de que tais teorias ortodoxas ou neoclássicas consideram como atividade econômica apenas a produção de bens e serviços realizados no mercado mediante circulação monetária. Ou seja, consideram em suas análises apenas aquilo que tem valor de troca mercantil. Do mesmo modo, estas teorias predominantes se interessam apenas pelo conjunto de trabalhos considerados produtivos, que geram valor. Com isto, a reprodução social - que envolve os trabalhos que se ocupam da reprodução da vida, como os trabalhos domésticos e de cuidados - são relegados ao conjunto de trabalhos improdutivos ou não mercantis e tendem a ser invisibilizados e negligenciados. Oculta-se, dessa forma, as relações entre produção e reprodução social, desconsiderando que para haver produção capitalista é necessário a reprodução da principal mercadoria do sistema capitalista: a força de trabalho.

É dentro dessa compreensão que identificamos que o trabalho doméstico realizado de forma gratuita e naturalizada pelas mulheres no interior dos domicílios têm valor econômico e, portanto, deve ser objeto de análise das ciências econômicas. Ter valor econômico, no entanto, não significa ter valor monetário. O trabalho doméstico tem valor econômico na medida em que ele cria as condições para que outros seres humanos vendam, cotidianamente, a sua força de trabalho. Embora ele contribua como parte necessária da acumulação geral de capital, a sua invisibilização teórica e política, o impede de figurar nas estatísticas da contabilidade nacional, por exemplo, como no cálculo do PIB e entre outras variáveis. Além disso, o trabalho doméstico, ao ser realizado gratuitamente pelas mulheres, gera aumento da mais-valia global do sistema capitalista, na medida em que as mulheres realizam sem qualquer remuneração esse conjunto de tarefas essenciais à reprodução da vida, de forma que nem o Estado nem o mercado precise se preocupar com essa necessidade, além de contribuir – por meio de uma inserção precária nas mulheres na divisão social do trabalho – para rebaixar o salário dos trabalhadores na ativa entendendo o salário como o rendimento suficiente para reprodução da própria força de trabalho.

Nesse sentido, o que a economia feminista propõe, em linhas gerais, é uma análise crítica e uma ampliação do que se entende como econômico e outras categorias analíticas importantes circunscritas a essa ciência, por exemplo, a própria definição de trabalho. Isto é, as economistas feministas não propõem uma simples junção das análises de gênero às teorias predominantes, mas pretendem uma teoria em que as próprias ferramentas analíticas sejam reinventadas.

Assim, o propósito da organização deste dossiê é evidenciar que a Economia Feminista não conforma uma mera vinculação dos estudos sobre as relações entre os gêneros e as teorias, métodos e fórmulas já consolidadas na ciência econômica, e sim se constitui em um campo de estudos forjado por grupos feministas no interior dessa ciência. Em síntese, as teóricas da Economia Feminista elaboram teorias, métodos e fórmulas que alcançam a reprodução social e não apenas a produção de bens e serviços.

Este dossiê, portanto, ganha demasiada importância em um contexto acadêmico e político de irrompimento de novas questões e de novos problemas de pesquisa. A Economia Feminista, desse ponto de vista, se apresenta como uma importante ferramenta com potencial de contribuir nos principais debates, tanto no âmbito do movimento social de mulheres como no debate acadêmico. Além disso, o conjunto de textos aqui apresentados adquire relevância marcante na medida em que o debate sobre a Economia Feminista já é uma realidade em afirmação em vários países e já tem sido utilizada por movimentos de mulheres, no entanto, sem figurar como um debate pungente nas Universidades brasileiras.

É nesse sentido que inauguramos este dossiê temático com a transcrição de uma fala de **Marielle Franco**, no seminário “*Diálogos difíceis, diálogos possíveis: questões contemporâneas dos feminismos*”, realizado na cidade do Rio de Janeiro entre 28 e 30 de março de 2017. Marielle Franco foi uma socióloga brasileira, vereadora da cidade do Rio de Janeiro e brutalmente assassinada no dia 14 de março de 2018, por crime político. A fala de Marielle Franco vai ao encontro do tema deste dossiê na medida em que expõe a sua perspectiva de um feminismo que seja pautado na vida cotidiana e pela defesa de políticas públicas que considerem as condições materiais de existência das mulheres negras e pobres brasileiras. Publicamos esse texto em homenagem à sua trajetória de luta em defesa dos direitos humanos, com respeito e solidariedade à sua família.

Publicamos, também, duas relevantes traduções. A primeira delas é um texto de **Antonella Picchio**, traduzido para a língua portuguesa por **Maria Fernanda Cardoso de Melo**, **Daniela Salomão Gorayeb**, **Juliana de Paula Filleti**, **Olivia Bullio Mattos** e **Georgia Christ Sarris**, publicado neste dossiê com o título “*Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho*”. O artigo corresponde ao quinto capítulo do livro “*Social Reproduction: The Political Economy of the Labour Market*”, de Picchio, publicado em 1992 pela *Cambridge University Press*. Passados 26 anos desde a publicação, o texto reproduzido neste dossiê é de extrema relevância na medida em que a análise de Picchio permanece atual e uma referência importante para a Economia Feminista e para os estudos sobre trabalhos domésticos e de cuidados, porque nele a autora especifica a relação

entre produção e reprodução. A partir de uma análise estatística sobre a distribuição do trabalho doméstico entre mulheres e homens na Itália e na França do final da década de 1980; de confrontar de forma veemente os pressupostos neoclássicos, especialmente a visão da família presente nas obras de Gary Becker; de questionar o potencial político das mulheres trabalhadoras apenas relacionado ao assalariamento, neutralizando o trabalho doméstico; e de abordar o Estado como a instituição que regula o arranjo entre o processo de acumulação e o processo de reprodução social, a autora argumenta que o trabalho doméstico seria o elo na relação entre a produção e a reprodução que sustenta o processo de acumulação de capital.

Embora a apreciação estatística de Picchio possa estar defasada para o momento atual, há argumentos relevantes, por exemplo, de que para o casamento aumentaria o tempo de trabalho doméstico das mulheres - e aumentaria de acordo com o aumento da família -, em relação às mulheres solteiras; e diminuiria o tempo de trabalho doméstico dos homens, em relação aos homens solteiros. Além da dupla jornada ser compreendida como um fenômeno feminino. No entanto, a relevância maior do texto de Picchio está em sua análise sobre a dimensão capitalista do trabalho doméstico ao questionar as dimensões de valor-trabalho e uso do tempo, compreender o papel do Estado na relação entre produção e reprodução e indicar as mulheres como sujeito político capaz de organizar lutas, em amplitude internacional, por melhores condições de vida e de trabalho.

A outra tradução publicada no presente dossiê é um texto recente escrito por **Cristina Carrasco**, traduzido para a língua portuguesa por **Luiza Mançano Gomes** e **Maria Júlia A. G. Montero**. O texto de Carrasco “*A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução*”, publicado originalmente na *Revista Ekonomiaz*, em 2017, apresenta e atualiza os debates mais atuais elaborados pelas economistas feministas. Partindo do ponto de vista da reprodução social, Carrasco recupera a forma como alguns pensadores predominantes na Ciência Econômica elaboraram os esquemas reprodutivos, passando por diversas formulações que encaminham a ideia central de seu trabalho de que há uma insustentabilidade no sistema socioeconômico atual, diante da qual seria

necessário estabelecer uma ruptura com a atual visão de mercado para uma perspectiva que coloque no centro a vida humana.

Além das duas importantes traduções, o dossiê conta com outros sete artigos. Percorrendo o debate teórico da Economia Feminista, **Marilane Oliveira Teixeira**, no artigo “*A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante*”, discute a construção de um novo marco conceitual para a disciplina da economia tendo como referência a insatisfação crescente das economistas, pesquisadoras e feministas com a abordagem da economia dominante. A autora aborda as várias vertentes com foco na sustentabilidade da vida humana, por se constituir em um instrumento valioso de análise que permite uma crítica global ao sistema capitalista e à economia de mercado e, por isso, foi mais rapidamente incorporada pelos movimentos feministas que questionam o liberalismo econômico e a globalização.

Já **Fabiana Sanches Grecco**, no artigo “*O viés androcêntrico da Ciência Econômica e as críticas feministas ao homo economicus*”, aborda a noção de *homo economicus* na Ciência Econômica por meio da denúncia das economistas feministas de que essa ciência seria centrada em um viés androcêntrico. Ao percorrer a concepção de indivíduo (egoísta, maximizador de lucro, interessado exclusivamente no mercado, calculista e racional) em diferentes abordagens da economia, a autora apresenta as críticas feministas que indicam profundas reformulações na produção do conhecimento, por meio de um viés feminista que considerem valores extra-mercadoológicos como as emoções, a solidariedade, a reciprocidade.

A dimensão política da Economia Feminista, no Brasil, é evidenciada por **Isabelle Hillenkamp** e **Miriam Nobre** em “*Agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira: contribuição para o debate sobre reprodução social*”. Nesse artigo, as autoras apresentam os resultados de uma pesquisa-ação realizada junto a uma rede de mulheres agricultoras do município de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira (SP), apoiada pela ONG feminista SOF, no âmbito de um projeto de promoção da agroecologia. As autoras contextualizam as relações sociais avistadas no Vale do Ribeira: a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e a agroecologia feminista. A partir dessa pesquisa, as autoras destacam que a agroecologia se define por um projeto

político amplo e que uma abordagem feminista que afirme os propósitos de autonomia e sustentabilidade exigiria uma dupla transformação – das relações com a natureza e das relações de gênero.

No mesmo âmbito, o artigo de **Renata Faleiros Camargo Moreno**, “*Economia Feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres*”, apresenta e teoriza sobre a economia feminista a partir da perspectiva da luta política das mulheres organizadas. Renata Moreno apresenta a trajetória de organização das mulheres na *Marcha Mundial de Mulheres* (MMM) e - ao apresentar suas metodologias de formação, seus valores solidários e suas lutas cotidianas de conquista/ ampliação de direitos coletivos - demonstra que a economia feminista, além de uma análise teórica, é uma ferramenta de ação. Ao realizar esse levantamento a autora demonstra que, no Brasil, o tema da Economia Feminista rompe os muros das Universidades a partir do momento em que ele se apresenta como um instrumento real de organização e atuação política do movimento de mulheres.

Olhando para configurações do mercado de trabalho brasileiro, **Eugenia Troncoso Leone** e **Luciana Portilho**, no artigo “*Inserção de mulheres e homens com nível superior de escolaridade no mercado de trabalho brasileiro*” apresentam um panorama da desigualdade de rendimentos entre homens e mulheres em profissões de nível superior no ano de 2013. A problemática desvendada pelas autoras revela que, embora as ocupações que exigem ensino superior, no Brasil, são as que auferem os maiores rendimentos, mesmo as mulheres sendo em torno de 50% dos ocupados, ainda sim o salário médio delas é demasiadamente inferior aos dos homens. Aqui expressa-se mais uma contradição da divisão sexual do trabalho: quanto mais qualificadas são as mulheres, mais aumenta o fosso salarial delas em relação aos homens, o que pode ser explicado pela segregação ocupacional no mercado de trabalho, na qual mulheres - embora sejam a maioria no ensino superior - migram para aquelas ocupações tipicamente “femininas”, tais como o trabalho de cuidados e a educação. Não à toa, essas são as atividades produtivas de menor salário médio na sociedade brasileira, o que reforça - no agregado - a desigualdade salarial.

Ampliando o debate sobre o Brasil para uma dimensão global, **Thaís de Souza Lapa**, no artigo “*Divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal*”, apresenta uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho sob a ordem neoliberal e seus efeitos na indústria. A partir da análise do uso estratégico de força de trabalho feminina em cadeias globais de produção, a autora reafirma a tese de que o gênero é um elemento chave na globalização em sua nova fase de acumulação neoliberal. Lapa chama atenção para a análise das condições de trabalho de mulheres em países periféricos, rumo aos quais empresas externalizam sua produção e em que o uso do trabalho feminino se dá em manufaturas nas pontas das cadeias globais, por meio de terceirizações.

Já **Catarina Casimiro Trindade**, no artigo “*Além do económico: reflexões sobre os significados do xitiki, uma prática informal de poupança de Maputo, Moçambique*”, apresenta as “*Associações de Poupança e Crédito Rotativo*” (ROSCAs) - práticas financeiras informais, fora de instituições bancárias - e o *xitiki*, que é um tipo dessas práticas, difundida especialmente entre as mulheres, em Moçambique. A autora apresenta as dimensões não capitalistas dessas práticas, trazendo elementos sobre os significados atribuído ao *xitiki*, que incluem, entre outras, redes de parentesco, vizinhança, a comunidade religiosa, associações locais e grupos informais de poupança.

Além das duas traduções e dos seis artigos acima apresentados, o dossiê conta, também, com duas resenhas de livros importantes que dialogam com o tema aqui proposto. **Bianca Briguglio** analisou o livro “*Gênero e Desigualdades: Desafios da Democracia no Brasil*”, de **Flávia Biroli**, publicado em 2018 pela Editora Boitempo, em que são abordados os temas participação política, divisão sexual do trabalho, os trabalhos de cuidado e responsabilidades, família e da maternidade, aborto, sexualidade e autonomia. Já **Priscila von Dietrich** e **Cecília Severo** analisaram o livro “*Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*”, de **Silvia Federici**, publicado pela Editora Elefante, em 2017, em que Federici aborda a perseguição aos hereges, a questão da acumulação primitiva e a relação com o trabalho e a degradação da vida das mulheres e a questão da

domesticação do corpo rebelde e a colonização como mecanismos que se reinventam a cada crise e expansão do capital.

Para concluir, aproveitamos para agradecer a todas as autoras, tradutoras, editoras, revisoras e pareceristas que contribuíram para a construção deste dossiê e ressaltamos a importância desta publicação na construção acadêmica desse campo de estudos feministas no Brasil, contando com publicações de textos de importantes pesquisadoras da área. Cabe destacar também, os limites desse dossiê em problematizar de modo insuficiente as dimensões étnicas e raciais, especialmente considerando as especificidades das imbricações das relações sociais de poder no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERGMANN, Barbara. “The Economics of Women’s Liberation”. In: “Successful Women in the Sciences”. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 208 (March): 154-60, 1973.
- CARRASCO, Cristina. “La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía”. In: VARA, María Jesús (ed.). “*Estudios sobre género y economía*”. Madrid: Akal, 2006.
- ENGLAND, Paula. “The separative self: androcentric bias in neoclassical assumptions”. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- HARDING, Sandra. “Conclusion: Epistemological Questions”. In: HARDING, Sandra (ed.). “*Feminism & Methodology: Social Science Issues*”. Indiana University Press/Open University Press, pp. 181-190, 1987.

- HARDING, Sandra. "Rethinking Standpoint Epistemology: What is 'Strong Objectivity'". In: Linda Alcoff e Elizabeth Potter (eds). "Feminist Epistemologies". New York: Routledge, 1992.
- HARDING, Sandra. "Can feminist thought make economics more objective?". *Feminist Economics*, 1:1, 7-32, 1995.
- PÉREZ OROZCO, Amaia. "Economía del género y economía feminista ¿Conciliación o ruptura?". *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*. Caracas, Vol. 10 - N° 24, 2005.
- PICCHIO, Antonella. "A Economia Política e a Pesquisa Sobre as Condições de Vida". In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. "Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia". São Paulo: SOF, Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 2012.
- PUJOL, Michèle. "Feminism and anti-feminism in early economic thought". London: Edward Elgar, 1992.

DIÁLOGOS DIFÍCEIS... VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – ESTRUTURANTE DO MODELO DE EXPLORAÇÃO E ACUMULAÇÃO¹

*Marielle Franco*²

Obrigada pelo convite, mais uma vez. O quantas das vezes que nos encontramos eu fico feliz; que a gente consiga permanecer assim: na luta, na rua, mesmo nos seminários, na reflexão para além do nosso mês. Bárbara, professora querida, do lugar da luta dos Direitos Humanos. Eu também queria começar por aí: quando se traz o debate da justiça restaurativa – e hoje temos de se pensar [enquanto] feminista antipunitivista, ou feminista não acreditando no processo de encarceramento em massa que está colocado – é um grande desafio. Só um parêntese antes: me desculpem pelo atraso, mas na Câmara o horário de plenária é até 18h; ainda saí um pouco antes para garantir de estar aqui, refletindo, debatendo. Tem logo depois a mesa, também, sobre a parte de Economia que eu quero tentar acompanhar pelo menos um pouco, porque ainda tenho uma outra agenda. Porque o nosso desafio

¹ A presente fala trata-se da transcrição literal da apresentação de Marielle Franco no seminário *Diálogos difíceis, diálogos possíveis: questões contemporâneas dos feminismos*, promovido Instituto Equit entre os dias 28 e 30 de março de 2017. Por se tratar de uma fala no âmbito de um seminário, o texto passou por um processo mínimo de edição de forma a deixa-lo mais compreensível aos leitores. A revista agradece a família da expositora e ao instituto por autorizarem a reprodução da fala, e ao professor doutor Felipe Milanez Pereira (UFBA), pela indicação da mesma. Transcrição feita por Adriana Pismel, Enrico Paternostro Bueno da Silva e Jonatan Sacramento.

² Marielle Francisco da Silva, foi uma socióloga, feminista e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Foi assassinada a tiros junto com o motorista Anderson Pedro Mathias Gomes no dia 14 de março de 2018.

hoje, do meu ponto de vista, é a gente trazer a pauta – principalmente do que me compõe, enquanto origem da favela, enquanto mãe hoje de adolescente, mas eu fui mãe na adolescência, enquanto uma perspectiva que não pode se furtar do lugar da política pública, da propositura das políticas públicas ou da fiscalização dessas políticas públicas, do lugar de vereança hoje –, é um feminismo que, inclusive a Sandra Quintela falou muito e eu aprendi isso, um feminismo que seja pautado na vida cotidiana. Que a gente... como Bárbara falou aqui, que cada mulher seja uma história e que a gente consiga compreender os meandros disso, que pro campo dos Direitos Humanos muitas das vezes ele é colocado, infelizmente, como o dado frio, a dita estatística, e menos a especificidade de cada história. Então hoje eu tenho buscado – até porque a minha experiência da vida política, a experiência concreta, vindo da Maré, de um lugar do pré-vestibular, onde o acesso à educação ele tem um lugar importante pra mim, eu sou professora de Sociologia, do acesso à educação –, acrescido da relação com a pauta dos Direitos Humanos, do que é tão fundamental, e mais do que isso, entendendo o debate dos Direitos Humanos na relação com a centralidade, na verdade, com o debate sobre feminismo. E aí nas atualizações do século XXI, eu vejo aqui a juventude também, de um feminismo que, pra mim, está recolocado. Pra mim ele está atualizado quando eu penso nele enquanto feminismo negro, pelas especificidades de nós, mulheres negras, e dessa vida dessa mulher negra. Por que que eu estou tentando juntar isso? Porque passa não só pela minha vida, mas pelos elementos que a gente tem trabalhado no mandato, pelo que eu venho tentando me debruçar, de tempo de leitura. A gente está, em pleno século XXI, ameaçado quanto a vários direitos. E o tempo todo que a gente grita, as pessoas nos acusam de vitimizar, ou, para dizer a linguagem da juventude, de ser “mimimi”, desqualificando as nossas pautas. Então quando a Bárbara, na parte que eu peguei e estava tentando terminar aqui as anotações, fala desse lugar da mediação e da justiça restaurativa e de um novo paradigma da perspectiva do Estado – porque pelo o que eu entendi, você não está propondo o diálogo entre o agressor e a vítima; é de como o Estado, de como quem media, de como quem está ali, faz essa mediação. Porque nisso tem sentido, nisso a gente tem possibilidade de intervenção.

Como é que você media com alguém com arma, com uma faca... que diálogo é esse numa perspectiva desigual? E aí me lembra muito, quantas das vezes, em termos de Comissão de Direitos Humanos, nós fomos questionados por abrir algum canal de diálogo, inclusive com policiais vítimas, por exemplo. E aí eu sempre trago, eu gosto dessas histórias reais, a primeira mulher, ou melhor, o primeiro policial – porque na verdade eles chamam de “fem”, a corporação Polícia Militar chama as policiais femininas de fem, e a cada hora que fala, que eu lidava com isso, me dava náuseas porque só me lembrava de fêmea; por mais que tenha feminino, mas o lugar do trato como é tão agressivo, violento, tão masculinizado, por ora, pelo menos para mim, sempre rememorou a coisa do macho e da fêmea, nessa contraposição dual mesmo, porque eles se colocam como o macho alfa dominante em todas as situações. E o primeiro policial, a primeira policial a dar baixa, digamos assim, a morrer nesse projeto da Unidade de Polícia Pacificadora que começou em 2008, e a gente vê eles em algumas etapas, é uma policial feminina, mulher, negra. A Áurea. Que é colocada por essa política dita, entre aspas, de segurança, de um processo cada vez mais de insegurança, que cada vez mais vitima as mulheres, enfim, as e os favelados. Ela era uma mulher negra num contêiner. Porque foi, inclusive, a história em linhas gerais, inclusive indicado que a UPP sofreria um ataque porque coloca esses policiais num lugar, num território onde o debate da segurança não é colocado nem para eles mesmos. Mônica está aqui, do Borel, e quantas vezes que nós fomos receber denúncias de violações, inclusive, desses policiais. Mas voltando, o quanto que, no geral, e aí nós defensores, nós ativistas, eu digo operadores do Direito, porque eu sou da Sociologia, mas cada vez mais, seja por esse lugar onde a justiça restaurativa não é bem vista, cada vez mais um debate de uma justiça punitiva, de um Estado penal que é colocado, e a gente precisa se apropriar dessa fala, desse discurso, desse lugar, do *modus operandi*. Eu tenho falado com alguns alunos e com a juventude, e eu queria fazer essa pergunta aqui: em quanto tempo, se alguém desaparecer, a gente tem de fazer o registro? [Platéia responde diferentes respostas] Pois é, isso caiu. Nem 24 e nem 48. De imediato. É óbvio que tem todo um tempo, ainda mais frente à greve da Polícia Civil, que vai chegar lá e vão falar “volta amanhã porque seu

marido deve ter saído do trabalho e foi beber um pouquinho”. Então você vai dar queixa com 3 horas. Mas por que eu trago isso? A gente tem uns imaginários e tem algumas coisas que acabam nos incutindo, enquanto operador desse lugar do Direito, que acaba que nós somos formadores de opinião, as pessoas ligam, perguntam, que é importante de ser dito. Quais são as listas, por exemplo, de delegacias especializadas de atendimento à mulher para o caso dessa mulher sendo vítima? Com todas as críticas que a gente precisa fazer. Com toda ineficiência, com todo o atendimento com homens. Mas a mulher foi vítima de agressão, a gente não vai encaminhar para o processo de atendimento? Então alguns elementos eu acho que a gente vai precisar avançar, ou melhor, nos fortalecer para não retroceder, em tempo em que tem um senso comum de que “mas a delegacia não presta, mas todos os policiais tem que morrer”. Que é para polemizar mesmo, é pra pensar e aí eu estou tentando dialogar com Bárbara, para abrir daqui a pouco, dessa relação de que se fala o tempo todo: que eu sou defensora dos direitos humanos, que sou defensora dos bandidos. Vão falar o tempo todo que eu sou feminista e vão botar meus peitos de fora. Infelizmente. Mesmo num tempo em que a gente está num processo, principalmente nos últimos 5 anos, porque né, temos essas feministas históricas aqui e sabemos que nós estamos na rua, não tem nenhum tipo de novidade nos atos unitários de 2013 pra cá. Eu acho que isso, eu faço sempre questão de falar, principalmente nas atividades do PSOL, que tem uma juventude que se chegou e que vê o partido, e eu fico muito feliz com isso, como algo de viabilizar esse debate de gênero, das diversas identidades de gênero, com todas as questões que nós já tínhamos, e nós tivemos muitas dificuldades de fazer atos unitários. Mas eu acompanho ato unitário. e não de uma unidade que tem uma centralidade, que tem uma pauta única, mas de nós mulheres estarmos nas ruas pelo menos, desde 2007. Então a gente está há 10 anos cumprindo um papel de estar na rua no oito de março, no 25 de julho, no 25 de novembro. Mesmo que fosse só uma atividade carioca, mesmo que fosse uma caminhada pequena, mesmo que fosse uma intervenção, uma esquete, de estar pautando essa disputa da política, essa disputa desse imaginário e não de uma naturalização de como é isso: “o feminismo é o contrário do machismo”, “o [ativista de] direitos

humanos é defensor de bandido”. Então, nesse sentido é que eu fico pensando nesse tempo de retrocesso do processo democrático que não olha as mulheres como desigual nem no princípio constitucional. É surreal a gente ter chefes do legislativo, como tem o Rodrigo Maia, que vem falar “você mulheres não queriam tanto igualdade? Então toma aí igualdade”, não analisando e não se apropriando inclusive de dados que nós questionamos, mas que estão aí notificados. Pega, mais ou menos, seis milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos no total do IBGE: 92% são mulheres, 61% são mulheres negras. Logo nós mulheres negras estamos na base dessa pirâmide recebendo 70%. Então que igualdade é essa colocada agora no processo de retirada de direitos? Na hora de olhar, de vermos como processo igual, oportunidade de emprego, viabilidade financeira e econômica para essa mulher rompa com um ciclo de violência e tenha autonomia da sua vida, da sua família, não é visto. Agora, é surreal nos verem de maneira igual nesse período. É tratar como igual quem é o desigual, um princípio claramente constitucional para gente avançar para além da reivindicação das nossas pautas. Para fazer um paralelo, para além do ‘mimimi’, que óbvio não é ‘mimimi’, mas a gente tem buscado e aí refletido no dado e sobre o debate sobre narrativa, os nossos dois projetos legislativos (PL) iniciais: um fala sobre se é legal tem que ser real, que é o dos casos de aborto garantido em lei desde 1940. Toda hora que eu faço questão de falar sobre o PL, de falar do acesso dessas mulheres que já tem duplo, triplo sofrimento, a mulher que foi vítima de estupro para dizer o mais... Mesmo assim, eu ouvi de um padre esses dias “mas mesmo assim, Marielle, nós somos contra”. Eu ouvi direto de um padre “mesmo assim nós somos contra” e eu disse “pois é, mas a vida é da mulher, né? Essa mulher vai ser sobrecarregada. Essa mulher tem o direito de escolher sobre sua vida. Eu estou falando de política de Estado, padre”. Mas a gente vai ter que disputar esse imaginário e que muitas das vezes – isso é coisa de rede social enquanto século XXI – a gente vai precisar avançar para sair desse lugar comum, onde tem muitas mulheres questionando o PL, infelizmente. É só olhar agora a história da ADPF; nós estamos acompanhando o preceito que o PSOL entrou à nível federal, mais um processo que a gente sai lá na frente, que a gente é vanguarda mesmo.

A Luciana Boiteux foi a coprefeita e a Luciana Genro foi uma das meninas, uma das advogadas que assinam, e mais duas mulheres da ANIS São Paulo. O quanto que para avançar nesse debate, o quanto que a gente está disputando imaginário. E antes de nós, a sociedade civil – e é um convite mesmo às organizações da sociedade civil com relação às mulheres de entrar, de acordo com seu CNPJ e uma formulação, com um *amicus curiae*, como parte para intervir nesse processo. Porque o PSC – sabe o partido social, socialista, cristão, alguma coisa assim, que é do peixinho... A gente tá transmitindo ou está só gravando? Então, aquele do dito Marcio Pacheco, que fala que não tem caso de legalidade nos casos de aborto. [Está] no Código Penal desde quarenta. É surreal. Então em que medida a gente vai precisar, e aí eu tenho muito acordo com a Bárbara nessa perspectiva de diálogo, do quanto que a gente precisa buscar nessas relações, mas principalmente falando do meu lugar hoje, uma intervenção com mão forte, puxando mesmo, para a gente nos ajudar a resistir e sair de uma naturalização, ou de um senso comum que tá colocado, de quantos corpos de mulheres tem ficado no chão para falar: na favela, nas doenças psicossociais, nas penitenciárias, no aumento da população feminina carcerária de mais de 500%, nas mulheres vítimas de suicídio, nas mulheres sub-representadas nas casas legislativas, nas mulheres negras tidas como a mulher negra forte e boa de cama que pode ser a mulher que é mais vítima de mortalidade materna, porque tem uma naturalização “porque você é muito forte, você vai aguentar né, você vai ter o seu filho de parto natural né, imagina”, “mulher parideira”. Isso não é brincadeira ou senso comum, eu ouvi na porta da maternidade Maria Amélia, onde uma menina negra deu a luz na porta da maternidade. Não foi aqui na porta do [?], talvez tenhamos médicas e enfermeiras aqui. Foi na porta de uma maternidade que uma mulher negra ouviu isso, de uma naturalização, mais um processo de objetificação com relação aos nossos corpos. Então para mim está cada vez mais colocado que nessa luta para a gente se firmar o processo democrático passa por a gente bloquear e fazer frente a temas que talvez... imagina se a gente, eu na minha perspectiva, ia estar falando sobre leis trabalhistas em pleno 2017, em pleno século XXI. Então a gente tem sim ainda muito que disputar a ampliação do discurso, do conceito sobre

Direitos Humanos e que nesse discurso, nesse conceito, nós consigamos pautar também o lugar de um feminismo que é de uma vida cotidiana e que se pauta na especificidade dessa mulher que não sabe e fica com o filho, se volta para o marido, que não tem autonomia financeira, que não tem oportunidade de trabalho e que não vê na luta, digamos, mais clássica – nessa perspectiva de buscar hoje o que está colocado nas instituições – a sua forma de organização. A gente fez um seminário de mulheres do PSOL no sábado e o tempo todo se falava do quanto a gente precisa estar mais nas favelas, no interior, na construção dessa vida cotidiana e essa é uma das pautas centrais onde a gente tem organizado o mandato, como o debate, ainda, sobre o direito a creche; o debate, ainda, sobre as feiras artesanais de empreendedoras que possam ser viabilizadas pelo Estado, pelo município. Enfim, questões que possam dar um processo autônomo para além do processo conceitual do que está colocado até aqui. Para mim passa pela luta de Direitos Humanos e de um feminismo que é de dia-a-dia. E a gente coloca o mandato, o PSOL, a gente na Comissão da Mulher, à disposição para travar essa disputa muitas vezes conceitual, mas para travar essa disputa da luta cotidiana na prática. É isso, obrigada.

(...)

Bom, a maioria das perguntas foi mais voltada para a Bárbara. E eu acho que é importante a gente buscar aprofundamento e compreensão melhor sobre esse tema. O que eu diria, sob a perspectiva de Direitos Humanos no que tange a alguém que pensa hoje numa redução do Estado penal, é na gente pensar novas formas. Por mais que isso incomode, por mais que isso seja contraditório com o que está colocado. Porque, considerando que as relações não são unilaterais, e que as relações domiciliares muitas vezes não passem por mediação e não passem por esse lugar comum, a gente precisa pensar qual é a política voltada para esses processos de novas amplitudes e de novas possibilidades de mediação. Aí não sei se passa pelo debate da justiça restaurativa, se passa por um lugar antipunitivista, mas no meu ponto de vista passa por a gente ampliar o debate de Direitos Humanos e incluir nesse tema central a pauta do feminismo. Para que a gente possa, a partir daí, entender a linguagem da juventude, a linguagem dos coletivos, a linguagem das feministas do “bonde da hashtag”,

que costumo falar, *versus* as feministas históricas... E sim, tem um ganho; quando eu olho para a galera do grêmio da minha filha, eu não tenho dúvida que elas têm uma outra postura, outra perspectiva, não naturalizam. Então é preciso também compreender esse lugar, essas historicidades que você mesmo trouxe. Porque senão parece que está descolado, parece que a gente tem uma atualização ou uma novidade como se nós não estivéssemos na rua, como se a gente não tivesse pensado num partido nosso só. A gente tem a partidA hoje, com suas princípíAs³. O quanto que a gente luta para estar num outro lugar de organização, o quanto a gente tem partido de esquerda reverberando o debate de gênero, como se fosse agora o “novo”. E esse lugar que fala sobre conceitos – e mais do que conceitos, que está disputando esse feminismo real –: economia do cuidado? Elas estão pensando no empreendedorismo. [Temos que] pensar nesse lugar do Capital, que aí acho que é fala para a próxima mesa; do quanto que esse debate econômico nos pauta e nos limita, quando a gente pensa a relação com a violência. E, Ana, a Frente pelo Desencarceramento, fui dando uma olhada aqui: tem gente da equipe acompanhando, tem a Maira Fernandes amanhã na mesa, tem a Júlia, tem uma galera nossa que quer pensar esses 500% da população carcerária que aumentou de mulheres. E essa contradição da fila do [penitenciária feminina] Nelson Hungria ser uma e a fila do [penitenciária Alfredo Tranjan] Bangu 2 ser outra. Quem são as mulheres? Quem é essa população carcerária? E aí, de novo: são mulheres negras, mulheres pobres, mulheres faveladas, mulheres da periferia. E esse é um tema que, para mim, passa por esse feminismo que é a disputa pela ampliação do conceito de Direitos Humanos. Obrigada, e coloco o mandato à disposição.

³ A “PartidA” se refere a um movimento dedicado ao impulsionamento de candidatas feministas a cargos públicos, travando diálogo com diversas organizações e partidos de esquerda. As grafias “PartidA” e “PrincípíAs” obedecem à forma como o próprio movimento se apresenta publicamente, através de suas redes sociais.

A ECONOMIA FEMINISTA: UM PANORAMA SOBRE O CONCEITO DE REPRODUÇÃO¹

Cristina Carrasco Bengoa
Universidade de Barcelona

*Tradução: Luíza Mançano Gomes (Unicamp)²
e Maria Júlia A. G. Montero (PUC-SP)³*

Revisão: Maria Fernanda A. G. Montero (PUC-SP)⁴

Resumo: Tendo como fio condutor a ideia de reprodução, o artigo segue o caminho dos principais debates, desafios e problemas que têm movimentado conceitualmente a economia feminista, desde a discussão sobre o trabalho doméstico até a ideia mais recente de sustentabilidade da vida. Iniciamos com uma crítica aos esquemas reprodutivos elaborados por algumas escolas econômicas, seguindo com a recuperação do trabalho doméstico, os esquemas produção-reprodução, a ideia de reprodução social e o conceito de sustentabilidade da vida. Termina com um epílogo, em que se afirma a necessidade de diálogo entre as diferentes economias que estão alinhadas com o mesmo objetivo de sustentabilidade da vida.

Palavras-chave: economia feminista; reprodução; sustentabilidade da vida.

¹ O artigo original, *La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción*, está publicado em castelhano na revista *Ekonomia: Revista vasca de Economía*, número 91 (I-2017), pp. 50-75, e as obras que dele derivam serão administradas conforme a licença Creative Commons (Atribuição-NãoComercial-SemDerivações-SemDerivados-CC-BY-NC-ND), exceto quando autorizado e nas condições estabelecidas pelo proprietário dos direitos.

² Tradutora, bacharela em Letras pela Universidade de São Paulo e estudante de mestrado do programa de Teoria e História Literária do IEL./Unicamp.

³ Bacharela em Letras pela Universidade de São Paulo, mestra em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP.

⁴ Doutora em Educação: História, Política, Sociedade pela PUC-SP.

FEMINIST ECONOMICS. A LOOK AT THE CONCEPT OF REPRODUCTION

Abstract: Taking as a thread the idea of reproduction, the article follows the itinerary of the main debates, challenges, and problems that have conceptually displaced feminist economics from the discussion on domestic work to the most recent idea of sustainability of life. It begins with a critique of reproductive schemes developed by some schools in economics, continues with the recovery of domestic work, production-reproduction schemes, the idea of social reproduction and the concept of sustainability of life. It ends with an epilogue where arises the need for dialogue between economies that are for the same objective of sustainability of life.

Keywords: feminist economics; reproduction; sustainability of life

1. INTRODUÇÃO

A economia feminista tem uma premissa clara: não nos agrada a realidade socioeconômica e, portanto, desejamos alterá-la⁵. No entanto, qualquer proposta de mudança social requer, primeiro, um conhecimento do funcionamento da realidade que se deseja transformar, para poder averiguar os problemas mais relevantes, os mecanismos mais adequados e as alianças necessárias que façam com que seja possível experimentar o início dessa transformação rumo aos objetivos propostos.

Ao longo do caminho percorrido nas últimas décadas, a economia feminista se caracterizou por propor rupturas com uma série de conceitos definidos a partir da economia oficial dominante; rupturas que não respondem a uma inquietação conceitual, mas sim a um posicionamento político: faz tempo que aprendemos que a definição e, portanto, a utilização que se faz de determinados conceitos não é neutra, mas apresenta uma grande tendência androcêntrica. Assim, debatemos e reconceituamos os termos trabalho, produção, tempo, cuidados, bem-estar, dependência, reprodução, só para nomear alguns.

⁵A economia feminista não é um pensamento único. Mas este não é o espaço para debater suas diferentes concepções – que podem ser conferidas em Pérez Orozco (2006a). Neste texto, falarei desde a perspectiva com que me identifico, conhecida como economia feminista da ruptura.

Me pareceu interessante, então, fazer um panorama conceitual da economia feminista, tomando como fio condutor a ideia de reprodução⁶. Realizar a análise a partir dessa perspectiva responde à potencialidade analítica do conceito, já que possibilita identificar e refletir sobre os diferentes elementos dos quais depende a continuidade de uma sociedade e o bem-estar de sua população. O interesse deste panorama é fundamentalmente político: dar visibilidade aos trabalhos realizados pelas mulheres junto aos processos de despossessão ao qual foram submetidos, resgatar sua relevância humana e social, e romper com uma história de marginalização e esquecimento.

Nesse percurso, a economia feminista foi se deslocando conceitual e politicamente da discussão sobre o trabalho doméstico para a ideia mais recente de sustentabilidade da vida, ambos conceitos debatidos com mais intensidade nos movimentos sociais e sindicais do que na academia – conceitos, portanto, com uma forte carga política. Os primeiros debates buscavam um reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O conceito de sustentabilidade da vida – além de exigir um maior estudo e discussão – nos coloca a necessidade de perfilar quais são as economias próximas, que ao menos em princípio mantêm o mesmo objetivo que a economia feminista, para tentar construir diálogos e ações conjuntas – necessários se desejamos uma transformação social rumo a uma sociedade mais igualitária e melhor para se viver.

Sou consciente da dificuldade do foco planejado, porque, apesar da potencialidade analítica do conceito de reprodução (social) – herdado originalmente dos pensadores clássicos –, ele foi formulado e reformulado continuamente a partir de diferentes perspectivas, o que o transforma em

⁶ Há dez anos publiquei, em um livro coordenado por Maria Jesús Vara (2006), um capítulo intitulado “A economia feminista: uma aposta por outra economia”, no qual realizava um panorama dos diferentes temas tratados até esse momento pela economia feminista. Nessa oportunidade, poderia ter continuado tal panorama através dos avanços realizados durante a última década, mas me pareceu mais importante mudar o foco. A perspectiva adotada neste texto não é necessariamente cronológica, simplesmente porque as rupturas conceituais e o desenvolvimento do conhecimento nunca o são, e não podem sê-lo: os conceitos e as ideias surgem, se superam, retrocedem, avançam, etc.

uma ideia confusa ao não responder a um significado claro. Por outro lado, essa é uma dificuldade compreensível, já que representa um tema complexo que implica diferentes aspectos e/ou âmbitos: recursos naturais, trabalhos diversos, aspectos biológicos, educativos e/ou sanitários, elementos materiais, subjetivos, de relações, ideológicos, de poder etc.

O artigo se desenvolve em cinco pontos e um epílogo. Início o panorama recuperando os esquemas reprodutivos elaborados por alguns pensadores clássicos e continuados pela escola *sraffiana* durante o século XX. Utilizo o termo herança contaminada porque o conceito de reprodução desses pensadores esconde todo o trabalho realizado fora do mercado, necessário precisamente para a reprodução social. O segundo ponto intitula-se espólio, porque trata dos debates dos anos sessenta e setenta, em que fundamentalmente se denuncia e visibiliza o espólio que o sistema econômico realiza do trabalho doméstico, considerado um trabalho de mulheres. O terceiro ponto trata do conflito, com *maiuscula*, *capital-vida*, ao qual se chega desde o conceito de reprodução social, que inclui o trabalho dos cuidados. O último ponto, ruptura e sustentabilidade, por um lado mostra a insustentabilidade do sistema socioeconômico atual, e por outro lado propõe uma ruptura, mudando o objetivo do lucro para a centralidade da vida. O artigo se encerra com um epílogo, não incluído no itinerário da economia feminista, já que ainda está por ser escrito. Tratam-se dos diálogos que devem ser estabelecidos entre as distintas perspectivas que pretendem construir um mundo melhor para se viver, que inclua toda a população mundial.

2. OS ANTECEDENTES: UMA HERANÇA CONTAMINADA⁷

O enfoque reprodutivo na economia é muito antigo. A ideia original se encontra no *Tableau Economique* de Quesnay, quem – baseando-se em seus conhecimentos de medicina – em 1758 descreve a economia como

⁷ Neste ponto, realizarei somente umas brevíssimas considerações das escolas clássica e *sraffiana* no que se refere aos aspectos que nos interessam sobre sua ideia de reprodução. Claramente, não é objetivo deste artigo analisar e discutir profundamente todas as afirmações dos referidos pensamentos no terreno da economia, nem mesmo seu conceito de reprodução.

fluxos de bens e dinheiro, mostrando que o processo é contínuo porque reproduz suas próprias condições. De acordo com Pasinetti (1983), há duas ideias no esquema de Quesnay que se manifestam continuamente nos desenvolvimentos posteriores: a ideia de excedente e a ideia de atividade econômica como processo circular que, além de produzir um excedente, reproduz os bens materiais consumidos durante o processo produtivo, para assim poder continuar a atividade durante o período seguinte. Nesse esquema podemos encontrar pela primeira vez uma identificação entre classes sociais e atividade econômica.

Posteriormente, economistas clássicos, fundamentalmente David Ricardo e Karl Marx, retomaram a ideia. Com sensatez e uma visão holística da realidade, enfocaram a análise econômica baseando-se em características reprodutivas, entendendo que os sistemas socioeconômicos – para poderem existir – precisam reproduzir suas próprias condições de reprodução. Esses autores discutiram as condições materiais para que um sistema social tivesse continuidade; se elas não existissem, a própria subsistência da comunidade estaria em perigo.

Ricardo considerou também a contribuição da natureza para os processos produtivos, afirmando que o crescimento econômico não era infinito devido à escassez de recursos naturais. Marx, ao desenvolver esquemas de reprodução simples e ampliada, que implica – este último – crescimento econômico, corroborou com a ideia de Ricardo, afirmando que o capitalismo acabaria se autodestruindo precisamente por ser um sistema destruidor da natureza. Mas foi ainda mais além e cunhou o conceito de metabolismo social, de acordo com o qual os bens de estoque⁸ e os fluxos de matéria e energia dos sistemas naturais se transformam em recursos naturais através de complexos processos que nos permitem finalmente utilizá-los para satisfazer nossas necessidades (Carrasco; Tello, 2011).

⁸ No original, *bienes fondo* (em inglês, “stock”). Entre os recursos naturais, se denominam “bens de estoque” aqueles que se esgotarão caso sejam utilizados de forma mais rápida do que sua taxa de reprodução. Optamos por utilizar esse termo no lugar de “recursos não renováveis” por aproximar-se mais dos conceitos utilizados nos debates teóricos mais recentes na área [N. do T.].

Em relação ao trabalho e à produção mercantil, Marx desenvolveu a ideia de mais-valia e de acumulação capitalista e especificou a necessidade de reproduzir a força de trabalho para poder repetir o processo de trabalho dia a dia, incluindo nesse processo a reprodução geracional. Dessa forma, estava afirmando que as condições de produção são também as de reprodução, reconhecendo ainda que os processos de reprodução integravam uma lógica de desigualdade e exploração. A reprodução do capital reproduz as condições políticas, sociais, institucionais e culturais que asseguram a desigualdade e permitem sua acumulação.⁹

Para Marx, a acumulação primitiva foi uma premissa para o surgimento do capitalismo, cujo funcionamento baseado na exploração permitiria continuar posteriormente com o processo de acumulação. Harvey (2004, 2012) sustenta que os processos de crise do sistema – ou como são resolvidas as crises – são verdadeiros processos de “acumulação primitiva” ou acumulação por despossessão (programas de ajustes estruturais, políticas de austeridade, etc.) cujas consequências são privatizações, reduções do setor público, diminuição dos salários e do emprego..., e um rápido empobrecimento brutal de uma parte importante da população.

Mas, em sua ideia de acumulação, Marx nunca considerou todo o trabalho realizado nos lares, basicamente pelas mulheres e absolutamente necessário para reproduzir a força de trabalho. Somente incluía os bens adquiridos no mercado e, portanto, a força de trabalho aparecia se autorreproduzindo automaticamente com o salário (Marx, 1976). Como consequência, o trabalho doméstico e de cuidados tampouco estava incluído em seu conceito de mais-valia. Dessa maneira, esse trabalho – que está fora do espaço mercantil – ficará invisível não somente aos olhos da sociedade, não somente no imaginário social, mas desaparecerá no processo de acumulação. A força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale oculta, assim,

⁹ Alguns autores afirmam que Marx não utilizou o conceito de reprodução social, conceito que teria sido concebido posteriormente para rebater uma ideia de reprodução ligada à economia ou ao capital que excluía a referência das práticas sociais (Dowbor, 1994).

uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua do capital.

Agora, só pode ser considerada uma enorme cegueira patriarcal o fato de que esses economistas – ilustrados, sensatos e estudiosos da realidade social e dos processos de reprodução e de acumulação – não consideraram em suas análises o trabalho doméstico e de cuidados, necessário para a subsistência dos trabalhadores e suas famílias. Smith reconhece a importância do trabalho realizado nas casas para a sobrevivência das crianças e a reprodução econômica familiar, mas não lhe outorga um caráter econômico. De fato, ele afirma que o trabalho das pessoas livres chega a ser mais barato que o realizado por escravos, já que os gastos de manutenção dos últimos ficam por conta do senhor; com isso, ele está reconhecendo o papel necessário do trabalho realizado nos lares (Smith, 1994).

Herdeiros dessa tradição clássica são os autores da chamada escola *sraffiana*, que tem seu desenvolvimento durante o século XX. O nome faz referência a Piero Sraffa, principal expoente de referida escola. O título da obra básica de Sraffa, *Produção de mercadorias por meio de mercadorias*, aponta claramente para onde se dirige sua análise: uma produção cíclica em que as mercadorias – mantendo certas proporções – podem ser *inputs* e *outputs* dos processos produtivos. No entanto, também o título já nos indica que sua preocupação estará centrada nas mercadorias, e não nos recursos provenientes da natureza, nem nos aspectos não mercantis necessários para reproduzir a força de trabalho, necessária, por sua vez, para a produção de mercadorias.

Posteriormente, outros economistas dessa escola, como Alfons Barceló, sustentarão uma ideia mais ampla de reprodução.

Postulamos que a reprodução das relações sociais de produção, junto com a de seus suportes humanos e os objetos úteis (meios de produção e bens de consumo) nos marcos de um meio natural também afetado por processos cíclicos análogos, constitui o conceito chave para alcançar uma representação científica dos fenômenos humanos e para elucidar em alguma medida sua estrutura e suas

tendências. Para descrever essas características, utilizaremos a expressão mais breve de *reprodução social*¹⁰ (Barceló, 1981, p. 43).

Essa definição reconhece que as sociedades humanas produzem e reproduzem suas condições materiais de existência a partir de sua relação metabólica com a natureza, considera que há uma relação transistêmica que transpassa as características históricas da formação social. No entanto, tampouco nessa análise encontramos uma consideração aos trabalhos que estão fora do âmbito do mercado, já que sua lei básica sustenta que *“Todo sistema econômico está (...) definido (...) pela noção de reprodução de homens e bens por meio de homens e bens com a ajuda (e subsequente modificação) dos recursos naturais”*¹¹ (Barceló, 1981, p. 57).

Como se pode observar, utiliza-se o genérico “homens”, que, mais adiante, se traduz em força de trabalho, mas sem discutir os termos e nem os requisitos para sua reprodução. Finalmente, é importante mencionar um aspecto que fica, no mínimo, diluído na chamada escola sraffiana, que é a exploração, tema que para Marx foi fundamental: uma relação social entre duas classes sociais. Nos modelos sraffianos, as desigualdades aparecem ao serem tratados os temas referentes à distribuição, mas não aparecem em termos de exploração.

Agora, é preciso reconhecer que esses economistas, ao contrário dos economistas neoclássicos preocupados com o equilíbrio do mercado, mantém a necessidade de pensar a economia a partir da perspectiva da reprodução. Um princípio que podemos considerar universal, no sentido de que remete a um aspecto elementar: se não há condições de reprodução, a sociedade não terá assegurada a sua continuação. A existência de uma sociedade depende das possibilidades que tenha de reproduzir sua população, os bens e serviços necessários para sua manutenção e os *inputs* necessários para reiniciar continuamente os processos de produção. Tudo isso, mantendo uma relação de ecodependência com a natureza, que resulte perdurável e universal a partir do ponto de vista dos recursos naturais e

¹⁰ Em cursiva no original.

¹¹ Em cursiva no original.

ambientais, que as gerações futuras herdarão. Uma sociedade incapaz de reproduzir suas próprias condições de reprodução está condenada – antes ou depois – a desaparecer.

Mas os processos de reprodução não necessariamente reproduzem o sistema de maneira idêntica a como existia antes do ciclo; de fato, nos esquemas de reprodução ampliada de Marx, o sistema já se modificava. De alguma maneira, os processos de reprodução ficam vinculados à dinâmica da luta e do conflito, o que não permite considerá-los em termos estáticos ou eternamente repetitivos. Os sistemas possuem elementos de estabilidade mas também elementos de mudança, de ruptura, o que impede que os entendamos de uma maneira mecanicista. Os sistemas econômicos – no nosso caso, o capitalismo – não são uma máquina, mas uma relação social e, como tal, estão sujeitos a contingência, conflitos e, em particular, às ações humanas, que atuam produzindo e reproduzindo sua vida econômica e social, modificando-se a si mesmas e a estrutura relacional em que estão imersas (Barceló, 1981; Arruza, 2016).

Definitivamente, com a formulação de suas teorias da reprodução, os pensadores clássicos e sraffianos contribuíram, por um lado, a estabelecer uma forma fértil de análise da economia, com uma determinada capacidade explicativa, mas por outro, a consolidar e legitimar uma visão patriarcal do que chamamos econômico, que marginaliza e invisibiliza o trabalho realizado basicamente pelas mulheres fora do mercado, absolutamente necessário para a manutenção da vida, a reprodução social e a acumulação capitalista. Não se trata de um simples “esquecimento”, mas sim da marginalização do conflito. A ocultação do trabalho doméstico e de cuidados despolitizou as tensões que têm lugar fora do mercado. Ao naturalizar a divisão sexual do trabalho, consideraram como único conflito social o que tem lugar nos marcos da reprodução capitalista. Por isso que a conceituação do trabalho e da economia feita pelos pensadores clássicos – criticada pela economia feminista – estabelece uma identificação simbólica trabalho-emprego.

O preocupante é que essa situação de ocultação do trabalho doméstico e de cuidados ainda se mantém nos dias de hoje. E foi legitimada dentro de um paradigma econômico androcêntrico, centrado

nas esferas masculinizadas de valorização do capital. Mas sabemos que o que não aparece nem é discutido no terreno da política se deve ao fato de que as relações heteropatriarcais foram relegadas a um conflito familiar, a algo a ser resolvido no espaço do lar. Essa é uma situação que oculta a intrincada estrutura que se estabelece entre as diferentes relações de poder (em nosso caso, fundamentalmente capitalistas e heteropatriarcais). Disso resultam as dificuldades para estabelecer diálogos transformadores, “isso mostra de forma tremendamente eloquente a limitada potência de toda luta anticapitalista” (Pérez Orozco, 2014, p. 203).

3. O ESPÓLIO: A ERUPÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NOS PROCESSOS DE REPRODUÇÃO (SOCIAL)

Nos anos sessenta, a idade de ouro do capitalismo começa a viver uma série de turbulências, questionam-se traços fundamentais da modernidade que o sistema havia naturalizado: o materialismo, o consumismo, a ética do triunfo, a repressão sexual, o sexismo. Conformam-se novos movimentos sociais: movimento *hippie*, contra a guerra do Vietnã, movimento estudantil francês, movimentos de “libertação” na América Latina, etc., e, entre eles, com força, o movimento feminista. As feministas demonstraram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista. Ao politizar o pessoal, expandiram os limites do protesto para incluir o trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução (Fraser, 2015).

Nesse contexto, ainda que com antecedentes mais recentes, surge com força o debate sobre as diferentes dimensões do trabalho doméstico, sendo uma das mais importantes a participação do trabalho doméstico na reprodução da força de trabalho e, portanto, na “produção de mais-valia”. Uma atividade realizada fundamentalmente pelas mulheres que deve ser reconhecida como trabalho e que se mostra vital para a sustentação do capitalismo. As mulheres, como donas de casa, já não constituiriam algo diferenciado e alheio ao sistema produtivo capitalista, mas se converteriam em parte constitutiva dele, ainda que oculta; e a partir dessa invisibilidade, sustentariam a trama da economia produtiva no sentido capitalista (Galcerán, 2009).

Essa é uma situação que Dalla Costa (1977) nomeia pela primeira vez a partir de uma perspectiva feminista, e que anos mais tarde Mies (1984) a amplia para a situação das colônias na sua crítica ao capitalismo: “A estratégia de dividir a economia em setores ‘visíveis’ e ‘invisíveis’ não é nova. Ela foi o método do processo de acumulação capitalista desde seu início. As partes invisíveis (...) constituíram os fundamentos da economia visível” (Mies, 1984, p. 17 apud Ezquerria, 2012, p. 129). Atualmente, essa ideia foi recuperada utilizando-se a metáfora do iceberg, cujas zonas invisíveis seriam fundamentalmente os recursos obtidos (ou espoliados) da natureza e o trabalho de cuidados; e os visíveis, o mercado capitalista, a economia financeira e o Estado¹².

Nesses debates, foram determinantes as contribuições do movimento feminista italiano e, entre elas, as de Mariarosa Dalla Costa. Para essa autora, o capitalismo destruiu a família pré-capitalista e estabeleceu uma divisão entre trabalhadores assalariados e não assalariados, sendo ambos explorados pelo capital – alguns diretamente e outros indiretamente: “temos que deixar claro que onde impera o salário, o trabalho doméstico não somente produz valores de uso, mas também é uma função essencial na produção de mais-valia (Dalla Costa, 1977, p. 39), quer dizer, o valor de que falava Marx não é criado somente no trabalho que diretamente produz mercadorias, mas também no trabalho que produz e reproduz a força de trabalho. Essa última não é criada e nem se desenvolve de forma natural, deve ser produzida e reproduzida como condição básica e necessária para a reprodução do sistema socioeconômico.

A discussão levou diretamente a afirmar-se o caráter essencial ou necessário do trabalho doméstico para o capitalismo, baseado no papel fundamental que têm na reprodução da força de trabalho, “(...) o capitalismo nunca satisfêz totalmente as necessidades dos trabalhadores através da produção de mercadorias; e é por isso que manteve o trabalho doméstico, que assumiu uma parte importante da reprodução e manutenção da força de trabalho” (Gardiner, 1975, p. 86). Assim, “a invisibilidade do trabalho doméstico esconde o segredo de toda a vida do capital: a fonte do

¹² Falaremos mais adiante sobre o uso da figura do iceberg para simbolizar a insustentabilidade do sistema.

lucro – o trabalho não assalariado – deve ser desvalorizado, naturalizado, considerado um aspecto marginal do sistema” (Caffentzis, 1999, p. 176).

Definitivamente, encontramos-nos diante de um ponto de inflexão na forma de olhar o trabalho das mulheres nos lares: de ser um serviço para os homens, uma atividade realizada “por amor”, um suposto desejo das mulheres de ser a “casada perfeita”, chega-se a estabelecer, pela primeira vez, que a sobrevivência do sistema capitalista depende de um trabalho – o doméstico – “produtor” de mais-valia. Começa-se a visibilizar o espólio (nas palavras de Federici, 2010) que o sistema capitalista faz com o trabalho realizado nos lares. A acumulação capitalista seria, então, um processo contínuo de despossessão do trabalho doméstico, no sentido da apropriação que o capital realiza do referido trabalho para sua reprodução, e que varia em intensidade segundo o momento socioeconômico – porém, sempre gerando pobreza e sofrimento humano.

Algumas autoras destacam essa afirmação como ponto de partida da economia feminista (Picchio, 1992). O trabalho realizado nas casas se converte, assim, na ligação entre o âmbito doméstico e a produção capitalista, ligação que deve permanecer oculta para, por um lado, facilitar o espólio do trabalho não-assalariado pelo capital, por outro, tornar possíveis formas muito desiguais de distribuição de renda, da riqueza e do tempo de trabalho de acordo com o sexo/gênero, que têm diferentes consequências na vida de mulheres e homens.

A visibilidade da estreita relação entre a produção de mercadorias e o trabalho doméstico levou a tentativas de analisar a produção material e a reprodução humana como subsistemas constitutivos de um sistema social, ou como modos de produção e reprodução, respectivamente, ambos situados no mesmo nível conceitual, relacionados entre si como entidades teóricas separadas, com uma certa autonomia relativa e estruturados sob diferentes relações e condições de reprodução (Humphries; Rubery, 1984; Bryceson; Vuorela, 1984; Carrasco, 1991)¹³. Propostas estas que juntavam

¹³ O papel do trabalho doméstico também foi estudado em uma aproximação quantitativa, valorizando os diferentes recursos utilizados pelos lares em sua subsistência (dinheiro, serviços públicos e trabalho doméstico) e discutindo, segundo níveis de renda, a participação que cada um deles representa no processo de reprodução do lar (Carrasco et al., 1991). Seria interessante

elementos dos sistemas reprodutivos *sraffianos* e das contribuições do debate sobre o trabalho doméstico. Cabe destacar que, apesar de estipular-se que ambos âmbitos se situavam no mesmo nível, já se afirmava a maior importância da vida humana, mas como condição necessária de permanência, e não tanto como objetivo em si mesma, tal como sustenta hoje a economia feminista. “No entanto, a reprodução da vida humana, inserida na reprodução social, é o objetivo último, a condição de possibilidade da reprodução de qualquer sistema social” (Carrasco, 1991, p. 303).

As ideias anteriores tomaram corpo no chamado “esquema produção-reprodução”, que no seu tempo foi útil e esclarecedor porque colaborou com a visibilização do trabalho doméstico, mas apresentava um problema: reproduzia a antiga dicotomia liberal denunciada por Pateman (1966), desvirtuava a realidade e dificultava a análise a partir do objetivo das condições de vida da população.¹⁴

Recuperar a parte “invisibilizada” da realidade significou nomeá-la. A variedade de termos usados desde então dão conta da complexidade do processo e dos posicionamentos teóricos e políticos. A terminologia para designar um conceito não é gratuita, as palavras são reflexo da realidade que se quer mostrar. Assim, ao longo da recuperação deste trabalho oculto e de suas funções, foram surgindo distintas denominações que poderiam dar-lhe significado. Esse é um tema não só semântico, mas que representava o interesse pela delimitação das atividades compreendidas pelo conceito, bem como sua posição e valorização social.

repetir essa análise periodicamente para ver as possíveis mudanças nos processos de reprodução e, por exemplo, poder observar os efeitos da crise sobre os recursos utilizados pelos lares para sua subsistência. Lamentavelmente, não existe a informação necessária para realizar esse tipo de análise.

¹⁴ De acordo com a crítica à dicotomia público-privado realizada originalmente por Pateman, o que se ocultava por trás da nova ordem social apresentada como universal e igualitária era a rígida distribuição de papéis entre os sexos e a desigualdade que isso implicava, estando as mulheres em uma situação de sujeição aos homens. A oposição entre esfera pública e esfera privada refletia então uma oposição desigual entre mulheres e homens. As mulheres ficavam excluídas do pensamento liberal sob um falso universalismo (Pateman, 1996; Del Re, 1998; Agra, 1999).

Uma clara consequência do esquema produção-reprodução foi o uso dos termos “trabalho de reprodução” ou “trabalho reprodutivo”, denominação que ainda não foi abandonada e que, no entanto, apresenta uma série de problemas. Por um lado, mantém a visão dicotômica produtiva-reprodutiva, terminologia que acentua a separação dos dois âmbitos, reconhecendo que os trabalhos são atividades diferentes e separadas realizadas de forma paralela. Mais ainda, a atividade com definição e valorização própria continua sendo a produtiva, e a outra, a reprodutiva, somente pode existir na medida em que se reflete na anterior. Constatase, então, que o enfoque produção-reprodução não permite escapar da dimensão patriarcal. Por outro lado, havia um problema com a disciplina econômica. Como vimos no ponto anterior se desenvolveu na economia o denominado enfoque reprodutivo, perspectiva que leva em consideração não somente os processos produtivos, mas também as condições de reprodução de ditos processos: produz-se e se reproduz (para o mercado), produção e reprodução de mercadorias são parte de um mesmo processo. Daí que não pareça adequada a denominação “trabalho reprodutivo”. De fato, por um lado, nos lares também se produz: comida, roupa, serviços, etc., dependendo sua diversidade basicamente da quantidade e qualidade do nível de renda do lar e, por outra, certa produção de mercado e alguns serviços públicos participam da reprodução das pessoas.¹⁵

¹⁵ Outra denominação que tem sido utilizada para o trabalho nos lares é “trabalho não-remunerado”. Com relação a esse termo, há um debate que segue pendente desde a primeira formulação de Dalla Costa e James (1977). Sobre esse debate – ainda que não seja exatamente o tema deste artigo –, gostaria de fazer uma breve nota. Em primeiro lugar, quando Dalla Costa e James trouxeram o tema, fizeram-no em termos de um “salário pelo trabalho doméstico”, o que significa que, se uma pessoa faz trabalho doméstico mas também participa no mercado de trabalho, deveria receber dois salários: dois salários por dois trabalhos. Outra situação muito diferente é o “salário para a dona de casa”, com o qual se entende que se faz referência a uma dona de casa em tempo integral. Nesse caso, não se trataria de um salário, não se estaria remunerando um trabalho, mas se trataria de uma transferência para que a pessoa permanecesse em casa. Consideremos, como exemplo, dois casos extremos. Primeiro, uma mulher dona de casa em tempo integral. Essa mulher realiza trabalho doméstico e, em troca, recebe sua subsistência. Subsistência esta que dependerá não do trabalho que ela tenha realizado, mas da classe social e da vontade do marido. Portanto, não se remuneraria o trabalho, não seria um salário, mas sim uma espécie de transferência, o que permitiria realizar uma análise por classes sociais. Por outro lado, se consideramos uma mulher que vive sozinha, trabalha no mercado

Definitivamente, e voltando ao esquema produção-reprodução, em minha opinião, há alguns determinantes que exigem transcender a dicotomia: o esquema não permite compreender e aprofundar nas relações dinâmicas entre os dois trabalhos e espaços, não permite entender os processos de produção, reprodução e trabalho como um só processo muito mais complexo, cujo objetivo deveria ser a satisfação das necessidades humanas. Portanto, obscurece o fato de que o eixo central da sociedade deveria ser a complexa atividade realizada nos lares, que permite às pessoas crescer e desenvolver-se como tais. Fica ambíguo o espólio do trabalho doméstico que significa o processo de acumulação de capital; a violência que ele exerce não só sobre o trabalho que as mulheres realizam nas casas, mas também sobre outras formas de trabalho não monetizadas e sobre a natureza.

4. CAPITAL-VIDA: UM CONFLITO (COM MAIÚSCULA)

Seguindo o fio argumentativo do artigo, nos deteremos em um conceito confuso, porém relevante: o de reprodução social. A ideia de reprodução social é um conceito mais potente e inclui diferentes trabalhos e processos. Como afirmei no início, esse conceito já havia sido utilizado por alguns autores sraffianos para designar os diferentes elementos a serem considerados nos processos de reprodução. Nos marcos da economia feminista, o conceito surge nos anos sessenta e setenta a partir do feminismo italiano, e é anterior ao esquema produção-reprodução, ainda que com um desenvolvimento posterior, e sem que tenha sido generalizado entre as autoras que têm tratado do tema.

Atualmente, a ideia mais ampla que se utiliza entenderia a reprodução social como um complexo processo de tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica (considerando as distintas espécies e sua estrutura ecológica) e a da força de trabalho. Incluiria também as

e realiza o trabalho doméstico de seu lar, neste caso ela estaria se autorremunerando por seu trabalho em casa, já que se apropria do produto. A análise de cada situação permitiria observar para onde circulam as transferências de trabalho, dinheiro e espécies quando as pessoas vivem em casal.

práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida. Um conceito que permite dar conta da profunda relação entre o econômico e o social, que não separa produção e reprodução, que situa a economia desde uma perspectiva diferente, outorgando prioridade às condições de vida das pessoas, mulheres e homens.¹⁶

A diferença do feminismo com outras correntes de pensamento que trabalharam com o processo de reprodução social é a consideração dos trabalhos de cuidados realizados nos lares como parte relevante do processo. A conceituação dos processos de reprodução social não incluía o cuidado como aspecto constituinte e fundamental até que ele foi visibilizado e nomeado a partir do feminismo. Assim, a ideia de reprodução social se amplia para incorporar os cuidados, mas também, simultaneamente, amplia-se o conceito de cuidado para considerar como tais todos aqueles trabalhos orientados para o cuidado da vida – serviços de saúde, de atenção direta, etc. – realizados fora dos lares.

Muito se escreveu e se debateu sobre o cuidado¹⁷. Basicamente, o que chamamos de cuidado é algo inerente à vida, particularmente, à vida humana, ainda que não somente a ela¹⁸. É uma parte fundamental da reprodução social, da reprodução das pessoas e da vida humana. Em relação a isso, há dois aspectos relevantes relacionados ao tema que estamos trabalhando; um deles trata das relações heteropatriarcais e o outro das relações capitalistas¹⁹. Em primeiro lugar, os cuidados (e

¹⁶ Entre as autoras que trabalharam o conceito desde essa perspectiva, estão Molyneux (1979), Benería (1981), Bakker (1998, 2003), Picchio (1992, 1999, 2001, 2009), Arruzza (2016).

¹⁷ Destacarei somente algumas dimensões relevantes para a trajetória que agora tento reconstruir. Para o conjunto de toda a reflexão remeto à ampla bibliografia existente. Como textos básicos, destacam-se Pérez Orozco (2006a, 2014) e Carrasco *et al* (2011).

¹⁸ A vida vegetal se mantém sozinha se não há uma intervenção humana que a destrua; a vida animal tem diferentes características segundo a espécie, mas aqueles que requerem mais cuidados são os mamíferos, particularmente, os humanos, que requerem cuidados durante todo o ciclo vital.

¹⁹ Não entraremos no antigo debate sobre a relação patriarcado-capitalismo. Entendemos que

o autocuidado) respondem a diferentes necessidades humanas básicas, como comer diariamente, manter-se limpa/o, viver em um espaço limpo, etc., necessidades que habitualmente passam despercebidas porque, pelo menos na parte do planeta que habitamos, estão encobertas (ou estavam antes de 2008), mas, sobretudo, porque estão naturalizadas. São resolvidas no interior dos lares como se fosse algo natural; mas não é. Aí atua a “mão invisível” (e o sexo invisível) para que tudo esteja sempre em seu devido lugar. Como diz Marçal (2016): “Se (Adam Smith) tinha sua comida garantida, não era só porque os comerciantes serviam a seus próprios interesses através do comércio. Adam Smith também tinha sua comida garantida porque sua mãe se encarregava de colocá-la na mesa todos os dias” (Marçal, 2016, p.29). Mas ele foi incapaz de perceber isso e, portanto, de teorizá-lo.

A partir desta perspectiva, o cuidado pode ser entendido como um afeto a mais, um “*plus* afetivo” que as mulheres dedicam aos homens, às crianças e aos idosos e/ou com alguma dificuldade para desenvolver sua vida cotidiana, que representa um enorme gasto de energia feminina, denominado por uma autora como mais-valia emocional (Hochschild, 2001). Esta é a razão pela qual a participação das mulheres no mercado de trabalho tem um limite. Ainda que as mulheres tenham reduzido o trabalho doméstico e de cuidados, dedicando menos tempo a trabalhos como cozinhar, passar, etc. e tenham feito com que a fecundidade ficasse muito abaixo do nível de reposição, dificilmente uma mulher estará disposta a comprometer o bem-estar familiar que depende dela. “Tudo que está vivo exige que o limite seja respeitado, é esse limite o que permite assegurar os seus ciclos vitais. Trata-se do mesmo problema que será encontrado anos depois em relação ao tema da terra” (Dalla Costa, 2006, p. 64). Aqui a autora já está fundamentando uma reflexão posterior sobre a interdependência entre as pessoas e a ecodependência com a natureza.

Os cuidados falam sobre a nossa vulnerabilidade. Nascemos e vivemos em corpos e mentes frágeis e vulneráveis que exigem cuidados ao longo de todo o ciclo vital: cuidados do corpo, na saúde, afetivos, amorosos,

o sistema é um só, no qual a confluência das distintas relações de desigualdade criou uma estrutura específica.

psicológicos. Cuidados absolutamente necessários, que sustentam cotidianamente os corpos. Não se trata, portanto, de que alguém queira ou não fazê-los, nem de que se goste ou não; é simplesmente uma condição humana e é preciso realizá-las. Negar os cuidados é negar a própria vida. Neste sentido, o cuidado tem uma dupla dimensão: por um lado, é um direito individual, por outro, é uma responsabilidade coletiva. Se a sociedade nos permite viver através do cuidado, todos e todas deveríamos participar do cuidado dos e das demais²⁰. O cuidado não é um assunto de mulheres.

A relevância do cuidado como base da vida e do sistema econômico permite situar este trabalho no centro da reprodução social e as mulheres como sustentadoras de toda a estrutura social e econômica; da própria vida, em definitivo. Efetivamente, só a enorme quantidade de trabalho e de cuidados que as mulheres realizam desde sempre permite que o sistema econômico e social possa seguir funcionando.

Portanto, podemos afirmar que o trabalho de cuidados apresenta um significado duplo. Por um lado, no nível macro, constitui um elemento fundamental para a reprodução social e, por outro, no nível individual, é parte constitutiva da nossa condição humana e determina, em grande medida, a vida das pessoas, com diferenças notáveis entre mulheres e homens (Picchio, 2010). Isto se traduz em uma tensão tripla: a que se produz entre a suposta autonomia da produção capitalista e sua necessidade de trabalho não monetizado, a que emerge no terreno da vida cotidiana entre homens e mulheres, e a tensão interna que vivem as mulheres ao terem que se deslocar continuamente de seu papel de cuidadoras no âmbito doméstico a um mundo mercantil que funciona com parâmetros masculinos de eficiência e competitividade (Carrasco, 2016).

Pois bem, todos os processos e relações que participam da reprodução social não são neutros, pois são atravessados pelas diversas relações de poder: heteropatriarcais, capitalistas, de raça/etnia, etc. “Devemos considerar que o âmbito da reprodução social também é

²⁰ O que não implica que é preciso cuidar, necessariamente, da pessoa que cuidou de nós ou alguma outra pessoa específica. Trata-se simplesmente de saber cuidar, expressar uma disposição para realizá-lo e conceder o valor que lhe corresponde.

determinante na formação da subjetividade e, portanto, é determinante também das relações de poder” (Arruzza, 2016, p. 20). Relações de poder e múltiplas dominações que, no capitalismo, se articulam e se sustentam reciprocamente, sendo dificilmente separáveis umas das outras; como indiquei anteriormente, o capitalismo é uma relação social e, portanto, possui elementos de estabilidade, mas também está sujeito a mudanças, a possíveis rupturas. Isto é, a conflitos que poderiam alterar a ordem dominante. A este respeito, a análise a partir da reprodução social e, particularmente, a partir do trabalho não-remunerado participante em tal processo, amplia o debate e pressiona uma mudança na análise de classe marxista, ampliando-o a outras dominações e/ou explorações. E, como se verá adiante, propicia melhores explicações sobre a crise da reprodução social ao incorporar conflitos que vão mais além dos conflitos de classe.

Ver o mundo a partir da reprodução social permitiu contestar a caracterização das crises como apenas econômicas ou financeiras e entendê-las em termos amplos, abrangendo todos aqueles aspectos intimamente relacionados com as condições de vida das pessoas. “Só a teoria feminista da reprodução social (...) pode oferecer uma explicação convincente da atual crise porque leva em consideração a luta contra o trabalho reprodutivo e suas consequências na acumulação capitalista” (Dalla Costa, 1999, p. 8).

Com a expansão do capital, as contradições sociais locais se deslocam para uma contradição universal entendida como uma contradição entre a acumulação capitalista global e a manutenção de condições aceitáveis de reprodução social para toda a população (Bakker, 2003). Situação que, comandada por mecanismos neoliberais que subordinaram a reprodução social à acumulação de capital, produziu o que se conhece como crise da reprodução social, com efeitos devastadores para uma parte importante da população mundial, particularmente nos países menos industrializados. Tudo isto tem a ver com reduções no gasto público em saúde pública, educação e políticas sociais em geral, com processos de privatização, desregulamentação e a chamada crise dos cuidados. Como consequência, se produz uma enorme insegurança na vida cotidiana que apresenta uma ordem de gênero, por serem as mulheres as responsáveis pela manutenção

da vida socialmente: o que foi chamado de feminização da sobrevivência. “Podemos caracterizar a crise da reprodução social por três processos que estão interrelacionados: o aumento generalizado da precariedade da vida, a proliferação das situações de exclusão e a multiplicação das desigualdades sociais” (Pérez Orozco, 2014, p. 189). Situações que afetam de diferentes modos o conjunto social, no qual existem grupos sociais que podem ter se favorecido com a crise, inclusive.

A reprivatização produziu uma maior promoção dos serviços por parte do mercado, isto é, criou novas fontes de acumulação para o capital e também reforçou a naturalização, um retorno ao lar – “de onde [as mulheres] nunca deveriam ter saído” – de tudo aquilo relacionado ao cuidado, entendido socialmente como uma responsabilidade feminina. No conjunto, isto implica uma intensificação da exploração no sentido de transferir mais trabalho para os lares, particularmente, para aqueles que têm menor nível de renda. A apropriação do trabalho não-remunerado é parte constitutiva do processo capitalista, e como este é um processo contínuo, mesmo durante as crises o processo de privatização aprofunda essa despossessão. E se a acumulação primitiva foi violenta, esta também é, de outra maneira, mas ainda violenta. Também é mais lenta, contínua, acontece ao longo de toda a vida, com uma exploração que é diária, marcando as relações e as formas de vida e roubando, todos os dias, a energia e o tempo de milhões de mulheres²¹.

Foi indicado que no Sul Global há uma crise de reprodução social, entendida como a dificuldade de reproduzir a vida em condições dignas, ou que simplesmente possa ser uma vida e não um exercício de sobrevivência.

²¹ Segundo as informações da última Pesquisa de Uso do Tempo 2009/2010 realizada pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE), da Espanha, se pode observar três fatos: primeiro, em relação aos homens, as mulheres trabalham aproximadamente uma hora a mais por dia, considerando ambos os trabalhos; segundo, os trabalhos estão distribuídos de modo muito desigual: elas dedicam aproximadamente dois terços do tempo que eles dedicam ao mercado de trabalho; por outro lado, eles dedicam menos da metade do tempo que elas dedicam ao trabalho doméstico e de cuidados e, em terceiro lugar, para viver nas atuais condições da sociedade espanhola, por pessoa e por dia, são dedicadas mais horas no trabalho realizado nos lares do que no mercado de trabalho (32 minutos diários de diferença). Tudo isso considerando que o trabalho de cuidados não está bem limitado e que, portanto, seu valor real seria muito superior ao que as pesquisas oferecem.

Por outro lado, no Norte, o tema estaria centrado em uma dimensão específica desta crise – o problema do cuidado das pessoas, em particular das pessoas idosas – denominada crise dos cuidados. Entretanto, acredito que em termos gerais podemos falar, tanto no Sul quanto no Norte, de uma crise da reprodução social, com características e graus diferentes, muito mais aguda no Sul Global.

A crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, o envelhecimento demográfico considerável devido à queda da fecundidade e a escassa responsabilidade social e masculina no cuidado da população levou à chamada crise dos cuidados: a suposta oferta de trabalho infinita das mulheres não era bem assim. Muitas páginas²² foram escritas sobre esta crise. Aqui quero destacar apenas alguns aspectos relacionados com o tema que nos ocupamos. Em primeiro lugar, por não haver uma resposta social para o problema, as classes médias e altas buscaram uma falsa solução: contratar mulheres pobres de países mais pobres para que assumissem uma situação que nós (europeus) não fomos capazes de dar uma resposta: o cuidado da nossa população. Um final reacionário para a crise, como indicou Amaia Pérez Orozco (2010), posto que, como é óbvio, não é uma solução que se estende a toda a população, nem mesmo a toda a população local. Em 2001, Hochschild já nos alertava sobre esta situação, ao falar sobre “cadeias mundiais de afeto”, conhecidas posteriormente como “cadeias globais de cuidados”.

Esta globalização do cuidado nunca foi tratada pelos economistas como parte dos processos de globalização. Novamente, houve uma invisibilização dos trabalhos de cuidados, mas desta vez ocultando um conflito globalizado: um processo de despossessão (do trabalho não-remunerado) internacionalmente, necessário para uma reestruturação do capitalismo, uma nova ordem mundial de acumulação que permita recuperar as taxas de lucro no Norte, um ataque brutal às condições de vida das pessoas do chamado Sul. É surpreendente a capacidade de ocultamento do papel das cadeias de cuidados, sem as quais seria muito difícil compreender a atual organização social e do trabalho no Norte. As

²² Uma das autoras de referência no tema é Amaia Pérez Orozco. Ver fundamentalmente Pérez Orozco (2009, 2010, 2011, 2013) e Pérez Orozco e Gil (2011).

cadeias de cuidados são uma das respostas desenvolvidas pelas mulheres como estratégias de sobrevivência; uma transnacionalização do trabalho que intensificou as diferenças e desigualdades entre as próprias mulheres – tanto do Norte quanto do Sul –, particularmente por questões de classe e raça/etnia. Mais ainda, é a própria situação que exige a perpetuação das desigualdades entre as mulheres: “Se o salário-hora de uma diarista não continua sendo consideravelmente inferior ao da pessoa que de outro modo se ocuparia da limpeza (a mulher na família ocidental), não compensará contratar ajuda doméstica” (Marçal, 2016, p. 65). Novamente, surgem estratégias feminilizadas, globalizadas e invisibilizadas, em uma tentativa de manter as condições de vida das pessoas do lar. O problema fundamental é que o trabalho doméstico e de cuidados não é discutido no terreno político, sua dimensão social é ocultada e a possível solução é deixada nas mãos das mulheres. Novamente, uma dupla tensão. Por um lado, o capital atacando as formas de vida, insistindo na despossessão e por outro, as mulheres resistindo, tentando manter a vida inclusive às custas da sua própria vida. Conflito (com letra maiúscula) capital-vida.

5. RUPTURA E SUSTENTABILIDADE: A VIDA NO CENTRO

A crise multidimensional ou a crise de reprodução social não foi, como se tentou demonstrar, uma crise econômica financeira, mas algo que vai muito além: um aprofundamento dos mecanismos de exploração do sistema socioeconômico – capitalista heteropatriarcal – que tem como objetivo a acumulação e lucros materiais. Um sistema depredador que está preocupado com as condições de vida das pessoas, que na ânsia por lucro, está colocando em perigo o planeta e as condições ambientais de vida, que mantêm condições de trabalho inaceitáveis a uma parte relevante dos /as trabalhadores/as e que se aproveita do trabalho de cuidado das mulheres para dispor de força de trabalho a custos muito abaixo do real.

O lema “não é uma crise, é o sistema” manifestado pelo 15M em Madri, em 2011, denunciava de modo magistral, em sete palavras, a insustentabilidade do sistema. Colocava em evidência a impossibilidade estrutural do modelo de acumulação capitalista para dar resposta às

necessidades vitais das pessoas. Existe um conjunto de elos que deveria sustentar a vida, mas que no sistema no qual vivemos se mostra totalmente insustentável (Carrasco e Tello, 2011).

No nível mais básico, está a natureza, da qual a vida depende e sempre dependeu. Ser sustentáveis nesse primeiro nível mais básico significa manter esta relação de interdependência de nossas sociedades com a natureza, por um caminho coevolutivo – sempre aberto e cambiante – que seja perdurável a partir do ponto de vista dos recursos naturais e serviços ambientais, tanto para as gerações futuras como para as atuais. No entanto, a interação que a economia capitalista, a sociedade patriarcal e a cultura tecnológica androcêntrica mantêm com a natureza são as responsáveis pelos crescentes problemas ecológicos locais e globais. Ao qual se soma – mais além dos graves problemas de desigualdade, pobreza e miséria já existentes – as novas formas de empobrecimento que derivam da própria degradação ambiental.

Em segundo lugar, está o âmbito do cuidado. Quando a vida começa, é preciso cuidá-la, particularmente a vida humana, devido à sua enorme vulnerabilidade. Para nós, este é o âmbito fundamental, já que é o centro da criação e recriação da vida. Aí crescemos, somos socializados, adquirimos uma identidade, etc., através de bens, serviços e cuidados emocionais produzidos fundamentalmente pelas mulheres, que assumiram a responsabilidade de uma árdua e silenciosa tarefa, que foi desvalorizada pela sociedade heteropatriarcal e que nunca foi reconhecida pela economia.

Em terceiro lugar, encontramos o que chamamos de comunidade. Como todos os demais, este também é um espaço que foi sendo modificado ao longo da história. Desde os tempos antigos e até épocas mais recentes, o espaço dos lares e das comunidades mantinham relações muito fluídas e estreitas. As condições de vida vigentes implicavam produzir, trabalhar e viver em um meio social coletivo mediante relações muito pouco mercantis, onde predominava ou subsistia a gestão comunal dos recursos naturais básicos. Atualmente, ainda que estas formas de comunidade sigam existindo de forma minoritária, foram sendo criados outros tipos de comunidades e redes sociais muito diversas, próximas geograficamente ou

não, que continuam sendo de importância vital para a participação cidadã e para a coesão social.

Como quarto elo da cadeia aparecem os Estados. O funcionamento do sistema capitalista requer a existência do Estado, pela simples razão de que sem normas, leis ou regulamentações que estabelecem e obrigam a cumprir, através da coerção ou repressão, o intercâmbio mercantil dificilmente poderia se desenvolver. Agora, para cumprir bem suas obrigações – estar a serviço de poderes econômicos privados – os Estados e seus governos necessitam legitimar-se, e o fazem aproveitando-se de culturas, sentimentos religiosos e relações heteropatriarcais presentes na sociedade. Por esse motivo que qualquer nova proposta de transformação social mais além do capitalismo deve redefinir as funções do Estado ou qualquer outra forma de organização e deve assumir como articulação entre a produção extradoméstica²³, as comunidades, os espaços domésticos do cuidado e da natureza.

Finalmente, se situa a produção do mercado capitalista, que costuma ser chamada ironicamente de economia real (como se tudo o que foi dito anteriormente fosse virtual), que inclui a produção de bens e serviços produzidos pelas empresas para o mercado (ou oferecidos pelo setor público cujo destino é o mercado), sendo seu único objetivo a obtenção do lucro máximo, sem considerar, para isso, as condições de vida das pessoas que passam a ser uma “externalidade” e os efeitos sobre a natureza.

Contudo, os elos da cadeia estão intimamente interligados, apresentando fortes relações de dependência e de espoliação entre eles. Para o nosso objetivo, é interessante mencionar, em primeiro lugar, a dependência de toda a cadeia no primeiro elo. Os problemas ecológicos que vivemos atualmente: esgotamento de recursos, contaminações diversas, etc., são ocasionados pela nossa atual estrutura de produção e consumo, que só leva em conta o crescimento econômico, sem se preocupar em manter uma relação equilibrada com o meio ambiente, isto é, em poucas palavras, uma espoliação da natureza por parte da produção capitalista.

²³ Denomino produção extradoméstica aquela que se dá fora das casas. Provavelmente, funcionaria em um mercado, mas teria que ser em mercados cujas leis fossem totalmente diferentes às leis que regem os mercados capitalistas.

Em segundo lugar, a dependência mútua entre o espaço de produção capitalista e o âmbito do cuidado: na nossa sociedade, a maior parte da população precisa do salário para adquirir no mercado bens e serviços necessários para sua manutenção e as empresas precisam da força de trabalho que os lares oferecem a um valor abaixo do seu custo. Processo que significa uma segunda espoliação por parte do capitalismo, desta vez dirigido ao trabalho não-remunerado realizado basicamente pelas mulheres.

Por outra parte, os elos estão atravessados por distintas relações de desigualdade: capitalistas, heteropatriarcais, de raça e etnia, neocoloniais..., que atravessam toda a cadeia. Mas também encontramos, nos elos da base da cadeia e em alguns interstícios dos elos superiores, relações de reciprocidade, de afeto e/ou doação. Todas estas relações se entrecruzam, algumas delas coabitam, simultaneamente, em determinados âmbitos, épocas ou lugares. O que é importante e necessário é torná-las explícitas para transformar as atuais relações de exploração capitalistas e heteropatriarcais em relações solidárias e cooperativas (Carrasco e Tello, 2011).

A representação da forma de funcionamento do sistema através da cadeia de sustentação foi simbolicamente identificada como “economia do iceberg”. Por cima da linha de flutuação estaria o Estado e a produção e o mercado capitalista, espaços que existem há aproximadamente quatro séculos somente. Por outro lado, embaixo da linha estariam a natureza, a economia do cuidado e as comunidades, isto é, os espaços que mantêm a vida humana. Espaços que ficam ocultos à disciplina econômica, o que permite desconsiderar toda a responsabilidade sobre as condições de vida das pessoas. Estes espaços – fundamentos do “iceberg” – são sistêmicos, existem em todos os sistemas socioeconômicos, ainda que com características distintas, mas sempre com a função de sustentabilidade da vida.

Resumindo, o atual funcionamento de nossas sociedades baseado no máximo lucro privado é totalmente insustentável. A acumulação e a sustentabilidade da vida têm lógicas diferentes, ritmos e exigências diferentes; são objetivos irreconciliáveis; opta-se por algum deles e o outro fica sob o domínio e a serviço do primeiro. A produção e o mercado

capitalista estão minando as bases da sustentação do sistema social. Os mercados capitalistas se situam no epicentro da estrutura socioeconômica: seus processos, ritmos e lógicas se impõem ao conjunto social e colocam a vida, em um sentido amplo, a seu serviço. Eles têm poder para impor seu próprio processo e legitimar suas necessidades como se fossem as de todo o conjunto social (Pérez Orozco, 2014).

A natureza e o trabalho doméstico e de cuidados são os dois pilares básicos no qual o sistema econômico atual se apoia. E ainda que se queira ignorá-los, sem eles o sistema seria derrubado. Parte do crescimento econômico e do lucro provém destas duas fontes: aceleração dos ritmos da exploração ou da extração dos recursos naturais e intensificação do trabalho de cuidados realizado fundamentalmente pelas mulheres.

Esta situação nos conduz à pergunta: o que queremos dizer quando falamos de sustentabilidade da vida? Utilizei este termo pela primeira vez em um artigo de 2001, “A sustentabilidade da vida humana, um assunto de mulheres?”²⁴, e desde então me parece uma ideia potente, que deve ser aprofundada e ampliada e a qual eu dediquei algumas páginas a mais, tanto individualmente, quanto em colaboração²⁵.

O conceito de sustentabilidade da vida é complexo devido às múltiplas dimensões que implica, mas na minha opinião, apresenta vantagens em relação ao de reprodução social. É mais explícito porque considera que o objetivo é a vida (humana e não só humana apenas), permite de forma mais clara dar conta da relação profunda entre o econômico e o

²⁴ No Brasil, foi publicado em FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Produção do viver. Cadernos SOF, São Paulo, p. 11-49, 2003. Título original: *La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?* [N. do T.]

²⁵ Entre estes últimos, destaco especialmente dois: o primeiro, escrito em 2006 em colaboração com duas amigas, Anna Bosch (que já não está mais conosco) e Elena Grau, onde se estabeleciam pontos de encontro entre o feminismo e ecologismo; e o segundo, escrito com Enric Tello, em 2011, e comentado mais acima. Como fruto de sucessivos encontros nos cursos de verão da Universidade Complutense de Madrid no Escorial, oferecidos com amigos da Rede de Economia Crítica, publicamos no número 14 da Revista de Economia Crítica (2012) um artigo que tinha como título *Por una economía inclusiva. Hacia un paradigma sistémico*. O objetivo era fazer uma contribuição ao processo de construção de um marco geral de interpretação da atividade econômica a partir de diferentes enfoques: a economia ecológica, a economia feminista e a economia política.

social, considera as múltiplas interdependências e interrelações entre o ecológico, o econômico, o social, o humano, concebendo como prioridade, como objetivo fundamental, as condições de vida das pessoas, mulheres e homens e, explicitamente, é uma aposta política para transformar as relações de poder capitalistas heteropatriarcais. Ocultar as relações de interdependência relacional só conduz a uma sustentabilidade impossível. É necessário torná-las transparentes se pretende-se transformar as atuais relações de exploração (da economia de mercado capitalista sobre o planeta e sobre o âmbito doméstico) em relações cooperativas e respeitosas.

Nos artigos anteriores, eu tinha definido a sustentabilidade da vida partindo de dois princípios que necessariamente deveriam ser tratados de forma interrelacionada, para não correr o risco de deturpar o objetivo (Carrasco, 2014; Carrasco et al., 2014, Carrasco, 2016). O primeiro princípio é universal, rigoroso e sensato, de tal modo que, se formos honestos/as na análise da realidade socioeconômica, é impossível ocultá-lo. Trata-se de uma ideia de reprodução discutida anteriormente: se as condições de reprodução não acontecem, a continuidade da sociedade é assegurada. Neste conceito de reprodução, entende-se que uma relação de ecodependência respeitosa com a natureza é mantida, evitando sua degradação e assegurando a vida das gerações presentes e futuras. O segundo princípio é ético-político-ideológico e, portanto, não tinha porquê ser universal. Depende de como cada uma ou cada um estabeleça seus objetivos ou prioridades sociais. A partir da economia feminista estabelece-se uma ruptura com o objetivo das sociedades capitalistas centrado no benefício privado e considera-se que o objetivo social deveria ser as pessoas – mulheres e homens de todas as idades – e suas condições de vida; o que em breve seria chamado de bem viver ou bem-estar. Portanto, vemos que a reprodução é uma condição necessária para a permanência temporal, mas não é condição suficiente para uma vida boa.

Sabemos que existe a urgente necessidade de tornar visível a parte oculta do iceberg, mostrar seu funcionamento e dar valor às bases de sustentação da vida. Para isso, devemos eliminar o iceberg, pelo menos em sua forma atual. Os elementos superiores teriam que se transformar em formas de organização diferentes às dos Estados e da produção capitalista

atuais. E as relações heteropatriarcais deveriam dar lugar a relações mais igualitárias de reciprocidade e solidariedade entre mulheres e homens.

Para que a vida seja sustentável, os diferentes âmbitos devem formar uma sustentabilidade multidimensional, sendo cada um deles sustentável em interdependência com os demais. Não se trata, portanto, de tentar um equilíbrio entre os diferentes espaços, que seria a visão particular de quem tem poder, mas de alterar o paradigma, uma mudança na perspectiva.

A análise a partir da sustentabilidade permite observar as possibilidades de continuidade da sociedade, não só para o período atual em âmbito universal, mas também para as próximas gerações; além disso, permite constatar a qualidade de vida e o nível de igualdade e justiça social que vive a população, mulheres e homens (Carrasco, 2014). Trata-se de um conceito dinâmico, onde importa tanto a análise do conflito, como a possibilidade de mudança, debatendo continuamente de que modo se cria, recria e se gestiona o poder. A dupla poder e economia é indissolúvel. “O conceito de sustentabilidade da vida não pretende captar essências, mas processos (...) busca abrir um espaço para o conjunto das relações sociais que garantem a satisfação das necessidades das pessoas e que estão em um estado de mudança contínua (Pérez Orozco, 2006b, p. 234). Definitivamente, sustentar a vida – eliminar a despossessão – representa dissipar o conflito capital-vida, substituindo o objetivo da acumulação de capital pela centralidade da vida.

Posicionar a vida humana como objetivo se traduz em um terreno concreto, das pessoas poderem desenvolver uma vida digna e satisfatória, com boas condições de vida, aquilo que é conhecido na tradição andina como o bem viver. Ou seja, são diferentes nomes que pretendem dar conta de algo semelhante, mas cujo conteúdo não é fácil definir²⁶. De qualquer modo, trata-se de processos que não têm fim, que estão em contínua redefinição, construção e reprodução, que vão sendo construídos na prática.

²⁶ Ainda que tenhamos antecedentes importantes: por um lado, as reflexões sobre as necessidades básicas iniciadas no início dos anos oitenta do século XX e por outro lado, as ideias sobre as capacidades e o bem-estar multidimensional definidas originalmente por Amartya Sen. Entre estes/as autores e autoras estão Ingrid Robeyns e Antonella Picchio que, diferente dos autores homens, incorporam o cuidado como uma necessidade humana universal.

São campos de ideia em constante debate com alguns princípios comuns: não espoliar a natureza e erradicar a exploração humana de qualquer tipo; isto é, separar o que significa qualidade de vida do crescimento econômico e das relações heteropatriarcais (Carrasco, 2014). Mas considerando um aspecto que normalmente não é levado em conta, isto é, a importância dos cuidados na ideia do bem viver: as necessidades humanas são de bens e serviços, mas também de relações afetivas, emocionais e de cuidados (Picchio, 2001; Pérez Orozco, 2006a, 2011,2014; Carrasco; Tello, 2011; León, 2014).

O bem-estar é uma experiência individual (não falamos de felicidade individual), mas é experimentado e resolvido no coletivo, necessariamente, com relações comunitárias e solidárias, aceitando a diversidade. O bem viver ou o bem-estar não são entendidos se não são universais; uma universalidade global que incorpora as distintas categorias que definem hoje as desigualdades. Todas as vidas devem ser sustentáveis e todos e todas deveríamos ser parte disso.

Assim, focar na centralidade da vida dá significado à frase, atualmente quase transformada em slogan, “a vida no centro”, que – ainda que seja alcunhada há aproximadamente três quinquênios – foi sendo paulatinamente assumida por diversos coletivos sociais e organizações emancipatórias. Uma difusão e generalização muito positiva, que reflete o mal-estar em relação ao atual sistema econômico e a necessidade de uma transformação profunda. No entanto, a repetição da frase foi esvaziando seu conteúdo. E agora nos vemos diante de um novo desafio, um desafio urgente: O que significa colocar a vida no centro? De qual vida estamos falando? “Demanda que não é uma demanda no interior da ordem pré-existente, que não é um registro a mais na ordem do que é comunicável, mas sim a irrupção do indizível nesse marco que coloca em questão o próprio marco” (Zamora, 2016, p. 26).

6. EPÍLOGO: OS DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

As respostas das perguntas anteriores dependem de todas as pessoas que perseguem o mesmo objetivo, são diálogos urgentes e

necessários para construir o comum. A dificuldade reside no fato de que nem sempre falamos a mesma linguagem, sendo habitualmente as relações heteropatriarcais o lugar onde se iniciam os pontos de desencontro. Razão pela qual é mais fácil e produz mais proximidade falar dos lugares-comuns e não dos problemas. Mas devemos abordá-los.

Neste ponto, temos que recordar que já faz tempo que o feminismo advertiu sobre a falsa neutralidade do universal. Ou, dito de outro modo, qualquer conceito definido e/ou utilizado em termos genéricos, dificilmente será neutro. A linguagem não é neutra, as sociedades não são neutras, nem é neutra a situação dos homens e mulheres nelas. “A linguagem cria aquilo que nomeia e oculta aquilo que não nomeia, que se converte neste ‘outro’ que outorga significado pela sua negação e ocultação” (Pérez Orozco, 2006b, p. 240). A ordem heteropatriarcal – como ordem lógica dominante – atua de uma forma que modela nosso imaginário desde o início das nossas vidas. Naturaliza as relações e constrói nossa visão sobre o mundo. Um olhar masculino que raramente considera a experiência feminina. Como consequência, a vida no centro pode ser compreendida de um modo distinto a partir de uma visão das mulheres ou de uma visão masculina, a partir de uma perspectiva ecológica, marxista ou feminista. Se todos e todas tivéssemos a mesma visão, não seria tão difícil criar alianças em torno de algo tão óbvio, pelo menos entre pessoas que lutam pelo mesmo objetivo.

Um tema tão complexo como este precisa ser pensado e vivido desde o entorno mais próximo até o funcionamento da estrutura global, combinando experiência com reflexões mais teóricas. No primeiro nível, deveríamos começar a pensar, individual e coletivamente, no âmbito mais próximo da vida cotidiana, o que significa situar a vida no centro no entorno familiar, no espaço do trabalho, da vizinhança, etc. Estamos experimentando-o? Quais dificuldades aparecem? Quais restrições existem? Em qual rede de relações de poder estamos situados/as?

No nível mais estrutural, acredito que é conveniente – e nos ajudaria a visualizar os problemas – pensar sobre temas transversais que poderiam dar origem a medidas de transição. Estamos habituadas/os a refletir sobre âmbitos determinados e olhá-los como se fossem independentes

(ecologistas, feministas, marxistas etc.), como cenários em disputa. O desafio urgente é pensá-los em relação aos demais.

Para exemplificar o que disse antes, me atrevo a dar algumas pinceladas sobre um tema claramente transversal e complexo: a organização dos tempos. Esta afeta todos os âmbitos da organização social e econômica. Além disso, a possibilidade da gestão do próprio tempo é um tema-chave para a qualidade da vida das pessoas e de forma muito especial para as mulheres. Muito se falou em relação à dupla presença/ausência das mulheres, tema relacionado com os tempos de trabalho, os tempos de cuidado e as tensões que isto significa para elas na vida cotidiana. Mas então: Como são priorizados? Como são redistribuídos? Como visibilizar os problemas?

Consideremos três âmbitos fundamentais – ainda que não os únicos – para a sustentação da vida. O âmbito da natureza, o do cuidado e o da produção extradoméstica. Os tempos que regem cada um deles são diferentes²⁷. Aquele relacionado com a produção extradoméstica, na forma da atual produção capitalista, é um tempo do relógio, que exige velocidade para ser mais produtivo, é um tempo do dinheiro, um tempo que não pode “ser perdido”, um tempo quantitativo que, na atual forma de organização social, condiciona, obriga e determina o restante dos tempos. Os tempos ecológicos têm seus próprios ritmos, ritmos que deveriam ser absolutamente respeitados e não violentados, como acontece atualmente onde o crescimento é alcançado através da ampliação do leque de recursos naturais apropriados e da aceleração dos ritmos de exploração e extração.

Por fim, os tempos do cuidado são tempos de relação, impossíveis de cronometrar através do relógio, nos quais a velocidade não é um valor, pelo contrário, é algo que reduz a qualidade do cuidado e da relação. Então, como pensamos e organizamos os tempos de produção para que respeitem os tempos ecológicos e os tempos dos cuidados e das relações? Como organizamos os tempos sociais para que eles nos permitam realizar uma vida cotidiana sem “ânsias” de tempo? Como mudamos o atual imaginário sobre o valor do tempo para colocar “a vida no centro”?

²⁷ Começamos a tratar este tema em Bosch et al., 2005.

Normalmente, é mais fácil tentar mudar aquilo que é visibilizado, o que acontece no espaço público. A partir daí que se desenvolvem formas cooperativas de produção, mas que dificilmente levam em consideração o vínculo com as necessidades de cuidados. Talvez também seria necessário pensar em formas alternativas para aquilo que é invisibilizado, isto é, formas comunitárias de realizar o cuidado; o que poderia oferecer mais flexibilidade aos tempos de ambos trabalhos²⁸.

Sou e somos conscientes de que tentar pensar a partir de uma perspectiva alternativa centrada na sustentabilidade da vida humana de um modo que seja, ao mesmo tempo, complexo, articulado e operativo, é uma tarefa difícil e arriscada. Mas não sou nem somos ingênuas, sabemos a dificuldade que isso pressupõe. Não é uma tarefa fácil tentar mudar os poderes – econômico, capitalista, patriarcal e outros – que governam e estruturam as instituições, as relações e o simbólico social com objetivos totalmente antagônicos aos que estão colocados aqui e que apresentam, além disso, uma enorme capacidade de serem reproduzidos através de múltiplos planos: político, ideológico, militar, familiar, etc. Mas não fazê-lo supõe também reforçar o paradigma imperante que perturba nosso devir de um modo cada vez mais insustentável. Não pretendo esgotar o tema – que sabemos que é muito complexo e com um longo percurso – mas contribuir para uma reflexão necessariamente aberta e democrática que permita seguir vislumbrando alternativas para construir um mundo possível de se viver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRÁ, Maria Xosé. El alcance de la justicia y las complejas desigualdades de género. In: ORTEGA, Margarita et al. *Género y ciudadanía*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid, 1999.

²⁸ Isto poderia nos levar rapidamente a outro tipo de problemas que estão fora do espaço deste artigo, como as consequências das decisões individuais, como são as de ter filhos/as. A comunidade deve assumi-las? Qual comunidade? A familiar, a trabalhista ou a sociedade como conjunto? E de que modo?

- ARRUZZA, Cinzia. *Reflexiones degeneradas: patriarcado y capitalismo*. 2016. Disponible em: <<https://marxismocritico.com/category/feminismo-marxista/>>.
- BAKKER, Isabela. *Unpaid Work and Macroeconomics: New Discussions, New Tools for Action*, Ottawa: Status of Women Canada, 1998.
- _____. Neo-Liberal Governance and the Reprivatization of Social Reproduction: Social provisioning and Shifting Gender Orders. In: BAKKER e GILL. *Power Production, and Social Reproduction*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 66-82, 2003.
- BARCELÓ, ALFONS. *Reproducción económica y modos de producción*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1981.
- BENERÍA, Lourdes. Reproducción, producción y división sexual del trabajo. *Mientras Tanto*, número 6. pp. 47-84, 1981.
- BOSCH, Anna. et al. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo. In: TELLO, Enric. *La historia cuenta*. Barcelona: El Viejo Topo, pp. 321-346, 2005.
- BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. Outside the Domestic Labor Debate: Towards a Theory of Modes of Human Reproduction. *The Review of Radical Political Economics*, vol. 16 (2/3): 137-166, 1984.
- CAFFENTZIS, George. On the Notion of a Crisis of Social Reproduction: A Theoretical Review. In: DALLA COSTA, Mariarosa; DALLA COSTA, Giovanna F. (eds.) *Women, Development and Labor of Reproduction*. Eritrea: Africa World Press, 1999.
- CARRASCO, Cristina. *El trabajo doméstico*. Un análisis económico. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1991.
- _____. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres?. *Mientras Tanto*, número 82, pp. 43-70, 200

- _____. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Con voz propia*. La economía feminista como apuesta teórica y política. Madrid: La oveja roja, pp. 25-48, 2014.
- _____. Sostenibilidad de la vida y ceguera patriarcal. Un debate inacabado. *Atlánticas*. Revista Internacional de Estudios Feministas, número 1, 2016.
- CARRASCO, Cristina et al. *El trabajo doméstico y la reproducción social*. Madrid: Instituto de la Mujer, 1991;
- _____. *El trabajo de cuidados*. Historia, teoría y políticas. Madrid: Los libros de la catarata, 2011.
- _____. Expolio y servidumbre: apuntes sobre la llamada deuda de cuidados. *Revista de Economía Crítica*, número 18, pp. 48-59, 2014.
- CARRASCO, Cristina; TELLO, Enric Apuntes para una vida sostenible. In: FREIXANET, Maria. (coord.). *Sostenibilitats*. Polítiques públiques des del feminisme i l'ecologisme. Col·lecció Grana, número 30. Barcelona: Institut de Ciències Polítiques i Socials, pp.13-53, 2011.
- DALLA COSTA, Mariarosa. Las mujeres y la subversión de la comunidad. In: DALLA COSTA Mariarosa.; JAMES, Stela. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo XXI, 1977.
- _____. La sostenibilidad de la reproducción: de luchas por la renta a la salvaguardia de la vida. In: LABORATORIO FEMINISTA. *Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista*. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2006.
- _____. *Dinero, perlas y flores en la reproducción feminista*. Madrid: Akal, 2009.
- DALLA COSTA Mariarosa.; JAMES, Stela. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo XXI, 1977.

- DALLA COSTA, Mariarosa; DALLA COSTA, Giovanna F. (eds.) *Women, Development and Labor of Reproduction*. Eritrea: Africa World Press, 1999.
- DEL RE, Alisa. El Estado del Bienestar, las mujeres y las políticas sociales en el seno de la UE. In: VILLOTA, Paloma de. *Las Mujeres y la Ciudadanía en el umbral del siglo XXI*, Madrid: Ed. Complutense, 1998.
- DOWBOR, Ladislau. *La reproducción social*. México: Siglo XXI, 1994.
- EZQUERRA, Sandra. Acumulación por desposesión, género y crisis en el Estado español. In: *Revista de Economía Crítica*, número 14, pp. 124-147, 2012.
- FEDERICI, Silvia: *Calibán y la bruja*. Madrid: Traficantes de sueños, 2010.
- GALCERÁN, Montserrat. Prólogo. In: *Dinero, perlas y flores en la reproducción feminista*. Madrid: Akal, 2009.
- HARVEY, David. *El nuevo imperialismo*. Madrid: Akal, 2004.
- _____. *El enigma del capital y las crisis del capitalismo*. Madrid: Akal, 2012.
- HOCHSCHILD, Arlie Hussell. Las cadenas mundiales de afecto y asistencia y la plusvalía emocional. In: GIDDENS e HUTTON (eds.). *En el límite. La vida en el capitalismo global*. Barcelona: Tusquets Editores: 187-208, 2001;
- HUMPHRIES, Jane; RUBERY, Jill. The Reconstitution of the Supply Side of the Labour Market: the Relative Autonomy of Social Reproduction. In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 8, número 4, pp. 331-346, 1994.
- LABORATORIO FEMINISTA. *Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista*. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2006.
- LEÓN, Magdalena.. Economía solidaria y buen vivir. Nuevos enfoques para una nueva economía. In: *Sostenibilidad de la vida. Aportaciones desde la Economía Solidaria, Feminista y Ecológica*. REAS Euskadi, pp. 43-54, 2014.

- MARÇAL, Katrine. *¿Quién le hacía la cena a Adam Smith? Una historia de las mujeres y la economía*. Barcelona: Penguin Random House Grupo Editorial, 2016.
- MARX, Karl. *Salario, precio y ganancia*. Beijing, República Popular China: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1976.
- MIES, Maria. *Patriarchy and Accumulation on a World Scales*. Women in the International Division of Labour. Londres: Zed Books, 1987.
- MOLINEUX, Maxine. Beyond the Domestic Labour Debate. In: *New Left Review*, número 116, pp. 3-27, 1979.
- PASINETTI, Luigi. *Lecciones de la teoría de la producción*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomía público/privado. In: CASTELLS, Carmen (comp.) *Perspectivas feministas en teoría política*. Barcelona: Paidós, 1966.
- PERÉZ OROZCO, Amaia. *Perspectivas feministas en torno a la economía*. El caso de los cuidados. Madrid: Consejo Económico y Social, 2006^a.
- _____. La economía: de icebergs, trabajos e (in)visibilidades. In: *Transformaciones del trabajo desde una perspectiva feminista*. Madrid: Tierradenadie Ediciones, 2006b.
- _____. Cadenas globales de cuidados: ¿qué derechos para un régimen global de cuidados justo? Santo Domingo, República Dominicana: UN-INSTRAW, 2009.
- _____. Diagnóstico de la crisis y respuestas desde la economía feminista. In: *Revista de Economía Crítica*, número 9, pp. 131-144, 2010.
- _____. Crisis multidimensional y sostenibilidad de la vida. In: *Investigaciones Feministas*, número 2, pp. 29-53, 2011.
- _____. Global Care Chains: Reshaping the Invisibilized Foundations of an Unsustainable Development Model. In: MEGHANI, Zahra(ed.). *Women Migrant Workers*. Londres: Routledge, 2013.

- _____. *Subversión feminista de la economía*. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.
- PÉREZ OROZCO, Amaia; López Gil, Silvia. *Desigualdades a flor de piel*. Cadenas globales de cuidados. Concreciones en el empleo de hogar y las políticas públicas. Madrid: ONU Mujeres, 2011.
- PICCHIO, Antonella. *Social Reproduction: the Political Economy of the Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- _____. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Mujeres y Economía*. Barcelona: Icaria, 1999, pp. 201-242.
- _____. Un enfoque macroeconómico “ampliado” de las condiciones de vida. In: CARRASCO, Cristina (ed.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 2001, pp. 15-37.
- _____. Condiciones de vida: Perspectivas, análisis económico y políticas públicas. In: *Revista de Economía Crítica*, número 7, 2009, pp. 27-54.
- _____. Vulnerable Bodies, Total Work and Caring Relationships: A New Economic Perspective. In: ADDABBO, Tindara et al. *Gender Inequalities: Households and the Production of Well-Being in Modern Europe*. Farnham: Ashgate, 2010, pp. 59-74.
- SRAFFA, Piero. *Producción de mercancías por medio de mercancías*. Madrid: Oikos Tau, 1966.
- SMITH, Adam. *La riqueza de las naciones*. Madrid: Alianza, 1994.
- VARA, María Jesús. (coord.). *Estudios sobre género y economía*. Madrid: Akal, 2006.
- ZAMORA, José Antonio . *Las crisis y sus víctimas*. Contraste 22. Murcia: Foro Ignacio Ellacuría, 2014.

Submetido em 03/09/2018 e acceto em 19/12/2018.

TRABALHO FEMININO NO CERNE DO MERCADO DE TRABALHO¹

Antonella Picchio²

RESUMO: Ao explicitar a dimensão capitalista do trabalho doméstico, este artigo propõe uma mudança importante na perspectiva analítica (e política) sobre as interações entre família e mercado de trabalho. A partir de uma análise estatística sobre a distribuição do tempo dedicado ao trabalho doméstico entre mulheres e homens na Itália e na França do final da década de 1980; de confrontar de forma veemente os pressupostos neoclássicos, especialmente a visão da família presente nas obras de Gary Becker; de questionar o potencial político das mulheres trabalhadoras apenas relacionado ao assalariamento, neutralizando o trabalho doméstico; e de abordar o Estado como a instituição que regula o arranjo entre o processo de acumulação e o processo de reprodução social, a autora argumenta que o trabalho doméstico seria o elo na relação entre a produção e a reprodução que sustenta o processo de acumulação de capital. Na sua análise do sistema capitalista, a exploração do trabalho para a reprodução e o controle das mulheres ganham centralidade, pois garantem a quantidade e qualidade do trabalho de produção necessário à acumulação. Sendo assim, é também a partir da questão da reprodução que se compreende a forma dos

¹*Artigo recebido em 12/04/2018 e aprovado em 08/08/2018.

Este texto é o quinto capítulo do livro “*Social Reproduction: the political economy of the labour Market*”, publicado pela Cambridge University Press, em 1992. O título original do quinto capítulo traduzido aqui é “*Women’s work at the core of the labour market*”. Tradução e revisão técnica de Maria Fernanda Cardoso de Melo (nanda.melo@gmail.com), Daniela Salomão Gorayeb (danisago@gmail.com), Juliana de Paula Filleti (juliana.filleti@facamp.com.br), Olivia Bullio Mattos (obulliomattos@sfc.edu) e Georgia Christ Sarris (georgia.sarris@facamp.com.br). Agradecemos à Antonella Picchio e à Cambridge University Press por permitirem a publicação deste capítulo. [Picchio, Antonella, “*Social Reproduction: The Political Economy of the Labour Market*”, Chapter Five: “*Women’s work at the core of the labour market*”, © Cambridge University Press, 1992, reproduced with permission].

² Antonella Picchio é professora de Economia Política na Universidade de Modena e Reggio Emilia, na Itália.

conflitos sociais, de classes e de gênero, o papel do Estado e a constituição das mulheres como sujeito político.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho feminino; trabalho doméstico; produção capitalista e reprodução social; mercado de trabalho; movimento feminista.

ABSTRACT: By detailing the capitalist features of domestic work, this article proposes an important move in the analytical (and political) perspective on the interactions between family and the labor market. The study is focused on four fronts: i) a statistical analysis on the distribution of time between men and women dedicated to domestic work in Italy and France in the late 1980s; ii) a confrontation on the neoclassical assumptions in Gary Becker's perspectives on family; iii) a questioning of the political potential of working women that is only related to paid work, neutralizing domestic work and iv) an approach of the State as the institution responsible for regulating the relation between the process of accumulation and the process of social reproduction, arguing that domestic work is the link between production and reproduction that sustains the process of capital accumulation. In the author's study of a capitalist system, the exploitation of work for reproduction and the control of women are crucial, once they all but guarantee both the quantity and the quality of labor necessary to accumulation. It is also stemming from the matter of reproduction that one can understand social, class, and gender conflicts in all their forms, the role of the State, and the constitution of women as political subjects.

KEYWORDS: women's work, domestic work, capitalist mode of production and social reproduction, labor market, feminist movement.

O TRABALHO REPRODUTIVO

No mercado de trabalho feminino algumas características se mantêm surpreendentemente constantes: (a) o número substancial de mulheres sem trabalho remunerado; (b) a quantidade de trabalho doméstico³ feito por mulheres assalariadas; (c) segregação do trabalho; (d) grande proporção de mulheres em situação de pobreza.

A persistência desses fatos, a despeito das mudanças radicais nas estruturas sociais e produtivas, apresenta uma nova perspectiva para a

³ NT: Em quase todo o artigo, a autora se refere a trabalho doméstico (*housework*) como aquele que é realizado no âmbito doméstico e não é remunerado. A mesma observação vale para "trabalhadoras domésticas" (*houseworkers*).

relação entre produção e reprodução. Por exemplo, enquanto os dados das taxas de atividade⁴ mostram mudanças de nível e de composição (como o grande aumento de mulheres casadas e mulheres com crianças), ainda se observa uma concentração muito elevada nos empregos menos qualificados ou serviços domésticos. A porcentagem de mulheres sem trabalho remunerado continua similar ao cenário do final do século XIX (tabela 1), embora tenham havido importantes mudanças no controle da natalidade (levando a uma redução das taxas de fertilidade), nas estruturas familiares e nos níveis educacionais – todos fatores determinantes para a entrada de mulheres no mercado de trabalho (Hartmann & Reskin, 1986)⁵.

Para entender tudo isso precisamos olhar para o lado sombrio e escondido do trabalho feminino e do trabalho doméstico. Se começarmos com o mercado de trabalho feminino, nunca conseguiremos apresentar a magnitude e a importância dos problemas envolvidos. Uma razão para essa limitação está no fato de o trabalho doméstico ser reprimido nos modelos analíticos do mercado de trabalho, por tenderem a marginalizar e a ocultar todo o processo de reprodução. Neste capítulo, portanto, definirei o trabalho doméstico e tentarei quantificá-lo em sua dimensão atual, usando dados estatísticos.

Quando a relação entre a produção e a reprodução desaparece da análise do contexto econômico, o trabalho concreto de reprodução fica camuflado e as trabalhadoras domésticas se tornam socialmente invisíveis, mesmo que representem uma grande parcela da população de trabalhadores. Mais precisamente, não é o trabalho doméstico ou as trabalhadoras domésticas que ficam escondidas, mas sim a relação capitalista entre a produção e a reprodução. É assim que o problema central de qualquer sistema econômico se torna um problema restrito e marginal das mulheres.

⁴ As taxas de atividade são definidas como a porcentagem de mulheres no mercado de trabalho (empregadas ou desempregadas) comparadas com o total da população em idade ativa (PIA).

⁵ O mesmo aparece em Hakim (1981).

TABELA 1 – População Economicamente Ativa* e desemprego, 1987

Países	Eur12	Alemanha Occidental	- França	Itália	Reino Unido
Taxas de atividades					
Feminina	33,3	34,7	35,9	29,4	39,4
Masculina	55,2	58,5	51,0	55,2	59,1
Meio período**					
Feminina	28,6	29,0	22,5	8,7	44,5
Masculina	3,4	1,3	3,3	2,6	5,0
Taxas de desem-prego (média anual)					
Feminina	13,2	8,0	13,5	17,3	10,1
Masculina	8,9	5,3	8,3	7,4	11,0

* A População Economicamente Ativa compreende todas as pessoas empregadas e desempregadas.

** Porcentagem de empregos para meio período no total do emprego. Fonte: EUROSTAT, 1989, p. 99-182, 223.

É verdade que as definições recentes de trabalho foram ampliadas para incluir o trabalho reprodutivo não remunerado (Gershuny & Jones, 1986; R.L. Pahl, 1984); e, em estudos empíricos sobre o uso do tempo, o trabalho doméstico e o trabalho remunerado são somados para calcular a jornada de trabalho. Este é um passo necessário em direção à equidade, porém não ajuda em termos de clareza: o importante no caso do trabalho feminino não é a ampliação do significado do termo trabalho, mas sim especificar a relação entre produção-reprodução.

A natureza dessa relação se torna evidente se utilizarmos a abordagem do excedente para olharmos o lucro. O trabalho doméstico é a **produção** do trabalho como uma mercadoria, enquanto o trabalho remunerado é a **troca** do trabalho. Para ocorrer a troca, o trabalho precisa ser produzido; e para ser utilizado na produção de outras mercadorias, o trabalho precisa ser produzido e trocado. E isto não ocorre meramente por uma questão cronológica, é uma relação funcional entre processos.

Enquanto os salários são considerados custos de produção, o trabalho doméstico não pago é uma dedução dos custos. É desnecessário dizer que o trabalho doméstico possui seus próprios custos (tal como a sobrevivência da trabalhadora doméstica), mas essa relação é feita de forma a garantir um elevado excedente. Essa relação não é óbvia diretamente, pois o trabalho não é vendido por capitalistas: o excedente é apropriado pelos capitalistas não pela venda do trabalho, mas por sua compra⁶.

Foi por isso que Adam Smith reconheceu, como vimos no primeiro capítulo⁷, que um trabalhador bem alimentado e bem vestido custa menos ao seu empregador do que um escravo mal alimentado e malvestido. Ele explica o paradoxo apontando o fato de que a administração da reprodução dos trabalhadores passou a ser uma responsabilidade do empregador, e não mais do próprio trabalhador. O paradoxo do valor-trabalho – isto é, o fato de que quanto mais trabalho for incorporado na sua reprodução, menor será o custo para o empregador – pode ser explicado apenas no contexto da separação do processo de produção e de reprodução, com a distinção capitalista entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado, e com a subordinação social da reprodução para as necessidades da acumulação

⁶ Nos anos 1970 houve um intenso debate sobre o trabalho doméstico originado no contexto militante feminista (Dalla Costa & James, 1972; Federici, 1976) e que foi transformado em um debate mais marxista ortodoxo e acadêmico (Molineaux, 1979; Himmelweit & Mohun, 1977; Folbre, 1982). É possível encontrar uma coleção dos textos que nortearam o debate do trabalho doméstico em Malos (1982), com atenção especial para Federici (1976).

Enquanto a discussão política foi conduzida dentro – e contra – a Campanha de Salários para o Trabalho Doméstico, o debate acadêmico focou, principalmente, na aplicação da teoria marxista de exploração e do valor-trabalho. Logo o debate se formalizou com interesses voltados mais aos aspectos quantitativos do que aos aspectos inovadores de uma perspectiva política feminista.

N.T.: A Campanha de Salários para o Trabalho Doméstico – ou *The International Wages for Housework Campaign* – foi um movimento feminista social surgido nos anos 1970, na Itália, sendo suas principais expoentes: Selma James, Brigitte Galtier, Mariarosa Dalla Costa e Silvia Federici. Veja: https://freedomarchives.org/Documents/Finder/DOC500_scans/500.020.Wages.for.Housework.pdf, e James, Selma. Is transformation possible? *They say we can't. We say we must. Off Our Backs*, v. 38, n. 1 (2008), pp. 40-43, para maiores detalhes das reivindicações do movimento.

⁷ N.T.: A autora se refere ao capítulo 1 do livro desta tradução, “*Social Reproduction: the political economy of the labour Market*”.

de capital. O que é paradoxal para a teoria do valor se torna trágico para as mulheres, visto que as contradições e os conflitos do sistema se materializam em suas vidas pessoais.

Sociólogos se concentram, tanto no nível internacional quanto no local, no uso do tempo. Uma quantidade considerável de informações emerge dos estudos empíricos bastante difusos das complexas interações sociais entre as famílias e o mercado de trabalho, e entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado (Gershuny & Jones, 1986; R.L. Pahl, 1984; Roy, 1989; Saraceno, 1987). O que precisamos agora é uma estrutura analítica para a nova consciência, só para ter certeza de fazer pleno uso dos novos dados. Essa necessidade é notada, por exemplo, por Gershuny e Jones que estão fazendo um trabalho valioso coletando arquivos do uso do tempo na Fundação Europeia para a Melhoria da vida e das Condições de trabalho, baseada em Dublin:

Este é um grande conjunto de trabalhos empíricos e, considerando a natureza fundamental e compreensiva dos dados que produz, deveria ter tido um efeito substancial nas ciências sociais. De fato, seu impacto não foi impressionante. Salvo algumas honrosas exceções, as publicações que surgem como resultado da pesquisa da gestão do tempo são levemente descritivas e teoricamente desinformadas e não informativas. Existem duas razões conectadas para isso: as complicações práticas da análise da gestão do tempo – e a ausência quase completa de uma teoria apropriada (...). Ainda não temos teorias adequadas sobre a determinação dos padrões de uso do tempo; os modelos elegantes e cada vez mais sofisticados produzidos pelos economistas, os quais buscam explicar as diferenças para dados de corte e mudanças históricas nos padrões de uso do tempo por diferenças salariais (exemplo Becker 1965, Gronau 1977), enquanto são consistentes internamente, carregam pouca relação com os padrões intrínsecos de comportamento exibidos pelos dados (Gershuny & Jones, 1986, p. 3-4).

O trabalho doméstico não é meramente uma combinação de tarefas necessárias para a reprodução diária das famílias e para a vida física ou psicológica de seus membros. Esse restaura a relação entre produção e reprodução que faz sentido do ponto de vista das pessoas envolvidas. É esperado que, dentro da família, com as mulheres e seu trabalho doméstico, a relação alienada que estrutura o sistema de produção e o sistema social será revertida e seus conflitos absorvidos. O trabalho doméstico serve ao bem-estar das pessoas, enquanto a produção de mercadorias é orientada para a acumulação do capital. Acumulação usa pessoas como mercadorias, e a tarefa do trabalho doméstico é produzir e restaurá-las como pessoas dentro dos limites da reprodução delas como mercadorias. É isto que torna este trabalho interminável, embora tenham ocorrido muitas mudanças nas famílias, na tecnologia e na estrutura ocupacional do mercado de trabalho assalariado. A família, entretanto, define e compõe funções como um alternador: no mundo lá de fora, a direção da energia vai da reprodução de pessoas para a produção de mercadorias (acumulação de capital), enquanto na família esta direção deve ser revertida – ao menos aparentemente – em favor de um processo mais humano pelo qual a reprodução de pessoas é o objetivo final e a produção de mercadorias é apenas o meio.

A família precisa oferecer um espaço, físico e psicológico, no qual os indivíduos se sintam o centro das atenções, o objetivo final da atividade social. Quanto mais alienada for a relação entre as pessoas e o sistema de produção, mais pesado e difícil se torna o trabalho doméstico. E o trabalho doméstico é ainda mais difícil quanto mais desigual for a sua distribuição dentro da família entre os homens e as mulheres (Maurin, 1989; Saraceno, 1987).

Dentro do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres nas famílias, é impossível distinguir entre as tarefas materiais e o cuidado psicológico das pessoas (Finch & Groves, 1983). O amor da mulher na família é expresso e exigido em termos de trabalho. A diferença de gênero reflete na enorme quantidade de energia que as mulheres derramam nos demais, para que eles se sintam como seres humanos em um sistema que os trata como mercadorias (seja em uso, para uso futuro ou fora de uso). Historicamente o trabalho material de reprodução e de reafirmação da

identidade pessoal – incluindo os homens adultos – tem sido delegado às mulheres. Isso significa que as mulheres precisam compensar os serviços públicos inadequados e os efeitos destrutivos do mercado de trabalho. Quanto mais esses efeitos são disfarçados, mais a família se torna um lugar onde as tensões e inseguranças de todos os membros são descarregadas.

ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

A diferença significativa entre o trabalho feito pelas mulheres e pelos homens na família, a persistência de quantidades enormes de trabalho doméstico, a estreita dependência dos comportamentos dos homens e das mulheres nas famílias a padrões históricos de normas sociais impostas – tudo isso é muito conhecido da experiência diária, e parece desnecessário insistir mais nesses pontos. Mas, na verdade, a transposição da experiência direta da esfera de conhecimento comum para a pesquisa acadêmica envolve mudanças de perspectiva e de sujeito e objetos de pesquisa:

Todo saber (**wissen**⁸) tem seu próprio estilo de pensamento com suas tradições e educação específicas. Da quantidade quase infinita de possibilidades, todo caminho para o saber seleciona questões diferentes, conectando-as de acordo com diferentes regras e a diferentes propósitos (Fleck, 1986, p.49)⁹.

Nesta transposição entre o conhecimento comum e o científico, importantes aspectos da experiência comum frequentemente se tornam menos visíveis e aparentam ser de menor importância. Essa perda de foco não é resultante apenas do processo de abstração: ela também reflete as relações de poder entre os sujeitos sociais, na sociedade e na profissão científica. No caso do trabalho doméstico, o problema não está relacionado apenas ao fato que a mulher tem menos poder nas instituições sociais, e

⁸ N.T.: wissen, termo em alemão que significa saber.

⁹ Para maiores detalhes sobre o tema dentro das comunidades científicas veja Jardine (1986, p. 120-33).

especificamente na comunidade científica, mas ao fato de que a análise econômica predominante, em geral, esconde o processo de reprodução social do trabalho.

Estatísticas disponíveis ajudam a iluminar as dimensões dessa questão. Vamos começar com os casos da Itália e da França, e depois continuaremos com comparações de algumas tendências históricas em diferentes países. A tabela 2 apresenta uma ideia quantitativa da distribuição desigual do trabalho doméstico entre homens e mulheres na Itália. Uma comparação do quadro geral mostra que a média total do número de horas por semana é de 5,5 para os homens e de 36,3 para as mulheres. Mas, o que é mais interessante é que os homens que moram com mulheres, formando um casal, fazem apenas a metade do trabalho doméstico feito por homens que moram sozinhos; a outra metade é transferida para a mulher. O fato da mulher ter mais horas de trabalho doméstico do que o homem quando eles moram sozinhos, devido à educação e falta de dinheiro para os serviços de mercado, não explica o fato de trabalharem mais do que os homens quando eles estão morando juntos. Dessa maneira, mulheres que moram junto fazem mais trabalho doméstico do que mulheres sozinhas, e essa diferença aumenta conforme aumenta o tamanho da família. Por exemplo, o nascimento do primeiro filho no grupo de idade entre 25-44 gera um acréscimo de cerca de 8 horas no trabalho doméstico por semana da mulher e uma leve queda no trabalho do homem. Isso derruba o mito de que as crianças são a única causa da jornada excessiva de trabalho doméstico feminino. Outra surpresa interessante na tabela é o fato de que quando o número de crianças aumenta, a quantidade de trabalho doméstico feita pelo homem, com idade entre 25 e 45 anos, realmente diminui de 9,5 para 3,8 horas, enquanto a da mulher passa de 21,6 para 45,7 horas.

TABELA 2 – Itália, média do número de horas semanais do trabalho doméstico, de acordo com o sexo, idade e tamanho da família

Idade	1	2	3	4	5	6+	Total
HOMENS							
14-24	8,3	4,5	3,0	2,7	2,8	2,7	2,9
25-44	9,5	5,8	5,6	5,2	5,1	3,8	5,4
45-64	15,1	7,8	6,3	3,3	5,2	5,4	6,3
65+	17,1	8,5	7,7	6,3	8,0	5,5	8,7
TOTAL	14,1	7,4	5,6	4,6	4,4	3,9	5,5
MULHERES							
14-24	24,4	29,1	26,0	16,9	15,6	18,1	19,5
25-44	21,6	30,9	38,6	44,9	45,8	45,7	41,8
45-64	32,3	41,7	45,8	48,0	47,8	46,9	44,6
65+	29,2	35,7	33,1	25,2	25,2	26,0	31,3
TOTAL	29,5	36,9	38,3	37,9	37,9	33,4	36,3

Fonte: ISTAT (1989, 1985, p. 73).

Entre as mulheres vivendo com parceiros, sem filhos, o número de donas de casa não é muito menor do que o de mulheres empregadas: evidentemente o mero fato de formar um casal afeta fortemente as suas taxas de emprego. Isto fortalece a visão de que há uma parcela central do trabalho doméstico sem qualquer correlação com o número de filhos e que para 36,6% das mulheres que moram junto, a presença de um companheiro age como impedimento para a entrada no mercado de trabalho assalariado. A proporção de donas de casa cresce com o número de crianças até que atinge 65% (Fadiga Zanatta, 1988, p. 291). Então, na Itália, ainda hoje, uma porcentagem muito significativa de mulheres de todas as idades ainda possui o trabalho doméstico como sua única ocupação, embora isso não signifique que as mesmas mulheres sejam permanentemente donas de casa.

O trabalho doméstico, claro, não é feito pelas donas de casa sozinhas, contudo em muitos casos sim. Mas também é realizado pelas mulheres com empregos: de 27,2 horas por semana para mulheres sem filhos até

34,5 horas por semana para mulheres com 3 crianças (tabela 3). A mesma tabela também mostra que a ‘dupla jornada’ é um fenômeno puramente feminino. As pouquíssimas horas de trabalho doméstico realizadas pelos homens não aumentam nem com o acréscimo do número de filhos ou em resposta aos trabalhos assalariados de suas esposas.

TABELA 3 – Itália, número médio semanal de horas de trabalho doméstico realizado por casais, de acordo com o número de filhos e emprego feminino

Número de filhos	Unidade familiar com mulher empregada		Unidade familiar sem mulher empregada		Total
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	
Sem crianças	27,2	6,4	43,1	7,6	23,2
1 filho	31,7	6,6	52,1	6,1	25,2
2 filhos	33,4	6,2	56,0	5,2	27,0
3 filhos	34,5	6,0	57,1	5,0	28,0
4 filhos	32,1	4,8	57,6	5,3	28,1
5 ou mais filhos	36,1	5,9	55,5	4,2	28,6
TOTAL	31,7	6,3	51,5	6,1	25,7

Fonte: ISTAT (1989, 1985, p. 74).

O caso da Itália é menos provinciano do que se poderia esperar. A França, por exemplo, apresenta o mesmo tipo de padrão que aparece em alguns estudos muito interessantes sobre a alocação do tempo para o trabalho e atividades de vida. A tabela 4 confirma a distribuição do tempo de trabalho entre os sexos (desagregados pelo número de filhos), os quais já foram apresentados para a Itália na tabela 3. Se adicionarmos a assim chamada ‘jornada total’¹⁰, (i.e., tempos de trabalho pagos e não pagos) vemos que entre as várias seções da população trabalhadora, é a mulher empregada que suporta a carga mais pesada do trabalho (com média superior a 10 horas diárias). Depois vem o homem empregado, e então a mulher sem trabalho remunerado – quem, contudo, trabalha tantas horas

¹⁰ Em inglês: *constrained times*.

quanto um homem se ela tiver três filhos. Na França também, o trabalho doméstico dos homens diminui conforme o número de filhos aumenta, mesmo em casos em que as mulheres possuem trabalho remunerado.

Tendo esboçado um retrato para a Itália e a França indicando a quantidade de trabalho doméstico e as diferenças evidentes na distribuição entre os sexos, podemos agora tentar ver se as horas de trabalho doméstico tendem historicamente a decrescer, se o fenômeno é limitado geograficamente e se as diferenças entre os gêneros estão diminuindo. Temos alguns dados disponíveis para os EUA e uma comparação, ao longo do tempo, entre diferentes países.

A tendência do trabalho doméstico nos EUA é efetivamente ilustrada pelos dados publicados por Vaneck (1980)¹¹. Os resultados servem para relativizar algumas visões generalizadas e otimistas sobre a relação entre o crescimento econômico e a redução do trabalho doméstico. Comprova-se que, no período entre 1926 e 1964, embora tenham havido enormes mudanças nos tipos de casas, bens de consumo (duráveis ou não duráveis) e estruturas familiares, o montante de trabalho doméstico não diminuiu e ainda aumentou: para as donas de casa subiu de 51 para 56 horas por semana. Numa situação urbana com água corrente, melhores serviços de saúde e utensílios domésticos, a redução no tempo usado para o preparo da comida foi mais que compensado pelo aumento do tempo dedicado aos cuidados com a casa, às compras, ao lidar com a burocracia e aos cuidados com as crianças (Vaneck, 1980, p. 82-7).

¹¹ Os dados foram coletados em uma base de pesquisa financiada, em 1925, pelo Governo Federal. As mulheres foram convidadas a elaborar orçamentos de tempo nas bases dos guias fornecidos pelo *US Bureau of Home Economics* (Serviço de Economia Doméstica dos EUA). A mesma metodologia foi aplicada em estudos nos anos 1930s, 1940s, 1950s e 1960s (Vaneck, 1980, pp.82-3).

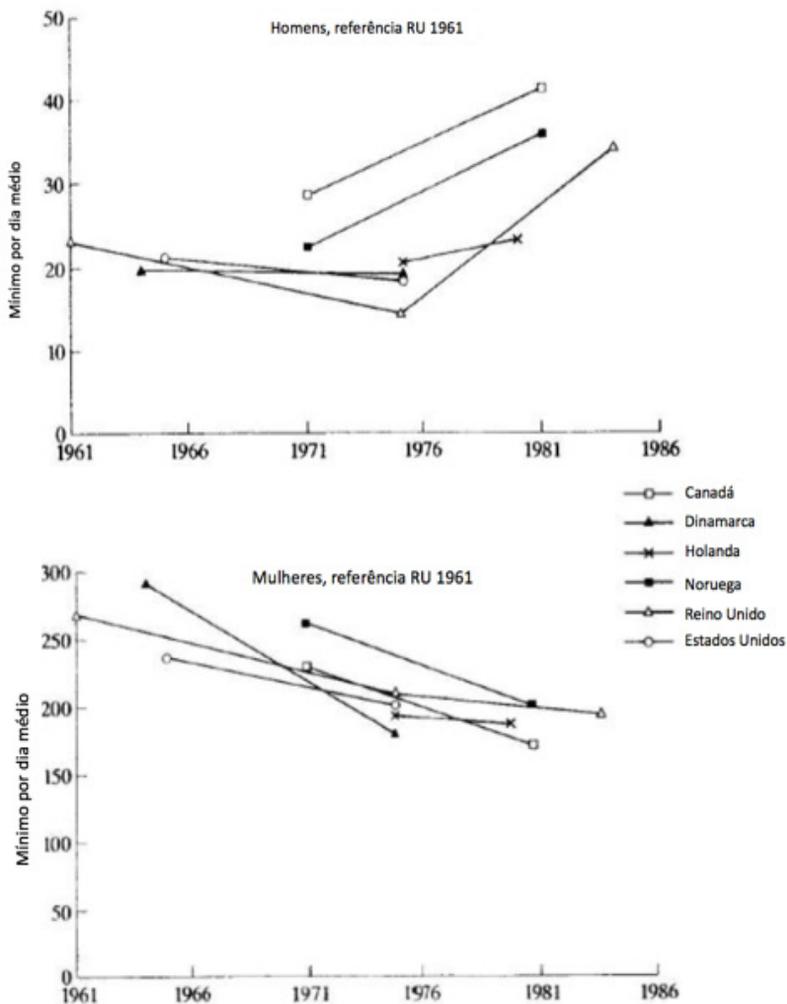
TABELA 4 – França, uso do tempo de acordo com o número de filhos e ocupação da mulher, 1981.

Tempo gasto em:	Homens com:					
	Esposas empregadas			Donas de casa		
	1 filho	2 filhos	3 ou +	1 filho	2 filhos	3 ou +
Trabalho pago	6h30	6h40	7h25	6h50	6h50	6h35
Trabalho doméstico	2h10	2h05	1h40	1h35	1h40	1h45
Jornada Total	8h40	8h45	9h05	8h25	8h30	8h20
Necessidades físicas	11h	11h	10h55	11h	11h	11h30
Lazer	4h20	4h15	4h	4h45	4h30	4h10
Tempo gasto em:	Mulheres:					
	Empregadas			Donas de casa		
	1 filho	2 filhos	3 ou +	1 filho	2 filhos	3 ou +
Trabalho pago	5h30	4h40	4h40	-	-	-
Trabalho doméstico	4h35	5h15	5h45	7h30	8h10	9h
Jornada Total	10h05	9h55	10h25	7h30	8h10	9h
Necessidades físicas	10h55	11h	10h40	11h30	11h15	11h15
Lazer	3h	3h05	2h55	5h	4h35	3h45

Fonte: Roy (1982, p. 60).

Szalai (1975) compara as horas de trabalho das donas de casa com as das mulheres que possuem trabalho remunerado. Nas mais diferentes instituições ou contextos produtivos, os resultados mostram que se o trabalho doméstico é dividido de acordo com tarefas, tanto para mulheres empregadas ou para as donas de casa, o montante total de trabalho não diminui com o tempo e as diferenças tendem a aumentar. O total diário para as donas de casa é de 6,1 horas em 1926 e 6,2 horas em 1969, enquanto para as mulheres empregadas são, respectivamente, 3,8 em 1952 e 4,5 em 1969 (Szalai, 1975, p. 393)¹².

¹² Os cuidados com os filhos não estão incluídos entre os deveres e, conseqüentemente, o cenário representa apenas parte do trabalho doméstico total.



Fonte: Gershuny e Jones (1982, p. 60).

Robinson e Converse (1972) depois de padronizar as amostras – eliminando, por exemplo, diferenças devido ao fato de as mulheres sem emprego terem mais crianças – concluíram que a disparidade entre mulheres empregadas e donas de casa não surge de uso maior da tecnologia ou serviços externos, ou pelo maior apoio dado pelos maridos das mulheres empregadas (Vaneck, 1980, p. 87-8). Os padrões de cuidados com a casa e com os filhos se mostram similares para as duas categorias; conseqüentemente, as diferenças são, aparentemente, devido a uma organização mais eficiente do trabalho. Na realidade, Vaneck endossa a opinião de Szalai de que as donas de casa trabalham tanto quanto os homens para sentirem (e então poderem mostrar) que elas ganham seu sustento. Esta explicação ideológica não explica por que mulheres assalariadas trabalham tantas horas nos serviços domésticos também.

As diferenças marcadas entre os trabalhos dos homens e das mulheres emergem também dos dados apresentados por Gershuny e Jones (1986). Esses dados nos permitem fazer algumas comparações entre os diferentes países – os Estados Unidos, o Reino Unido, a Dinamarca, o Canadá, a Holanda e a Noruega – para o período de 1961-85. Assim como nos casos para a Itália e a França, há evidências que a estrutura familiar, enquanto influencia fortemente os trabalhos das mulheres assalariadas ou não assalariadas, deixa o dos homens praticamente inalterados (Gershuny & Jones, 1986, p. 30)¹³.

As diferenças nas jornadas de trabalho são tais que os gráficos que as representam normalmente utilizam escalas diferentes para os homens e para as mulheres. As horas de trabalho dos homens são, em geral, medidas em segmentos de 10 em 10 minutos, enquanto para as mulheres os segmentos mudam para a ordem de centenas (gráfico 1). Não são levantadas questões sobre o tamanho ou a persistência da diferença

¹³ No estudo de Gershuny e Jones as comparações entre homens e mulheres são feitas na base: a) trabalho formal, i.e. trabalho pago incluindo trabalho em casa, formação para o segundo trabalho e viagem para ou do trabalho; b) trabalho doméstico, o qual inclui cozinhar e lavar, tarefas domésticas, trabalhos avulsos, jardinagem, compras, cuidados com as crianças e viagens domésticas; c) cuidados pessoais, incluindo vestir, serviços pessoais, comidas e lanches, dormir e descansar (Gershuny & Jones, 1986, pp. 17-18).

de gênero, mas os dados mostram uma redução no trabalho doméstico realizado pelas mulheres e um ligeiro aumento no realizado pelos homens. A redução do trabalho doméstico das mulheres se deve ao aumento do número de mulheres com empregos remunerados. Como no caso anterior, as diferenças de tempo gastos entre as mulheres que trabalham fora e as donas de casa, principalmente, refletem ritmos diferentes de trabalho, mais do que responsabilidades ou obrigações diferentes. Todas as mulheres precisam fazer, e geralmente fazem, os mesmos trabalhos; mas elas se organizam de formas diferentes. Na realidade, uma marcante diferença ideológica seria muito improvável dado que quase todas as mulheres têm empregos remunerados em vários momentos de suas vidas; são poucas as mulheres que ficam exclusivamente como 'donas de casa'. As diferenças de hábitos e normas sociais são principalmente conectadas às diferenças geracionais, de classes ou de níveis educacionais. Para os homens, contudo, o aumento parece ser atribuído a uma mudança nas atitudes sociais durante os 1970 (Gershuny & Jones, 1986, p. 77).

No caso do cuidado com as crianças, as diferenças absolutas entre homens e mulheres são muito evidentes e mais uma vez isto é comum a todos os países (Gershuny & Jones, 1986, p.55). O tempo dedicado às compras geralmente aumenta as diferenças entre homens e mulheres (p. 56). Homens e mulheres compram juntos bens de consumo duráveis, enquanto as compras do consumo do dia-a-dia são ainda primordialmente tarefas femininas. O tempo gasto com cuidados pessoais são notavelmente iguais entre os dois sexos (p. 58); esta categoria inclui serviços pessoais, dormir e descansar, e fazer as refeições. Contudo, se tivermos em mente as responsabilidades das mulheres de cozinhar e cuidar das crianças, fica bem claro que o tempo de refeição possui conotações diferentes para os homens e para as mulheres – por exemplo, homens são usualmente servidos à mesa. Até o ato de dormir pode não ser igualmente considerado: a uniformidade no horário de ir para a cama e de acordar nem sempre significa a mesma quantidade de horas de sono, especialmente quando há crianças pequenas ou pessoas de idade na família, ou se alguém está doente.

O 'HOMEM-ECONÔMICO' DE BECKER

Becker (1960, 1981, 1987) fornece uma tentativa sistemática para lidar com a economia da família. Ele define a família como uma firma, com o tempo disponível aos seus membros sendo alocado de acordo com a maximização da utilidade marginal (neste caso, coletiva) condicionada às restrições de tempo e renda, seguindo a teoria neoclássica tradicional.

Os dados apresentados na seção anterior não confirmam a hipótese de Becker de que trabalho doméstico e trabalho assalariado são sistematicamente substitutos um do outro. Como vimos, para as mulheres, esses dois tipos de trabalho são geralmente somados e não substitutos. Mesmo a troca entre máquinas e trabalho doméstico não acontece da forma esperada pela teoria neoclássica, que propõe uma substituição marginal baseada no custo de oportunidade do tempo gasto, por meio da qual quanto mais mulheres são pagas pelo seu trabalho, mais elas supostamente substituiriam trabalho doméstico por máquinas. Ao contrário, a introdução da tecnologia no trabalho doméstico depende de padrões sociais de consumo, que por sua vez são determinados por hábitos, gostos e contextos culturais. Dadas as coordenadas sociais, 'donas de casa' e 'mulheres assalariadas' usam os mesmos eletrodomésticos e os mesmos serviços.

A visão da família como uma firma também não pode ser justificada em termos da maximização coletiva da utilidade dadas certas restrições. Como no caso das máquinas, a permutabilidade entre o trabalho assalariado da mulher e o trabalho doméstico do homem depende muito mais de fatores culturais do que dos salários relativos. Na verdade, entre homens e mulheres não há troca das responsabilidades domésticas (além daquelas dadas pelas convenções sociais) mesmo quando o salário da mulher é mais alto do que de seu parceiro. Assim, o que é realmente importante na determinação da relação entre trabalho doméstico e assalariado é o contexto das normas sociais, hábitos, gostos, relações de poder, etc. O modelo de Becker não diz nada sobre esses fatores, uma vez que ele reduz a análise ao problema da alocação de recursos escassos tendendo ao equilíbrio e, logo, à estática. Ademais, as condições lógicas do modelo

são tais que as variações de preços e quantidades (salários e tempo de trabalho) não são capazes de afetar os parâmetros da função. Na realidade, os próprios parâmetros são precisamente os elementos mais importantes da análise, uma vez que eles refletem a estrutura fundamental do mercado de trabalho e por serem afetados por mudanças nos preços e quantidades.

As relações básicas entre modos de produção e modos de reprodução social não podem ser reduzidas à distinção entre parâmetros históricos gerais e funções a-históricas de preço-quantidade. A forma como a quantidade é medida em função do preço sempre depende de estruturas sociais e relações de poder que mudam no tempo e espaço (isso foi provado com a crítica da teoria do capital neoclássica). Além disso, no que diz respeito aos mecanismos de ajustamento do mercado de trabalho, a flexibilidade do sistema não depende da elasticidade dos salários, mas da natureza flexível historicamente dada de instituições como a família. O que precisamos reconhecer, portanto, é uma flexibilidade institucional, e não uma suposta elasticidade das funções preço-quantidade.

Algumas das observações de Becker são até razoáveis, e já tinham sido brilhantemente expressas por Adam Smith: por exemplo, o fato de que a estrutura da família é afetada por fatores econômicos (dentre outros) que determinam as relações entre os sexos e o número de crianças. O que não se pode aceitar em Becker são os instrumentos e a abordagem metodológica usadas para expressar esses aspectos da realidade. A caracterização da família como uma firma acentua os piores defeitos do reducionismo neoclássico. O uso do tempo, relações entre os sexos, e a decisão de ter ou não filhos, são vistos como sistematicamente dependentes do nível de salário, e de uma forma tão determinística que se tornam, além de repugnantes do ponto de vista ético, inúteis do ponto de vista analítico.

Willis (1987), na sua pesquisa da *'Economia da Família'*, demonstra para onde os cálculos intertemporais da utilidade podem levar os economistas. Podemos chamar isto de “Modelo da Dinastia de Investimento Ótimo em Crianças”:

As preferências parentais podem ser representadas dentro do arcabouço de sobreposição de gerações com uma

‘função de utilidade dinástica’ se a função utilidade dos pais é igual à soma das suas próprias utilidades com consumo e da utilidade vitalícia de cada um dos filhos, multiplicada por um peso representando o grau do altruísmo parental. Devido à recursividade, a função utilidade dos pais é igual à soma dos níveis de utilidade do consumo próprio dos filhos, netos, e todas as gerações subsequentes na dinastia, descontada pela taxa de altruísmo. Dadas as preferências, o nível de utilidade vitalícia de uma criança (i.e. a soma ponderada da sua utilidade com consumo e a utilidade de seus filhos) pode ser interpretada como uma medida escalar da qualidade da criança¹⁴.

Seguindo essa estratégia, Becker e Nigel Tomes (...) abordam a determinação do nível de investimento ótimo em crianças. A análise nos dá um modelo explícito do papel da família no financiamento do capital humano (Willis, 1987, p. 75)

A economia neoclássica é geralmente baseada na negação da natureza específica do trabalho como uma mercadoria – e em particular da especificidade do processo de reprodução e suas implicações políticas. Sua teoria de salários é baseada na velha teoria do fundo de salários, que coloca que os salários serão determinados de acordo com a oferta e demanda, determinadas a partir da relação sistemática entre o tamanho da população e uma quantidade de capital. Primeiro, a teoria dos salários como custos da reprodução social foi rejeitada, removendo então o foco do processo de reprodução do trabalho; então, segue com a determinação simultânea dos salários e do preço relativo de outras mercadorias, rejeitando a teoria exógena da distribuição. Nesse contexto, se a reprodução do trabalho é reintroduzida na análise econômica, um esforço desesperado precisa ser feito para reconciliar esses problemas com o método analítico reduutivo. Logo, não é acidental que Becker, precisamente quando fala sobre problemas da reprodução, reforça a a-historicidade da análise neoclássica. A sua teoria tem sido usada para explicar a reprodução de todos os grupos

¹⁴ N. T. Willis (1987) explica em seu texto que “qualidade da criança” segue o conceito de Becker (1960), medida pelo nível de gasto por criança, de acordo com preferências parentais.

sociais hoje existentes ou que já existiram no mundo. Todo indivíduo irá racionalizar suas escolhas por meio da maximização da utilidade marginal tanto quanto ele/ela conseguir; o importante é que cada escolha possa ser representada em um diagrama de curvas de indiferença sujeitas à restrição de uma quantidade dada de recursos.

Finalmente, mas não menos importante, as medidas da enorme contribuição das mulheres às economias nacionais com seu trabalho doméstico, calculada entre 30% a 40% do Produto Nacional dependendo do método utilizado (Goldschmidt-Clermont, 1982), demonstram o caráter irreal da teoria dos salários como função da produtividade do trabalho, usada por economistas neoclássicos.

UM SALÁRIO POR DOIS TRABALHOS

A experiência do duplo trabalho das mulheres nos força a olhar novamente para a dicotomia entre a família e o mercado, não somente em conexão com a força de trabalho feminina, mas também para uma análise mais geral do mercado de trabalho.

A complexidade da dupla carga das mulheres vem da constante necessidade de mediar conflitos profundos, bem como tensões mais superficiais. Os conflitos profundos são conectados com a histórica disparidade de poder entre os sexos – expressa como controle sobre o trabalho reprodutivo da mulher – e a contradição crucial no sistema social entre os processos de reprodução de pessoas e o processo de acumulação de capital. As contradições mais superficiais são aquelas envolvendo os conflitos contínuos e muitas vezes dilacerantes que nascem da separação entre os tempos e os espaços dos dois processos. A identidade da mulher, e seu sucesso em conseguir não somente se encaixar num molde fixo da família e da sociedade, mas também em escapar dele, dependem da sua capacidade de agir dentro dessas relações conflituosas (Balbo, 1987). As mulheres são, na verdade, muito dinâmicas e criativas para encontrar maneiras de mudar as condições de suas vidas, mas elas enfrentam obstáculos estruturais que limitam a sua margem de manobra.

A ‘dupla jornada’ das mulheres coloca-as em uma posição ideal para expor o artifício pelo qual dois trabalhos são feitos por um salário. Em essência, isso se mantém igual no contexto tradicional do homem ‘ganha-pão’ e da mulher ‘dona de casa’, no mais moderno onde ambos são ‘ganha-pão’, ou no pós-moderno onde o homem eventualmente divide as tarefas domésticas. A natureza desse artifício capitalista pode ser exposta somente com uma mudança radical da perspectiva analítica (e política).

A desconfortável relação entre a troca de poder de trabalho da mulher no mercado e a organização diária do processo de reprodução é amplamente refletido nos dados sobre emprego feminino. Os dados revelam que, assim como há um núcleo de trabalho doméstico para as mulheres assalariadas, também há um núcleo sólido de mulheres que estão impossibilitadas ou indisponíveis para entrar no mercado de trabalho assalariado, pelo menos durante alguns períodos de suas vidas. Deve-se ressaltar que algumas mulheres combinam trabalho doméstico e outros trabalhos em casa – como artesanato, manutenção de um comércio e agricultura. Essas mulheres formam uma categoria adjacente das ‘donas de casa’ porque elas realizam trabalho – na maioria das vezes não-remunerado – dentro da família, mas elas são contadas como empregadas nas estatísticas. Elas não são um grupo marginal; o seu trabalho, precisamente porque é realizado em uma unidade de produção definida pela família, envolve uma contínua interação entre trabalho para o mercado e trabalho reprodutivo: na realidade, essas mulheres normalmente entram nesses trabalhos pelo casamento (Finch, 1983).

Em termos de horas de trabalho, a influência do trabalho doméstico no trabalho assalariado torna-se ainda mais óbvia. No nível internacional, o trabalho meio-período é majoritariamente um fenômeno feminino (Beechey & Perkins, 1987; Walby, 1990). Outros sistemas de gerenciamento de tempo (turnos, trabalhos noturnos, horário flexível, horas extras, plantões) são usados de forma diferente por homens e mulheres; e a disparidade é novamente baseada nas diferentes responsabilidades com a família. As mulheres são preparadas para trabalhar em vários horários do dia, mas elas resistem fortemente a cronogramas indefinidos e imprevisíveis. A grande variedade de soluções dá aos empregadores uma força de trabalho

que é geralmente flexível, ainda que mais rígida para alguns empregados. As horas de trabalho escolhidas pelas mulheres, incluindo aquelas mais desfavorecidas, são fortemente determinadas pelas necessidades da família – um elemento que tem pouca importância para os homens.

O aumento dos índices de emprego das mulheres não pode ser lido como um progresso contínuo para um místico ‘trabalhador neutro’, definido por uma igualdade imaginária. O sentimento de frustração que as mulheres experimentam demonstra a insuficiência das soluções oferecidas pelo sistema atual para os problemas envolvidos na relação entre produção e reprodução social, que não são de forma alguma limitados às mulheres. Usando a experiência das mulheres em ambos os processos, nós podemos começar a nos distanciar de uma perspectiva sacrificial (inculcada nas mulheres de vários níveis ideológicos e simbólicos, e não somente pela direita política) para uma baseada em uma crítica social e política do trabalho assalariado capitalista.

Nesse ponto, as ‘donas de casa’ não são mais passivas e inertes do que as mulheres assalariadas; elas são somente menos notadas pelas ideologias em torno do trabalho. Há duas formas de tornarem-nas invisíveis: uma é considerá-las como potenciais sujeitos políticos só caso se tornem assalariadas, e a outra é glorificar o seu papel e retirá-lo da esfera econômica e política. Ambas as perspectivas têm o objetivo de neutralizar o trabalho doméstico como uma questão para negociações políticas.

PERSPECTIVAS POLÍTICAS

A consciência das dimensões qualitativas e quantitativas do trabalho reprodutivo e sua localização adequada no quadro analítico geral têm implicações cruciais para as estratégias das mulheres. Se a política diz respeito apenas ao trabalho assalariado, as mulheres estão presas no dilema da proteção-igualdade. Ou seja, ou devem esconder o seu trabalho reprodutivo para serem iguais aos homens no local de trabalho, ou o reconhecem e pedem “proteção” por isso. Mas, uma vez que a relação histórica entre produção e reprodução é explicitada, o vínculo funcional entre trabalho assalariado e trabalho doméstico torna-se uma questão geral

e não uma questão da mulher. A “proteção” é exposta como uma pequena manobra, a “igualdade” como uma miragem; e ambas as estratégias são extremamente inadequadas para lidar com os problemas derivados do conflito da relação entre produção e reprodução sob o capitalismo. As mulheres percebem isso claramente, mas são forçadas a aceitar medidas “protetoras”, como empregos de tempo parcial, que prejudicam seus salários e carreiras, ou então brincar de tornar-se Mulher Maravilha para perseguir uma igualdade espúria no mercado de trabalho assalariado. Os salários escondem não só a dupla jornada, mas, de forma mais insidiosa, escondem a enorme quantidade de energia gasta pelas mulheres e que é absorvida por seus colegas homens para lidar com seus próprios problemas.

Nas circunstâncias atuais, a ideia de uma distribuição mais igualitária do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres parece mais uma ilusão do que uma perspectiva real. Em primeiro lugar, o chauvinismo, historicamente sedimentado, tão persistente e generalizado que não há como ignorar, interage com a estrutura do mercado de trabalho. Em segundo lugar, os homens são conscientes o bastante de suas próprias lutas históricas por maiores salários reais e por menos trabalho, e não aceitariam um incremento da jornada de trabalho sem nenhuma compensação além da diminuição de seu sentimento de culpa. Uma redistribuição do trabalho doméstico será possível somente por uma redistribuição massiva de recursos a favor da reprodução da população trabalhadora. Essa redistribuição pode assumir diferentes tipos de “salários para trabalho doméstico” - benefícios monetários, licença remunerada, redução da jornada de trabalho com manutenção de salário, serviços públicos, etc. - e certamente favorecerá tanto homens como mulheres - mas, em qualquer caso, deve ser massiva e deve modificar os modos de produção.

Nas últimas décadas, a situação do mercado de trabalho, para as mulheres, se modificou extraordinariamente. As mulheres têm tido cada vez menos filhos e uma parte crescente de suas vidas deixou de ser regulada pelo ciclo biológico. Assim, elas podem permanecer por mais tempo num trabalho remunerado e, como já vimos, isso não significa necessariamente que farão menos trabalho doméstico. Com o aumento do

cuidado de pessoas idosas e doentes, aumento do tempo gasto em viagens e compras, compromissos burocráticos, crianças que permanecem mais tempo em casa, homens com menos segurança no emprego, com trabalhos flexibilizados e estressantes, etc., as mulheres têm pouca esperança em uma redução da “jornada de trabalho total”.

Os salários das mulheres se tornaram essenciais na composição da renda familiar, e temos diferentes modalidades de arranjos familiares. Mas isso não altera a relação entre produção e custos de reprodução do trabalho assalariado: isso significa apenas que o salário do homem não é mais suficiente para manter o patamar histórico do padrão de vida familiar. A relação entre salário dos homens e salário das mulheres e o padrão de vida real ainda é mediada por essa forma separada de organização da reprodução e pela necessidade de manter seus custos baixos o suficiente para permitir a formação e acumulação de lucros. Para esse propósito o trabalho doméstico ainda desempenha muito bem sua tarefa.

A evidência empírica parece mostrar que as mulheres não consomem mais com o propósito de trabalhar menos; ao contrário, elas trabalham mais para consumir mais. O fenômeno encontra semelhança ao das transformações que ocorreram na economia das famílias no século XVIII, quando os agricultores (independentes) foram induzidos de várias formas a depender do comércio de mercadorias e do mercado de trabalho para sua subsistência.

As mulheres geralmente usam o mercado de trabalho para escapar das formas de dependência pessoal inerentes às relações patriarcais: mas acabam com uma carga de trabalho maior e geralmente não conseguem escapar da armadilha de baixos salários e pobreza. Na verdade, acontece que, por um lado, ganham alguma liberdade pessoal por meio da redução das imposições pessoais que restringem sua liberdade de ação, e, por outro lado, as mulheres estão mais pressionadas a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho devido a um aumento histórico generalizado da insegurança do acesso dos trabalhadores aos meios de subsistência¹⁵.

¹⁵ Sen distingue entre liberdades negativas - em relação aos impedimentos à liberdade de ação - e liberdades positivas refletindo as condições básicas de segurança. Ele define o padrão de vida não apenas em termos de bens e serviços, mas também em termos de direitos, isto é, da

Tudo isso só pode ser entendido se analisarmos a natureza do mercado de trabalho, que é aparentemente democrático (porque pressupõe livre escolha por parte dos trabalhadores), mas cujos traços subjacentes levam a uma insegurança tão profunda e disseminada que ameaça a liberdade individual. Ao expor a natureza do mercado de trabalho, em que se baseia o mercado de bens e serviços, a relação entre produção e reprodução, que caracteriza a economia capitalista, fica mais perceptível.

Para as mulheres, essa clareza é essencial porque ela traz o fato de que sua entrada no mercado de trabalho assalariado, ao mesmo tempo que, sem dúvida, resolve muitos problemas em suas vidas, não pode realmente “libertá-las”. Na realidade, nem traz a libertação do patriarcado, porque o mercado de trabalho assalariado, como vimos, baseia-se exatamente nesta particular divisão sexual do trabalho na reprodução.

MULHERES E ESTADO

O trabalho doméstico é a base para uma certa relação entre as mulheres e o Estado. O Estado é a instituição que regula o arranjo entre o processo de acumulação e o processo de reprodução social, como vimos nos capítulos três e quatro¹⁶. Os Estados modernos têm o papel de controlar os conflitos que emergem do trabalho assalariado e da particular divisão do trabalho e de recursos dele decorrente. Sob o capitalismo, o trabalho reprodutivo assume a forma de trabalho doméstico não remunerado, cuja função é reproduzir a população, especialmente os trabalhadores assalariados. Este arranjo permite que o sistema conte com a continuidade dos processos de produção e reprodução, sob a forma de comando social proporcionada pela insegurança endêmica dos salários. Uma relação proporcional e adequada entre os dois processos é a condição da qual depende a continuidade do processo de acumulação capitalista. Como vimos, essa proporção constitui o cerne da Economia Política.

possibilidade de fazer pleno uso da própria vida (Sen, 1987).

¹⁶ N.T.: A autora se refere aos capítulos três e quatro do livro desta tradução, “*Social Reproduction: the political economy of the labour Market*”.

A insegurança da reprodução, inerente ao sistema salarial, induziu o Estado a assumir certas responsabilidades diretas para grupos sociais, como os trabalhadores com baixa remuneração, os desempregados, os trabalhadores sem remuneração e as pessoas sem remuneração que não tem de quem depender. O Estado, no entanto, nunca foi uma instituição neutra em relação às classes sociais; e muito menos seria assim em relação à questão de gênero e da divisão de trabalho no processo de reprodução. O controle sobre o trabalho das mulheres leva ao controle de toda a reprodução da população.

O Estado, de fato, está longe de ser passivo em relação ao controle das funções reprodutivas das mulheres, tanto em termos de quantidade como de qualidade. Por exemplo, sempre exercendo controle sobre o aborto – repressivamente ou permissivamente, de acordo com a necessidade (Walby, 1990). Também controlando a execução do contrato de casamento, que impõe obrigações domésticas e sexuais precisas às mulheres (Pateman, 1988). Além disso, tolerou como normal um certo grau de violência privada contra as mulheres, o que explica, em parte, a generalizada relutância para aprovar leis que proibam a violência dentro da família; embora essa tolerância pareça contradizer as políticas de igualdade de direitos para todos os cidadãos, ela é bastante eficiente no controle do trabalho feminino e do corpo da mulher. O Estado também tolera o fato de que, em comparação com homens, as mulheres trabalhem mais, sejam mais pobres e tenham menos proteção em termos de seguridade social (Brocas, et. al., 1990).

Quando o Estado assume responsabilidades diretas em relação à reprodução, nunca pretende substituir o trabalho doméstico, mas apenas complementá-lo. As obrigações domésticas da mulher são sempre tacitamente aceitas na formulação de políticas sociais. Os serviços de saúde e as escolas não poderiam funcionar se não fossem sustentados por muito trabalho doméstico dentro da família. O viés é ainda mais evidente na prestação de serviços de enfermagem, creches e educação infantil. É sempre dado por certo, de forma implícita ou explícita, que os lugares serão alocados aos filhos das mães empregadas, reforçando assim a responsabilidade específica das mães, ao invés de reconhecer a

responsabilidade pública social pelas crianças. A alocação de recursos públicos em vários níveis institucionais baseia-se sempre no princípio de que é basicamente responsabilidade da mãe resolver problemas relacionados às crianças. Assume-se geralmente que o trabalho e a energia das mulheres são ilimitados e não impõem restrições à política social.

Deve notar-se que mesmo quando há taxas elevadas de emprego feminino e universalidade de serviços públicos, como nos países escandinavos, os problemas da relação das mulheres com o Estado, que concernem ao trabalho reprodutivo, não foram de modo algum resolvidos. Precisamente porque esses países são tão avançados, eles mostram claramente o quão difícil é superar a ideia de que as mulheres são o principal instrumento de reprodução social - na família, no mercado de trabalho e nas instituições públicas (Hernes, 1987). Somente a resistência generalizada das mulheres em todos os níveis, incluindo níveis institucionais, pode expor os custos que as mulheres são obrigadas a suportar, em termos de trabalho e estresse, porque as responsabilidades de reprodução são lançadas sobre elas pelos homens e pelo Estado.

É sobretudo com o Estado que as mulheres têm que negociar as condições de seu trabalho reprodutivo. Elas não podem ganhar negociando em particular num mercado de trabalho que ignora o trabalho de reprodução das mulheres, a fim de pagar salários baixos tanto para mulheres como para homens. Além disso, em quase todos os países o Estado tornou-se o maior empregador de mulheres, portanto, uma luta bem-sucedida para modificar convenções e relações de poder no setor público também poderia servir como padrão para o setor privado.

Apenas a negociação direta com o Estado sobre os modos de reprodução pode corrigir, pelo menos em parte, os abusos de um sistema de produção que subordina a reprodução social à acumulação de capital. A divisão do trabalho reprodutivo entre os sexos está muito profundamente enraizada na estrutura do sistema social para ser transformada por uma simples racionalização dos tempos de trabalho individuais. A negociação das mulheres com o Estado, no entanto, não elimina a necessidade de expor e agir sobre o conflito profundo e historicamente estabelecido entre homens e mulheres na área de reprodução. A base material moderna desses

conflitos está enraizada no acesso desigual aos meios de subsistência e na desigualdade do trabalho reprodutivo, bem como no controle geral sobre os corpos e vidas das mulheres mantidos pelos homens através do paternalismo e/ou do assédio e da violência.

UM SUJEITO POLÍTICO

Na atual situação, mulheres têm se tornado um sujeito social com uma influência decisiva. Não é coincidência que uma nova fase de conflitos se abriu sobre os modos de reprodução históricos. O movimento feminista dos anos 1970 se focou diretamente na questão da reprodução: contracepção, aborto, sexualidade, família, trabalho doméstico, saúde, serviços e padrões de vida foram os assuntos mais vigorosamente debatidos (Rowbotham, 1990). Durante os anos 1980, as energias das mulheres foram sobretudo canalizadas para a criação e expansão de instrumentos culturais. Editoras, livrarias e jornais dirigidos por mulheres, estudos, conferências e centros culturais de mulheres contribuíram para inclusão das mulheres entre os protagonistas – como também suas questões – no centro dos debates culturais atuais. Naquela década as mulheres também estabeleceram e consolidaram relações com as instituições públicas: administrações públicas locais, sindicatos, mídia, etc. Elas também colocaram a atenção no fato de que nas instituições públicas a representatividade das mulheres ainda é escandalosamente desigual.

O ativismo político e cultural das mulheres ajudou a estabelecer a questão de sua liberação sexual um elemento central na dinâmica social contemporânea. Desde os primórdios do movimento feminista, a questão da liberação sexual se distinguiu e se contrapôs à questão da emancipação (compreendida como a entrada das mulheres no mundo dos homens e a supressão da diferença entre os sexos). A rejeição das mulheres a esse tipo de nivelamento determinou as bases para uma crítica radical das instituições sociais nas quais nós vivemos. Essas instituições são criticadas não somente porque impõem barreiras à entrada, mas porque também estão baseadas na subordinação da mulher e delas são inseparáveis. Tudo isso levou a um intenso debate sobre as fundações teóricas das Ciências Sociais, que são

somente aparentemente neutras: na essência elas são baseadas puramente nos pontos de vista dos homens com relação ao mundo e às mulheres (Braidotti, 1991; Pateman, 1988). Mesmo nas Ciências Físicas, instituições e abordagens metodológicas foram questionadas por sua parcialidade das suas perspectivas de pesquisa (Donini, 1990; Fox Keller, 1985; Harding, 1986).

O fato de que as mulheres formam um sujeito político não significa que as mulheres são todas iguais ou que têm os mesmos interesses. Elas são profundamente divididas por diferenças de classe, nacionalidade e raças, assim como por suas próprias histórias individuais. É evidente que as interações sociais entre sujeitos com diferentes níveis de poder são muito complicadas. Mas, clareza na questão específica da reprodução pode facilitar novas alianças. Por exemplo, até décadas recentes, o trabalho doméstico era uma grande fonte de divisão entre as classes porque o trabalho doméstico remunerado era um setor empregatício ocupado totalmente por mulheres. Hoje é muito menos comum uma mulher comandar outra no trabalho doméstico por meio do assalariamento¹⁷; além disso, o trabalho doméstico entre diferentes classes sociais ficou nivelado em grande medida por várias razões como a difusão de normas sociais, de produtos e tecnologias, mídia, de serviços sociais e da urbanização.

Adotando uma abordagem analítica que foca diretamente na reprodução e nas suas condições históricas, nós também encontramos um denominador comum para o trabalho das mulheres em diferentes países e

¹⁷ NT: Infelizmente, e como reflexo da gigantesca desigualdade socioeconômica que assola o Brasil, o trabalho doméstico remunerado ainda é muito comum no país. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do quarto trimestre de 2017, as mulheres, embora sejam maioria na população em idade ativa, representam apenas 43,7% da população ocupada. Dessas mulheres com alguma ocupação, 14,6% são empregadas domésticas (em torno de 6 milhões de mulheres). Destas, 71,6% ainda não possuem registro de trabalho e, portanto, não podem contar com direitos trabalhistas como previdência, férias, licenças de saúde, seguro-desemprego, etc. Das mulheres trabalhadoras domésticas remuneradas, 30% é empregada em mais de um domicílio. O salário médio de uma trabalhadora doméstica em 2017 no Brasil foi de R\$859,09, ou seja, 38,8% da média salarial de todos os trabalhadores (R\$2.214,70). Com essa diferença salarial pode-se compreender porque mulheres no Brasil ainda comandam o trabalho de outras mulheres no âmbito doméstico, dificultando a união das mulheres para a atuação como sujeitos políticos no país.

em diferentes economias (como exemplo, países do norte e do hemisfério sul). A multiplicidade e a especificidade das relações entre produção e reprodução estão certamente refletidas nas diferenças radicais entre as mulheres de diferentes países. Mas, dado o devido reconhecimento dessas relações no nível político, é possível encorajar a construção de alianças e solidariedade com a potencialidade de superar, pelo menos em parte, os conflitos entre mulheres de diferentes localidades no sistema internacional de acumulação capitalista. Nessa área, organização de mulheres e intelectuais começaram a criar instrumentos efetivos para reavaliar, no nível internacional, as relações historicamente dadas entre produção e reprodução em cada contexto real específico (Deere, 1976; Young, 1988; Brydon & Chant, 1989). Instituições como DAWN¹⁸ (*Development Alternatives with Women for a New Era*), WID¹⁹ (*Women in Development*) e as reuniões de mulheres em várias organizações não-governamentais formam uma rede internacional para alternativas de políticas de desenvolvimento (Sen & Grown, 1988).

CONCLUSÕES

Na minha análise do sistema capitalista, em paralelo à exploração do trabalho para a produção, eu explicitamente ressaltai a exploração do trabalho para a reprodução. Para analisar essa segunda forma de exploração nós devemos nos focar centralmente no trabalho de reprodução e no controle das mulheres para garantir a quantidade e a qualidade de trabalho necessário para a acumulação capitalista.

Para compreender a exploração de classe e a exploração de gênero é necessário reconhecer a relação funcional específica entre produção e reprodução. Isso não significa em absoluto que a organização política do conflito entre os sexos possa ser confinada dentro dos limites estritos dos sindicatos ou outras organizações históricas do movimento trabalhista. Essas organizações são tão patriarcais e chauvinistas que permitem pouco espaço para a necessária manifestação dos conflitos entre os sexos – na

¹⁸ N.T. Sigla em inglês para *Development Alternatives with Women for a New Era*.

¹⁹ Sigla em inglês para *Women In Development*.

verdade, elas não estão nem abertas a uma crítica radical da exploração de classes. Elas tomam como garantido que as mulheres, com seu trabalho doméstico, absorverão as condições inseguras da reprodução que são endêmicas no trabalho assalariado. A impotência dos sindicatos afeta não somente as mulheres, mas também os homens – envolve não somente gênero, mas também classes. Eu tampouco imagino que o conflito entre os sexos é puramente um problema do capitalismo, ou da exploração do trabalho. O conflito está tão enraizado na história do desenvolvimento social, e tão disfarçado na história do pensamento social, que seria um absurdo imaginar que uma mera mudança nas perspectivas teóricas da Economia Política poderia rastrear suas fundações históricas e, sozinha, resolvê-las.

Com relação à questão do materialismo e do economicismo, eu acho que isso é simplesmente abordado em termos errados. A reprodução necessariamente tem um componente material. Ela está relacionada a corpos, nutrição, nascimento, etc. Mas, ao mesmo tempo, não há nada mais simbólico do que o corpo, o alimento, o nascimento e a maternidade. A diferença entre os sexos é, em primeiro lugar, biológica; mas sua percepção e expressão são profundamente arraigadas na estrutura da linguagem e nos mitos. Sua história pregressa é tão longínqua que os estudos atuais antropológicos sobre as mulheres praticamente só começaram a arranhar a superfície.

Minha abordagem para a Economia Política, no entanto, é claramente materialista, mas não necessariamente economicista. Eu não desejo que a Economia, como uma especificação do tema sob investigação – isto é, a produção, distribuição e a troca da riqueza –, seja confundida com economicismo, que tem muitas implicações reducionistas. Quando a devida atenção é dada ao processo de reprodução do trabalho, todo o conteúdo da Economia Política é necessariamente visto como inerentemente social e político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BALBO, L. Crazy Quilts: Rethinking the Welfare State Debate from a Woman's Point of View. In: Showstack Sasson, ed. *Women and the State*. London, Hutchinson, 1987.
- BECKER, G. An Economic Analysis of Fertility. In: *Demographic and Economic Change in Developed Countries*. NBER, Princeton, Princeton University Press, 1960.
- _____. *A Treatise on the Family*. Cambridge, Harvard University Press, 1981.
- _____. Family. In: EATWELL, J.; MILGATE, M. & NEWMAN, P., eds. *The New Palgrave Dictionary of Political Economy*. London, Macmillan, 1987.
- BEECHEY, V. & PERKINS, T. *Women, Part-Time Work and the Labour Market*. Cambridge, Polity Press, 1987.
- BRAIDOTTI, R. *Patterns of Dissonance*. Cambridge, Polity Press, 1991.
- BROCAS, et. al. *Women and Social Security*, Geneva, ILO, 1990.
- BRYDON, L. & CHANT, S. *Women in the Third World: Gender Issues in Rural and Urban Areas*. Aldershot, Edward Elgar, 1989.
- DALLA COSTA, M. & JAMES, S., *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristo, Falling Wall Press, 1972.
- DEERE, C. D. Rural Women's Subsistence Production in the Capitalist Periphery. In *Review of Radical Political Economy*, vol. 8, pp. 9-17, 1976.
- DONINI, E. *La nube e il limite, donne, scienza, percorsi nel tempo*. Turin, Rosenberg and Sellier, 1990.
- EUROSTAT. *Employment and Unemployment*. Brussels, EEC, 1989.
- FADIGA ZANATTA, A. L. Donne e lavoro. In: ISTAT, Associazione Italiana di Sociologia, *Inmagini della Societa' Italiana*, Rome, ISTAT, 1988.

- FEDERICI, S. *Counterplanning from the Kitchen*, Bristol, Falling Wall Press, 1976.
- FINCH, J. *Married to the Job: Wives' Incorporation in Men's Work*. London, Allen e Unwin, 1983.
- FINCH, J. & GROVES, D. eds. *A Labour of Love: Women Work and Caring*. London, Allen and Unwin, 1983.
- FLECK, L. On the crisis of Reality. In: Cohen and Schnelle, eds. *Cognition and Fact*, Boston, D. Reidel Publ, 1986.
- FOLBRE, N., 'Exploitation Comes Home: a Critique of the Marxian Theory of Family Labour', In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 6, pp. 317-29, 1982.
- FOX KELLER, E. *Reflections on Gender and Science*. New Haven, Yale University Press, 1985.
- GERSHUNY, J. & JONES, S. *Time Use in Seven Countries*. Dublin, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 1986.
- GOLDSCHMIDT-CLERMONT, L. Unpaid Work in the Household: a Review of Economic Evaluation Methods. In: *Women, Work and Development Series*, Geneva, ILO, 1982.
- GRONAU, R. Leisure, Home Production and Work: the Theory of the Allocation of Time Revisited. In: *Journal of Political Economy*, vol. 85, p. 1099-123, 1977.
- HAKIN, C. Job Segregation Trends in the 1970's, In: *Department of Employment Gazette*, vol. 89, pp. 521-9, 1981.
- HARDING, S. *The Science Question in Feminism*. Ithaca, Cornell University Press, 1986.
- HARTMAN, H. & RESKIN, B. *Women's Work, Men's Work. Sex Segregation on the Job*. Washington, National Academy Press, 1986.

- HERNES, H. M., 'Women and the Welfare State: the Transition from Private to Public Dependence', In: Showstack Sassoon, ed. *Women and the State*, London, Hutchinson, 1987.
- HIMMELWEIT, S., & MOHUN, S. 'Domestic Labour and Capital' In: *Cambridge Journal of Economics*, vol. 1, pp. 15-31, 1977.
- ISTAT. *Indagine sulle strutture e i comportamenti familiari*. Rome, ISTAT, 1985.
- JARDINE, N. *The Fortunes of Enquiry*, Oxford, Clarendon Press, 1986.
- PAHL, R. L. *Divisions of Labour*, Oxford, Basil Blackwell, 1984.
- MALOS, E., *The Politics of Housework*, London, Alison and Busby, 1982.
- MAURIN, R. Types de pratique quotidiennes, types de journées et déterminants sociaux de la vie quotidienne. In: *Economie et Statistique*, No. 223, p. 41-61, 1989.
- MOLINEAUX, M., 'Beyond the Housework Debate', In: *New Left Review*, vol. 116, pp. 3-27, 1979.
- PATEMAN, C. *The Sexual Contract*. Cambridge, Polity Press, 1988.
- ROBINSON, J. P. & CONVERSE, P. C. Social Change Reflected in the Use of Time. In: A. Campbell and P.C. Converse, eds. *The Human Meaning of Social Change*. New York, Sage, 1972.
- ROWBOTHAM, B. *The Past is Before Us*. Harmondsworth, Penguin, 1990.
- ROY, C. L'emploi du temps des mères et pères de famille nombreuse. In: *Economie et statistique*, vol. 142, p. 59-78, 1982.
- _____. La Gestion du temps des hommes et des femmes, des actifs et des inactifs. In: *Economie et statistique*. Vol. 223, p. 5-40, 1989.
- SARACENO, C. Division of Family Labour and Gender Identity. In: Showstack Sasson, ed. *Women and the State*. London, Hutchinson, 1987.
- SEN, A. The Standard of Living. In: G. Hawthorn, ed. *The Tanner Lectures, Clare Hall College*. Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

- SEN, G. & GROWN, C. *Development, Crises and Alternative Visions*. London, Earthscan Publication, 1988.
- SZALAI, A. Women's Times. Women in the Light of Contemporary Time-Budget Research. In: *Futures*. October, vol. 7, p. 385-99, 1975.
- VANECK, J. Time spent in Housework. In: A. H. Amsden, ed. *The Economics of Women and Work*, Harmondsworth, Penguin, 1980.
- WALBY, S. *Theorizing Patriarchy*, Oxford, Basil Blackwell, 1990.
- WILLIS, R. What Have We Learned from the Economics of the Family. In: *American Economic Review*, vol. 77, p. 68-81, 1987.
- YOUNG, K. *Women and Economic Development: Local, Regional and National Planning Strategies*. Oxford, Unesco, 1988.

Artigo recebido em 12/04/2018 e aprovado em 08/08/2018.

O VIÉS ANDROCÊNTRICO DA CIÊNCIA ECONÔMICA E AS CRÍTICAS FEMINISTAS AO *HOMO ECONOMICUS*

Fabiana Sanches Grecco¹

RESUMO: Uma crítica fundamental das economistas feministas em relação à Ciência Econômica é a de que essa ciência seria fundada em um viés androcêntrico que privilegia as relações de mercado e raciocina em termos de individualidades egoístas. Neste texto, isso é verificado por meio da análise da noção *homo economicus* em diferentes abordagens econômicas e momentos históricos. São apresentadas as críticas feministas a essa noção, ilustradas pela ideia de “homem cogumelo” de Thomas Hobbes e pela personagem Robinson Crusoe, de Daniel Defoe. Contrapondo-se a esse viés, é apresentada a perspectiva feminista da Economia que considera que as ferramentas analíticas e metodológicas da Ciência Econômica sejam reinventadas, considerando valores extra-mercadológicos como as emoções, a responsabilidade com as outras pessoas, a solidariedade e a reciprocidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Econômica; Economia Feminista; Gênero; Homo economicus; Trabalho.

THE ANDROCENTRIC BIAS OF ECONOMIC SCIENCE AND THE FEMINIST CRITIQUES OF *HOMO ECONOMICUS*

ABSTRACT: A fundamental critique of feminist economists in relation to Economic Science is that this science would be founded on an androcentric bias that would privilege market relations and reasoning in terms of selfish individualities. In this text,

¹ Doutoranda (2015-2019) em Ciência Política (IFCH/UNICAMP).

this is verified through the analysis of the notion *homo economicus* in different economic approaches and historical moments. Feminist critiques of this notion are presented, illustrated by Thomas Hobbes's "mushroom man" idea and Daniel Defoe's character Robinson Crusoe. Opposing this bias, the feminist perspective of economics is presented. It is argued that the analytical and methodological tools of economic science are reinvented by considering extra-market values such as emotions, solidarity, reciprocity.

KEYWORDS: Feminist Economics; Family; Gender; Labor.

INTRODUÇÃO

Este texto expõe um esforço que tenho feito, como cientista social de formação mais centrada na sociologia, em compreender uma parte das críticas que as economistas feministas dirigem à Ciência Econômica. O objetivo é tornar claro os termos e as escolas de pensamento econômico frequentemente citados pelas economistas feministas² e revisar uma bibliografia sobre o caráter androcêntrico dessa ciência³. Não cabe aqui reconstruir toda a história do pensamento econômico, mas em alguma medida terei que recorrer a ela. Não pretendo, também, apresentar noções como *homo economicus* de forma definitiva, mas farei um exercício de compreensão desse termo. Compreendo, nesse sentido, que a reunião bibliográfica apresentada aqui não esgota o debate sobre o *homo economicus*, tampouco tem a intenção de reduzir toda a complexidade da Ciência Econômica a essa noção, mas organiza uma série de críticas feministas importantes para a construção de um conhecimento científico mais objetivo e menos negligente com as experiências das mulheres, como defendem Marianne Ferber e Julie Nelson (1993), Donna Haraway (1995 [1986])⁴ e Sandra Harding (1987, 1992 e 1995).

² Por exemplo, Cristina Borderías, Cristina Carrasco e Camen Alemany (org.), 1994; Cristina Carrasco (org.), 1999 e Marianne Ferber e Julie Nelson (org.), 1993.

³ Por exemplo, Amaia Pérez Orozco, 2006 e 2014; Cristina Carrasco, 2006; Heidi Hartmann, 1981; Julie Nelson, 1993; Nancy Folbre e Heide Hartmann, 1988; Paula England, 1993; Rhonda Williams, 1993; Ulla Grapard (1995).

⁴ Donna Haraway não é economista feminista, mas escreveu sobre o "conhecimento situado" (1995 [1986]) produzido pelo feminismo.

Desse modo, me aventuro nas teorias da Ciência Econômica para apresentar o viés androcêntrico denunciado pelas economistas feministas, que pode ser constatado na trajetória das concepções de indivíduo dessa ciência. Para apresentar tal trajetória, remonto um caminho que vai da Economia Política Clássica de Adam Smith e sua concepção de “mão invisível”, às concepções de *homo economicus* de John Stuart Mill (*economic man*), de William Stanley Jevons (*calculating man*), de Carl Menger (*rational economic man*), e de outros como Thomas Malthus, Alfred Marshall, Vilfredo Pareto, Lionel Robbins. Em seguida, o viés feminista é apresentado aqui usando, como recurso ilustrativo, o modo como o *homo economicus* se assemelha ao “homem cogumelo”⁵ de Thomas Hobbes, bem como ao Robinson Crusóe, de Daniel Defoe, e destacando a necessidade de serem criados novos métodos e novos paradigmas na Ciência Econômica, considerando valores extra-mercadológicos.

Para começar esse percurso, no entanto, considero importante entender uma das formas como se costuma dividir a Ciência Econômica. As correntes de pensamento da economia podem ser divididas em dois grandes grupos: ortodoxia e heterodoxia⁶. De um lado, as “economias heterodoxas” pretendem olhar para além das relações de mercado. São consideradas como “outras economias”⁷, pois são perspectivas econômicas não predominantes e não dominantes. Elas podem ser críticas ao modo capitalista de produção, como a Economia de base marxista; elas podem considerar como econômicas as práticas que não envolvem exclusivamente a extração de mais-valia, como a Economia Solidária; e elas podem não ser pautadas exclusivamente nas transações monetárias, como a Economia Feminista.

⁵ Na literatura estrangeira: “*hongó*”, “*champiñone*”, “*musbroom man*”.

⁶ Um debate sobre ortodoxia e heterodoxia pode ser visto em: David Colander, Richard Holt e Barkley Rosser Jr. (2004), que analisam as definições de ortodoxia e heterodoxia na economia tanto por meio de elementos sociais como intelectuais, e Tony Lawson (2006), para quem a economia ortodoxa pode ser definida predominantemente pelo uso de métodos matemático-dedutivos, enquanto que a economia heterodoxa, em primeira instância, seria uma rejeição a isso.

⁷ Para Antonio David Cattani (2009, n.p.), “outra economia” é a “que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista”.

De outro lado, estão as “economias ortodoxas”, consideradas como teorias do *mainstream* econômico, o que significa serem concepções econômicas predominantes e dominantes. Elas são mais vigentes, mais estudadas nas universidades, mais aplicadas pelos governos e também mais condizentes com o modo de vida e com as ideologias capitalistas. Um exemplo de ortodoxia é a Economia Neoclássica, caracterizada por aglutinar (de modo axiomático – como “visão de mundo”) as concepções de que os agentes econômicos seguiriam certa tendência em fazer escolhas racionais pela maximização dos lucros. No cerne do paradigma ortodoxo está a noção de indivíduo, um indivíduo que age na direção de maximizar os interesses particulares, motivados pela busca do lucro.

Em meio às economias ortodoxas, portanto, predomina uma visão de mundo pautada nos anseios, necessidades e ações dos indivíduos que buscam o lucro capitalista. É em relação a isto que as economias heterodoxas se contrapõem, em especial a Economia Feminista. Para compreender essa contraposição, portanto, é preciso voltar às noções de indivíduo da Ciência Econômica. É preciso olhar para o *homo economicus*. É preciso olhar, também, para o contexto histórico em que essas abordagens foram elaboradas, sem deixar de problematizar o porquê dessas abordagens permanecerem, por mais de 200 anos, ainda vigentes. Começamos, então, pela “mão invisível” de Adam Smith.

A “MÃO INVISÍVEL” E O INDIVÍDUO AUTOINTERESSADO

Apesar de poucas vezes citada em toda a obra de Adam Smith, a metáfora da “mão invisível” foi consagrada na Ciência Econômica por meio de seu trabalho^{8, A} interpretação recorrente (no senso comum) dessa metáfora sugere apenas que certa “mão invisível” seria responsável pelo equilíbrio do mercado, o que permite divagações de cunho metafísico. No entanto, o uso que Smith faz da metáfora em “*A riqueza das Nações*”

⁸ Adam Smith teria citado a metáfora da “mão invisível” apenas três vezes em todos os seus escritos. Apesar disso, em conjunto com outros pensadores de sua época, Smith fundamentou a noção da “ordem espontânea” da economia, presente no iluminismo escocês (Mariutti, 2016; Santos e Bianchi, 2007).

publicado pela primeira vez em 1776, parece não se referir expressamente à ordenação metafísica “invisível” do mercado, mas dizer respeito às possíveis consequências não intencionais da ação humana, à condição natural que rege a ação e a intenção moral que a motiva. Embora o trecho em que Smith menciona a metáfora deixe evidente essa referência⁹, o principal fundamento dessa ideia se encontra em seus estudos sobre filosofia moral, expostos em “*A Teoria dos Sentimentos Morais*”, publicado pela primeira vez em 1759. Nesse sentido, para compreender a teoria econômica exposta por Smith em “*A riqueza das Nações*”, seria necessário recorrer também aos seus estudos anteriores, que evidenciam o significado por trás da metáfora da “mão invisível” (Mariutti, 2016; Santos e Bianchi, 2007).

Nesses estudos de filosofia moral, o conceito de autointeresse (*self-interest*) se destaca. Para Smith, o autointeresse seria algo natural nos seres humanos (uma propensão natural de busca pelo ganho)¹⁰. Contudo, algo bastante genérico que poderia se expressar tanto como egoísmo quanto como virtude, a depender de sua intensidade (Santos e Bianchi, 2007). O que é importante compreender é que, para Smith, por uma determinação

⁹ Em “*A Riqueza das Nações*”, a metáfora da “mão invisível” está presente no seguinte trecho do capítulo 02 do livro IV: “(...) [o indivíduo] orientando a sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por *mão invisível* a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções (...). Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade” (Smith, 1983 [1776], p. 379-380, grifo nosso).

¹⁰ A visão naturalista de Adam Smith fica evidente na seguinte passagem: “[a] divisão do trabalho (...) é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente da natureza humana (...), essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana (...), é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira, essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais (...). No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes (...). Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa (...). Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho” (Smith, 1983 [1776], p. 49-50).

natural de interdependência entre os seres humanos baseada na permuta, os indivíduos agiriam motivados pelo autointeresse (de modo egoísta ou não) e ao perseguir seus próprios interesses, beneficiariam (não intencionalmente) toda a sociedade. Essa, portanto, seria a ideia contida na metáfora da “mão invisível” quando Smith a utiliza em “*A riqueza das Nações*”, a qual a interpretação mais recorrente não alcança. Em outras palavras, toda ação humana seria motivada por uma condição natural (natureza humana de busca pelo ganho – autointeresse) e carrega uma intenção moral (egoísmo ou virtude) e dessas ações derivariam consequências não intencionais positivas (o benefício de toda a sociedade)¹¹.

Para Smith, o processo de criação de riqueza e sua disseminação através das nações dependeria das múltiplas características do homem econômico: suas motivações, propensões, talentos e preferências. Essas características comportamentais formariam a economia que ele sistematizou: os talentos e a natural propensão à troca estariam combinados para gerar riqueza (Morgan, 2006, p. 02 e 03). Essa concepção de indivíduo egoísta e ocasionalmente benfeitor para o restante da sociedade de Adam Smith inaugura, portanto, o fundamento filosófico que sustenta a figura do *homo economicus*, o indivíduo do qual a Ciência Econômica predominante/dominante se refere.

HOMO ECONOMICUS

Para compreender a importância do *homo economicus* para a Ciência Econômica é preciso recobrar a relação intrínseca entre o desenvolvimento das ideologias individualistas e a ascensão do capitalismo. No processo de sobreposição do capital mercantilista pelo capital industrial, sobretudo entre os séculos XVI e XVII, foi necessário “criar um sistema sócio-político mais voltado para a busca livre e desinibida do lucro” (Hunt, 1981 [1978], p. 54). Tal sistema se apoiou em ideologias individualistas, como a proteção dos direitos de propriedade privada e em fundamentos religiosos

¹¹ Seguindo o questionamento de Amartya Sen (1979 *apud* Santos e Bianchi, 2007, p. 647), nos resta indagar “(...) em que sentido e em que medida o comportamento egoísta atingiria o bem comum?”.

que objetivavam o êxito financeiro (prosperar). O antigo paternalismo cristão, que condenava o comportamento ambicioso e a vontade de acumular riqueza, passou a ruir diante do mercado capitalista, que se fundamentava, entre outras coisas, nestas características para funcionar bem (*idem*, 1981 [1978]). O protestantismo, que transformou em virtudes o que antes era condenado pela igreja católica, entendia que as pessoas seriam mais justas pela fé que tinham e não pelo que faziam, os motivos das ações dos indivíduos eram mais importantes que seus atos. A ética protestante conclamava, assim, o autocontrole, o trabalho constante e disciplinado e as limitações de consumo e dos desejos. Uma doutrina que combinava perfeitamente aquilo que almejavam os capitalistas com as necessidades cotidianas para que o capitalismo se consolidasse (Hunt, 1981 [1978]; Weber, 2004 [1904]).

A filosofia do individualismo que deriva desse período, portanto, tem a ideia de que “o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta da massa social, e não ficar perdido nela” (McDonald, 1962 *apud* Hunt, 1981 [1978], p. 51). As teorias do individualismo compõem a ideologia burguesa capitalista de distinção social. O individualismo era (e ainda é), portanto, a ideologia dominante da acumulação capitalista. Diversos autores da época passaram a afirmar os motivos pessoais e egoístas como motivos básicos da ação dos seres humanos¹². Com exceção

¹² O “*Leviatã*”, de Thomas Hobbes, publicado pela primeira vez em 1651, é um ótimo exemplo das afirmações da época sobre as ações humanas estarem relacionadas a um ímpeto egoísta. O autor acreditava que os motivos eram puramente autointeresse (Hunt, 1981 [1978]). Para Hobbes, o egoísmo inato levaria a um estado natural de guerra, em que cada pessoa agiria contra todas as outras e apenas um poder absoluto poderia solucionar a guerra de “todos contra todos” (Hobbes, 1999 [1651], p. 110). Isso fica evidente nas seguintes passagens do Cap. XIII – “Da condição natural da humanidade relativamente a sua felicidade e miséria”, de “*Leviatã*”: “Pois a natureza dos homens é tal que, embora sejam capazes de reconhecer em muitos outros maior inteligência, maior eloquência ou maior saber, dificilmente acham que haja outros tão sábios como eles próprios” (Hobbes, 1999 [1651], p. 107). “De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória” (*idem*, p. 108). “(...) Durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra” (*idem*, p. 109).

de poucos grupos que se beneficiavam das restrições e regulamentações do comércio e da produção, a maior parte dos capitalistas passaram a defender as doutrinas individualistas e egoístas, com o objetivo de livrar-se do controle estatal e expandir os lucros (Hunt, 1981 [1978])¹³. Enaltecer o indivíduo e suas ações era (e ainda é), então, a ideologia fundamental da qual o capitalismo precisava (e ainda precisa) se escorar, diante da qual um modelo, um tipo ideal, precisava (e ainda precisa) ser sustentado pelos economistas: o *homo economicus*.

Apesar de Smith ser o responsável por introduzir o indivíduo (auto-interessado) na estrutura da Ciência Econômica, o *homo economicus*, no entanto, não seria um modelo para suas ideias econômicas. Essa dimensão de um modelo econômico fundamentado em uma *persona* pode ser encontrado primeiramente em Thomas Malthus, particularmente em seus estudos sobre população, nos quais as pessoas seriam, em sua maioria, movidas por um desejo insaciável de prazer sexual, que resultaria em uma crescente populacional em proporção geométrica: 1, 2, 4, 8 e assim por diante. Em contrapartida a produção de alimentos cresceria em proporções aritméticas: 1, 2, 3, 4. Ou seja, a produção de alimentos não acompanharia a demanda do aumento populacional. Daí que, para Malthus, controles preventivos (reduzir a natalidade), como restrições morais, vícios e controles de natalidade eram necessários, além de controles positivos (incrementar a taxa de mortalidade), como fome, miséria, pragas e guerras (Hunt e Sherman, 1985 [1972]).

Malthus acreditava que “as massas” eram incapazes de conter o crescimento populacional, diferentemente das pessoas com maiores rendas. Assim, as ideias de Malthus e dos liberais desaguavam juntas na ideia de que os governos deveriam renunciar aos pobres e não intervir na economia. “Ainda hoje, muitos defendem as ideias de Malthus, insistindo em que a pobreza é culpa dos pobres, que têm filhos em quantidade excessiva, e em que nada se pode fazer para exterminá-la” (Hunt e

¹³ Dudley North (1641-1691) é considerado o primeiro porta-voz das ideias liberais do indivíduo, que deu base ao Liberalismo Clássico. North entendia que todos “eram motivados primordialmente pelo interesse próprio e que deveriam ter liberdade para competir por si sós num mercado livre, para que o bem-estar público fosse maximizado” (Hunt, 1981 [1978], p. 53).

Sherman, 1985 [1972], p. 65). “Malthus nos diz que se o homem usasse sua capacidade de previsão e raciocínio para restringir sua família, as leis populacionais seriam diferentes” (Morgan, 2006, p. 04). São nestes termos que, para Mary Morgan, o *homo economicus* de Malthus foi o primeiro a servir como um modelo econômico, do qual poderíamos derivar resultados populacionais e econômicos. O homem econômico de Malthus seria, assim, uma figura cujo autointeresse e poder de raciocínio seriam subjugados por sua propensão natural à procriação (*idem*, 2006).

A primeira formulação mais alentada da ideia de *homo economicus* teria sido elaborada por John Stuart Mill, por meio de sua descrição das motivações econômicas dos indivíduos na obra “*Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*”, publicada pela primeira vez em 1836 (Souza, 2014). No entanto, enquanto Mill é geralmente identificado como o criador do *homo economicus*, do *economic man*, ele nunca teria usado essa designação em seus próprios escritos. Na verdade, o termo teria surgido de uma reação de John Kells Ingram ao seu trabalho (Persky, 1995).

A mais antiga nomenclatura explícita do *economic man* estaria, portanto, na “*A História da Economia Política*”, de Ingram, publicada em 1888, em que o autor se esforçou para desacreditar a economia política de Mill, dizendo que ela “não lidava com homens reais, mas com homens imaginários – ‘homens econômicos’ (...) concebidos como simplesmente ‘animais que fazem dinheiro’” (p. 218 *apud* Persky, 1995, p. 222, aspas do autor). Mais tarde, John Neville Keynes, também teria confrontado Mill, dizendo que o autor se referiria a um homem econômico cujas atividades seriam determinadas apenas pelo desejo de riqueza (Persky, 1995). Desse modo, Mill teria caracterizado (embora não explicitamente) o *economic man* como um indivíduo voltado a um único desejo, o desejo de possuir riqueza, e com a capacidade de obter esse fim de forma eficaz (Morgan, 2006; Souza, 2014).

Para Joseph Persky, para além do que afirmam Ingram e Keynes, o *homo economicus* de Mill não seria apenas um “monomaniaco faminto por dinheiro” (Persky, 1995, p. 223). Além de sua motivação para a acumulação, o indivíduo de Mill desejaria também, luxo, lazer e procriação. Isso seria,

conforme Persky, “mais do que seus críticos identificaram, mas menos do que eles poderiam desejar” (*idem*, p. 223). Não obstante, para compreender melhor o homem econômico de Mill, para além dessas quatro características (louco por dinheiro, desejoso de lucro, lazer e procriação), é interessante notar como a teoria de Mill se insere na concepção de utilidade da ciência econômica.

Em um sentido bastante simplificado, a base da teoria da utilidade está em dizer que o preço ou o valor de troca de uma mercadoria é estabelecido de acordo com o seu valor de uso ou da sua utilidade. Assim, passou-se a quantificar as necessidades a que o valor de uso precisaria atender. O ponto de partida dessa teoria seria o entendimento de que as decorrências do modo de produção capitalista – tais como a especialização do trabalho, o caráter competitivo e egoísta, a dependência fruto da especialização, a acumulação de capital e o controle dos processos de produção, como os sistemas de contabilidade, as leis e os contratos – seriam leis naturais e imutáveis, semelhantes às leis da natureza, projetadas de modo universal e generalizador (Hunt, 1981 [1978]).

A teoria da utilidade fica mais clara com o resumo das seguintes formulações de seus elaboradores. Conforme Emery Kay Hunt, para Jeremy Bentham, o aumento da *utilidade* de um produto aumentaria seu valor e, por consequência a riqueza de seu dono. Para Jean-Baptiste Say, o desejo de ter um objeto e seu uso se originariam da *utilidade* desse objeto. A capacidade de criar a *utilidade* seria o que conferiria valor à produção. Assim, todos receberiam como renda uma quantia proporcional à sua participação na criação da *utilidade*, do que se beneficiaria toda a sociedade. Para Nassau Senior, os preços seriam reflexo das *utilidades* extraídas por cada indivíduo, do consumo das mercadorias e não o trabalho a elas incorporado. Já Frédéric Bastiat, teria reduzido toda a teoria econômica a uma mera análise da troca no mercado e se esforçado em explicar a natureza dos serviços prestados pelos proprietários de terras e pelos capitalistas e em demonstrar que a acumulação beneficiava capitalistas e trabalhadores (Hunt, 1981 [1978], p. 149, 154, 163, 194 e 197).

A perspectiva da utilidade de Mill, diferente das demais citadas acima, não entendia que o deus cristão tinha instituído a propriedade privada.

Para ele, a propriedade privada era uma criação humana. A troca não era o centro da política econômica e o autointeresse era algo culturalmente construído pelo próprio capitalismo. “Temos, assim, que concluir que, apesar do fato de Mill esposar um ponto de vista utilitarista e apesar do fato de que o utilitarismo influenciou significativamente suas ideias, ele não era, com toda certeza, um utilitarista convicto” (Hunt, 1981 [1978], p. 204). Assim, embora o homem econômico de Mill fosse um louco por dinheiro, desejoso de lucro, lazer e procriação, e as proposições do autor estarem ancoradas em certa perspectiva utilitarista, a partir de suas contribuições há uma mudança importante de paradigma na afirmação do comportamento autointeressado dos indivíduos como algo construído socialmente e não como uma característica natural dos seres humanos.

Outra ressalva importante em relação ao trabalho de Mill (o formulador indireto da noção de homem econômico), é feita por Hunt. Para o Hunt, uma distinção importante na Ciência Econômica se dá entre teorias do valor-trabalho (perspectiva da produção) e teorias do valor-utilidade (perspectiva do mercado). Enquanto os teóricos da primeira, como Adam Smith e David Ricardo, em alguma medida se aproximavam dos estudos do trabalho e chegavam a conclusões próximas ao entendimento de que haveria um conflito de classes na sociedade, os teóricos da segunda, como Frederic Bastiat, Jean-Baptiste Say e Nassau Senior, tinham por princípio dar atenção exclusivamente aos interesses do mercado. Mill, por sua vez, seria um dos economistas que mesclava ambos os interesses (Hunt, 1981 [1978]).

Continuando nosso percurso sobre o indivíduo da Ciência Econômica, cabe adentrar a teoria da utilidade marginal, na qual a *utilidade marginal* ou do *grau final de utilidade* é definida pela quantidade da *necessidade* que se tem de um determinado produto. Isto é, para essa tradição de pensamento o valor estaria relacionado com a maximização da satisfação dos interesses dos indivíduos. De acordo com William Stanley Jevons, o prazer e o sofrimento seriam o objeto último do cálculo da Economia, tudo aquilo que um indivíduo deseja e trabalha para obter teria utilidade para ele. Assim, o valor com sentido de apreço ou desejo seria idêntico ao

*grau de utilidade*¹⁴. A utilidade marginal de algo seria, portanto, o que Jevons chamou de *grau final de utilidade* (Jevons 1983[1871])¹⁵.

Conforme Morgan (2006), Jevons compreenderia o homem econômico como um *consumidor calculista*, cujas motivações e ações seriam definidas em termos psicológicos, inspirado no princípio moral economicista do utilitarismo e em sua crença de que o comportamento econômico deveria ser caracterizado na linguagem formal da matemática: o “buscador de prazer” que “maximiza a utilidade” do consumo. Basicamente, conforme Morgan, Jevons “levou o homem econômico para o laboratório de matemática para caracterizar seu comportamento com um novo nível de exatidão e para investigar as leis de seu comportamento” (Morgan, 2006, p.12). Para a autora, ao contrário do *homo economicus* de Mill, o indivíduo calculista de Jevons, não estaria no mercado, ele seria uma personagem introspectiva, cuja subjetividade não poderia ser acessada.

A importância do *homem calculista* (*calculating man*)¹⁶ de Jevons é indiscutível. Ele seria uma das personagens que ajudaram a fundamentar a *Revolução marginal* e sua concepção de utilidade marginal¹⁷. A escolha racional que os indivíduos econômicos (agentes econômicos) fazem, foi efetivamente posta no centro do comportamento econômico com tal “revolução”. A partir dela, a Economia Neoclássica e a consequente concepção de *homem econômico racional* (*rational economic man*) foram elaboradas¹⁸.

¹⁴ Isso fica evidente na seguinte passagem: “Mas no momento em que distinguimos entre a utilidade total de uma quantidade de um bem e o grau de utilidade de porções diferentes, podemos dizer que é sua escassez que evita a queda do *grau final de utilidade*. O pão tem a utilidade quase infinita de manter a vida e, quando se torna uma questão de vida ou morte, uma pequena quantidade de comida excede em valor todas as outras coisas” (Jevons, 1983[1871], p. 105, grifo do autor).

¹⁵ Isso teria relação com o que Senior chamou de “lei da variedade” e o que Edward Banfield chamou de “lei da subordinação das necessidades” (Jevons 1983[1871]; Marshal (1982 [1890])).

¹⁶ A partir do trabalho de Jevons, Frank Knight teria elaborado os detalhes que permitiram calcular o indivíduo calculista (Morgan, 2006).

¹⁷ O “homem calculista” é, segundo Morgan (2006), comparável a Ebenezer Scrooge, a personagem principal da história “*Um Conto de Natal*”, de Charles Dickens, publicado pela primeira vez em 1843.

¹⁸ É preciso recobrar que a tradição neoclássica pode ser considerada cindida em duas

O sentido neoclássico do *homo economicus* teria sido empregado pela primeira vez por Alfred Marshall, em sua “*Aula inaugural do curso de economia de Cambridge*”, de 1885. No pensamento de Marshall a motivação econômica não estaria separada de outras motivações não-econômicas e seu método de investigação do indivíduo previa uma cuidadosa observação de comportamentos, instituições e costumes. Para ele, a natureza humana estaria entre os fatos que dependeriam do tempo e do espaço e que as próprias condições econômicas influenciariam seu caráter. Assim, o “*homo economicus marshallensis*” seria

um sujeito menos raso do que aqueles relacionados aos primeiros marginalistas: historicamente e geograficamente determinado, sujeito a influências econômicas e não-econômicas, sempre contrapondo seus desejos pecuniários a preceitos éticos e morais (Souza, 2014, p. 23, grifo do autor).

Em meados do século XX, a escolha da “racionalidade” do homem econômico tornou-se uma questão mais importante do que suas motivações e desejos. Na base da economia neoclássica do século passado, os cálculos de utilidade forneceram apenas uma vertente ao *homo economicus*. A segunda vertente viria do marginalista austríaco Carl Menger, que teria discutido a avaliação individual e subjetiva sem qualquer um dos aparatos do cálculo utilitarista. Para Menger, o homem econômico seria um economizador em vez de um maximizador. Suas avaliações subjetivas (baseadas em introspecção) estariam relacionadas à escolha entre satisfazer diferentes necessidades em vez de calcular as unidades-padrão de prazer de consumir bens diferentes, como faria o *homem calculista* de Jevons. É somente nessa tradição marginalista austríaca que encontramos uma

vertentes. De um lado, uma tradição mais centrada no trabalho de Bastiat, daria origem às escolas austríaca e de Chicago, que proporião um conservadorismo extremo e defenderiam, de forma rígida e intransigente, o livre mercado. De outro, a escola neoclássica marshalliana, mais moderada, quase sempre defendendo reformas liberais em conjunto com intervenções governamentais (Hunt, 1981 [1978]).

explicação econômica da escolha. Com ela supõe-se que desejos só podem ser maximizados ou satisfeitos por meio de escolhas “racionais” (Morgan, 2006).

Apesar do comportamento racional dos agentes econômicos do sistema capitalista se delinear claramente com a Economia Neoclássica, a teoria sociológica da escolha racional, emergente entre as décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, também pode nos elucidar algo, na medida em que essa teoria, que se propõe a explicar o comportamento social e político assumindo que as pessoas agiriam racionalmente, foi considerada como a “invasão” do homem econômico na sociologia. “Representa o último assalto imperialista da economia na Sociologia: a subordinação do *homo sociologicus* ao *homo economicus*” (Baert, 1997, s.p., grifos do autor). Em linhas gerais, os sociólogos da escolha racional desenvolveram teorias para explicar e prever padrões de comportamento de um determinado grupo de pessoas, por isso ela é tão relevante para os estudos sobre ações coletivas. Os autores mais importantes desta abordagem são Anthony Downs, com “*Uma teoria econômica da democracia*”, publicado em 1957, e Mancur Olson, com “*A lógica da ação coletiva*”, de 1965. Nesta perspectiva, a da escolha racional, a noção de interação entre indivíduo e ambiente é ofuscada, que a própria noção de racionalidade carece de reflexão e que a “ideia de autointeresse desabona qualquer iniciativa relacionada ao altruísmo, como se o senso grupal e o bem comum não pudessem ser motivadores para a ação coletiva” (Scheffer, 2013, p. 38). Além disso, certamente há uma infinidade de questionamentos sobre a irredutibilidade da vida social à lógica econômica que podem ser feitas.

Ainda no tema da relação da economia com a sociologia, no início do século XX, Vilfredo Pareto teria procurado integrar ambas as áreas. Seu *homo economicus* seria, então, uma tentativa de criar um conceito de homem “completo” (para além do econômico), incluindo a dimensão das emoções. Em contrapartida, no período entreguerras, Lionel Robbins teria possibilitado o afastamento da teoria econômica da psicologia, insistindo para que a economia fosse formulada apenas em termos lógicos e formais. Robbins seria o responsável por definir a racionalidade como sendo a consistência das preferências dos agentes (porquê e como), o que diferiria

muito da abordagem da racionalidade como maximização racionalizada do autointeresse (Souza, 2014, p. 29).

Das críticas à Mill ou da aula inaugural de Marshal em diante, a noção de *homo economicus* segue sendo revista ou reprovada¹⁹, ainda mais pelas economistas feministas, mas permanece como um paradigma importante para a maior parte da Ciência Econômica, já que o conceito de indivíduo tem grande centralidade, sobretudo para a tradição neoclássica.

Como adverte Persky (1995), seria um grave erro ler no *homo economicus* de Mill a moderna identificação do homem econômico com a própria racionalidade. Em muitos usos contemporâneos, a essência do homem econômico não residiria no que ele escolhe, mas em seu método racional de fazer escolhas. Grosso modo, é desse contexto que emerge, enfim, a figura do agente racional (*homo economicus rationalis*), que é o mais próximo de um conceito de indivíduo que a teoria neoclássica atual oferece, em que a racionalidade como consistência seria seu fundamento e, diante do qual, uma das implicações seria justamente a dificuldade de tratar os agentes como heterogêneos²⁰ (Souza, 2014, p. 27-29).

A economia neoclássica combina, em síntese, três ideologias capitalistas: 1. o argumento da “mão invisível”, no qual as trocas em um mercado livre se harmonizariam com os interesses de todos; 2. a ideia de que esse mercado livre se ajustaria automaticamente a um equilíbrio com o pleno emprego; e 3. a ideia de que a distribuição da renda deveria ser determinada pela produtividade. A partir dessa base, a economia neoclássica contemporânea se dividiria entre neoclássicos liberais e neoclássicos conservadores e o principal ponto em comum entre ambos seria justamente a defesa do sistema capitalista da propriedade privada e das instituições fundamentais para que esse modo de produção se mantenha. Nas palavras de Hunt:

¹⁹ Diante das críticas, abra-se a possibilidade de caracterizar de outros modos os indivíduos tratados pela ciência econômica. Por exemplo: *Homo behavioralis*; *Homo socioeconomicus*; *Homo bioeconomicus*; *Homo heuristicus*; *Homo habitualis*; *Homo psychologicus*; *Homo gynoeconomicus*; *Homo reciprocans* (Souza, 2014).

²⁰ A solução encontrada para o problema da homogeneidade foi adotar os métodos da moderna Teoria dos Jogos (TJ) (Souza, 2014).

a economia neoclássica vê o processo econômico como uma simples série de trocas nas quais se permutam coisas equivalentes. Todos se beneficiam porque, embora cada um consiga exatamente o valor equivalente àquilo de que abre mão, obtêm mais utilidade com o que fica do que com o que dá em troca. Portanto, o mercado harmoniza o interesse de todos e maximiza a utilidade para todos. Não existem classes nem antagonismo de classe (Hunt, 1981 [1978], p. 343).

A economia neoclássica, então, é responsável por manter o *homo economicus* – que foi revisto por vários autores no decorrer dos dois últimos séculos, como o breve resumo até aqui demonstra – como pressuposto teórico básico da Ciência Econômica. O *homo economicus* permanece uma figura individual, racional, autocentrada e egoísta, apesar das variações de intensidade de abordagem e de método de cada um dos autores. De qualquer que seja a perspectiva, o homem econômico é, inegavelmente, um amante do capital e tem o lucro como a razão de sua existência e disso, muitas vivências e valores escapam.

O VIÉS FEMINISTA DA ECONOMIA: AS CRÍTICAS AO *HOMEM COGUMELO* E À METÁFORA DE ROBINSON CRUSOÉ

A Economia Neoclássica é alvo de variadas críticas. Uma das críticas mais relevantes, é justamente dirigida contra o indivíduo racional que está na base de seus modelos econômicos. De acordo com as economistas feministas, o homem econômico da Ciência Econômica androcêntrica predominante e dominante se assemelha a um cogumelo, ou melhor, ao “homem cogumelo” de Thomas Hobbes²¹. Alguns anos antes de escrever “*Leviatã*”, Hobbes publicou, em 1642, “*O Cidadão*”. Nesse livro, ao se refletir ao estado de natureza, Hobbes afirma que deveríamos

²¹ Recobro uma nota de rodapé no início deste texto em que Hobbes é apontado como um dos primeiros autores na elaboração da ideia de que haveria certo egoísmo inato aos seres humanos. Essa ideia, desenvolvida no *Leviatã*, forma a base do pensamento sobre o *homo economicus* e deságua no modo contemporâneo de compreender o indivíduo na Ciência Econômica.

considerar “os homens como se nesse instante acabassem de brotar da terra, e repentinamente (como cogumelos) alcançassem plena maturidade, sem qualquer espécie de compromisso entre si” (Hobbes, 2002 [1642], p. 135)²².

É como se esse indivíduo nascesse já formado e com suas preferências já desenvolvidas: um ser pronto, que não depende de nada e não é responsável por nada além de si mesmo (Nelson, 1993a). O *homo economicus* representa a falsa autonomia da parcela masculina da população, um mundo público aparentemente autônomo:

cego à necessária dependência das criaturas humanas, baseado na falsa premissa de liberdade; um mundo incorpóreo, sem necessidades para satisfazer; um mundo constituído por pessoas inesgotáveis, sempre sãs, nem muito jovens, nem muito adultas, autoliberadas das tarefas de cuidados (Carrasco, 2006, p. 14).

O “cogumelo venenoso” (“*seta venenosa*”), como o denomina Celia Amorós (1992 *apud* Pérez Orozco, 2014), teria sua versão econômica encarnada em Robinson Crusoe (Pérez Orozco, 2014). Na verdade, foram os próprios economistas²³ que usaram Crusoe como referência para o *homo economicus*. Ao usarem a história de Defoe, de 1719, tais economistas removeriam Crusoe do mundo de violência, coerção e exploração em que Defoe o descreveu e o colocariam, como agente econômico, em um mundo sem mulheres. Ao projetá-lo em Crusoe por meio de teorias que pretendem ser universais, gerais e naturalizadoras, os economistas tomariam o homem ocidental [branco e capitalista] como a norma humana. Isso revela, também, o quanto suas teorias são histórica e culturalmente situadas, contribuindo para a construção sexista e racista dessa ciência. Como ressalta Ulla Grapard, “no mínimo devemos nos questionar o que a história de um homem branco, colonial – que naufragou e viveu sozinho em uma ilha do Caribe por vinte e seis anos antes de

²² Passagem citada, também, por Carrasco, 2006 e Nelson, 1993a.

²³ Por exemplo, Jevons, Marshall, Edgeworth, Wicksell and J. B. Clark (Grapard, 1995).

encontrar um ‘selvagem’ – pode nos falar sobre a economia moderna” (Grapard, 1995, p. 35, aspas da autora).

A crítica de que o *homo economicus* seria semelhante a Robinson Crusó não se restringe às economistas feministas. Karl Marx elaborou a sua análise crítica às “robinsonadas” dos economistas clássicos quando escreveu sobre “*O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*” (“*O Capital*”, vol. I, Livro I, Cap. I). Marx se aproveitou da comparação do *homo economicus* com Crusó para reforçar o seu argumento de que faltaria à economia política clássica a dimensão da relação social.

Para Marx, os “modos diferentes de trabalho humano”, como pescar ou construir móveis, que Crusó executava em sua ilha, são distribuídos em seu tempo, conforme a necessidade e servem para satisfazer as suas necessidades. Tais “trabalhos úteis” teriam sido elencados por Crusó em sua “escrita sobre si”, em que o náufrago descreve o dispêndio de tempo e de materiais (as características essenciais do valor para a economia clássica) para prover as suas necessidades. Eis que para ele, refugiar-se apenas nisso (dispêndio de tempo e de materiais) – o que faz a economia clássica tendo como horizonte Robinson Crusó – mistificaria o modo de produção capitalista, que é uma investida própria da economia burguesa (Marx, 1988b [1867], p. 70-78).

Marx também ressalta que, na ilha, as determinações do trabalho eram vistas de modo individual e Crusó era independente. Enquanto que na “sombra da idade média”, ou nas sociedades capitalistas, as determinações do trabalho são percebidas de modo social e há dependência social. Reiterando, para a Economia Política Clássica, as relações sociais não importam na análise do processo de produção. Nesse espectro, o indivíduo age de modo isolado, ilhado, motivado por suas necessidades e no cálculo do valor apenas cabem o dispêndio de tempo e de materiais e não de “músculos, nervos, ossos e cérebros dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores” (Marx, 1988a [1867], p. 149). “Assim, somente a análise dos preços das mercadorias levou à determinação da grandeza do valor, somente a expressão monetária comum das mercadorias levou à fixação de seu caráter de valor” (Marx, 1988b [1867], p. 70-78).

Assim, no bojo da ausência da percepção dos processos produtivos como relações sociais na economia clássica, há, também a dimensão de que para essa tradição econômica – que se arrasta aos dias atuais, sob outras conotações – as relações de gênero e de raça/etnia são insignificantes. Nesse referencial teórico, ninguém se lembra das viagens de Crusoé para o Brasil em busca de escravos vindos da África. Ninguém questiona o caráter escravocrata de Crusoé, diante de seu ímpeto capitalista, algo próximo do que hoje poderia ser chamado de “empreendedor”.

O agente da economia política clássica e neoclássica é, portanto, um indivíduo essencialmente interessado em si mesmo, racional, supostamente autossuficiente, sem gênero, sem classe e sem origem étnica, mas historicamente mais relacionado à sociabilidade do homem branco, hétero, que pertence à classe dominante, cujo objetivo principal é a busca pelo lucro capitalista. Um indivíduo que habita o mercado, como se ele (o mercado) fosse “A” sociedade, com letra maiúscula: a única realidade existente no universo, uniforme, transistórica, o “lugar” onde vivem todos os indivíduos da terra: todos os homens cogumelos. Esses pressupostos, no entanto, parecem revelar apenas uma das múltiplas faces da economia porque elas dizem respeito a apenas um aspecto econômico (do homem branco que busca pelo lucro capitalista), como se esse fosse o único. Como já dito, do pensamento centrado no *homo economicus*, muitas vivências e valores escapam.

Como observam as economistas feministas, a ausência das mulheres nos modelos econômicos insiste em uma distinção “natural” entre as esferas privada e pública. A consequência é a invisibilização dos trabalhos que as mulheres historicamente são encarregadas e as contribuições desses trabalhos para o bem-estar social (Grapard, 1995). Conforme a economista feminista Cristina Carrasco, tanto o *homo economicus* “como o sistema econômico oficial, só podem existir porque suas necessidades básicas – individuais e sociais, físicas e emocionais – são cobertas pelo trabalho não remunerado das mulheres” (Carrasco, 2006, p. 14).

Para Amaia Pérez Orozco, o ideal de mercado foi estruturado com base na ideia de um trabalhador assalariado que surge pronto para o trabalho, como um cogumelo, que só poderia existir, no entanto, se

houvesse quem assumisse a responsabilidade de manter a vida no dia a dia. Toda essa quantidade de trabalho de cuidados não remunerados formaria, assim, a base invisibilizada que sustenta o conjunto da estrutura da sociedade. Além disso, a autora sugere que a partir desse conjunto de raciocínios androcêntricos é que a “dona de casa” teria sido criada, como plenamente disponível para o trabalho doméstico (Pérez Orozco, 2006).

Paula England argumenta que esses modelos de separação, presumem que na “economia” ou no “mercado” os seres humanos seriam autônomos, impermeáveis às influências sociais e com pouca conexão emocional entre si, tornando a empatia algo impossível. Enquanto que a família seria o lugar do altruísmo e da conexão. Essas suposições podem ser classificadas, para England, como androcêntricas, ou centrada nos homens, favorecendo-os. Leis, crenças culturais, e outras práticas discriminatórias excluíram a maior parte das mulheres da política, das lideranças religiosas, das posições militares e dos ofícios tradicionalmente masculinos no trabalho assalariado. Isso faria com que apenas os homens fossem associados com honra, poder e dinheiro. Enquanto as mulheres seriam relegadas às atividades tradicionais, pouco valorizadas. Para a autora, muito do modo como os padrões sociais de gênero são organizados derivam dos modelos neoclássicos e as experiências humanas que tais modelos deixam de fora. Esse sexismo invisibiliza o quanto os trabalhos domésticos contribuem para a economia, a sociedade e a política – para a “riqueza das nações” (England, 1993).

É nesse sentido que Ferber e Nelson (1993) discutiram como alguns padrões de gênero influenciam a própria formação da ciência. Para as autoras, nas culturas ocidentais modernas a masculinidade estaria associada com as ideias de desconexão, enquanto que a feminilidade estaria associada às ideias de conexão ou relação, o que significaria que

em um modelo masculino, as pessoas são percebidas primordialmente como indivíduos que são separados tanto da natureza como de outros humanos. Em um modelo feminino, as pessoas são vistas como mais integralmente conectadas às comunidades humanas e ecológicas (Ferber e Nelson, 1993, p. 10).

Essa ideia influenciaria a própria noção de ciência, que predominantemente se fundamenta em certa ideia de que ao se considerar as emoções ou o compromisso social (atribuições tradicionalmente referidas ao feminino), a objetividade (um atributo masculino) do empreendimento científico poderia ser comprometida.

No entanto, a questão da objetividade é levantada pelas economistas feministas “não porque a economia é demasiadamente objetiva, mas porque ela não é objetiva o suficiente” (Ferber e Nelson, 1993, prefácio; 10-11). Esta questão é tão latente para as economistas feministas que logo na primeira edição do periódico *Feminist Economics*, do ano de 1995, Sandra Harding publicou um texto chamado “*Pode o feminismo tornar a ciência econômica mais objetiva?*”. Neste texto, Harding questiona a suposta neutralidade da pesquisa econômica e destaca como as economistas feministas identificaram inúmeros valores e interesses androcêntricos responsáveis por moldar os conceitos fundamentais e os métodos analíticos da economia. A autora defende que o ideal da neutralidade científica enfraqueceu os padrões de maximização da objetividade, uma vez que excluiu a investigação sobre locais socialmente marginalizados (como os trabalhos domésticos e de cuidados) e os pontos de vista (como o feminista) que geram análises capazes de identificar e analisar criticamente pressupostos culturais eurocêntricos ou androcêntricos.

A solução para este problema, não seria abandonar a objetividade, mas fortalecer os seus padrões para alcançar a maior precisão e abrangência. Nesse sentido, para uma “objetividade forte” [*strong objectivity*] (Harding, 1992), é preciso a construção de um “conhecimento situado” (Haraway, 1995 [1988]), o que seria característico do trabalho feminista na ciência econômica. A importância desse ponto de vista feminista [*feminist standpoint*], reside justamente no envolvimento político pressuposto no fazer científico de “objetividade forte”. Isso, para Harding, confronta a concepção tradicional de ciência, que se pretende “objetiva”, na medida em que é supostamente neutra e distanciada das subjetividades de quem a faz, mas que ao contrário tem negligenciado ou reproduzido as desigualdades provocadas pelos conflitos das relações sociais entre os gêneros. Por isso,

o ponto de vista feminista tem o potencial de tornar a ciência mais objetiva (Harding, 1987, 1992 e 1995).

A identificação da ciência com a masculinidade e a dominação, e o feminino com a natureza, subjetividade e submissão, é bastante clara desde o século XVII. O modelo cartesiano de conhecimento, por exemplo, é justamente baseado na separação entre a objetividade e a natureza (Nelson, 1993b). Para as economistas feministas, o dualismo cartesiano que distingue público/privado, mercado/família, homem/mulher, razão/emoção, mente/corpo, história/natureza, objetividade/subjetividade, explica a origem histórica do homem econômico. Nessa história da racionalidade, tanto as mulheres como a família foram excluídas dessa “teleologia social darwinista” (Jennings, 1993, p. 122). Isto é, na medida em que há historicamente uma separação entre o feminino mais relacionado à subjetividade e o masculino à objetividade, fica fácil perceber quais sujeitos e quais conjuntos de interesses são preteridos pela ciência “objetiva” por definição cartesiana. É desse modo que se caracteriza o viés androcêntrico da economia predominante: vai além do *homo economicus*, diz respeito à própria estrutura do fazer científico.

Ademais, as críticas das economistas feministas ao *homo economicus* se encontram, também, com as críticas antirracistas à economia neoclássica. Segundo Rhonda Williams, para Vernon Dixon, por exemplo, haveria uma tendência da economia neoclássica em construir o afro-americano como fundamentalmente patológico e, por consequência, incapaz de competir em economias capitalistas, assim, seria preciso caracterizar o *economic man*, também, como euro-americano. Com isso, Williams chama atenção para a necessidade de se racializar a teorização de gênero. Para a autora, o projeto cartesiano culminaria, também, em outras oposições binárias: dinamismo/estagnação, atividade/passividade, razão/paixão, civilização/selvageria e normal/patológico. Para a autora, portanto, o *economic man* não é universal, tampouco apenas masculino, ainda que inserido no contexto ocidental moderno, mas, pertencente a uma raça e uma classe específicas (Williams, 1993).

Diante disso, o que a economia feminista propõe, em resumo, é uma avaliação e uma reconstrução dos paradigmas predominantes e dominantes

da Ciência Econômica, especialmente as concepções de trabalho, tempo de trabalho, formação de valor e outras categorias analíticas circunscritas a este tema. Isto é, as economistas feministas não propõem uma simples junção das análises de gênero às análises econômicas estabelecidas. Não se trata de uma receita diante da qual basta “acrescentar as mulheres e mexer” [*add women and stir*] (Ferber e Nelson, 1993, p. 06), mas as economistas feministas pretendem uma teoria em que as próprias ferramentas analíticas sejam reinventadas.

Um exemplo disso é a defesa de que a “produção da vida” deveria ter maior importância que a mera produção de mercadorias e, no interior desse debate, a construção de pressupostos e métodos mais sensíveis aos trabalhos desprezados pela economia predominante e dominante. Uma das tarefas fundamentais da economia feminista é, portanto, colocar em foco a “produção do viver” (Faria e Nobre, 2003), a “sustentabilidade da vida humana” (Carrasco, 2003). Em que valores como as emoções, a responsabilidade com as outras pessoas, a reciprocidade (Folbre, 1995 e 2001) e a solidariedade (Nobre, 2003 e 2015) sejam considerados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, o sentido da centralidade do indivíduo na Ciência Econômica foi analisado à luz da noção de *homo economicus*. No resumo aqui apresentado foi possível compreender a variação dessa concepção relacionada aos contextos históricos em que ela se insere. O *homo economicus* variou entre tipos essencialmente egoísta, autointeressado, procriador, maníaco por dinheiro, desejoso por luxo e prazer, utilitarista, interessado exclusivamente no mercado, maximizador de interesses próprios, calculista, racional, poupador de dinheiro, introspectivo e sujeito à variação histórica. Mas, de uma coisa ele nunca abriu mão: do lucro capitalista. Como homem branco e burguês, permanece dominante. É nesse sentido que é preciso olhar para o contexto histórico em que essas abordagens foram elaboradas, mas também problematizar o porquê dessas abordagens permanecerem vigentes até hoje. Essa história dos homens que falam sobre os homens e para os homens é, nada mais, nada menos, do que a história da acumulação

de capital. Uma história que precisa ser ideologicamente construída dessa maneira para que continue a “prosperar”. Uma história em as relações sociais de sexo, de classe e de raça se unem, conforme Helena Hirata e Danièle Kergoat²⁴, de forma “*coextensiva*” (Hirata, 1995), sendo “co-produzidas” de modo “consustancial” pela tríade da dominação/opressão/exploração (Kergoat, 2010 e 2016).

Considerar as atribuições tradicionalmente referidas ao feminino não implicaria, conforme Ferber e Nelson (1993), na formação de uma “ciência do sexo feminino”, mas poderia investigar e corrigir os vieses construídos a partir de uma ênfase naquilo que se refere ao masculino e que tem mais relação com uma sociedade desigual pautada no ganho privado e acúmulo de capital. Assim, as autoras propõem a valorização de qualidades atribuídas socialmente às mulheres em direção a uma ciência menos negligente com a história das mulheres e, portanto, mais objetiva. Segundo England, tal análise pode suscitar que estejam reforçando os padrões de gênero, defendendo a permanência das mulheres, por exemplo, nos trabalhos domésticos e de cuidados. No entanto, seria “possível reconhecer o valor tradicionalmente feminino dessas atividades e, por consequência, recompensá-los, sem acreditar que as mulheres devam fazer uma parte desproporcional dessas atividades” (England, 1993, p. 39).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAERT, Patrick. “Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol. 12, n. 35, São Paulo, 1997.
- BERGMANN, Barbara. “The Economics of Women’s Liberation”. In: “Successful Women in the Sciences”. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 208 (March): 154–60, 1973.

²⁴ Danièle Kergoat e Helena Hirata não são economistas feministas, mas desenvolvem análises teóricas e pesquisas empíricas sobre os paradigmas predominantes e dominantes nas Ciências Sociais e formularam conceitos importantes como o de “divisão sexual do trabalho”.

- BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme (orgs.). “*Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*”. Barcelona: ICARIA : FUHEM, D. L., 1994.
- CARRASCO, Cristina (org). “*Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*”. Barcelona: Icaria editorial, 1999.
- _____. “A sustentabilidade da vida humana”. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (org.). “*A produção do viver*”. São Paulo, SP: SOF, 2003.
- _____. “La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía”. In: VARA, María Jesús (ed.). “*Estudios sobre género y economía*”. Madrid: Akal, 2006.
- CATTANI, Antonio David [et al.]. “*Dicionário Internacional da Outra Economia*”. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- COLANDER, David; HORT, Richard; ROSSER JR., Barkley. “The changing face of mainstream economics”. *Review of Political Economy*, 16:4, 485-499, 2004.
- ENGLAND, Paula. “The separative self: androcentric bias in neoclassical assumptions”. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (org.). “*A produção do viver*”. São Paulo, SP: SOF, 2003.
- FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FOLBRE, Nancy; HARTMANN, Heidi. “The rethoric of self-interest: Ideology and gender in economic theory”. In: KALMER, McCLOSKEY, SOLOW (ed.), “*The Consequences of Economic Rhetoric*”. Cambridge University Press, 1988.

FOLBRE, Nancy. “‘Holding Hands at Midnight’: the paradoxo of caring labor”. In: *Feminist Economics*, vol. 01, n° 01, printemps 1995, IAFFE e Routledge: 1995.

_____. *‘The invisible heart. Economics and Family values’*. New York: The News Press, 2001.

GRAPARD, Ulla. “Robinson Crusoe: The quintessential economic man?”. *Feminist Economics*, 1:1, 33-52, 1995.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* (5): pp. 07-41, 1995 [1988].

HARDING, Sandra. “Can feminist thought make economics more objective?”. *Feminist Economics*, 1:1, 7-32, 1995.

_____. “Conclusion: Epistemological Questions”. In: HARDING, Sandra (ed). *‘Feminism & Methodology: Social Science Issues’*. Bloomington and Indianapolis/Milton Keynes: Indiana University Press/Open University Press, pp. 181-190, 1987.

_____. “Rethinking Standpoint Epistemology: What is ‘Strong Objectivity’?”. In: Linda Alcoff e Elizabeth Potter (eds). *‘Feminist Epistemologies’*. New York: Routledge, 1992.

HARTMANN, Heidi. “The economic emergence of women: Bergmann’s six commitments”. *Feminist Economics* 4(3), 169–180, 1998.

_____. “The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: The Example of Housework”. *Journal of Women in Culture and Society*, 6 (3), 1981.

HIRATA, Helena. “Divisão – relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de Trabalho”. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995.

HOBBS, Thomas. *‘Leviatã’*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [1651].

- _____. “Do cidadão”. Cap. VIII. São Paulo: Martins Fomes, 2002 [1642].
- HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard J. “*História do pensamento econômico*”. Petrópolis: Vozes, 1985 [1972].
- HUNT, Emery Kay. “*História do pensamento econômico*”. Petrópolis: Vozes, 2008 [1977].
- JENNINGS, Ann L. “Public or Private? Institutional Economics and Feminism”. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- JEVONS, William Stanley. “*A teoria da economia política*”. São Paulo: Nova Cultural, 1983 [1971].
- KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Revista Novos Estudos*, ed. 86, 2010.
- _____. “O cuidado e a imbricação das relações sociais”. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). “*Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*”. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- LAWSON, Tony. “The nature of heterodox economics”. *Cambridge Journal of Economics*, 30, 483–505, 2006.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. “Mão invisível, ordem espontânea e o mercado: breve nota sobre Adam Smith”. *Texto para Discussão. Unicamp. IE*, Campinas, n. 283, nov. 2016.
- MARSHALL, Alfred. “*Princípios de economia*”. São Paulo: Nova Cultural, 1982 [1890].
- MARX, Karl. “*O Capital*”. Vo. 01. São Paulo: Nova Cultural, 1988b [1867].
- _____. “*O Capital*”. Vo. 02. São Paulo: Nova Cultural, 1988a [1867].

- MORGAN, Mary. "Economic man as model man: ideal types, idealization and caricatures". *Journal of the History of Economic Thought*, Volume 28, Number 1, March, 2006.
- NELSON, Julie. "Gender and Economic Ideologies". *Review of Social Economy*, 34, 1993a.
- _____. "The study of choice or the study of provisioning? Gender and the Definition of Economics". In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*". Chicago: University of Chicago Press, 1993b.
- NOBRE, Miriam. "Diálogos entre economia solidária e economia feminista". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *"A produção do viver"*. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2003.
- _____. *"Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda"*. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2015.
- PÉREZ OROZCO, Amaia. "Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico". *Revista de Economía Crítica*. Jan 01, 5:7-37, 2006.
- _____. *"Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida"*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014
- PERSKY, Joseph. "The Ethology of Homo Economicus". *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9, No. 2, pp. 221-231, 1995.
- SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos; BIANCHI, Ana Maria. "Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições". *Est. econ.*, São Paulo, 37(3): 635-662, jul-set 2007.
- SCHEEFFER, Fernando. "Teoria da escolha racional: a evidenciação do homo economicus?". *Em Tese*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013.
- SMITH, Adam. *"A riqueza das nações: investigações sobre a sua natureza e suas causas"*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1776].

- SOUZA, Daniel Fernando de. “O *Homo economicus* no século XXI: a emergência de um novo conceito de indivíduo?”. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 2014.
- WEBER, Max. “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1904].
- WILLIAMS, Rhonda. “Race, Deconstruction, and the Emergent Agenda os Feminist Economic Theory”. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

Submetido em 04/12/2018 e aceito em 17/12/2018.

A ECONOMIA FEMINISTA E A CRÍTICA AO PARADIGMA ECONÔMICO PREDOMINANTE¹

Marilane Oliveira Teixeira²

INTRODUÇÃO

Este artigo discute a construção de um novo marco conceitual para a disciplina da economia tendo como referência a insatisfação crescente das economistas, pesquisadoras e feministas com a abordagem da economia dominante. Esse novo campo de análise reconhecido como economia feminista irá formular a crítica a economia predominante a partir do reconhecimento de sua estreiteza ao focar em métodos matemáticos fenômenos repletos de conexões e relações de dominação e, com isso, enfraquecendo sua capacidade de explicar os fenômenos do mundo real e em sua visão endocêntrica. Os primeiros ensaios das economistas foram reunidos em um volume de 1993 intitulado: *Teoria feminista e economia* (Ferber; Nelson, 1993). Neste volume, as autoras propõem que a economia passe a ser definida por uma preocupação com a sustentabilidade da vida em todas as esferas em que se realiza e não unicamente pelo mercado.

A publicação de uma série de livros e artigos já entre os anos de 1980 permitiu que a economia feminista se constituísse em um campo

¹ Este artigo é parte do capítulo I da tese de doutorado “Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013”, defendida em 2017 no programa de desenvolvimento econômico e social do Instituto de Economia da UNICAMP.

² Economista, doutora em desenvolvimento econômico e social pelo IE/UNICAMP, pesquisadora na área de relações de trabalho e gênero.

teórico organizado no início da década de 1990 ao incorporar trabalhos sobre uma série de assuntos, incluindo tópicos em microeconomia, macroeconomia, história, desenvolvimento econômicos, políticas públicas, filosofia e outras áreas, tais como trabalho, família e cuidados. Desenvolve análises sobre papéis de gênero nos mercados de trabalho e nas famílias. Apresenta estudos sobre a força de trabalho remunerada, a discriminação no mercado de trabalho e as origens da segregação ocupacional. Produz estudos sobre o trabalho não remunerado realizado na esfera familiar com a finalidade de obter medidas quantitativas desse trabalho e aumentar a atenção ao trabalho doméstico e para a formulação de políticas.

A economia feminista irá se colocar como uma contraposição a economia dominante, ao propor que o objeto seja definido antes do método e que o próprio objeto seja redefinido, substituindo a racionalidade econômica pelo que é necessário para a sustentabilidade da vida humana, enfatizando o processo social e as interações sociais e as relações que daí surgem. Ou seja, os resultados materiais são consequência da divisão social entre todos os seus membros e não da maximização dos resultados alcançados pela ação de indivíduos racionais em busca de utilidades.

Neste sentido, a economia feminista procura abarcar todos os campos de estudo da economia e se coloca o desafio de enfrentar algumas questões centrais que representem práticas científicas e que incorporem preocupações como o tema da igualdade salarial no mercado de trabalho, a distribuição do trabalho reprodutivo, as desigualdades e medidas que ajudem a medir o trabalho doméstico não remunerado, as discriminações que as mulheres enfrentam em estruturas ocupacionais e setoriais segmentadas, questões desprezadas pela economia predominante. Esse é um dos propósitos da economia feminista: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder e desmistificar a neutralidade da economia tradicional.

Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a economia predominante não revela.

O artigo está organizado em cinco seções. introdução; a primeira seção trata dos conceitos de trabalho produtivo e reprodutivo como

parte de um único sistema; a segunda seção descreve o surgimento e o desenvolvimento da economia feminista como uma abordagem que se contrapõe à economia predominante; a terceira seção identifica as limitações teóricas e epistemológicas da corrente predominante para responder aos principais desafios da sociedade; a quarta seção ao contestar os modelos preconizados pelos neoclássicos, se propõem a um novo enfoque que integre a dinâmica da economia e o trabalho de reprodução com parte de um único sistema. Destaca-se, nessa abordagem, aquela que coloca no centro a sustentabilidade da vida humana; e, por fim as considerações finais.

Nesse sentido, a economia feminista, com foco na sustentabilidade da vida humana, se constitui em um instrumento valioso de análise que permite uma crítica global ao sistema capitalista e à economia de mercado e, por isso, foi mais rapidamente incorporada pelos movimentos feministas que questionam o liberalismo econômico e a globalização.

1. AS ELABORAÇÕES CONCEITUAIS EM TORNO DO TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO

Há uma extensa literatura feminista elaborada, especialmente, a partir dos anos de 1960 pelas ciências sociais, e que, somada aos movimentos feministas reivindicatórios, tem dado visibilidade ao tema da divisão sexual do trabalho como aspecto central para a compreensão sobre a construção das relações de desigualdade entre mulheres e homens. No entanto, a construção de uma interpretação que compreende o feminismo como ideologia e prática da luta pela libertação das mulheres, que atribui às relações um conteúdo em que se evidencia a desigualdade nas relações sociais de sexo, compreende a subordinação econômica, cultural, individual de mulheres como categoria social em contraposição aos paradigmas construídos que excluem essas contradições, continua sendo um grande desafio para as ciências sociais.

As primeiras manifestações que questionam o não reconhecimento das condições de inserção das mulheres no mundo produtivo se desenvolvem quase em paralelo ao pensamento econômico. Ainda que a

crítica metodológica e epistemológica às tradições existentes, como uma importante elaboração teórica e análise empírica, tenha ganhado força a partir dos anos setenta do século XX, já havia desde o século anterior uma presença forte de mulheres pioneiras que ousaram reivindicar direitos iguais, emprego e denunciavam as desigualdades no trabalho e as diferenças salariais entre os sexos (Carrasco, 2006).

A teoria feminista e a crítica às práticas dominantes na economia constituem as grandes inspirações para o desenvolvimento da economia feminista. No entanto, esse campo de análise é muito recente³ e vem crescendo muito lentamente no interior da Teoria Econômica. As primeiras discussões públicas organizadas com a introdução do tema no debate econômico surgiram nos Estados Unidos, no final dos anos de 1980 com o surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE).⁴

Não há uma definição geral aceita de economia feminista que, em princípio, procura cobrir todos os campos que podem ser estudados em economia, a partir de uma abordagem feminista. Robeyns (2000:3) reconhece a tarefa árdua da economia feminista na condução da pesquisa nos diversos campos da teoria econômica.⁵ Argumenta que ela desenvolveu-se sobre uma crescente insatisfação por parte das feministas no que se refere à metodologia, epistemologia e ontologia implícitas na economia neoclássica⁶. Sendo assim, qualquer abordagem sobre a economia feminista deve considerar, necessariamente, a crítica à economia predominante ou neoclássica.

³ Há uma defasagem entre o desenvolvimento da economia feminista e as demais escolas feministas em outras disciplinas. Nos anos de 1970 e 1980 as outras disciplinas já avançavam em seus estudos, enquanto na economia praticamente inexistiam pesquisas nessa direção.

⁴ Nos Estados Unidos, as primeiras discussões públicas organizadas sobre “economia feminista” ocorreram em encontros da Associação Econômica do Sul e Associação Econômica Americana, em 1989. Isso resultou, em 1992, no surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE). A revista *Feminist Economics*, que já se encontra em sua 24ª edição em julho de 2018, foi criada em 1993.

⁵ Para a autora, deve ser muito mais árduo conduzir pesquisa nas estruturas de preços de títulos e ações do que na economia social e do trabalho (Robeyns, 2000:3).

⁶ Somente a partir da década de 1930 e 1940 a Teoria Marginalista passa a ser denominada economia neoclássica.

Mesmo considerando que as demais escolas econômicas negligenciaram a perspectiva de gênero em suas teorias, partimos da crítica à escola neoclássica porque é ela que orienta as políticas econômicas predominantes e sustenta todo o ideário neoliberal que se encontra na raiz das desigualdades sociais e econômicas. Seus pressupostos estão orientados por uma nítida divisão social e sexual do trabalho e suas formulações expressam o lugar das mulheres na atividade econômica, como reprodutoras da força de trabalho.

Portanto, o que torna diferente a economia feminista da economia predominante e das demais escolas econômicas é o persistente questionamento da dimensão básica de gênero, seja por meio de fenômenos particulares ou de implicações de gênero a partir de decisões de caráter macroeconômico, dimensão está esquecida ou ignorada pelas demais escolas de pensamento econômico.

Neste sentido, o marco para a construção de uma vasta elaboração teórica e aplicada que posteriormente se denominará economista feminista é a década de 1980. O uso das categorias “gênero” e “patriarcado” – conceitos construídos nos anos de 1970 e fundamentais para o feminismo – se generaliza entre as economistas feministas. O conceito de “gênero” será particularmente importante para os estudos sobre o trabalho. Entretanto, é nos anos de 1990 que se verifica a consolidação da economia feminista enquanto uma corrente de pensamento.

De acordo com Carrasco (2006), neste processo de construção da economia feminista, dois eixos básicos de pensamento orientaram o desenvolvimento da pesquisa: o eixo que se denomina *economia e gênero* e o eixo designado *economia feminista*. Trata-se de linhas de pensamento que se expressam nas elaborações criadas a partir da teoria feminista.

Grosso modo, correndo o risco de exagerar nas simplificações, podemos identificar, na teoria feminista, ao menos duas grandes linhas de pensamento que contribuíram para a formulação da economia feminista. A primeira enfatiza a conquista dos direitos e a igualdade entre os sexos, sem alterar o modelo dominante. A segunda perspectiva reconhece a importância da igualdade de direitos e avança em uma perspectiva que propõe a compreensão da problemática, compreendida a partir das

próprias mulheres, de suas potencialidades, de sua riqueza, e não daquilo que falta para se igualarem aos homens (Carrasco, 2006).

Para as autoras (Picchio; Carrasco) quando essas duas linhas de pensamento são traduzidas para o campo econômico, o enfoque *economia e gênero* destaca as desigualdades econômicas entre mulheres e homens, mas dentro dos marcos analíticos já estabelecidos, sem questioná-los. Ao contrário, a *economia feminista* ressalta a necessidade de superar a estrutura dicotômica, para então construir paradigmas mais apropriados para a análise socioeconômica e a integração das diversas atividades que fazem parte da reprodução social e da sustentabilidade da vida humana (Picchio, 1999; Carrasco, 2001).

Para a economia feminista, a economia monetária depende da economia não monetária por razões óbvias, visto que os salários pagos são insuficientes e as famílias dependem do trabalho realizado no âmbito doméstico e das relações afetivas e emocionais, que não podem ser adquiridas no mercado e são essenciais para o ser humano.

Neste sentido, alguns temas são centrais para a economia feminista, como os programas de ajuste estrutural propostos pelos governos e seus impactos sobre as mulheres; a distribuição dos recursos públicos de forma a favorecer o ingresso das mulheres no mercado de trabalho; a divisão sexual do trabalho; a distribuição na sociedade entre o trabalho remunerado e não remunerado; os sistemas de seguridade social e contribuição previdenciária, entre outros.

Entretanto, dentro dos enfoques que se colocam no âmbito da economia feminista, destaca-se uma linha de estudo, objeto deste trabalho, que adota como ponto de partida a centralidade da vida humana. Este enfoque, conhecido como “economia feminista da ruptura”, tem vários pontos de congruência com o enfoque das “capacidades”, desenvolvido por Amartya Sen (1999), Martha Nussbaum (2000) e o enfoque da Reprodução Social, de Antonella Picchio (1999).

Diferentemente da economia neoclássica, que centra sua análise na utilização eficiente e racional dos recursos, a proposta deste estudo é destacar as elaborações teóricas que reconhecem a importância do trabalho reprodutivo, tornando visíveis as distintas atividades que são realizadas

no interior das sociedades. Ao propor novas perspectivas de análise esses estudos possibilitam uma abordagem crítica sobre por que as mulheres se inserem nas ocupações tradicionalmente identificadas com o sexo, por que recebem remuneração inferior à do sexo masculino e são maioria entre as pessoas desempregadas e na informalidade. Ao mesmo tempo que permitem a discussão de novas estatísticas, construir novos indicadores, discutir em outros termos as políticas públicas, modificar a perspectiva de análise, reconhecendo e dando valor ao trabalho não remunerado realizado tradicionalmente pelas mulheres, cujo objetivo direto é o cuidado da vida humana.

O desvendamento do caráter social presente nas desigualdades entre mulheres e homens é uma contribuição dos movimentos feministas que eclodiram na década de 1960, conhecidos como “segunda onda do feminismo”. Para caracterizar essa relação, se desenvolveram dois conceitos em paralelo: “gênero” e “relações sociais de sexo”⁷.

O desenvolvimento do conceito de relações sociais de sexo e do conceito de gênero constitui-se em um processo importante da elaboração teórica visando a possibilitar, de forma complexa e integral, uma compreensão das relações entre mulheres e homens, como categorias sociais.
(Godinho, 2007:41)

Para Hirata (2002:275), relação social é um conceito que se relaciona ao de divisão sexual do trabalho. Kergoat (2009:71) a define assim: “As relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são expressões indissociáveis que, epistemologicamente, formam um sistema”. As expressões são coextensivas, ou seja, há uma sobreposição parcial de uma pela outra.

⁷ Segundo Godinho (2007), a elaboração em torno do conceito de ‘relações sociais de sexo’ desenvolveu-se mais amplamente na literatura francesa e sua divulgação ocorreu no Brasil bastante vinculada às discussões sobre o mundo do trabalho e à noção de divisão sexual do trabalho. A partir dos anos de 1980, com o avanço da difusão da literatura feminista de língua inglesa, o conceito de ‘gênero’ se generaliza inclusive entre as francesas. Na sua avaliação, essa supremacia é resultado da perda de espaço que a temática do trabalho sofreria nos anos seguintes e o crescimento do feminismo pós-estruturalista. No Brasil o conceito de ‘gênero’ chega por meio dos trabalhos de Joan Scott (2007:42).

Neste sentido, o conceito de “relações sociais de sexo” parece mais adequado uma vez que permite articular as relações de exploração com as de opressão e abre novas perspectivas para uma redefinição do conceito de ‘trabalho’, além de colocar em um mesmo plano as relações de classe e as relações de sexo. O que implica dizer que não é suficiente enfrentar as opressões de gênero se não estiveram articuladas com as dimensões de classe, uma vez que são parte de um único sistema.

2. A INVISIBILIDADE DAS MULHERES NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Nesta seção será abordada a ausência de um enfoque de relações sociais de sexo nos estudos econômicos, a despeito dos esforços de economistas feministas que há vários anos vêm desenvolvendo estudos e pesquisas com o objetivo de enriquecer o pensamento econômico. É a partir de um olhar crítico ao pensamento conservador que domina as ciências econômicas que estão sendo construídas novas metodologias que permitem abordar os processos econômicos considerando os agentes econômicos enquanto mulheres e homens.

O aumento dos estudos feministas nos últimos anos tem representado um grande impacto sobre a pesquisa acadêmica e os estudos que incorporam uma visão de gênero. Tanto na filosofia, quanto na antropologia e nas ciências sociais este processo vem transformando o tipo de pesquisa que está sendo feita. Nas ciências econômicas, os estudos vêm se desenvolvendo também, porém, lentamente. Além disso, os estudos com abordagem feminista são muito recentes no campo econômico.

Como apontaram MacDonald (1984) e McFarland (1976), a conjunção das limitações metodológicas e controles ideológicos presentes no conteúdo e natureza da teorização econômica significou que os assuntos econômicos relativos às mulheres só foram abordados fora da disciplina, principalmente por sociólogos que escapam das consequências da hegemonia neoclássica. O reverso dessa situação, denunciado por Louise Vandelac (1986), é que as mulheres economistas são forçadas a adotar o discurso dominante. Ignoradas enquanto sujeito econômico, as

mulheres são reprimidas dentro do campo econômico predominante. Isso por sua vez legitima a disciplina e paradoxalmente “contribui para manter a ilusão da neutralidade desse discurso” (Vandelac, 1986:17 APUD Pujol, 1998).

Ao analisar a presença das mulheres nos estudos econômicos, MacDonald conclui que falta à economia um campo específico dedicado ao estudo das mulheres (1984:152). Os estudos sobre “a nova economia doméstica”, surgidos na década de 1950, com o objetivo de responder à crescente presença das mulheres no mercado de trabalho, por meio de modelos de utilidade, contribuíram mais para a manutenção e racionalização do *status quo* patriarcal do que propriamente para um estudo sobre as mulheres. Ao preencher momentaneamente um vazio teórico, suas formulações contribuíram para retardar o desenvolvimento da economia feminista.

No campo das ciências sociais, a ciência econômica é a mais dominada pelos homens e a que apresenta maior resistência em incorporar a questão das mulheres. Trata-se de uma ciência extremamente resistente às mudanças, pouco sensível a questionamentos, muito pouco aberta a questões epistemológicas ou pesquisas interdisciplinares. Embora a análise feminista venha penetrando no campo da economia, esta continua sendo a ciência social menos permeável aos desafios propostos pelo feminismo. Os esforços realizados pelas economistas feministas em tratar do tema das mulheres não se reverteram no sentido de que o gênero como categoria de análise tenha transformado os estudos econômicos e alterado seus pressupostos fundamentais.

Entretanto, a literatura econômica com enfoque feminista ou com uma abordagem de gênero cresceu diante do visível aumento de mulheres no mercado de trabalho e das pressões feministas. Análises sobre o trabalho das mulheres no mercado e nas casas estão presentes nos diversos paradigmas neoclássicos, institucionalistas e marxistas. Estas análises, contudo, se mostraram limitadas, uma vez que estão impregnadas de uma concepção que separa o público do privado e não reconhecem as relações de opressão e subordinação presentes na divisão sexual do trabalho.

Uma das primeiras economistas feministas que ousou fazer uma revisão na história do pensamento econômico foi Madden (1972), ao propor uma abordagem que trata o conceito de construção social de gênero e seu vínculo com as análises econômicas.

Para a autora, se os assuntos discutidos em publicações de economia tradicionais são indicadores das preocupações dos economistas com o tema, então tem havido uma evidente falta de interesse profissional pelos problemas das mulheres. Quinze anos mais tarde, Bergmann (1987) percebe uma polarização entre as tentativas das economistas feministas e um componente antifeminista forte da escola neoclássica.

Portanto, uma história do pensamento econômico sobre as mulheres tem que ser acompanhada de comentários escritos por feministas, a partir de referências implícitas e explícitas à discriminação sexual nas discussões de economia ou à discriminação racial e à exploração de classes sociais e aos debates políticos sobre a igualdade de remuneração e legislação (Madden, 1972:21).

Em dois períodos distintos – na década de 1930, com os estudos sobre as diferenças salariais entre mulheres e homens e, posteriormente, com os trabalhos sobre a produção doméstica e o uso do tempo nos anos de 1960 e 1970 – os estudos sobre as desigualdades entre mulheres e homens estiveram centrados nas dinâmicas do mercado ao invés de enfocarem o papel da dimensão de gênero e das desigualdades nas relações de poder. O conceito de construção social de gênero e seu vínculo com a análise econômica ainda não havia surgido.

Foi nas décadas de 1970 e 1980 que cresceu a influência do feminismo sobre as análises econômicas. Suas contribuições têm se dirigido a distintas áreas, incluindo tanto as análises históricas, como as teóricas e as empíricas. No entanto, a economia tradicional, acostumada à sua hegemonia, é reticente em admitir a importância do gênero como categoria central de análise, com impacto na construção do conhecimento empírico e teórico (Benería, 2004:24).

Uma parte importante da literatura feminista tem se concentrado na construção social da economia feminista como disciplina. Estas contribuições têm sido realizadas, em geral, desde uma perspectiva feminista

e da desconstrução da economia ortodoxa, particularmente sua versão neoclássica. Esses trabalhos introduzem uma crítica aos pressupostos sobre o funcionamento do mercado e a sociedade de mercado. Questionam a concepção acerca da natureza do ser humano baseada na figura do *homo economicus*, agentes autônomos, racionais, com preferências estáveis e que interagem com o único propósito de trocar; o método de análise restrito quase exclusivamente ao uso de modelos matemáticos e econométricos. A crítica vem acompanhada de um debate sobre a natureza do mercado e a forma como impulsiona ou restringe os objetivos e ações dos indivíduos e das comunidades (Benería, 2004:37).

O debate tem mostrado que a economia feminista aglutina uma variedade dessas perspectivas. Estas posturas variam desde a aceitação do mercado como fonte de crescimento material e a liberdade individual até outras que criticam sua incapacidade para satisfazer as necessidades de todos os grupos sociais. Uma destas críticas se direcionou aos pressupostos da racionalidade econômica e ao comportamento maximizador dos agentes como sendo a norma que conduz e na qual repousa a economia ortodoxa. O questionamento da economia feminista põe foco na retórica da eficiência.

Para Benería:

Esta mirada crítica al concepto de eficiencia y su importancia fundamental en el análisis económico están basadas en la observación de que: a) el óptimo de Pareto presupone que 'el bienestar económico puede calcularse de acuerdo con un único sistema de medición y b) los temas distributivos no pertenecen al ámbito de la ciencias económicas.
(Benería, 2004:37)

Entretanto a participação das mulheres na força de trabalho não passou despercebida por alguns autores de inspiração neoclássica. Foi por meio de Jacob Mincer na década de 1950 e de outros economistas que se começou a explicar o crescimento deste fenômeno em um período em que a renda familiar estava aumentando. Normalmente se supõe, de acordo com a economia neoclássica, uma relação inversa entre oferta de

trabalho e renda⁸. Ou seja, por que as mulheres ingressavam massivamente no mercado de trabalho se a renda familiar aumentava? A explicação para este fenômeno está no efeito substituição.

Para esses autores, o aumento dos salários como resultado do crescimento econômico desse período havia criado um incentivo econômico para que as mulheres buscassem um trabalho remunerado. Sustentava-se que o efeito substituição superava o efeito renda, que estimulava as mulheres a permanecerem em casa.

Becker (1987), posteriormente, vai argumentar que um aumento no salário das mulheres aumentava o custo de oportunidade das atividades domésticas, o custo de ter muitos filhos e o custo de ter filhos com um intervalo de tempo distante entre eles. E isto pode ter levado a um aumento da participação feminina.

Na década de 1950 as mulheres começaram a ingressar maciçamente no mercado de trabalho. Betty Friedan (1971), em *A Mística Feminina*, descreve os dramas que as mulheres donas de casa enfrentavam na sociedade americana. A descrição de Friedan sobre a opressão das mulheres e a frustração das donas de casa contrastava com a descrição feita por meio de modelos de custos de oportunidade, de Mincer, propostos pela análise econômica. O contraste entre os dois enfoques reforçava a necessidade de se buscar respostas à questão das mulheres para além de um modelo rígido de análise estritamente econômica (Benería, 2004:26). Entretanto, os estudos de Mincer e de outros economistas representaram a transição para um maior interesse da análise econômica para com a esfera doméstica.

⁸ Na teoria neoclássica, a decisão de oferta de trabalho é definida num contexto de maximização de utilidades dos indivíduos, em que os argumentos da função utilidade são quantidades de bens e horas de lazer. A maximização está sujeita a uma restrição orçamentária, que é afetada pela renda não oriunda do trabalho, pelo tempo, pelos preços dos bens e o preço do lazer. O indivíduo participa da força de trabalho sempre que o salário de mercado exceder seu salário de reserva, entendido como sendo o quanto o indivíduo exige de remuneração adicional para abrir mão de uma hora de lazer, quando não está trabalhando. Para os neoclássicos o salário de reserva tem um papel crucial na determinação da entrada ou não no mercado. O aumento na renda dos outros membros do domicílio e do número de adultos tende a aumentar o salário de reserva da mulher, levando a uma menor possibilidade de sua participação no mercado de trabalho.

3. UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA PARA A ECONOMIA FEMINISTA

Nos estudos econômicos, metodologia significa os métodos pelos quais economistas decidem o que será conhecimento econômico. A metodologia econômica pode se referir, algumas vezes, ao conjunto de ferramentas e técnicas utilizadas pelos economistas para explorar relações econômicas, tais como seus modelos teóricos e empíricos, avaliação e análises envolvendo múltiplas variáveis. Em outros momentos a metodologia está relacionada a processos epistemológicos, ou seja, aos métodos pelos quais economistas decidem o que será conhecimento econômico, que dependem de autoridade disciplinar e legitimação (Grapard, 1999:545).

Trata-se de métodos inter-relacionados, uma vez que ferramentas e métodos são definidos a partir de posições teóricas e epistemológicas, assim como este posicionamento é determinado, muitas vezes, pelas ferramentas e métodos.

Nem toda a pesquisa econômica que trata de mulheres ou gênero é necessariamente economia feminista. A economia feminista parte de uma crítica à supremacia masculina e de uma convicção de que é possível transformar o discurso econômico; enquanto que os estudos de gênero, na sua maioria, apenas incorporam as mulheres, sem, em geral, realizar a crítica aos fundamentos de tais estudos.

Entre as economistas feministas há uma concordância de que os estudos econômicos, até muito recentemente, negligenciaram a contribuição das mulheres, mas essas economistas reconhecem o papel de gênero em todos os contextos econômicos. Para Grapard, a desatenção histórica impõe, para todas as escolas de pensamento em economia, uma reavaliação de seus fundamentos teóricos e práticos (Grapard, 1999:545).

A simultaneidade de escolas de pensamento ortodoxas ou neoclássicas, ao lado de várias escolas heterodoxas de pensamento, tais como a marxista, institucionalista, keynesiana, entre outras, significa que não há um único grupo unificado de hipóteses sobre a natureza do conhecimento, a natureza do mundo real e a natureza humana, entre os economistas.

Sendo assim, a economia feminista se propõe a apresentar uma extensa crítica metodológica sobre o conjunto da disciplina de economia, bem como os desafios específicos em cada escola de pensamento. Os avanços na teoria feminista nestes últimos trinta anos influenciaram significativamente a economia feminista.

Para a maior parte das teóricas, o feminismo não é simplesmente uma perspectiva ou um modo de ver, tampouco uma epistemologia, uma forma de conhecer; é também ontologia, ou seja, uma maneira de estar no mundo.

Dentre as contribuições mais importantes para as questões de metodologia, destaca-se a oriunda da filosofia da ciência, particularmente os trabalhos desenvolvidos por Harding (1986, 1991). A autora mostra que a crítica feminista levanta questões sobre a estrutura social e uso da ciência, assim como sobre as origens, as problemáticas e os significados sociais.

Harding examina três perspectivas teóricas feministas importantes para a economia feminista que vão influenciar o método de análise. Com o desenvolvimento de novas teorias do conhecimento, emergiram principalmente três tendências feministas ou três epistemologias: o empiricismo feminista (*feminist empiricism*), as teorias do ponto de vista (*feminism standpoint*) e o feminismo pós-moderno (*feminism postmodernism*).

O empiricismo feminista assume uma posição liberal quanto à pesquisa, tentando corrigir preconceitos de gênero na investigação. Recorre aos métodos tradicionais, com predominância dos métodos quantitativos. Fundamenta-se na racionalidade e objetividade da ciência e, dessa forma, tenta debelar todas as formas de manifestação de atitudes sexistas na investigação (Grapard, 1999:547). É uma réplica, como argumenta Harding (1991), aos preconceitos sexistas na investigação tradicional e a uma visão androcêntrica dominante nas ciências sociais.

O empiricismo feminista desenvolveu-se em consonância com o feminismo liberal e, tal como a teoria liberal feminista, tem como objetivo a identificação e a eliminação de estereótipos, sexismos e discriminações em qualquer processo de investigação. Mas é alvo de crítica ao não questionar as bases da investigação científica, nem desafiar a própria natureza do conhecimento.

Para as teóricas do “ponto de vista” feminista (*standpoint*), uma renovação na ciência tem inevitavelmente que incluir as experiências específicas das mulheres. Essas experiências potencializarão o desenvolvimento de um conhecimento mais completo, menos distorcido do que o conhecimento predominante construído a partir de uma perspectiva masculina.

Considerando que o ponto de partida e o foco da investigação feminista são as experiências das mulheres, não se deve considerar um “ponto de vista” único e universal, mas que as distintas experiências de vida das mulheres e dos homens estão fortemente associadas com as realidades concretas em que estão inseridos. Para essas teóricas, a definição das discussões econômicas consideradas legítimas e vantajosas para serem investigadas, na maior parte das vezes, é reflexo do privilégio social e da posição econômica e política dos homens.

Entre as críticas a essa teoria está a sua tendência para a universalização de conceitos como “mulheres” ou “ponto de vista feminino”. É importante reconhecer que as mulheres são diferentes e não podem ser simplesmente categorizadas sem se considerar as relações que, como grupo, estabelecem com outros grupos: raça, faixa etária, classe social etc.

Em termos epistemológicos, pode-se falar de uma pluralidade de “pontos de vista” feministas. As epistemologias identificadas com o Iluminismo, por exemplo, foram colocadas em dúvida por várias feministas associadas a movimentos contra o Iluminismo e por feministas das correntes do pós-modernismo e do pós-estruturalismo.

Essas feministas questionaram e confrontaram as bases teóricas do empiricismo do ponto de vista feminista “*standpoint*” e desenvolveram novas perspectivas epistemológicas feministas com estreitas relações com o pensamento pós-moderno.

O feminismo pós-moderno sugere a existência de variados pontos de vista feministas contraditórios e conflituosos. Entre os/as investigadores/as pós-modernos/as, não se reconhece a existência de um “modo correto” na interpretação dos dados. É da responsabilidade do/a investigador/a explorar as possíveis e diferentes interpretações.

A teoria feminista pós-moderna implica o afastamento de noções unitárias de mulher e de identidade de gênero feminina e a adoção de concepções complexas, plurais, como a de construção de identidade social. O gênero é tão importante quanto é a idade, a etnia e a orientação sexual.

Essas três perspectivas são abordadas pela economia feminista conforme se identifiquem com as suas próprias reflexões. Não há uma teoria ampla que seja capaz de unificar as feministas em torno de uma metodologia, mas aproximações que contribuem para a construção de certos argumentos na economia feminista.

As estruturas teóricas e práticas atuais de investigação econômica são influenciadas por uma prática científica convencional, leia-se machista. O modelo de otimização da economia neoclássica apresenta um agente econômico racional que é separado e independente das relações sociais externas. Esse indivíduo maximizador representa uma posição puramente masculina e modela o comportamento dos demais que não se ajustam à sua imagem.

Na teoria econômica padrão, o homem econômico racional (“*homo economicus*”), obtém utilidade ou satisfação consumindo bens e serviços. As origens das preferências, ressaltando-se sua função utilitária, não é objeto de análise econômica, e esta utilidade não é aceita como sendo influenciada por outros. Ou seja, gostos e preferências são considerados externos ao modelo, e comparações de utilidade que envolvem duas ou mais pessoas são simplesmente descartadas.

As relações humanas e sociais, sem as quais a sociedade humana não existiria, são colocadas fora da esfera da teoria econômica, o que torna invisível grande parte do trabalho de cuidados, especialmente do trabalho das mulheres. Nelson argumenta que, em nossa cultura, a desvalorização sistemática das mulheres e do feminino está atrás do privilégio do masculino. Ela mostra como nossa cultura associa tributos positivos com a masculinidade e valores negativos com a feminilidade e isso revela o dualismo e os preconceitos masculinos dos valores incorporados na teoria neoclássica e em suas práticas (Nelson, 1996:20-38).

Ela enfatiza que o desenvolvimento de uma estrutura teórica mais rica não acontecerá porque as mulheres, por alguma razão, fazem

a economia de maneira diversa, mas por incluírem valores e experiências previamente excluídas, fornecendo dados melhores e mais completos para serem trabalhados. E, por essa razão, são capazes de produzir uma ciência econômica mais objetiva (Nelson, 1996: 20-38).

Uma importante análise sobre a retórica da economia foi proposta por McCloskey (1998). Ela argumenta que economistas não praticam o que defendem, ou seja, não aderem aos princípios metodológicos científicos, rigorosos e racionais que normalmente defendem; ao invés disso, utilizam artifícios retóricos e narração de histórias num esforço de persuadir os demais. As economistas feministas têm examinado essas estratégias de narrativa utilizadas nos discursos econômicos a fim de registrar a natureza de gênero das histórias e metáforas. Essa análise permite identificar as dimensões políticas de um discurso que constrói o agente econômico e o domínio da economia de forma masculinizada e ocidentalizada.

Até muito recentemente, as operações de troca no mercado constituíam o único domínio peculiar da economia, não havia análise econômica da família e do trabalho doméstico. Contudo, nos anos de 1960, o ingresso de mulheres (brancas e casadas) no mercado de trabalho americano provocou a necessidade de se desenvolverem programas de pesquisa para explicar a participação no mercado de trabalho de um trabalhador não masculino.

Nesse contexto surgem as primeiras aproximações de gênero no discurso econômico ortodoxo por meio dos trabalhos sobre a “nova economia doméstica” de Gary Becker (1981). O trabalho de Becker sofreu forte influência das contribuições de Reid (1934), entretanto, não existe este reconhecimento por parte dos economistas, o que é uma clara demonstração de sexismo e preconceito.

O trabalho de Becker utiliza a teoria microeconômica padrão para criar um modelo de comportamento das famílias. O modelo incorpora as hipóteses sobre os agentes que atuam de acordo com uma função utilitária, a de “patriarca benevolente”, que assegura o consenso por meio do poder monetário (Grapard, 1999:550). Essa racionalidade econômica foi amplamente criticada por economistas feministas devido a suas hipóteses simplistas e sua complacência com o *status quo* (Folbre; Hartmann, 1988; Bergmann, 1995).

Com ênfase na livre escolha, o modelo ignora as restrições estruturais que limitam, desproporcionalmente, as decisões das mulheres em casa e no mercado de trabalho. E, ao analisar a família como parte de um modelo de comércio básico, com alguns preços sendo calculados em termos de combinação tempo-dinheiro, sustenta suas hipóteses com base nas vantagens comparativas que representam a produção de mercado versus não mercado.

De uma forma tautológica, explica o pagamento e o status mais baixo das mulheres no local de trabalho por meio de suas obrigações no lar, enquanto, simultaneamente, considera a desproporcional divisão do trabalho doméstico das mulheres como sendo resultado de seu pagamento mais baixo e, por conseguinte, menor custo de oportunidade no mercado de trabalho.

Entretanto, entre os vários enfoques envolvendo o tema do trabalho e especialmente o trabalho não remunerado ganharam espaço, do ponto de vista metodológico, as abordagens sobre a medição e valorização do trabalho não remunerado (Himmelweit, 1995). Neste sentido, dois enfoques se destacam: o que propõe a sua valorização dentro de uma perspectiva de compartilhamento entre os membros da família e o enfoque que defende a sua inclusão nas estatísticas que medem as contas nacionais atribuindo um valor que, além de ser medido monetariamente, seja contabilizado no Produto Interno Bruto⁹. A crítica a essa abordagem reside em uma compreensão que não será transformando o trabalho doméstico em uma mercadoria que pode ser livremente transacionada que eliminaremos a enorme carga de trabalho doméstico que recai sobre as mulheres. Dar visibilidade a esse trabalho é fundamental, mas com o propósito de denunciar a divisão sexual do trabalho e alterar essa relação.

Com a crescente participação das mulheres na força de trabalho, tornou-se óbvio que havia três situações de escolha conflitantes: entre o

⁹ A exemplo de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), em *The measurement of economic performance and social progress revisited*, vários estudos e pesquisas estão sendo desenvolvidos com o objetivo de identificar os limites do PIB como um indicador de desenvolvimento econômico e social e a importância de informações adicionais para a produção de indicadores mais relevantes para o bem-estar social.

trabalho (de mercado) remunerado, o trabalho doméstico não pago e o lazer¹⁰. Essa nova categorização é necessária para destacar fatores que são importantes para explicar as escolhas das pessoas, especialmente as das mulheres.

Sem um entendimento teórico adequado e uma boa estimativa do valor de tempo gasto em trabalho não remunerado, os elaboradores de políticas estão propensos a subestimar o valor do tempo das mulheres e proporcionar somas subestimadas de assistência pública para os cuidados dos dependentes, por exemplo.

As questões de como quantificar o valor do trabalho desempenhado fora do mercado e de como incorporá-lo à estrutura macroeconômica são complexas. Entre as economistas feministas não há concordância a respeito da incorporação do trabalho não remunerado no cálculo do PIB (Produto Interno Bruto) como trabalho produtivo e tampouco em relação à remuneração do trabalho doméstico.

Para algumas, essa medida apenas reforçaria a percepção de que o trabalho doméstico e de cuidados são trabalhos de mulheres. Outras argumentam que, à medida que se define uma medida de magnitude e de valor do trabalho produtivo não computado, haverá consequências para a política social econômica e para as normas e instituições sociais (Benería, 1992).

Na análise empírica sobre a família e a participação na força de trabalho, a investigação feminista se torna mais difícil, à medida que as contas nacionais apenas medem a produção de mercado. Não há a coleta de informações sobre trabalho não remunerado exercido dentro das casas, bem como os levantamentos em relação à força de trabalho refletem noções do típico trabalhador masculino, contudo, avanços estão sendo realizados para medição dos afazeres domésticos no interior das casas.

Inicialmente, o programa de pesquisa da economia feminista foi, necessariamente, focado na identificação e análise dos preconceitos de gênero nos modelos econômicos tradicionais de análise empírica. Os métodos estatísticos padrão utilizados por economistas neoclássicos

¹⁰ Contudo, alguns economistas ainda descrevem a participação no mercado de trabalho a partir de escolhas conflitantes entre o mercado de trabalho e o lazer.

baseiam-se em extensos grupos de dados, frequentemente coletados por agências governamentais. A informação contida, por sua vez, é imperfeita e revela desde respostas impessoais até questões ambíguas. Somando-se às críticas formuladas por outros a respeito do abuso de estatísticas e à econometria (McCloskey, 1998; Nelson, 1996), as economistas feministas se opõem à exclusiva confiança em métodos quantitativos.

Portanto, em contraste à prática convencional de confiar em amplos conjuntos de dados, as aplicações feministas de métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa tendem a valorizar mais os depoimentos por meio de entrevistas, levantamentos detalhados, pesquisa de profundidade conduzida por pesquisadores, pesquisa observador-participante e o uso de grupo focal como parte das estratégias inovadoras em andamento.

Embora as economistas feministas não compartilhem, necessariamente, uma mesma perspectiva política e ideológica, elas têm um comprometimento com as metodologias que ajudam a formular modelos teóricos e propostas práticas que contribuem para a emancipação das mulheres.

As respostas e alternativas que as economistas feministas formulam em contraposição ao modelo predominante são muito diversas. Entretanto, é possível distinguir dois tipos de trabalho econômico feminista: a economia de gênero e a economia feminista.

Como já identificamos anteriormente, não há uma homogeneidade da crítica à economia predominante feita pelas economistas feministas. Se, por um lado, se reconhece o caráter autoritário e neutro dessa economia; por outro lado, existe um entendimento entre algumas economistas que se consideram feministas, ou que trabalham com o tema de gênero ou família, de que é possível melhorar a economia neoclássica revogando preconceitos masculinos e, desta forma, aumentando a eficiência da economia. Refutam os pontos de vista que defendem a necessidade de se construir uma alternativa econômica feminista.

4. AS ABORDAGENS NO CAMPO DA ECONOMIA FEMINISTA: CONCILIAÇÃO E RUPTURA

No campo da economia feminista podemos identificar duas abordagens: de conciliação e de ruptura. A economia feminista se propõe a uma revisão da epistemologia predominante nas ciências econômicas ao questionar a divisão sujeito/objeto, a identidade do sujeito que produz conhecimento e que é tratado como um ser abstrato, dotado de razão e acima dos interesses de gênero, e o critério da objetividade como legitimador do conhecimento. Para a economia feminista, a objetividade não é neutra, pelo contrário, ela oculta os verdadeiros interesses que formam a base do discurso científico (Orozco, 2005:49).

A nivel del ámbito de estudio, la economía feminista se caracteriza por asumir como tarea prioritaria el replanteamiento de la estructura androcéntrica que identifica la economía con lo monetizado y desvelar los sesgos androcéntricos subyacentes. En primer lugar, se pretende dar una definición más amplia de lo económico que, de forma clave, atienda a las actividades invisibilizadas históricamente realizadas por las mujeres. Se trata, por tanto, de descentrar a los mercados hacia los que se había dirigido la mirada primordial o exclusiva. Este descentramiento tiene que permitir, en segundo lugar, una recuperación de los elementos femeninos invisibilizados, recuperando a las mujeres como agentes económicos. En tercer lugar, es necesario mostrar las relaciones de poder de género que subyacían a la estructura dicotómica y, a la par, convertir dichas relaciones en un objeto legítimo de estudio económico. (Orozco, 2005:50)

Tudo isso tem consequências metodológicas que implicam reformulações profundas dos marcos preexistentes. Portanto, a economia feminista se apoia em um enfoque normativo e assume como tarefa a busca de soluções.

4.1 A ECONOMIA FEMINISTA DE CONCILIAÇÃO

A economia feminista de conciliação busca redefinir os princípios da economia e do trabalho, recuperando o conjunto de atividades femininas que se tornaram invisíveis pela teoria econômica. Essa tarefa envolverá diferentes momentos.

Em primeiro lugar, trata-se de tornar visível o trabalho doméstico e de reprodução, redefinir o conceito de trabalho para contemplar o trabalho doméstico e a medição desse trabalho por meio de sistemas de contabilidade nacional, bem como desenvolver o método mais adequado para a medição.

Em segundo lugar trata-se de tornar visível a desigualdade nas relações de gênero. Para que se possa compreender essas implicações de gênero, é fundamental integrar na análise econômica termos até então fora deste campo de análise, como, por exemplo, gênero, sexo e patriarcado.

Como desdobramentos, aparecem dois conceitos centrais: a divisão sexual do trabalho e o conceito de família nuclear tradicional. A divisão sexual do trabalho, de origem marxista, mas que posteriormente seria utilizada pelo conjunto de economistas feministas de conciliação, pretende captar toda uma estrutura social em que mulheres e homens têm condições diferentes no trabalho profissional e doméstico (Maruani, 2000:65). O conceito de família nuclear tradicional, baseado no modelo de homem provedor e mulher dona de casa, tem sua origem vinculada às análises micro de recorte neoclássico

Em terceiro lugar, se analisa as causas da desigual divisão entre mercado e não mercado, e, para essa questão, se colocam duas explicações. A primeira se concentra no economicismo e numa visão unidirecional, atribuindo tudo que ocorre no âmbito doméstico como consequência de interesses e processos oriundos do mercado. Para os que compartilham dessa abordagem, é a preponderância de uma lógica do capital que determina o que ocorre no âmbito doméstico. A decorrência dessa explicação, para uns, será a aplicação de um método marxista, sem, no entanto, reelaborá-lo; para outros, a aderência à metodologia neoclássica, pois consideram que é a lógica de maximização da função utilidade que explica os processos mercantis e não mercantis.

A segunda explicação reconhece que a realidade é uma complexa interação de forças mercantis e não mercantis, de relações de classes e de gênero que estão entrelaçadas e agem de forma simultânea.

Essas duas explicações podem ser consideradas bidirecionais, que atendem a elementos até então ausentes das análises econômicas, o que torna necessária, com a introdução de novos conceitos, a ampliação das categorias econômicas.

Para Orozco, essa abordagem é a que mais tem evoluído nos estudos da economia feminista, uma vez que reconhece que existe um processo de realimentação das condições de desigualdade entre mulheres e homens presente no âmbito doméstico e do mercado (Orozco, 2005:53).

Enfim, é a partir da análise de ambas as esferas econômicas que se poderá explicar a totalidade da realidade e da atividade econômica das mulheres. O enfoque da produção – reprodução, proposto por Carrasco (2006), é o que mais claramente mostra que, ao integrar essas duas esferas econômicas atribuindo-lhes a mesma importância analítica, pretende-se entender os processos de geração de bem-estar social (Carrasco, 2006).

4.2 A ECONOMIA FEMINISTA DE RUPTURA

O centro de análise da economia feminista de ruptura situa-se na sustentabilidade humana. Para essa abordagem, não é suficiente integrar uma nova esfera de atividade econômica como a casa, o trabalho doméstico e a reprodução, conforme propostas da análise da economia feminista de conciliação, uma vez que as análises continuarão a privilegiar o que ocorre no mercado, e as esferas consideradas não econômicas continuarão sendo analisadas de forma derivada e, portanto, secundarizadas (Himmelweit, 1995).

Segundo Orozco, produção e reprodução não têm o mesmo valor analítico, uma vez que, a produção e os mercados não possuem valor em si mesmos, mas à medida que colaboram ou impedem a manutenção da vida, que é a categoria central de análise.

A adoção do conceito de sustentabilidade da vida como categoria primária de análise não significa uma definição fechada e estática da

economia, mas a procura de abrir um espaço ao conjunto de relações sociais que garantem a satisfação das necessidades das pessoas e que estão permanentemente em transformação (Power, 2004). Esse enfoque renuncia à busca de um sujeito unitário com uma experiência e interesses comuns que definem a mulher no mundo, reconhece a diferença e as relações de poder que se estabelecem entre as próprias mulheres.

Para Carrasco, as necessidades humanas não se resumem aos bens e serviços, mas também aos afetos e às relações (2001:14). Isso significa que os valores tradicionalmente associados às mulheres como o cuidado, e que sempre estiveram na periferia das análises econômicas, devem ser revalorizados e reconhecidos. Desse ponto de vista, a noção de trabalho utilizada para delimitar o trabalho realizado no mercado necessita ser ampliada para incorporar todas as atividades que entram na formação de parte do processo de sustentabilidade da vida humana.

Portanto, identifica-se na formulação que propõe medidas de igualdade de oportunidades uma aproximação da economia de gênero, em que se reforçam os parâmetros definidos a partir do masculino e do mercado como o ideal a ser alcançado. Entre as feministas adeptas das políticas de conciliação entre trabalho e família, encontramos a segunda definição, cujas políticas de conciliação podem ser identificadas, nos países desenvolvidos, por meio das políticas de trabalho em tempo parcial; e, nos países em desenvolvimento, pela utilização do emprego doméstico. Em ambas as teorias, a resolução entre casa e trabalho é responsabilidade das mulheres. A primeira não propõe soluções para o trabalho doméstico, reforçando a dupla jornada, e, na segunda, as soluções aprofundam a precarização do trabalho. Sendo assim, somente modificando-se a lógica mercantil que domina o sistema econômico, como sugerido pela economia feminista de ruptura, é que se terá formas alternativas de se ver o mundo.

A proposta da economia feminista é repensar o pensamento econômico com o objetivo de melhorar as condições econômicas das mulheres, a teoria econômica e as políticas em que ela está fundamentada. O principal argumento que sustenta esse objetivo é que a maior parte das bases e recomendações de políticas econômicas está fora de lugar e de tempo, tais políticas são produto de uma determinada época em que foram

concebidas e desenvolvidas, e do sexismo presente em nossas sociedades. A economia é considerada como algo distante das lutas sociais e políticas e, especialmente, do movimento feminista.

Supõe-se que a economia seja uma ciência objetiva e que seus modelos e metodologias foram desenhados para assegurar uma análise rigorosa e precisa. Para a economia feminista, a economia tradicional está longe de ser objetiva e neutra. A definição de economia como uma ciência que está baseada em modelos matemáticos e nas escolhas racionais dos indivíduos assume pontos de vista sobre a identidade humana e sobre a natureza do conhecimento que estão ligados ao androcentrismo tradicional. Tal definição reforça o individualismo com a figura do “*homo economicus*”, sujeito autônomo, racional e livre para escolher entre distintas possibilidades.

A teoria feminista argumenta que certos modelos, temas e metodologias da teoria econômica foram resultados de um processo altamente influenciado pelas percepções dos economistas sobre o valor de atividades e atributos que eram vistos como masculinos ou femininos. É possível identificar, entre os economistas tradicionais, a preferência por enfoques de áreas mais “formais”, como comércio e governo, e certa secundarização das áreas relacionadas com a equidade social e econômica (Ulloa, 2000).

As contribuições da economia feminista para a teoria econômica, assim como para outras disciplinas, têm quatro componentes fundamentais: i) dar visibilidade às mulheres como sujeitos, legitimando suas experiências e perspectivas; ii) reconhecer e entender as desigualdades entre mulheres e homens; iii) modificar a teoria, a metodologia e as práticas da disciplina econômica; e iv) desenvolver um método que inclua todas as pessoas.

Nesse sentido, a economia feminista, com foco na sustentabilidade da vida humana, se constitui em um instrumento valioso de análise que permite uma crítica global ao sistema capitalista e à economia de mercado e, por isso, foi mais rapidamente incorporada pelos movimentos feministas que questionam o liberalismo econômico e a globalização. A sua influência pode ser constatada nas ações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e em organizações feministas como a SempreViva Organização

Feminista - SOF que vêm desenvolvendo suas estratégias a partir de uma perspectiva que coloca no centro a vida humana em contraposição ao mercado, valorizando o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres e denunciando o paradigma dominante que desconsidera as desigualdades entre os sexos como consequência da divisão sexual do trabalho. A partir dessa perspectiva várias iniciativas importantes merecem destaque, a exemplo do enfoque da economia solidária, do trabalho no campo e a presença significativa das mulheres na agricultura familiar, o significado do enorme contingente de mulheres envolvidas com o trabalho doméstico no Brasil e número relevante de mulheres que se encontram em atividades não remuneradas ou simplesmente fora da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o pressuposto do comportamento racional desempenha um papel fundamental na economia moderna. Supõe-se que as pessoas se comportem de um modo racional que não difere da descrição do comportamento real. Na teoria econômica predominante existem dois métodos que definem a racionalidade do comportamento. Um considera a racionalidade como a consistência interna nas escolhas e outro identifica a racionalidade com a maximização de seus próprios interesses. Com isso a natureza da economia moderna foi profundamente comprometida pelo distanciamento crescente entre o mundo real, em especial pelo abandono das considerações relacionadas à motivação humana e aquelas do âmbito social. Por outro lado, afastou totalmente a possibilidade de inclusão do processo de reprodução social da estrutura analítica geral da economia política com a substituição da teoria valor trabalho por um modelo de valor utilidade, dessa forma, deslocando o valor da esfera da reprodução para um conceito de preço de equilíbrio definido no âmbito do mercado.

Além disso, o paradigma dominante não reconhece a existência de relações de poder sociais e econômicas entre classes, raças e sexos. Ao reduzir a teoria às escolhas individuais tem implicações particularmente significativas na formulação de um padrão teórico para explicar as relações humanas no interior das relações familiares e nas relações com a sociedade e, ao não distinguir as diversidades existentes, reduz os indivíduos ao

modelo de um homem branco. Nas relações no interior das famílias busca enquadrar a teoria ao conceito da nova economia doméstica, que trata as decisões das mulheres em participar ou não do mercado de trabalho como simples escolhas maximizadoras de resultados, desprezando as relações sociais de sexo que se configuram no interior das famílias e da sociedade pela interação entre produção econômica e reprodução social determinante na sustentação desse sistema econômico e social.

Portanto, esses modelos que se formam no interior da teoria não são capazes de explicar a posição inferior das mulheres em várias sociedades, quais as justificativas para que a metade da humanidade siga sendo tão discriminada por meio de salários menores e segregadas em ocupações carregadas de estereótipos?

A partir do questionamento a estes pressupostos as economistas feministas desenvolveram uma crítica aos métodos da economia predominante. Um grande número de economistas defende o pensamento econômico em um padrão que seja mais permeável às necessidades e bem-estar das mulheres e, com isso, buscaram desafiar as resistências disciplinares ao pensamento feminista. Suas contribuições também avançaram no sentido de alterar as formas institucionais que marginalizaram o pensamento econômico feminista desde os seus primórdios, dando visibilidade as pesquisas e investigações que enfatizavam as diferenças entre os sexos em distintas abordagens até então negligenciadas pela disciplina econômica.

As mulheres estavam subsumidas nos cálculos e nas projeções que adotam um comportamento universal para explicar as dinâmicas sociais e econômicas. É, principalmente, na economia do trabalho que os resultados são mais promissores. A segregação ocupacional, a discriminação de gênero e as disparidades salariais estão entre as muitas áreas em que as economistas mulheres contribuíram para reduzir os preconceitos de gênero na teoria econômica e revelar as imbricações de sexo, classe e raça como constituinte de uma sociedade profundamente desigual, a partir dos aportes da sociologia do trabalho. Uma outra contribuição fundamental está relacionada a inclusão do trabalho doméstico não remunerado nos modelos econômicos e nas medidas de políticas públicas.

O foco da teoria macroeconômica é manter estáveis os níveis de preço, crescimento do produto constante e pleno emprego. A partir das contribuições da economia feminista novas elaborações estão sendo propostas no sentido de revisar as teorias e políticas macroeconômicas que se concentram na análise do comportamento do produto como a principal medida de eficiência de uma economia e ampliar o seu foco para outros aspectos da vida econômica.

Embora as pesquisas ainda sejam muito incipientes, mas existe todo um esforço em expandir para outras formas de atividades produtivas realizadas, principalmente, no âmbito das famílias, nos cálculos do produto e, com isso, aproximar a economia monetária que é realizada no mercado, da economia humana realizada no âmbito doméstico.

Para nosso objeto de análise é essencial compreender as interações que se constituem entre os sistemas econômicos e de reprodução social na manutenção da discriminação e exclusão das mulheres do mundo produtivo em um sistema - uma vez que as políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal vem reduzindo de forma continua as políticas públicas dos Estados - que necessita cada vez mais do enorme volume de trabalho gratuito realizado pelas mulheres no âmbito do trabalho doméstico que envolve cuidados, afeto, bem estar e suporte emocional. Por outro lado, é essencial reconhecer que as desigualdades de gênero e raça são estruturantes de uma sociedade de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, Gary. *Tratado sobre la familia*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.
- BENERÍA, Lourdes. *Accounting for women's work: the progress of two decades, world development*. Science Direct, vol. 20 (11), 1992.
- BENERIA, Lourdes. Introducción. *La mujer y el género sem la economia: sem panorama general*. Gender, Development and Globalization. Copyright, 2004.

- BERGMANN, Barbara. The task of a feminist economics: a more equitable future. In: FARNHAM, Christie (ed.). *The impact of feminist research in the academy*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- BERGMANN, Barbara. Becker's theory of the family: preposterous conclusions. *Journal feminist economics*. Volume 1. 1995. P. 141-50.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: Sem apuesta por sem economia. In: VARA, Maria Jesús (coord.). *Estudios sobre género y Economía*, Madrid: Ed. Akal, 2006.
- _____. La sostenibilidad de la vida humana: ¿semEconomía de mujeres? Barcelona: *Revista Mientras Tanto*, n. 82. Icaria Editorial, 2001.
- FERBER, Marianne & NELSON, Julie. *Beyond Economic Man: A feminist theory and Economics*. Chicago: University of Chicago Press, 1993..
- FOLBRE, Nancy & HARTMANN, Heidi. The rhetoric of self-interest: ideology and gender in economic theory. In: KLAMER Arjo, McCLOSKEY, Donald N. and SOLOW, Robert (eds). *The consequences of economic rhetoric*. New York: Cambridge University Press, 1988. P.184-203.
- FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- GODINHO DELGADO, Maria do Carmo. *Estrutura de governo e ação política feminista: a experiência do PT na prefeitura de São Paulo*. São Paulo: PUC. Tese de doutorado. 2007
- GRAPARD, Ulla. Methodology. In: PETERSON, Janice and LEWIS, Margaret (eds), *The Elgar Companion to Feminist Economics*. Cheltenham, UK; Northampton, MA: Edward Elgar Publishing, 1999.
- HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1986.
- HARDING, Sandra. *Whose science? Whose Knowledge? Thinking from women's lives*. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1991.

- HIMMELWEIT, S. & MOHUN, S. Domestic Labor and Capital. *Cambridge Journal of Economics* 1, March: 1-19. 1975.
- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène (org). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 67-80.
- MADDEN, Janice F. The Development of Economic Thought on the “Woman Problem”. *Review of Radical Political Economics*, 4 (3): 21-38, 1972.
- MARUANI, Margareth. *Travail et emploi des femmes*. Paris. La Découvert, 2000. P.55-69.
- McCLOSKEY, Deirdre. *The rhetoric of economics*. The university of economia press. Second ed. 248 p. 1998.
- MacDONALD, Martha. Economism and feminism. The dismal science. *Studies in political economy*, 15 (fall): 151-78. 1984.
- McFARLAND, Joan. A critique of the scope of traditional analysis and research. *Atlantis*, 1, (2): 26-41, 1976.
- MCKINSEY & Company. *A future that works automation, employment, and productivity*. January 2017.
- MINCER, Jacob. Labor force participation of married women: a study of labor supply. In: *Aspects of labor economics*. NBCR. Princeton University Press, 1962.
- NELSON, Julie. A. *Feminism, objectivity and economics*. London and New York: Routledge, 1996.
- NUSSBAUM, Martha. *Las mujeres y el desarrollo humano. El enfoque de las capacidades*. Barcelona: Editora Herder, Universidad Cambridge, 2000.

- OROZCO Pérez, Amaia O. Economía del género y economía feminista. ¿Conciliación o ruptura?. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*. Caracas. Enero-Junio 2005, Vol.10, n. 24.
- POWER, Marilyn. Social Provisioning as a Starting Point for *Feminist Economics*. *Feminist Economics*, vol. 10 N° 3, pp. 3-19. 2004.
- PICCHIO, Antonella. Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (ed.) *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999. P. 201-42.
- REID, M. *Economics of household production*. New York: John Wiley, 1934.
- ROBEYNS, Ingrid. *Há uma metodologia econômica feminista? 3ª versão*, 14/10/2000. Faculdade Wolfson. Cambridge. Reino Unido. Versão em português.
- SEM, Amartya. *Sobre ética y economía*. Versión de Ángeles Conde. El libro Universitario Alianza Editorial, 1999.
- ULLOA, María. Mesa de trabajo. Teoría y economías de la economía feminista. In: *Mujeres y Economía Colombia*. Agosto, 2000.
- VANDELAC, Louise. L'économie des femmes?', *Cahiers de recherche sociologique*, 4. (1): 15-32. 1986.

Submetido em: 11/10/2018 e aceito em 13/10/2018.

AGROECOLOGIA E FEMINISMO NO VALE DO RIBEIRA: CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE SOBRE REPRODUÇÃO SOCIAL¹

Isabelle Hillenkamp e Miriam Nobre²

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-ação realizada junto a uma rede de mulheres agricultoras do município de Barra do Turvo, no Vale do Ribeira (SP), apoiada pela ONG feminista SOF, no âmbito de um projeto de promoção da agroecologia. Analisamos o processo de mudança social que este projeto impulsiona, observando como certas dimensões da reprodução social são ressignificadas e transformadas. Consideramos as condições das mudanças observadas no que diz respeito à constituição de um sujeito político entorno da agroecologia em âmbito nacional e local e à construção de solidariedade entre mulheres em meio a diferentes conflitos. Consideramos esta transformação como um processo em andamento, que parte da ressignificação da produção agrícola, e gera valorização do trabalho das mulheres, provocando algumas renegociações das relações de gênero e um novo engajamento das mulheres em questões políticas. As solidariedades observadas se fortaleceram com base em objetivos comuns dentro e entre os grupos de mulheres cuja natureza e lugar nos bairros se transformou gradualmente. Essa dinâmica esteve baseada na experimentação e na afirmação progressiva de novas práticas e relações sociais que visam uma maior autonomia e formas ecológica e socialmente mais sustentáveis de reprodução da vida.

PALAVRAS-CHAVE: agroecologia; feminismo; solidariedade; reprodução social; sujeito político.

¹ Recebido em: 10 mai. 2018. Aprovado em: 11 out. 2018

² Isabelle Hillenkamp é socioeconomista, pesquisadora permanente do IRD-CESSMA Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França e atualmente pesquisadora associada ao PPGS-UFSCar Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. Miriam Nobre é agrônoma, integrante da equipe da SOF Sempre Viva Organização Feminista, da REF Rede Economia e Feminismo e ativista da Marcha Mundial das Mulheres.

AGROECOLOGY AND FEMINISM IN VALE DO RIBEIRA: CONTRIBUTION TO THE DEBATE ON SOCIAL REPRODUCTION

ABSTRACT: This article presents the results of an action-research carried out with a network of women farmers in the municipality of Barra do Turvo, in the region of Vale do Ribeira (SP), supported by the feminist NGO SOF, within the framework of a project to promote agroecology. We analyse the process of social transformation that this project drives, observing how certain dimensions of social reproduction are redefined and transformed. We question the conditions of the observed changes regarding the constitution of agroecology as a political subject at national and local level and the construction of solidarity between women in the midst of different conflicts. We consider this transformation as an ongoing process that starts from the re-signification of agricultural production and generates new value to women's work, causing some renegotiations of gender relations and new commitment of women to political issues. The observed solidarities were strengthened on the basis of common goals within and among the groups of women whose nature and place in the neighbourhoods gradually changed. This dynamic was based on the experimentation and progressive affirmation of new practices and social relations that aim at a greater autonomy and ecologically and socially more sustainable forms of reproduction of life.

KEYWORDS: agroecology; feminism; solidarity; social reproduction; political subject.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa-ação, no sentido de uma pesquisa que, como processo de produção de conhecimento, busca de forma prioritária contribuir com a ação e a transformação social. Portanto, o esforço analítico se concentra nas condições e níveis da transformação social (Mies, 1991). A pesquisa-ação foi baseada em uma parceria entre a SOF (Sempreviva Organização Feminista), ONG com base em São Paulo, e o IRD, Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento da França³. O sujeito de nossa pesquisa-ação é uma rede de mulheres

³ No âmbito do projeto *Feminist Analysis of Social and Solidarity Economy Practices: Views from Latin America and India* financiado pelo *Swiss national Network for international studies* de enero 2016 até maio 2018 e coordenado por Ch. Verschuur (IHEID, Suíça).

agricultoras da região do Vale do Ribeira (Estado de São Paulo), apoiada pela SOF e envolvida em um projeto de promoção da agroecologia a partir de uma perspectiva feminista.

A agroecologia busca o desenvolvimento de conhecimentos, técnicas e relações de produção e consumo que redefinem as relações entre homens, mulheres e natureza de modo social e ecologicamente sustentável (ALTIERI, 1995; GLIESSMAN, 1998). Assim, a agroecologia difere da produção agrícola orgânica, não somente por privilegiar o uso de insumos do próprio estabelecimento e não acelerar os tempos da natureza, como também pela afirmação de um projeto político para a sociedade cujo conteúdo e radicalidade podem variar. No caso do Brasil, a agroecologia é concebida pelos movimentos sociais do campo, que se estruturam em âmbito nacional, como um projeto “contra-hegemônico”, por oposição ao agronegócio, no sentido de que se opõe à dependência, às desigualdades sociais e danos ambientais comumente associados a esse modelo, buscando práticas e relações sociais que garantam maior autonomia e sustentabilidade (LUZZI, 2007; STEENBOCK et al., 2013; SORRENTINO et al., 1997).

Além disso, uma abordagem feminista emergiu nesses movimentos, articulando os âmbitos local e nacional e afirmando que os propósitos de autonomia e sustentabilidade exigem uma dupla transformação – das relações com a natureza e das relações de gênero (SILIPRANDI, 2009; JALIL, 2013; NOBRE, 2015; GUÉTAT-BERNARD & PRÉVOST, 2016; FILIPAK, 2017). Essa perspectiva advoga o esforço de reconhecer a produção e o conhecimento agroecológicos das mulheres, de valorizar essa produção de forma monetária e não monetária e de fortalecer a expressão política das mulheres agricultoras. Para tanto, aposta na solidariedade – quer dizer, nas interdependências voluntárias – em diferentes níveis (grupos locais, redes territoriais, movimentos regionais e nacionais) e em diferentes esferas (socioeconômicas e políticas) (HILLENKAMP & NOBRE, 2016, HILLENKAMP et al., 2017).

A agroecologia feminista está baseada em um entendimento da economia centrado na reprodução de todos os recursos necessários para a vida, ou seja, nos termos da economia feminista, o fornecimento,

produção e distribuição de todas as “necessidades e conveniências da vida” (NELSON, 1995, p. 143, tradução pessoal). Ela toma a produção e o consumo de alimentos como ponto de partida e visa à democratização de todas as relações de poder envolvidas na reprodução social. Essa visão busca ir além da lógica linear de produção para a acumulação capitalista, assim como das questões críticas associadas a ela, tais como sua articulação com o modo de produção doméstica (DELPHY, 1998). Isso, seguramente, não quer dizer que essas questões possam ser imediatamente eliminadas, mas o esforço prático e conceitual da agroecologia feminista é promover uma concepção mais ampla e circular do sistema econômico e de suas condições de reprodução, como propõe a economista feminista Cristina Carrasco (2014).

Analisamos aqui o processo de transformação social impulsionado pelo projeto de agroecologia da SOF no Vale do Ribeira, em particular a maneira pela qual ele ressignifica e transforma certas dimensões da reprodução social. Fazemos questionamentos das condições desse processo em diferentes níveis e em meio a diferentes conflitos, em particular no que diz respeito à constituição de um sujeito político portador da visão da agroecologia em âmbito nacional e à construção de solidariedade em âmbito local.

A intervenção da SOF no Vale do Ribeira tem início em 2015, quando a organização é contemplada em um edital para Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dedicado ao desenvolvimento da produção agroecológica das mulheres agricultoras. O projeto se manteve ativo até o presente através de apoio continuado (do Fundo Newton do Conselho Britânico e da Secretaria Nacional de Economia Solidária). A SOF é parte do movimento feminista no Brasil, no sentido de que contribui na organização da sociedade civil e na construção de uma agenda política feminista, mantendo relações com organizações sociais de esquerda e ao mesmo tempo realizando ações de acompanhamento a grupos de mulheres. A organização mantém duas vertentes – uma de movimento ativista e outra técnica-profissional – comuns ao que Sonia Alvarez (1998) chama de “hibridez política” das ONGs feministas na América Latina.

No Vale do Ribeira, a SOF acompanha grupos de mulheres agricultoras em doze municípios desde 2015. Este acompanhamento se dá através de atividades de capacitação e produção coletiva de conhecimento⁴. Durante o período da pesquisa-ação (2016-2017), a SOF desenvolveu umas oitenta atividades de capacitação, parte delas em nível comunitário (bairros rurais) e parte envolvendo o encontro entre várias comunidades. Cinco atividades foram realizadas reunindo as mulheres agricultoras dos doze municípios e integrantes dos grupos aderentes aos princípios do consumo responsável (ver abaixo). Algumas dessas atividades, especialmente as de maior escala, foram gravadas e utilizadas como material de pesquisa.

No Vale do Ribeira, a pesquisa-ação foi concentrada em Barra do Turvo (SP), município rural de cerca de 8 mil habitantes, onde se localizam sete dos grupos apoiados pela SOF – cada qual reunindo entre 6 e 15 mulheres –, além de uma importante associação de produção agroecológica, a Cooperfloresta⁵, fundada em 1996, que agrega cerca de cem famílias (STEENBOCK et al., 2016). A pesquisa consistiu na observação participante das atividades mencionadas; conversas e entrevistas com as mulheres agricultoras, alguns de seus maridos, membros das famílias e informantes-chaves em Barra do Turvo (autoridades locais, assistentes sociais, membros da Cooperfloresta, do sindicato de trabalhadores rurais e pesquisadores do Instituto Florestal, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado); pesquisa etnográfica em um bairro rural de agricultura familiar; oito grupos focais, oficinas e sessões devolutivas sobre a pesquisa; observação participante da atuação do movimento feminista e de agroecologia em nível nacional e entrevistas com mulheres lideranças de diferentes regiões. Três reuniões mais amplas de pesquisa (uma introdutória, uma intermediária e uma da apresentação e discussão de resultados) também foram realizadas.

⁴ Uma descrição detalhada da metodologia da SOF no Vale do Ribeira foi publicada em *Práticas feministas para a mudança econômica - Autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*, São Paulo, SOF, 2018.

⁵ Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis.

O CONTEXTO DO VALE DO RIBEIRA: CONFLITOS IMBRICADOS

De acordo com os dados estadísticos⁶, o Vale do Ribeira abriga 7.037 estabelecimentos de agricultura familiar, 24 comunidades Guarani e 66 comunidades quilombolas⁷, bem como grandes fazendas e latifúndios (propriedades extensas com pouca ou nenhuma produtividade agrícola). É a maior porção contínua de Mata Atlântica do Brasil (1,7 milhões de hectares) e, apesar desta sociobiodiversidade, a região com os menores índices de desenvolvimento humano (IDH) do estado de São Paulo.

Explorada desde o Século XVI pelos colonizadores portugueses, a região passou por vários ciclos econômicos (mineração, produção de arroz) baseados na mão de obra escrava negra, antes de cair em recessão por volta de segunda metade do Século XIX. Este contexto permitiu que os antigos escravos se transformassem em camponeses autônomos, constituindo o que os textos clássicos dos estudos rurais paulistas chamariam de “civilização caipira” (Cândido, 1964; QUEIROZ, 1973, *apud* SANCHEZ, 2004, p. 61).

Na segunda metade do Século XX, o Vale do Ribeira se tornou alvo de grandes projetos de “desenvolvimento” (construção de estradas, barragens e mineração) e também passou a abrigar três parques nacionais (BIM, 2012). A criação dos parques resultou da confluência entre um movimento preservacionista emergente (visando a proteção da natureza pela proibição de assentamentos humanos) e as ditaduras militares (1964–1985), interessadas em criar instrumentos de controle destes território onde se refugiavam movimentos de guerrilha rural⁸.

⁶ Respectivamente: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, *Censo Agropecuário 2006: agricultura familiar. Resultados por municípios*. Rio de Janeiro, 2009; Instituto Sócio Ambiental (ISA). *Terras de Quilombo e Unidades de Conservação: Corredor Socioambiental do Vale do Ribeira*. São Paulo, 2016; Centro de Trabalho Indigenista. *Atlas das Terras Guarani no sul e sudeste do Brasil 2015*. São Paulo, 2015.

⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia, o termo quilombo se refere a “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos, vivendo de cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”. O reconhecimento pelo Estado de uma comunidade quilombola implica diferentes etapas, não completadas por todas as comunidades do Vale do Ribeira aqui referidas.

⁸ Ver o relato da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo que abordou

Durante o período de “redemocratização” nos anos 1980 e mais recentemente nos anos 1990, novas populações empobrecidas chegaram ao Vale do Ribeira. Em sua maioria eram agricultoras e agricultores vindos de outras regiões do país que, tendo imigrado para as periferias de grandes cidades (como São Paulo e Curitiba) nos anos 1960 e 1970, pessoas que agora eram expulsas pela crise econômica. Compraram terras em transações informais, muitas vezes dentro de áreas de preservação, e formaram novos bairros, em particular ao longo da principal estrada (BR 116) que atravessa a região.

No mesmo período também, o controle do Estado sobre os Parques, que até então fora relativamente brando, se intensificou conduzindo a intervenções frequentes (expulsões e apreensões) contra as novas populações consideradas “invasoras”. A redemocratização culminou em 1988 com a aprovação da Constituição dita “cidadã”. Entre outras coisas, a carta constitucional reconheceu a categoria de “comunidade tradicional”, o que permitiu que algumas comunidades negras, até esta época identificadas como caipiras paulistas, reivindicassem a categoria de remanescente de quilombo (SANCHEZ, 2004), o que abria caminhos para seu acesso à propriedade coletiva da terra apesar das iminentes restrições de uso impostas pelo Parque.

Diante dos crescentes conflitos fundiários e ambientais (BRANDÃO et al., 1999) e da pressão das recém reconhecidas comunidades tradicionais e de outros bairros pobres, as negociações com o Parque são abertas nos anos 2000. Em 2008 o Parque é reorganizado como “Mosaico” de unidades de conservação (*Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga*, a que faremos referência a seguir como Mosaico), o que permite usos diferenciados de recursos e cria novos canais de diálogo com os bairros rurais, embora não resolva todos os problemas (BIM, 2012). Desde 2016, observamos uma nova escalada dos conflitos ambientais e fundiários, com a aprovação de medidas legislativas que permitem a privatização da gestão das unidades de preservação no Estado de São Paulo⁹ e promovem mecanismos

a repressão à guerrilha no Vale do Ribeira : <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=358871> (acesso: 08/10/18).

⁹ Projeto de Lei PL 249/2013 apresentado pelo executivo e aprovado pela Assembleia

financeiros tais como a iniciativa global Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (*The Economics of Ecosystems and Biodiversity, TEEB*).

De maneira geral, a concentração de terras é alta e ainda crescente no Vale do Ribeira (BIM, 2012)¹⁰, e a região é marcada por conflitos resultantes da imprecisão dos títulos de propriedade, que frequentemente sobrepõem áreas de preservação e atividades de extração ilegal de madeira e palmito e envolvem todos os bairros rurais pobres na defesa de melhores condições de vida. Isso é particularmente evidente em Barra do Turvo, onde a presença da associação agroecológica Cooperfloresta deu força a um discurso de valorização de um modo de vida e trabalho “simples” no campo (STEENBOCK et al. 2013), em oposição à modernidade alienante representada por projetos de modernização e valores “distorcidos” da cidade (ainda que os vínculos com as periferias urbanas se mantenham constantes, algumas famílias sobrevivendo do aluguel de casas, de trabalho intermitente ou do dinheiro enviado por algum filho, filha ou outro parente).

De outro lado, a diferença política e econômica entre as comunidades quilombolas recentemente reconhecidas e os bairros identificados com sendo partes da “agricultura familiar”, que não possuem uma reivindicação identitária, gera tensões. Ao longo do processo de reconhecimento, os quilombos se organizaram e criaram suas próprias associações (condição para o reconhecimento legal), enquanto nos bairros de agricultura familiar elas não necessariamente existem, ou, quando existem associações, não tem necessariamente legitimidade ou representatividade.

Alguns bairros de agricultura familiar estão parcialmente estabelecidos nas áreas de preservação integral do Mosaico (em princípio inabitadas) e/ou ocupam áreas reivindicadas por grandes proprietários de terras, enfrentando ameaças de remoção. Os quilombos se beneficiaram de políticas de ação afirmativa, incluído contratos ainda em vigência da modalidade de “Ação Simultânea” do Programa de Aquisição de Alimentos

Legislativa em 10/06/2016.

¹⁰ Pequenas e médias propriedades (de menos de 50 hectares), que representam 81% do total, ocupam 20% da área, enquanto propriedades muito grandes (de mais de 500 hectares), representando 1,8% do total, ocupam 44% da área. Números do Censo Rural de 2006.

(PAA), que compra produtos da agricultura familiar, interrompido em outros bairros desde 2017. Assim, existe uma diferença política e econômica entre as comunidades “tradicionais” legalmente reconhecidas, e os bairros de agricultura familiar, politicamente órfãos. Estes últimos podem incluir populações consideradas “negras”, “brancas” e “pardas” e, em alguns casos, grupos que estão se organizando para reivindicar seu reconhecimento como remanescentes de quilombos.

Essa diferença se acentua hoje devido a emergência de outros atores, como os fazendeiros que demandam indenizações ou ajustes nos limites do Parque, e condições, como a prevista privatização de gestão do Parque e mudanças na composição dos conselhos gestores das unidades de conservação. Em 2017, “comunidades e povos tradicionais do Vale do Ribeira” se organizaram em um fórum de mesmo nome, visando manter seus direitos à terra e aos recursos, enquanto os bairros de agricultura familiar estão sujeitos a várias influências, notadamente de grandes proprietários fundiários que buscam convencer estas comunidades a juntar-se ao lobby pelo cancelamento das negociações com o Mosaico na expectativa de acesso a indenizações.

Outra diferenciação, que em certos casos se verifica inclusive entre famílias de um mesmo bairro, diz respeito ao acesso à terra. Existem distinções de classe entre grandes fazendeiros e até agricultoras e agricultores familiares que contratam mão de obra e aquelas pessoas que vendem sua força de trabalho, geralmente por pagamento de diárias, na atividade agrícola (no caso dos homens) ou no trabalho doméstico (no caso das mulheres). Além disso, a preferência pelo trabalho assalariado pode ser observada mesmo em famílias que tem terra, mas buscam renda monetária, motivadas em geral pela compra de bens de consumo (como carros e eletrodomésticos).

Em particular, nos novos bairros pobres de agricultura familiar, poucas famílias vivem somente de sua própria produção. O trabalho assalariado agrícola ou não agrícola e uma variedade de benefícios sociais – frequentemente obtidos através de um árduo trabalho de superação de discriminações e obstáculos burocráticos – estão combinados com a produção própria, segundo diferentes lógicas. Em alguns casos, o valor

do trabalho na própria terra é priorizado e outras fontes de renda são consideradas mero apoio. Em outros casos essa lógica se inverte, e a produção no seu próprio lote é considerada secundária em relação à busca de trabalho assalariado ou de rendimento (aluguel, benefício social, etc.).

Diante desses conflitos centrais – entre “modernização” (capitalista) e defesa dos modos de vida “tradicionais”, e pelo acesso a terra e recursos – as vozes das mulheres tendem a passar despercebidas. Em geral, a situação das mulheres é caracterizada por uma divisão sexual desigual do trabalho – em termos de indicadores, em nível nacional as mulheres rurais trabalham em média 55.3 horas por semana, incluído o trabalho doméstico, enquanto os homens trabalham 47.7 horas¹¹; uma demanda não resolvida por creches e equipamento de educação infantil de qualidade, com 95,9% das creches e 82,4% das pré-escolas no Vale do Ribeira localizadas em áreas urbanas¹²; uma ultrassexualização do corpo das mulheres pela imposição de padrões de beleza (magreza, pele clara e cabelos lisos, roupas curtas, justas e frequentemente desconfortáveis), resultando em uma alienação das mulheres em relação a seus corpos (como expressam algumas agricultoras: “eu descobri que não me sinto muito” ou “falar de mim mesma é um pouco complicado”); um risco permanente de agressão sexual, combinado a altos níveis de violência doméstica.

A proposta de agroecologia feminista introduzida pela SOF se posiciona nos conflitos centrais da região, valorizando as formas de produção e organização social “tradicionais” (inclusive a agricultura familiar) contra a formas excludentes de “modernização”, enquanto busca ao mesmo tempo promover uma transformação das relações de gênero. Essa transformação começa pelas margens desses conflitos centrais, propondo o desenvolvimento e a valorização da produção de alimentos na agroecologia pelas mulheres e buscando alianças com atores como as associações dos quilombos, a Cooperfloresta, o sindicato de trabalhadores

¹¹ IPEA, p. 33, apud Hora e Butto, 2014, p.38.

¹² De acordo com o Censo da Educação de 2015. Esses números tendem a aumentar com o progressivo fechamento de escolas rurais desde 2000. Observamos uma demanda não respondida por creches e equipamento de educação infantil de qualidade na nossa pesquisa de campo (grupos focais em diferentes bairros rurais).

rurais e o município. Essa posição inicial permitiu que fosse localmente aceita, mas, como veremos, agora evolui para um processo mais amplo de mudança que envolve a renegociação de posições de gênero e a participação ativas de algumas mulheres nos conflitos locais.

A LONGA MARCHA DA AGROECOLOGIA FEMINISTA NO BRASIL

A proposta de agroecologia feminista que a SOF introduziu em 2015 no Vale do Ribeira resulta de um processo mais amplo e muito mais longo, que reuniu mulheres agricultoras, equipes de ONGs, (ex) gestores públicos e algumas professoras universitárias de diferentes regiões do Brasil. É preciso considerar a história longa que levou à afirmação de um sujeito político defendendo a visão da agroecologia feminista, em meio à intensas transformações do Estado, das políticas públicas e das formas de mobilização da sociedade, para entender as condições de sua expansão em regiões específicas como o Vale do Ribeira.

As raízes desse processo podem ser situadas na crítica da modernização conservadora do campo, modelo difundido entre “pequenos” produtores pelas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a partir dos anos 1940 e reforçado pelas ditaduras militares entre os anos 1960 e 1970 (DELGADO, 2010). Em todo esse período, o modelo foi confrontado pelas forças democráticas populares, que defendiam pautas como a reforma agrária, e direitos econômicos e sociais, desde as Ligas Camponesas, criadas em 1955, seguidas pelo novo sindicalismo rural no âmbito da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, criada em 1963 e logo pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, criado em 1984 (GRISA & SCHNEIDER, 2014).

Nos anos 1980, uma nova vertente dessa agenda democrática e popular se desenvolveu, quando se forma uma rede de profissionais da agronomia para defender o que se chamava de “agricultura alternativa” (LUZZI, 2007). Naquele momento, também, as mulheres do campo começam a se organizar em torno do sindicalismo rural e por acesso à

Seguridade Social, como o direito ao auxílio maternidade e a aposentadoria especial rural. Elas criam suas próprias organizações, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, criado em estados da região Sul, como Santa Catarina, por volta de 1983 e unificado em nível nacional em 2003) e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-NE, fundado em 1986 com presença em vários estados da região Nordeste), e, posteriormente, inserem-se em algumas organizações mistas, como a CONTAG e o MST (NOBRE, 2015; PAULILO, 2016; FILIPAK, 2017). Desde os anos 1990, as mobilizações das mulheres do campo se ampliam para um questionamento duplo, a respeito do lugar das mulheres na produção e das próprias formas de produzir. Essas mobilizações das mulheres rurais, combinada à pressão da cooperação internacional para que se inclua a questão de gênero nos projetos de desenvolvimento, levou, na segunda metade dos anos 1990, a uma inflexão nas organizações da agricultura alternativa. Emerge um novo campo, a princípio nomeado “gênero e agricultura familiar”. Em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criada, reunindo movimentos do campo e ONGs, visando à ação coordenada, a pressão política e a comunicação com a sociedade.

As mulheres ativistas dos movimentos do campo, das ONGs e universidades gradualmente se organizaram em um grupo de trabalho transversal da ANA, concebido como espaço de auto-organização das mulheres para o questionamento de todas as formas de desigualdade de gênero – dentro da Articulação (onde tais desigualdades eram raramente reconhecidas) e em todas as comissões temáticas de trabalho. Neste momento, também a soberania alimentar e a agroecologia começam a emergir em alguns movimentos feministas, em particular na Marcha Mundial das Mulheres (Masson e Conway, 2017), cujo secretariado internacional esteve hospedado na SOF entre 2006 e 2013, contribuindo para “desurbanizar” as pautas do feminismo brasileiro (Paulilo, 2016, p. 310).

A partir dos anos 2000, o governo do Partido dos Trabalhadores (governo Lula-Dilma, de 2003 a 2016) marcou uma redefinição das relações entre governo, movimentos do campo e ONGs e o agronegócio.

Durante este período, os movimentos sociais e as ONGs se beneficiaram de espaços sem precedentes de participação (conselhos e fóruns) na definição e gestão das políticas de desenvolvimento agrário, tais como compras governamentais dirigidas aos produtos da agricultura familiar, crédito rural, documentação das trabalhadoras rurais, novas modalidades “públicas e universais” de ATER e agroecologia. Em geral, a agricultura familiar foi fortalecida por essas políticas, mas dentro de um modelo agrícola dual, em que os avanços para agricultoras e agricultores familiares foram limitados pela proteção dos interesses dos grandes fazendeiros e latifundiários (SABOURIN, 2014).

Nesse contexto as mulheres do campo passam a contar, em 2010 com a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (DPRM/MDA), com sua própria equipe e orçamento¹³. Entre as políticas realizadas pela Diretoria destacam as chamadas públicas para ATER dirigida às mulheres rurais. A ANA assume a organização dos encontros regionais e nacional em que a Política Nacional de Agroecologia e a Política de ATER agroecológica são definidas. Dentro da ANA, o Grupo de Trabalho de Mulheres luta para que as desigualdades de gênero sejam levadas em conta nessas novas políticas. No caso da política de ATER agroecológica, este grupo finalmente obtém uma cota de 50% de mulheres beneficiárias, de 30% de técnicas mulheres e 30% do total de recursos dirigidos às mulheres. Essas políticas permitiram que as entidades executoras – incluindo as ONGs integrantes da ANA – desenvolvessem suas propostas em novos territórios, como foi o caso da SOF no Vale do Ribeira.

Essas novas políticas representaram um avanço inegável se comparadas à ausência de políticas para as mulheres rurais que havia até então. Ainda assim, continuaram sendo “pontuais”, “limitadas” e “burocráticas” aos olhos de certas ativistas; sendo política experimentais, e não universais. Entre 2004 e 2013, a política de ATER para mulheres beneficiou 56.400 mulheres, com um orçamento de 32.3 milhões de reais. Algumas modalidades de implementação foram inadequadas seja para as

¹³ Entre 2003 e 2013 a DPMR executou um orçamento de cerca de R\$ 300 milhões (US\$ 93 milhões) (Hora e Butto, 2014, p. 28).

ONGs, constringidas a cumprir critérios aplicáveis a empresas públicas, seja para as mulheres agricultoras, que precisavam obter um Documento de Aptidão para as políticas de agricultura familiar (DAP), enfrentando dificuldades consideráveis no atual quadro de discriminação contra as mulheres rurais¹⁴. As relações entre alguns movimentos e ONGs e o governo foi muitas vezes tensa, exigindo um jogo complexo de “pressão e solidariedade”, inclusive frente a militantes que ocuparam posições de gestão na DPMR.

A aliança com os movimentos rurais que sustentavam uma posição de autonomia e forte capacidade de mobilização – como as mulheres agricultoras da Marcha das Margaridas e o MST – foi importante para que a pressão fosse mantida. No entanto, reivindicações centrais, como a reforma agrária, não tiveram avanços (SANCHEZ & TURATTI, 2012) e as políticas em geral não foram instituídas como políticas de Estado garantidas em caso de mudança de governo. Com o *impeachment* de Dilma Rousseff e o apossamento de Michel Temer em maio de 2016, o Ministério do Desenvolvimento Agrário desapareceu e embora algumas de suas políticas e os principais espaços de “participação” tenham sido mantidos formalmente, sua natureza foi de fato modificada. Alguns movimentos rurais e ONGs pararam de participar e os que permaneceram afirmam que suas vozes não são ouvidas pelo governo atual. Os movimentos do campo e ONGs da ANA atualmente se consideram parte da oposição ao governo de Michel Temer, tido como ilegítimo por estes setores sociais.

De maneira geral, a longa mobilização das mulheres rurais, das equipes de ONGs e pesquisadoras universitárias pelo reconhecimento da agroecologia feminista contribuiu para a consolidação de um sujeito político que se coloca em conflito com a modernização conservadora e

¹⁴ Embora as normativas considerem o registro da produção para o autoconsumo, muitas das instituições que emitem DAP não a consideram. Nos casos em que as mulheres são agricultoras e os maridos são assalariados, a renda proveniente de fora do estabelecimento tende a ser maior do que a interna, quando não se considera a produção para o autoconsumo, e assim não permitindo seu enquadramento, enquanto agricultora familiar. Estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) em 73 localidades rurais de 20 Territórios da Cidadania das cinco macro-regiões do país concluiu que “o desafio parece ainda ser obter a DAP: em muitas localidades ainda há a desinformação, exigências excessivas e desconhecimento dos critérios de concessão” (FCC, 2015, p. 257).

o agronegócio de um lado e com a agroecologia que se pretende neutra quanto à questão de gênero de outro lado. Nossa hipótese é que essa posição conflitiva levou esse sujeito a afirmar uma forte posição antissistêmica, que parte de uma crítica radical ao capitalismo e à sociedade patriarcal para propor a necessidade de superação de uma visão meramente produtivista da agroecologia e a adoção de uma visão circular da economia, inspirada numa concepção feminista centrada na reprodução da vida e priorizando a “cultura de cuidado” em lugar da “cultura de lucro” (CARRASCO, 2003).

ATER E AGROECOLOGIA FEMINISTA EM BARRA DO TURVO

Com base nesta visão política, a SOF começou sua intervenção no Vale do Ribeira fazendo contato com as lideranças e organizações locais para contribuir com a formação de grupos de mulheres agricultoras. Em Barra do Turvo, essa proposta representou uma mudança de paradigma principalmente em dois sentidos.

Primeiramente, afirmou a condição das mulheres como agricultoras em seu próprio nome, em um contexto no qual o viés masculino ainda é significativo nas políticas agrícolas em geral e na assistência técnica em particular. Em Barra do Turvo, em 2016 e 2017, os projetos de agricultura para mulheres (conduzidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) se limitavam a galinheiros móveis e enfrentavam dificuldades de implementação. Na prefeitura ou em suas casas as mulheres agricultoras enfrentam evidentes discriminações para serem reconhecidas como tais no acesso à documentação oficial. Por exemplo, notas fiscais são emitidas em nome dos maridos embora sejam elas as responsáveis por todo o processo administrativo de sua própria produção agrícola. De modo semelhante, o sindicato rural local apoia a agricultura familiar, mas dá prioridade no aumento de produção para a venda, desprezando as coisas “moles” que as mulheres produzem nos seus “fundos de quintal”, em suas próprias palavras. Mesmo na Cooperfloresta, há poucas mulheres participando do Conselho e da Diretoria, e é recente a retomada de sua participação na agroindústria. De acordo com nossas informantes, “embora muitas pessoas trabalhando na agroecologia levem os temas do racismo e do feminismo, o debate de gênero não está presente na Coopera [Cooperafloresta]”.

Em segundo lugar, a proposta da agroecologia feminista é uma mudança com relação às políticas normalmente dirigidas às mulheres, especificamente àquelas do campo da assistência social e da chamada “inclusão produtiva”. Durante o governo do Partido dos Trabalhadores, programas de assistência social, tais como o Bolsa Família, foram consideravelmente expandidos, passando a ser considerados uma forma de renda básica. No entanto, o valor da maternidade nunca deixou de ocupar um lugar central nas representações sociais que embasam a implementação desses programas (GEORGES & SANTOS, 2016), o que se reflete seja no discurso de assistentes sociais em Barra do Turvo, seja nas condicionalidades gerais de acesso ao programa, que preveem que as mães sejam responsáveis pela frequência escolar e vacinação das crianças.

A inclusão produtiva, por outro lado, consiste fundamentalmente em programas de capacitação para mulheres beneficiadas pelo Bolsa Família, dirigidos a tirá-las da condição de beneficiárias. Esses programas valorizam o “empreendedorismo”, mas geralmente estimulam as mulheres em atividades percebidas como “femininas”, sem questionar a divisão sexual do trabalho existente. Em Barra do Turvo, a capacitação oferecida às mulheres inclui escolas de beleza, moda e culinária, ignorando a atividade agrícola. A chegada do projeto de ATER para mulheres foi portanto uma novidade, introduzindo mudanças nas relações de gênero pelo seu reconhecimento mulheres como agricultoras. As mulheres foram encorajadas a formar grupos em seus bairros, considerados espaços de auto-organização, e a formular demandas e propostas específicas que refletissem sua situação local.

Os grupos nos bairros tiveram diversas origens. Em duas comunidades quilombolas, eles se formaram com base em relações de parentesco e nos grupos de trabalho da Cooperfloresta (organizados no sistema de mutirão, em que o grupo todo se reveza no terreno de cada integrante, realizando trabalhos como limpeza, semeadura, colheita, etc.). Em um bairro de agricultura familiar, um grupo foi formado a partir do viveiro comunitário – lugar onde as pessoas cultivam mudas nativas para venda, como parte da política de regeneração da mata e de compensação frente às limitações de cultivo no Mosaico. Em outro bairro, um grupo

de mulheres já estava organizado na Comissão Pastoral da Criança, entidade ecumênica promovida desde os anos 1980 pela Igreja Católica, para promover a pesagem e vacinação de crianças e gestantes e melhorar a nutrição. Em outro lugar ainda, um grupo de mulheres se formou a partir de um coletivo misto informal mobilizado na luta contra o Parque. Finalmente, em dois bairros de agricultura familiar com pouca ou nenhuma terra de cultivo, as mulheres partiram do hábito de reunir-se para fazer artesanato juntas. Essas reuniões eram promovidas por uma mulher que vive em um centro de promoção da agrofloresta (de propriedade privada) com boa disponibilidade de terra. Nos distintos bairros, as mulheres que primeiro compuseram os grupos estavam na faixa etária dos 40 a 50 anos. Hoje mulheres mais jovens estão se envolvendo, atraídas pela dinâmica gerada e pela possibilidade de sair de casa.

Através das reuniões, visitas técnicas e outras atividades (feiras, intercâmbios) organizadas pela SOF, as mulheres foram incentivadas a se deslocar de suas relações e formas de organização iniciais no sentido de grupos de mulheres baseados na solidariedade, com ênfase no reconhecimento de seu trabalho agrícola e de sua contribuição na alimentação da família. Assim, progressivamente, foram mudando a natureza de suas atividades e sua posição nos bairros. A solidariedade das técnicas da SOF na relação com essas mulheres, na forma de um forte compromisso (muito além das horas de trabalho) em ajudá-las a se organizar e resolver uma ampla gama de questões concretas – entendidas como obstáculos à reprodução da vida em sentido amplo – encorajou a solidariedade entre elas.

Em geral, a consolidação dos grupos ocorreu através da criação de respostas concretas a questões específicas que elas mesmas levantaram: como cultivar diferentes plantas, como fazer fertilizantes naturais para manter a qualidade do solo, como tratar as águas de esgoto, como aumentar as vendas, como conseguir acesso à terra, como processar os alimentos para evitar perdas, como utilizar a balança, como usar a Internet para se comunicar com os grupos de consumo, como fazer o passo a passo para emitir notas fiscais, como convencer os homens a contribuir em certas

tarefas, como organizar o trabalho com crianças pequenas, como permitir que mulheres controladas por seus maridos participem, etc.

Embora não tenha sido o caso em Barra do Turvo, em alguns lugares, a consolidação dos grupos existentes não funcionou. Por exemplo, em uma comunidade quilombola de outro município, as mulheres estavam organizadas em torno do turismo comunitário e não se interessaram pela agroecologia, principalmente por causa das restrições impostas pela gestão local do Mosaico sobre o uso da terra para agricultura.

As respostas da SOF às demandas e propostas dos grupos consistiram em diferentes atividades, tais como visitas de intercâmbio (observação orientada dos terrenos das participantes); mutirões para a construção de hortas elevadas, hortas em mandala, fossas sépticas e manejo de agrofloresta; apoio para a apresentação de demandas perante a prefeitura e outras instituições; uma rede direta de comercialização com os grupos de consumo responsável, entre outras.

Outra iniciativa importante introduzida no município pela SOF se refere às Cadernetas Agroecológicas, um esforço advindo do Grupo de Trabalho de Mulheres da ANA a partir de 2013 para tornar visível o aumento da produção mercantil e não mercantil pela qual as mulheres são responsáveis, por meio do incentivo ao registro do destino do conjunto de sua produção agrícola, organizada em quatro categorias: autoconsumo, doação, troca e venda. Essa estratégia e os grupos de consumo responsável, em particular, jogaram papel importante na consolidação dos grupos pela valoração da produção das mulheres. Isso colaborou com que se reconhecessem como agricultoras e melhorou suas condições de negociação em suas famílias e mesmo com agentes do Estado, por acesso à documentação oficial.

A rede de grupos de consumo responsável consiste em cinco grupos autogestionados de consumidores na periferia da cidade de São Paulo (um deles formado pela equipe da SOF e amigas, localizado no centro da cidade e com perfil diferente), que adquirem legumes e verduras, frutas, alimentos processados, medicamentos naturais e mudas oferecidos mensalmente por seis dos sete grupos de agricultoras de Barra do Turvo. Essa rede visa criar um mercado controlado pelas mulheres agricultoras,

no sentido de que elas determinem o tipo e quantidade de produtos que podem oferecer (deduzidas as quantidades necessárias para o consumo familiar, trocas e doações) e proponham os preços, em troca de alimento variado e de qualidade por preços acessíveis.

Essa redefinição da relação entre produtoras e consumidores não é fácil, especialmente do lado dos consumidores, porque requer engajamento com a proposta da agroecologia feminista (entender e aceitar as condições de trabalho das agricultoras, incluindo a ausência de certificação da vigilância sanitária e, em alguns casos, falhas de qualidade e logística), indo além do consumo de alimentos orgânicos. Um dos grupos de consumo (na cidade de Registro) deixou de existir e, na maioria dos casos a integração a esses grupos é um processo lento. A logística (preparação dos produtos em relação à demanda, coleta e transporte até o ponto central em São Paulo) também é um fator limitante ao crescimento da rede e de sua capacidade de atender à necessidade das mulheres agricultoras na venda de seus produtos.

Essa capacidade depende, em particular, de recursos humanos da SOF e de algumas voluntárias para gerir a rede, assim como do caminhão cedido pela Prefeitura de Barra do Turvo. Apesar desses limites, o sistema permitiu uma valorização simbólica e monetária de uma diversidade de produtos (mais de 200 itens), normalmente consumidos apenas na zona rural. Durante o período de outubro de 2017 a março de 2018, a renda mensal média obtida foi de R\$ 182 com importantes variações entre as agricultoras que entregam produtos *in natura* (cuja retirada foi menor) e as que entregam produtos transformados (com maior recebimento). Vender para fora dos bairros é um fato sem precedentes para muitas mulheres, especialmente nos distritos de agricultura familiar, que contribuiu significativamente para valorizar seu trabalho diante de seus maridos e vizinhos. Hoje se tem que lidar com alguns vizinhos (homens e mulheres) buscando “copiá-las”, nas suas próprias palavras, mas enxergando apenas a relação custo/benefício da produção orgânica como nicho de mercado. Para evitar isso, alguns grupos definem condições para a inclusão de novas participantes, baseadas na participação em tarefas coletivas e nas atividades organizadas pela SOF, que as agricultoras consideram como momentos importantes de “conscientização”.

Um aspecto transversal da metodologia da SOF é a interconexão entre diferentes temas. Por exemplo, discutem-se os efeitos do uso de agrotóxicos nos corpos das mulheres, ou a relação entre o desenvolvimento de uma produção agrícola financeiramente viável e o aumento da capacidade das mulheres de se libertarem de relações conjugais abusivas, ou a ideia de que a transição (caminho que conecta a realidade presente a uma situação almejada) pode ser considerada seja na perspectiva de uma mudança rumo à agroecologia, seja rumo a uma vida sem violência. Essas interconexões manifestam o entendimento da agroecologia, não como uma visão estreita focada nas técnicas de produção e na venda, mas como uma visão e uma prática que incluam o conjunto das relações e a pessoa humana inteira, de modo mais amplo, encorajando formas mais democráticas e sustentáveis de reprodução da vida e de organização da economia.

De modo geral, construir respostas concretas para um amplo espectro de demandas específicas de cada grupo provou ser uma condição para o desenvolvimento de solidariedade dentro dos grupos. A solidariedade não é apenas um “valor” de mulheres rurais (pobres), mas algo que resulta da ação concreta e das regras que são criadas durante a ação, bem como da solidariedade das técnicas da SOF em relação aos grupos. Um núcleo de mulheres agricultoras se formou durante esse processo, reivindicando hoje os princípios e a visão ampla da agroecologia feminista e jogando um papel fundamental na organização local – mesmo que outras subjetividades, permeadas em particular pela lógica de mercado e da “inclusão produtiva”, continuem existindo. Apesar disso os grupos permanecem em geral frágeis (dependentes de condições favoráveis à participação, oferecidas parcialmente pela SOF). Algumas questões permanecem, como por exemplo, a fragilidade do acesso aos meios de produção nos bairros em que as mulheres sem-terra trabalham nos lotes de outras pessoas, e o pequeno volume da demanda pelos grupos de consumo em comparação com o volume de produção de algumas agricultoras que pode desmotivá-las. Em nível mais amplo, a consolidação da organização baseada na solidariedade através da rede de grupos existentes (em Barra do Turvo e outros municípios do Vale do Ribeira) é ainda um processo em construção.

A SOF cumpriu um papel inicial nessa construção, criando oportunidades regulares para que as mulheres se encontrem, identificando questões comuns, ajudando a criar respostas coletivas e encorajando as mulheres a se unir. Isso contribuiu com a construção de um sentido de pertencimento e ação coletiva que hoje se reflete, em particular, nos frequentes convites entre bairros para a participação em atividades como feiras e seminários. No entanto, essa dinâmica nascente é dificultada pelas diferenças de reconhecimento político (em particular entre comunidades quilombolas e bairros de agricultura familiar) e de acesso à terra e recursos. Outro desafio diz respeito à inclusão de novas mulheres ou novos grupos, exigindo a construção de novas oportunidades coletivas, como por exemplo, a expansão da rede de consumo. Além disso, a SOF pretende gradualmente passar da posição de ONG apoiadora a uma de parceria na construção de um movimento social comum, com raízes em nível local e articulado em nível nacional.

Ao longo deste processo, o desenvolvimento de uma rede de agricultoras agroecológicas no Vale do Ribeira chegou ao ponto em que exige novos passos com relação à sua conexão com outras lutas que definem esse território. Nas comunidades quilombolas, os moradores apontam que a continuidade dos grupos produtivos de mulheres depende de sua capacidade de se manter ativas no manejo territorial local, por exemplo, reivindicando os conhecimentos “tradicionalis” e encontrando modos mais diversificados de comercializar seus produtos incluindo mais mulheres e mais jovens. Os habitantes dos bairros de agricultura familiar, de sua parte, apontam que as iniciativas de mulheres precisam ajudar a criar reciprocidade e fortalecer o sentido de comunidade. Iniciada nas margens do conflito local entre “tradição” e “modernidade” capitalista, a proposta da agroecologia feminista em Barra do Turvo chegou a um estágio em que é convocada a desenvolver sua visão política e prática sobre a questão agrária e ambiental que se manifesta no território e assumir seus desdobramentos. Isso inclui novas responsabilidades econômicas e sociopolíticas para os grupos de mulheres em nível comunitário e a necessidade de construir novas alianças, desafiando as diferenças e conflitos existentes.

CONCLUSÃO

Essa pesquisa-ação buscou traçar o processo de transformação social iniciado pelo projeto de agroecologia feminista proposto pela SOF em Barra do Turvo e contribuir, no âmbito teórico, com o debate da economia feminista sobre a reprodução social e o cuidado da vida. Analisamos o papel e a natureza das solidariedades nesse processo e o modo pelo qual isso redefine, conceitualmente e na prática, a reprodução social. O método da pesquisa-ação significou dar prioridade à análise dos estágios e condições desse processo de mudança social. Cientes dos conflitos e dificuldades existentes em diferentes âmbitos, nos concentramos ainda assim nas possibilidades, por vezes embrionárias, de superá-los, em vez de produzir uma análise focada nas relações de poder e nos fatores de impedimento.

Nossa análise mostra que a transição para a agroecologia feminista em Barra do Turvo é um processo em andamento, que começou com uma ressignificação da produção agrícola e da alimentação, ganhando continuidade na atribuição de novo valor ao trabalho das mulheres, em algumas renegociações das relações de gênero em diferentes esferas (família, comunidade, mercado e, em menor grau, governo municipal), assim como em um novo engajamento das mulheres nas questões políticas locais. Essas mulheres expressam que “acordaram” ou que “quebraram uma parede”, “graças a essas técnicas [da SOF] que são diferentes”, porque são capazes de ouvir suas demandas e entendê-las. É comum que as agricultoras se apresentem como sendo “da SOF” ou que usem a camiseta da Marcha Mundial das Mulheres. As mulheres, assim como alguns homens, hoje se autodenominam “feministas” em Barra do Turvo, ao passo que esse termo muitas vezes é percebido negativamente nas classes populares em geral e no campo em particular. Esse processo baseou-se em solidariedades que se fortaleceram e expandiram com base em objetivos comuns entre os grupos de mulheres, cujo lugar e natureza nos bairros se transformou gradualmente. Essa dinâmica esteve baseada na experimentação e na afirmação progressiva de novas práticas e relações sociais que, de modo geral, visam uma maior autonomia e a reprodução da vida de formas ecológica e socialmente mais sustentáveis.

Esta experiência mostra a possibilidade de uma prática feminista da economia que confronte o conflito central entre capital e vida (PÉREZ OROZCO, 2014) com base na valorização do trabalho reprodutivo – isso é, o trabalho doméstico, mas também trabalho de cuidado dos outros e da natureza (FISHER & TRONTO, 1990) e criação de novos comuns (FEDERICI, 2013), baseados na solidariedade. Esta prática econômica esteve intrinsecamente ligada à afirmação de uma política do cotidiano, que toma como ponto de partida a ação de grupos de mulheres entorno a questões como a defesa de seu território, trabalho e alimentação. Este ponto de partida encontra no contato com os movimentos sociais constituídos ao longo da história, os elementos necessários para a elaboração de um discurso sobre esta ação e para sua politização.

No entanto esse processo depende, na Barra do Turvo e em outras experiências, de pequenos grupos, de um número reduzido de lideranças locais, de recursos financeiros e humanos oferecidos por ONGs como a SOF, e enfrenta diferenças entre as mulheres, o que tende a dificultar a construção de uma ação coletiva mais ampla. A SOF, como ONG feminista híbrida, nos termos de Álvarez (1999), colocou à disposição metodologia, recursos humanos e financeiros para iniciar ou fortalecer processos organizativos das mulheres rurais e posicioná-los na mobilização política. Em âmbito nacional, a própria SOF faz parte de um processo político longo de quatro décadas, que começou com a demanda de reconhecimento das mulheres trabalhadoras rurais, que continuou com o questionamento das desigualdades de gênero na agricultura familiar e logo com a afirmação da necessidade de articular a agroecologia e o feminismo enquanto projetos políticos, e que se concretizou em políticas públicas que terminaram abruptamente com a mudança de governo em 2016. Produzindo conhecimento não restrito ao debate acadêmico, mas também com e para os sujeitos políticos da agroecologia, essa pesquisa-ação buscou contribuir para a continuidade desse processo, em um momento em que, no Brasil, não se pode esperar que as forças de mudança possam vir do governo, e sim da sociedade civil organizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, Miguel. *Agroecology: The science of Sustainable Agriculture*. Boulder: Westview Press, 1995, 433 p.
- ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: the Latin American feminist NGO'boom'. *International feminist journal of politics*, v. 1, n. 2, p. 181-209, 1999.
- BIM, Ocimar. *Mosaico do Jacupiranga – Vale do Ribeira, São Paulo: conservação, conflitos e soluções socioambientais*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; TSIKIOKA, Crismere Gadelha; CARVALHO, Maria Celina Pereira De. O cerco do verde: o olhar dos outros sobre a questão do ambiente. *Ambiente & Sociedade*, n. 5, p. 155-180, 1999.
- CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N. e NOBRE, M. *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: Cuadernos Sempreviva, SOF, p. 11-49, 2003.
- _____. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, C. *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madri: La Oveja Roja, p. 25-48, 2014.
- DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília (DF): CONDRAF/NEAD, p. 28-78, 2010.
- DELPHY, Christine. *L'ennemi principal : économie politique du patriarcat*. Paris: Syllepse, tome 1, 1998, 180 p.
- FEDERICI, Silvia. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Madrid: Traficantes de sueños, 2013.

- FILIPAK, Alexandra. *Políticas públicas para mulheres rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos*. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2017.
- FISHER, Berenice & TRONTO Joan. Toward a feminist theory of caring. In E. Abel & M. Nelson (orgs.), *Circles of care: Work and identity in women's lives*. Albany: Suny Press, pp. 35-62, 1990.
- GEORGES, Isabel; Dos SANTOS, Yumi Garcia, Eds. *As 'novas' políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- GLIESSMAN, Stephen. *Agroecology: ecological Processes in Sustainable Agriculture*. Chelsea, MI: Ann Arbor Press, 1998, 357 p.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural (Piracicaba, SP)*, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2014.
- GUÉTAT-BERNARD, Hélène; PRÉVOST, Héloïse. L'agro-écologie au Brésil, un instrument genre de luttes sociales. *L'Ordinaire des Amériques*, v. 220, 2016.
- HILLENKAMP, Isabelle; GUÉRIN, Isabelle; VERSCHUUR, Christine. Cruzando os caminhos da economia solidária e do feminismo: passos para uma convergência necessária *Revista Economía (Quito)*, v. 69, n. 109, p. 43-60, 2017.
- HILLENKAMP, Isabelle; NOBRE, Miriam; com a colaboração de Viviane FRANCO, Daniela IANOVALLI, Gláucia MARQUES e Sheyla SAORI,. Por uma economia solidária e feminista: pesquisa-ação no Vale do Ribeira. In: (Ed.). *Anais do V Simpósio Desigualdade Direitos e Políticas Públicas*: <http://repositorio.unisinos.br/anais/eventos/vsimposio.html#749/z>, p. 749-764, 2016.

- HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea et al. *Mulheres rurais e autonomia. Formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 14-45, 2014.
- JALIL, Laeticia Medeiros. *As Flores e os Frutos da luta: O significado da organização e da participação política para as Mulheres Trabalhadoras Rurais*. Dissertação (Tese de Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.
- LUZZI, Nilsa. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Dissertação (Tese de Mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MASSON, Dominique; CONWAY, Janet. La Marche mondiale des femmes et la souveraineté alimentaire comme nouvel enjeu féministe. *Nouvelles Questions Féministes*, v. 36, n. 1, p. 32-47, 2017.
- NELSON, Julie. Feminism and Economics. *The Journal of Economic Perspectives*, 9(2), 131-148, 1995.
- NOBRE, Miriam. Economía solidaria, agroecología y feminismo: prácticas para la autonomía en la organización del trabajo y de la vida. In: VERSCHUUR, C.; GUÉRIN, I., HILLENKAMP, I. *Une économie solidaire peut-elle être féministe ? Homo oeconomicus, mulber solidaria*. Paris: L'Harmattan, p. 273-294, 2015.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que fememismo é esse que nasce na horta? *Política & Sociedade*, v. 15, p. 296-316, 2016.
- PÉREZ OROZCO, Amaia. Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficante de sueños, 2014.

- SABOURIN, Éric. L'agriculture brésilienne en débat : évolutions récentes, controverses et politiques publiques. *Problèmes d'Amérique latine*, v. 95, n. 4, p. 33-55, 2014. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-problemes-d-amerique-latine-2014-4-page-33.htm> >.
- SANCHEZ, Fábio José Bechara. *Identidade e Conflito: A construção política dos "remanescentes de quilombo" do Vale do Ribeira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- SANCHEZ, Fabio José Bechara ; TURATTI, Maria Cecília Manzol. Agricultura familiare ed etnicità: le trasformazioni delle lotte contadine in Brasile. *Sociologia del Lavoro*, v. 128, p. 135-151, 2012.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Dissertação (Tese de doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SORRENTINO, Marcos et al., Eds. *Educação, agroecologia e bem viver: transição ambientalista para sociedades sustentáveis*. Piracicaba (SP): MH-Ambiente Natural, 2017, 344 p.
- STEENBOCK, Walter et al. *Agrofloresta, ecologia e sociedade*. Curitiba: Kairós, 2013, 422 p.

Recebido em 10 maio de 2018 e aprovado em 11 outubro 2018

ECONOMIA FEMINISTA EM MOVIMENTO: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS TEÓRICO- POLÍTICOS A PARTIR DAS LUTAS DAS MULHERES

Renata Faleiros Camargo Moreno¹

Resumo: A incipiente produção acadêmica sobre economia feminista no Brasil contrasta com uma dinâmica intensa e continuada de formação, elaboração e mobilização de um campo do feminismo para o qual a economia feminista é uma ferramenta e uma proposta política. A partir da discussão sobre as estratégias e metodologias de formação, e sobre as ações feministas na resistência ao neoliberalismo de organizações referenciadas na Marcha Mundial das Mulheres, o artigo apresenta argumentos, acúmulos e desafios teóricos e políticos para o desenvolvimento da economia feminista identificada com a corrente rupturista.

Palavras-chave: Economia feminista; Movimento Feminista; Formação feminista; Neoliberalismo.

Abstract: In Brazil, academic production on feminist economics is incipient and it contrasts with an intense and continuous dynamics of training, elaboration and mobilization of a feminist political field, for which feminist economics is a tool and a political proposal. The article presents arguments, theoretical and political challenges to the development of feminist economics identified with the rupturist perspective. They are based on the discussion of strategies and methodologies of training and self-organization,

¹ Socióloga, mestre em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, doutoranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia - Universidade de São Paulo, integrante da equipe da SOF e militante da Marcha Mundial das Mulheres. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

and on feminist actions in resistance to neoliberalism, articulated by the World March of Women.

Keywords: Feminist economics; Feminist movement; Feminist training; Neoliberalism.

Popular, rural e militante. Essas são três das características que marcam uma experiência de construção da economia feminista no Brasil, na qual convergem e interagem diferentes sujeitos políticos referenciados na Marcha Mundial das Mulheres (MMM), entre eles a SOF Sempreviva Organização Feminista e o Centro Feminista 8 de Março (CF8), que também se encontram com outras organizações na Rede Economia Feminista (REF) e no Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). Esse artigo tem como objetivo discutir temas e questões centrais para a economia feminista, pondo em relevo algumas formas através das quais estas questões aparecem e são elaboradas neste campo do movimento social, para o qual a economia feminista é uma ferramenta e uma proposta política em construção (MMM, 2015a). O artigo se organiza a partir de dois eixos de reflexão. O primeiro se debruça sobre metodologias empregadas nos processos auto-organização e formação feminista para discutir o trabalho, os tempos e a contribuição econômica das mulheres. O segundo eixo tem como foco as lutas feministas de enfrentamento ao neoliberalismo, impulsionadas em aliança com os movimentos sociais mistos.

A economia feminista abrange diferentes perspectivas e correntes. De maneira geral, são identificadas perspectivas analíticas que transitam entre dois polos: desde análises que integram a dimensão de gênero às escolas estabelecidas do pensamento econômico, até perspectivas que exigem rupturas epistemológicas, metodológicas e políticas com essas escolas. Entre tais rupturas, destaca-se o deslocamento do foco do debate econômico do mercado para a sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2014). Nesse sentido, economistas feministas empreendem esforços para a construção de um arcabouço teórico que supere, simultaneamente, o androcentrismo e as dicotomias que operam na restrição da economia às fronteiras do que é monetarizado e tem valor de mercado. Esse esforço

teórico demonstra os nexos e as interdependências entre produção e reprodução, avançando ainda para modelos que alterem essa estrutura dicotômica, e expliquem o conjunto do funcionamento econômico a partir dos processos que garantem a sustentabilidade da vida (CARRASCO, 2017). Essa perspectiva, identificada como economia feminista da ruptura (PÉREZ OROZCO, 2014), considera a economia feminista como teoria, ação e prática, afirmando o conhecimento como necessariamente político e social (CALDERÓN E PÉREZ OROZCO, 2018). A economia feminista propõe diálogos e pontes com outras perspectivas críticas, como a economia ecológica (PÉREZ OROZCO, 2014; CARRASCO, 2017). As reflexões aqui apresentadas se inserem nesta perspectiva rupturista, com a especificidade de partir de ações feministas que colocam como horizonte a transformação da economia, no sentido de superação do sistema capitalista, racista e patriarcal (NOBRE, 2015). A partir dos acúmulos dessa construção, pretende-se estabelecer interlocução com o campo da economia feminista em desenvolvimento no Brasil.

É evidente um renovado interesse sobre os estudos feministas no âmbito acadêmico no Brasil, que pode estar relacionado a uma série de fatores, como por exemplo, a expansão dos discursos e mobilizações feministas na sociedade brasileira e a expansão do acesso ao ensino superior, experimentada desde a primeira década dos anos 2000, sobre a qual se verifica uma dinâmica viva de construção do feminismo na universidade (MARCARINI, 2017). Além das estudantes, verifica-se o envolvimento crescente de docentes em questões como o enfrentamento à violência e ao assédio nas universidades (ALMEIDA, 2015). Há mais eventos e congressos, grupos de estudos e núcleos de pesquisas, publicações e revistas temáticas que colocam o feminismo na agenda. Esse processo passa a influenciar, também, a ciência econômica.

Até o momento, entretanto, a produção acadêmica na área da economia feminista é incipiente, conforme demonstram Bohn e Catela (2017) em uma análise quantitativa dos periódicos da área de economia. Felizmente, essa realidade contrasta com o intenso processo de produção de reflexão, conhecimento e luta das mulheres, com metodologias,

articulações e práticas, profundamente vinculadas à construção de sujeitos políticos coletivos, posicionados e ativos na conjuntura política.

O debate proposto neste artigo é situado desde o ponto de partida de onde se olha para a economia feminista, os referenciais consultados até os interesses e problemáticas que instigam a autora. As reflexões apresentadas articulam a recuperação de acúmulos históricos, processos em curso e em pleno desenvolvimento, e questões sobre os porvires do feminismo em geral, e da economia feminista em particular.

As primeiras publicações sobre economia feminista, nos *Cadernos Sempreviva* da SOF Sempreviva Organização Feminista², datam do início dos anos 2000³. Nelas se encontram traduções de textos de economistas feministas estrangeiras e também elaborações de mulheres brasileiras participantes dos processos de reflexão, impulsionados por essa entidade na conformação da Rede Economia e Feminismo (REF)⁴. Algumas organizações e militantes participantes desta Rede também se encontram em outros processos de articulação, especialmente nas lutas impulsionadas pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM)⁵, e no GT Mulheres da

² A SOF é uma organização não governamental sediada em São Paulo, cuja intervenção, desde 1963, articula ações de formação e articulação no movimento de mulheres e nos movimentos sociais. Atualmente a SOF é a secretaria executiva da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil. Informações disponíveis no site da entidade: www.sof.org.br (acesso em 3 de setembro de 2018).

³ A saber, “Economia Feminista” publicado em 2002, e “A produção do viver”, publicado em 2003, com textos de Cristina Carrasco, Emma Siliprandi, Martha Rosemberg, Miriam Nobre, Gustavo Cudas, Diana Strassmann, Julie Matthaei, Harriet Friedmann. Ambos organizados por Nalu Faria e Miriam Nobre.

⁴ A Rede Economia e Feminismo se constituiu em 2001, e conformou o referente nacional da Rede Latinoamericana Mulheres Transformando a Economia (REMTE). Entre as organizações que convergiram na REF estão a SOF, o Centro Feminista 8 de Março, o CTA-Zona da Mata, a Casa da Mulher do Nordeste, o PACS. Estas organizações já empreenderam esforços importantes de sistematização de suas experiências de formação e práticas em torno da economia feminista, articuladas com a economia solidária e a agroecologia.

⁵ A Marcha Mundial das Mulheres é um movimento feminista internacional. No Brasil está organizado em 20 estados. Entre seus campos de ação está trabalho e autonomia econômica das mulheres. Informações disponíveis em: www.marchamundialdasmulheres.org.br (Acesso em 3 de setembro de 2018).

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)⁶. Este campo do movimento social é o referencial das discussões apresentadas nesse artigo. Sua escolha é justificada pela relevância – qualitativa e quantitativa – das produções de materiais diversos sobre a economia feminista, do referencial explícito a essa ferramenta teórica e da possibilidade de revelar e explicitar as ligações entre experiências, estratégias e acúmulos de diferentes organizações em torno de processos coletivos e alianças⁷ (MORENO, 2013).

Publicações como livros, cartilhas e jornais, além de relatórios e relatos de experiência, compõem as referências bibliográficas utilizadas neste artigo, apresentadas em diálogo com referenciais da economia feminista e da teoria feminista nacionais e internacionais.

1. METODOLOGIAS FEMINISTAS E AUTO-ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMO ESTRATÉGIA

A partir de três dinâmicas e instrumentos desenvolvidos em processos de formação com mulheres, as metodologias feministas serão discutidas a seguir com o objetivo de refletir sobre como os conceitos são trabalhados, apropriados e significados pelas mulheres em suas práticas políticas e econômicas, no processo de construção de consciência individual e de um sujeito coletivo. As dinâmicas e instrumentos selecionados (a saber, dinâmica do relógio, dos tempos e caderneta agroecológica) nos colocam em diálogo com os caminhos percorridos pela teoria feminista nos debates sobre divisão sexual do trabalho e economia feminista.

Na trajetória da economia feminista, há um conjunto de variáveis explicativas, metodologias e propostas de indicadores não androcêntricos que procuram mensurar diferentes dimensões das condições de vida, e

⁶ O GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) foi criado em 2004, e se constitui como um espaço de auto-organização das mulheres. Atua para impulsionar a perspectiva de gênero nos espaços do movimento agroecológico e na formulação de políticas públicas. www.agroecologia.org.br (acesso em 3 de setembro de 2018).

⁷ Por exemplo, essas organizações desenvolvem ações em aliança com as mulheres dos movimentos da Via Campesina, a Marcha das Margaridas, ou em processos de articulação com os movimentos sociais mistos, como a Frente Brasil Popular e a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo.

também os que pretendem dar visibilidade à contribuição econômica do conjunto do trabalho necessário para a produção do viver, particularmente o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (MELO *et al.*, 2007). Há, ainda, todo um caminho de reflexões em torno dos tempos, envolvendo desde metodologias para medir os usos do tempo até propostas para apreender os significados e sentidos dos tempos vividos em termos qualitativos (CARRASCO, 2009; CARRASCO, 2014).

Entre países e instituições, diferentes referenciais teóricos orientam as metodologias, os instrumentos e indicadores adotados, que por sua vez terão diferentes impactos na avaliação da realidade e na formulação de políticas públicas (TEIXEIRA, 2012). Da mesma forma, nos processos de formação com mulheres, o referencial teórico, a concepção metodológica e os instrumentos adotados têm uma intencionalidade. Nos exemplos aqui selecionados, os objetivos são a ampliação da autonomia e da consciência feminista, a auto-organização e a mobilização das mulheres, vinculadas às práticas de transformação feminista (SOF, 2013).

Nalu Faria apresenta os elementos constitutivos da metodologia de educação popular com caráter feminista, destacando o sentido político da mesma, que “questiona as relações de poder estabelecidas, propõe novas formas de ver, estar e atuar no mundo, procurando transformá-lo” (FARIA, 2013, p. 22). Nessa concepção metodológica, o ponto de partida é a realidade de cada uma das pessoas participantes das formações, não apenas para visibilizar os problemas de cada uma, e sim para integrar a subjetividade em uma reflexão sobre as relações sociais e as desigualdades sistêmicas. Procura-se romper simultaneamente com a ideia de que a formação teria como foco adquirir mais informações sobre teorias e dados sobre a realidade, e com a falsa dicotomia entre razão e emoção. Segundo essa autora, o sentido das dinâmicas utilizadas nos processos de formação é partir da realidade concreta das participantes, incorporar o debate e a reflexão coletiva sobre as práticas sociais, e permitir a elaboração e expressão por meio de linguagens diversas.

A formação feminista é subsidiada por uma abordagem conceitual que considera as imbricações entre capitalismo, racismo e patriarcado. A desnaturalização do ‘ser mulher’ e a crítica à organização do trabalho são

fundamentais, assim como a perspectiva de atuação para a transformação da realidade (FARIA, 2013). A conceituação da divisão sexual do trabalho adquire centralidade na abordagem utilizada nas experiências e metodologias das organizações aqui analisadas. A divisão sexual do trabalho está no centro da relação de poder que os homens exercem sobre as mulheres, e se define pelos princípios da separação – que estabelece trabalhos de homens e trabalhos de mulheres – e da hierarquização – que atribui maior valor ao trabalho realizado pelos homens (KERGOAT, 2009). A divisão sexual do trabalho é “um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p.599).

As relações sociais de sexo são definidas por Kergoat (2009) como uma relação de poder, antagônica e hierárquica entre grupos sociais – o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres. As relações sociais produzem e reproduzem as práticas sociais. A noção de prática social permite, segundo Kergoat (1996), analisar práticas concretas de grupos e indivíduos, pensar simultaneamente dimensões materiais e simbólicas e, ainda, restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas. Como afirma Souza-Lobo (2011), as práticas sociais são reformuladas constantemente pelas mulheres, como estratégias de sobrevivência, mas também como estratégias de resistência à dominação e à subordinação.

A seguir, são apresentados os três instrumentos metodológicos que, inseridos nessa concepção, dialogam com questões centrais no debate da economia feminista, e permitem refletir sobre as práticas, as “vivências e compreender como se expressam concretamente as desigualdades de classe, gênero e raça” (SOF, 2018, p. 32).

A) DINÂMICA DO RELÓGIO⁸

Nos processos de formação feminista, a *dinâmica do relógio* é utilizada para discutir a divisão sexual do trabalho e as bases materiais da opressão das mulheres. Ela consiste em, a partir de um trabalho em grupos, organizar um dia inteiro de uma mulher e um dia inteiro de um homem.

⁸ Essa dinâmica foi apresentada e discutida em SOF, 2018.

Os relatos das experiências⁹ de execução dessa dinâmica dão conta da complexidade das relações sociais de sexo, e das experiências complexas e diversas das mulheres. Entre os elementos comuns apresentados como resultado da discussão das participantes nos grupos, está a representação gráfica da desigualdade manifesta na sobrecarga de trabalho das mulheres e na responsabilização majoritária das mulheres pelo trabalho doméstico – elas são as primeiras a levantar e as últimas a dormir. Seguindo a estrutura de uma atividade de formação (FARIA, 2013), o aprofundamento do debate articulado pelas facilitadoras utiliza os dados existentes sobre a repartição do trabalho doméstico e de cuidado na realidade brasileira¹⁰, que contribuem para ampliar a reflexão para além das experiências e vivências apresentadas nos grupos. A reflexão permite desnaturalizar o que é visto como responsabilidade e obrigação das mulheres, por serem mulheres. E, muitas vezes, a discussão se complexifica na medida em que aparecem outros aspectos, por exemplo, quando a relação sexual com o marido aparece como uma obrigação do cotidiano das mulheres, ou quando aparecem outras expressões de violência.

Os grupos nos quais essa dinâmica é utilizada são compostos por mulheres da classe trabalhadora, com uma diversidade significativa entre elas, sobretudo no que se refere à raça, idade e renda, mas também orientação sexual e campo/cidade. Isso faz com que a discussão nos grupos seja enriquecida e possibilite a reflexão sobre qual o perfil das mulheres de quem se fala, contribuindo assim para aprofundar a discussão sobre a imbricação das relações sociais de classe, sexo e raça. Mas, mesmo com a diversidade e hierarquias entre as mulheres, é constante a percepção sobre a desigualdade entre homens e mulheres na responsabilização e realização do trabalho doméstico. Essa percepção reforça as análises de Hirata e Kergoat (2007), para quem as modalidades da divisão sexual do

⁹ Obtidos a partir de registros e relatórios de atividades, de participação nas mesmas e em reuniões de equipe da SOF.

¹⁰ Por exemplo, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam a quantidade de horas de realização dos afazeres domésticos e, mais recentemente, os dados da PNAD Contínua que qualificam as informações recolhidas por tipo de tarefa realizada no trabalho doméstico e de cuidado.

trabalho variam no tempo e no espaço, mas permanece insuperável a distância entre os grupos sociais sexuados.

A discussão da divisão sexual do trabalho como parte dessa estratégia de formação contribui para ampliar a conscientização feminista das mulheres, para a desnaturalização e a compreensão das experiências individuais como parte das relações sociais. Isso permite compreender que os homens, individual e coletivamente, se beneficiam da divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico e de cuidado realizado gratuitamente pelas mulheres. No mesmo sentido, amplia a compreensão sobre as formas pelas quais o capitalismo enquanto sistema se beneficia e depende da realização cotidiana desse trabalho não remunerado ou mal remunerado, executado pelas mulheres (MMM, 2017b). Mas também, contribui para refletir sobre a importância do trabalho doméstico e de cuidado, que é necessário e beneficia a todas as pessoas, ao longo de toda a vida (SOF, 2014).

B) OS USOS DO TEMPO

Em diálogo com as elaborações da economia feminista sobre os tempos, tendo como referência a discussão proposta por Cristina Carrasco (2009), uma adaptação da *dinâmica do relógio* foi desenvolvida em 2008 pelo Centro Feminista 8 de março (CF8)¹¹ em sua atuação com mulheres rurais, no contexto de assessoria técnica e execução da política pública de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)¹². A dinâmica consiste em, a partir de grupos, dividir os tempos do cotidiano entre: tempo para a produção, para o trabalho doméstico e de cuidado, para a participação política, para o cuidado de si e para o ócio.

¹¹ O Centro Feminista 8 de Março (CF8) é uma organização não governamental criada em 1991, sediada em Mossoró, Rio Grande do Norte, cujas ações se baseiam no feminismo, organização e formação. Informações disponíveis no site da entidade: www.centrofeminista.com (acesso em 3 de setembro de 2018).

¹² De acordo com documento da REF (2014, p. 5) “a política de ATER se concretiza por meio de chamadas públicas que têm sido respondidas por ONGs, cooperativas de técnicas e técnicos e empresas públicas (EMATERs) e privadas”.

Na maior parte das vezes, quando os grupos apresentam os resultados de suas discussões, as mulheres concluem que, somando as horas despendidas com cada ‘tipo de tempo’, seria preciso que seus dias durassem mais do que 24 horas para encaixar todas as atividades necessárias, o que revela a sobreposição dos tempos e a simultaneidade dos trabalhos. As necessidades da produção do viver em uma sociedade organizada pelo mercado se assentam sobre o tempo, o trabalho e a energia das mulheres (SOF, 2014). As questões levantadas pelas mulheres articulam as discussões sobre as formas pelas quais a responsabilização pelo trabalho doméstico e de cuidado condiciona a disponibilidade para o trabalho remunerado ou na produção; sobre as determinações do tempo de trabalho para o mercado e os tempos de deslocamento entre as mulheres urbanas; e, na experiência das mulheres rurais, sobre o deslocamento permanente entre os espaços da casa e os quintais (MOURA E MORENO, 2013).

As sistematizações realizadas pelo CF8 (MOURA, 2015; MEDEIROS E MOURA, 2016) apontam elementos significativos para a discussão sobre os tempos de trabalho e sobre os sentidos políticos dessa questão no processo de auto-organização das mulheres. Particularmente, chama a atenção a reflexão das mulheres em torno do conjunto de responsabilidades e os tempos que precisam ser reajustados para a sua participação política. Por exemplo, “quando é dia de atividade de produção e de organização política, elas devem acordar muito mais cedo para realizar as tarefas domésticas e sacrificam o horário de descanso para ir para o espaço público” (MOURA, 2015, p. 58).

Segundo esta autora, as mulheres relatam ter mudado a forma como realizam o trabalho – especialmente no que diz respeito à redução do tempo de trabalho doméstico. Por se tratar de grupos que articulam a produção e a comercialização na perspectiva da economia solidária, assim como grupos conectados a processos mais amplos de organização política na Marcha Mundial das Mulheres, essa discussão fez com que as mulheres tomassem consciência de como a responsabilidade com o trabalho doméstico e o cuidado interfere no tempo disponível para as outras atividades (MOURA, 2015). Por outro lado, também há uma percepção de que, quando as mulheres atuam mais no mundo público

(da comercialização e da participação política), se ampliam as condições para transformar a organização do trabalho doméstico, no sentido de uma redivisão com os outros membros da casa (MEDEIROS E MOURA, 2016). Isso está relacionado com a construção de autonomia econômica e pessoal das mulheres, e nesse caso, profundamente vinculado a um processo coletivo de organização permanente.

As condições para uma redivisão das responsabilidades domésticas não se dão de forma automática e sem conflitos. E, particularmente no meio rural, em que o Estado assume ainda menos a responsabilidade com o cuidado e a educação infantil (FREITAS, 2016), nos processos políticos de construção do movimento social e nos grupos produtivos das mulheres são criadas as condições para a participação umas das outras. O exemplo relatado por Moura (2015) é o da organização para a participação em uma ação internacional da MMM realizada em 2010¹³, quando as mulheres que não iriam participar da atividade em São Paulo se mantiveram a disposição para cuidar dos filhos das que viajaram para a ação. Segundo a autora, o debate e a experiência política em torno da responsabilidade com o cuidado fez com que a questão das creches no meio rural entrasse na agenda de reivindicação destas mulheres para o poder público. Ela ressalta, ainda, que na experiência de refletir sobre o trabalho e a vida a partir dos tempos e das responsabilidades assumidas pelas mulheres, a consequência não tem sido negar esse trabalho, mas pensar e construir estratégias para sua reorganização.

Essa é uma consequência significativa na medida em que há um reconhecimento da importância do trabalho doméstico e de cuidados para os processos que garantem a sustentabilidade da vida. Também é uma consequência significativa porque não coloca como perspectiva política o horizonte de que algumas mulheres possam se desvencilhar do trabalho doméstico e de cuidados delegando para outras, que pelas relações sociais de classe e raça se ocupam deste trabalho em condições precárias e mal remuneradas. Assim, o objetivo da ação política não seria se igualar aos homens que atuam no mundo público como se não

¹³ Tratou-se de uma marcha entre as cidades de Campinas e São Paulo, entre 8 e 18 de março de 2010, da qual participaram 3 mil mulheres.

tivessem responsabilidades de cuidado com outras pessoas ou com o trabalho doméstico. O horizonte é a construção de outro paradigma de sustentabilidade da vida, com equilíbrio entre produção e reprodução, relações harmoniosas com a natureza, responsabilização dos homens com o trabalho doméstico e de cuidado, equipamentos públicos e coletivos para a socialização deste trabalho, redução da jornada de trabalho, entre outros (SOF, 2014; MMM, 2015a).

C) CADERNETAS AGROECOLÓGICAS

Um objetivo da economia feminista e dos estudos feministas sobre o trabalho é ampliar o que se considera trabalho, e o que se considera economia. Ou seja, trabalho não se reduz ao emprego ou ao que se realiza no mercado, mas envolve o conjunto de tarefas que garantem a produção do viver (HIRATA e ZARIFIAN, 2003). Da mesma forma, economia vai além do que é monetário e circula no mercado.

Muitas pesquisas feministas já revelaram os vínculos entre reprodução e produção, explicitando as diferentes lógicas que estruturam essas esferas, e questionando a hierarquia entre elas. Antonella Picchio (2012) contribui para uma abordagem sistêmica, ao demonstrar a relação dinâmica entre o trabalho de reprodução das pessoas e o processo de produção de mercadorias, com a proposição de um circuito ampliado do trabalho e da renda, no qual evidencia as funções qualitativas e quantitativas do trabalho doméstico e de cuidado para o bem-estar e para o funcionamento do sistema econômico.

Perseguindo o desafio de ampliar o que se considera econômico, e na perspectiva de garantir o reconhecimento das mulheres rurais como agricultoras, ampliar seu acesso às políticas públicas e fortalecer sua autonomia, as *cadernetas agroecológicas* foram desenvolvidas a partir do GT Mulheres da ANA, e são utilizadas por diferentes organizações integrantes deste grupo¹⁴. A experiência consiste em organizar um processo no qual as mulheres anotam o destino de tudo que foi produzido por elas –

¹⁴ Para sistematizações de experiências de utilização da caderneta agroecológica, ver Almeida et al., 2015 e SOF, 2018.

venda, autoconsumo, trocas ou doações. O resultado revela a quantidade de trabalho realizado e sua contribuição significativa para o sustento da casa. Dá visibilidade, ainda, para outras lógicas que movem a economia real, outras racionalidades para além do dinheiro e do lucro, como a solidariedade e a reciprocidade. Revelam uma diversidade de formas de fazer economia que desafia enquadramentos pré-estabelecidos. As falas das mulheres que utilizam a caderneta agroecológica registram mudanças na visão sobre ‘dependência’ e fortalecem a autoestima (SOF, 2018). Há relatos em que as mulheres conseguiram acessar direitos e políticas públicas a partir destas anotações.

As experiências aqui relatadas e os instrumentos mobilizados no processo de formação feminista e organização coletiva não se encerram em si. Eles fazem parte de um processo de construção que leva tempo, envolve reflexões coletivas em âmbito local e nos espaços de articulação e intercâmbio, sobre questões e entraves encontrados. Mais do que receitas prontas, fazem parte dos processos de auto-organização das mulheres no movimento social, e seu sentido político está justamente aí, na articulação de questões e reivindicações desde o âmbito individual-local-comunitário, até as políticas públicas, práticas de transformação da economia e de enfrentamento com as expressões mais violentas das desigualdades.

Esses processos de auto-organização das mulheres e formação de grupos se inserem na construção do movimento feminista, da economia solidária e da agroecologia. As práticas de auto-organização e as metodologias feministas de construção delineiam as estratégias e caminhos percorridos. Na medida em que se fortalecem, tais processos dão visibilidade para outras lógicas que existem mesmo à revelia e com a violência do capitalismo, e que ampliam as possibilidades de autonomia das mulheres, em uma “economia política da resistência” (NOBRE, 2015, p. 9). Porém, também se deparam com os limites, as contradições e a violência do capitalismo racista e patriarcal (MMM, 2017b), que serão abordadas a seguir.

2. AÇÕES E ARGUMENTOS DAS MULHERES EM MOVIMENTO CONTRA O NEOLIBERALISMO

O enfrentamento ao neoliberalismo é o fio condutor dos argumentos e lutas apresentados a seguir, a partir das ações da Marcha Mundial das Mulheres. Para esse movimento social, o capitalismo é racista e patriarcal, e se reestrutura permanentemente usando os mesmos mecanismos violentos que estavam em sua origem: a exploração do trabalho, a apropriação privada das terras e da natureza, o controle sobre o corpo das mulheres, a violência e o poder militar (MMM, 2015a). A reflexão será apresentada a partir de três conjuntos de ações. O primeiro está relacionado com o processo de resistência recente – e em curso – das mulheres ao golpe no Brasil. Particularmente, destacam-se as ações contra a reforma da previdência e trabalhista, que estiveram no centro da agenda de um conjunto de movimentos sociais e feministas (MMM, 2017a). O segundo exemplo parte das resistências das mulheres nos territórios e lança luz para as elaborações sobre a defesa simultânea e articulada do corpo, trabalho e território, que marca a crítica feminista ao modelo de desenvolvimento e à economia verde (MMM, 2012). E, vinculado a este, o terceiro coloca ênfase nas ações de enfrentamento ao poder das empresas transnacionais (MMM, 2017b).

As ações se inserem em uma estratégia que combina a auto-organização das mulheres e a aliança com os movimentos sociais mistos. Essa última dimensão tem particular relevância no sentido de ampliar o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos, e da perspectiva feminista como integral da visão que orienta processos de aliança e luta dos movimentos sociais. Se insere, ainda, em uma trajetória política e teórica que busca romper com a hierarquização das lutas e, ao mesmo tempo, questiona uma simples somatória de reivindicações justapostas de diferentes setores (REMTE, 2015; MORENO, 2018).

A) RESISTÊNCIAS DAS MULHERES ÀS POLÍTICAS DE AJUSTE

A crítica feminista às políticas de ajuste é conhecida na literatura da economia feminista, desde os debates na América Latina hegemônica pelo Consenso de Washington até os realizados nos últimos 10 anos na Europa (MUÑOZ, 2014; REMTE, 2015). Entre os acúmulos da perspectiva rupturista, destaca-se a compreensão de que as mulheres não são simplesmente impactadas pelos efeitos do neoliberalismo, e sim, que as políticas de ajuste se sustentam sobre o trabalho das mulheres (PÉREZ OROZCO, 2017; MORENO, 2018). Para Muñoz e Rodríguez-Modroño (2016), a intensificação da exploração do trabalho das mulheres com o aumento do trabalho precário caminha junto com a intensificação do trabalho de cuidado, que garante as condições de vida frente aos cortes nas políticas públicas. O tempo e o trabalho das mulheres continuam sendo utilizados como variável de ajuste, como um colchão que amortece os impactos da violência do sistema sobre os corpos e as vidas da maioria das pessoas (FARIA *et al.*, 2016). Assim, a acumulação capitalista em geral, e as políticas de ajuste em particular, são subsidiadas pelo trabalho não remunerado ou mal remunerado das mulheres (LEON, 2015).

Olhar para a realidade do trabalho em que a exploração e as violações se apresentam de formas agudas (como entre as imigrantes que trabalham em oficinas de confecção, as trabalhadoras domésticas e diaristas, assim como as trabalhadoras das empresas terceirizadas de limpeza, ou as vendedoras de cosméticos que não são consideradas trabalhadoras de grandes empresas, as que estão na informalidade, e a lista poderia ir além¹⁵) nos permite vislumbrar onde as mudanças impulsionadas pelo neoliberalismo pretendem nos levar, ou seja, a generalização da precariedade (PÉREZ OROZCO, 2014; FARIA E MORENO, 2017). Nesse sentido, a reforma trabalhista, aprovada em 2017, amplia o controle do capital sobre o trabalho, ao retirar direitos, alterar e individualizar as relações de trabalho (TEIXEIRA, 2017).

¹⁵ Para estudos que se debruçam sobre as condições de trabalho nesses setores, ver ABÍLIO (2014); ARAÚJO (2016); FREITAS (2016); GUIMARAES E HIRATA (2014).

Sistematicamente as políticas de ajuste repetem as receitas de redução dos custos do trabalho e dos gastos públicos. Isso favorece ainda mais a apropriação privada da renda e a concentração da riqueza, ao passo que a maioria da população tem que solucionar de forma individual e privatizada o sustento cotidiano da vida. Por privatizado, aqui, se compreende tanto a responsabilização na esfera privada – das famílias e nelas, das mulheres – como a necessidade de acessar cada vez mais no mercado o que deveria ser direito garantido – como saúde, educação, água e energia (MMM, 2017b).

A resistência feminista às políticas de ajuste aceleradas pelo golpe no Brasil evidencia os processos e estratégias articuladas para colocar a disputa da economia na agenda do feminismo. A autonomia econômica das mulheres é definida pela Marcha Mundial das Mulheres, como “a capacidade das mulheres serem provedoras de seu próprio sustento, assim como das pessoas que delas dependem, e decidir qual é a melhor forma de fazê-lo” (MMM, 2010, s.p.). A autonomia econômica é uma das dimensões da capacidade de autodeterminação das pessoas sobre suas próprias vidas, que se soma a outras dimensões, como aquelas relacionadas com o corpo, a sexualidade e a participação política. Esta visão vai além da noção de autonomia como uma conquista apenas individual, a partir de determinada inserção no mercado de trabalho ou do acesso à renda. “Autonomia econômica é mais que autonomia financeira e também inclui o acesso à previdência e aos serviços públicos” (MMM, 2010, n.p.). Por isso, nas reivindicações deste movimento em torno da autonomia econômica, encontram-se demandas como reforma agrária e valorização do salário mínimo, projetando um debate geral sobre a economia e a justiça redistributiva.

A convergência política dos movimentos feministas, com peso expressivo das mulheres rurais e trabalhadoras urbanas, foi capaz de pautar com centralidade o enfrentamento à reforma da previdência no 8 de março de 2017, com manifestações massivas em torno da palavra de ordem “Aposentadoria fica, Temer sai” (MMM, 2017a, p.1). Isso contribuiu para afirmar o caráter político e reivindicativo do 8 de março como dia de luta das mulheres, articulando as reivindicações contra a reforma da previdência à luta pela legalização do aborto e contra a violência sexista, eixos centrais

no momento político brasileiro, em que uma reação patriarcal é parte da ofensiva neoliberal (FARIA *et al.*, 2016).

A capacidade de mobilização expressada em todo o país contribuiu para o reconhecimento da força política das mulheres organizadas na resistência ao golpe, e da legitimidade de suas reivindicações, especialmente para o campo da esquerda, articulado na Frente Brasil Popular ou na Frente Povo Sem Medo¹⁶. O enfrentamento feminista à proposta da reforma da previdência não começou e nem terminou no 8 de março de 2017. As estratégias articuladas envolveram a produção de materiais de formação massivos, audiovisuais e impressos, sua distribuição em todo o país em ações de formação e panfletagens e diálogos com a população¹⁷. A participação ativa nos dias de greve e nas manifestações unitárias, além da radicalidade das ações diretas, como as ocupações dos prédios do INSS em diferentes estados, marcaram a luta das mulheres contra a reforma da previdência¹⁸.

Os argumentos mobilizados pelas mulheres nesta resistência, apresentados por Teixeira (2017), estão profundamente relacionados com a economia feminista. Em primeiro lugar, evidenciam a disputa em torno de quem/como se deve lidar com as decisões sobre a economia. Além dos números e dados, e do questionamento aos argumentos de ‘especialistas’ que defendem essa reforma da previdência, as ações feministas mobilizam a defesa da justiça social e o questionamento à divisão sexual do trabalho. Politizam, especialmente, o fato de que “é justo que as mulheres se aposentem antes” (MMM, 2017a, p.3), em virtude da sobrecarga de

¹⁶ Criadas no segundo semestre de 2015, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo têm como objetivo a organização de ações de resistência à crise política e ao golpe, a partir de ações unitárias de esquerda. Cada uma das Frentes reúne diversas organizações, movimentos sociais e partidos políticos, com capacidade de convocatória de importantes mobilizações nos últimos anos. Informações disponíveis em www.frentebrasilpopular.org.br (acesso em 3 de setembro de 2018)

¹⁷ O “aposentômetro”, ferramenta desenvolvida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi muito utilizado nas ações das mulheres de diálogo com a população. Disponível em <http://aposentometro.org.br/> (acesso em 3 de setembro de 2018)

¹⁸ Ver, por exemplo, <http://www.frentebrasilpopular.org.br/noticias/em-defesa-da-aposentadoria-mulheres-ocupam-predios-do-inss-e-ruas-por-todo-brasi-7166/> (acesso em 3 de setembro de 2018).

trabalho decorrente da divisão sexual do trabalho e da apropriação coletiva da sociedade dos tempos de trabalho remunerado e não remunerado das mulheres¹⁹. Colocam na agenda as diferentes trajetórias das mulheres no mercado de trabalho, explicitam as desigualdades de gênero e raça, que fazem com que as mulheres se aposentem mais por idade no Brasil²⁰. E, sobretudo, colocam em questão o fato de que, se há um reconhecimento de que o país passa por uma transição demográfica e a população está envelhecendo, há – por outro lado – uma negação da discussão política sobre quem cuida/e quem vai cuidar cada vez mais das pessoas idosas, e em quais situações. Assim, a partir do enfrentamento à reforma da previdência se abre espaço político para a discussão sobre o cuidado e a sustentabilidade da vida (MMM, 2017a; TEIXEIRA, 2017).

Por outro lado, defensores das políticas de ajuste utilizam discursos androcêntricos, que reduzem a economia a fórmulas e números ocultando os trabalhos e invisibilizando as pessoas. Assim, em nome da ‘retomada do crescimento’, da ‘confiança do mercado’, do lucro das empresas, as políticas neoliberais favorecem a (re)concentração de riqueza e distribuem os riscos e a pobreza para a maioria da população. Conforme Barreto, Carrau e Paradis (2017), no neoliberalismo se amplia a lógica gerencial no Estado, com o argumento de seguir estratégias e procedimentos pretensamente puros, racionais e imparciais, reduzindo as práticas de governos à lógica empresarial, supostamente eficiente, frente a disputa de recursos – supostamente finitos. Mas por trás dos recursos supostamente finitos, é preciso destacar o que insistentemente se oculta: no neoliberalismo existe uma disputa permanente de recursos, onde os setores financeiros disputam as taxas de juros e se beneficiam do endividamento das pessoas e dos países; o setor do agronegócio e do extrativismo disputa os territórios acaparando a terra e expulsando os povos; o setor farmacêutico, do entretenimento e das tecnologias disputam o conhecimento impondo as patentes e as lógicas proprietárias frente aos comuns; a indústria da guerra

¹⁹ Em média, a jornada total de trabalho das mulheres supera em 7,5 horas a dos homens. (IPEA, 2017).

²⁰ De acordo com dados do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2015, apresentados por Teixeira (2017), 66% das mulheres urbanas se aposentam por idade.

e da ‘segurança’ disputa recursos do Estado impondo políticas racistas de repressão, encarceramento, controle dos territórios e das fronteiras, e assim por diante (FEDERICI, 2014; MMM, 2017b).

B) TRABALHO-CORPO-TERRITÓRIO

A precarização do trabalho não está separada dos processos de precarização e controle da vida. Conforme aponta Rita Segato (2016), a violência e o controle militarizado dos territórios vitais contribuem para isolar as pessoas, destruir laços e sobrecarregar mais, individualmente, as mulheres pela sobrevivência das pessoas próximas. Essas expressões do neoliberalismo na vida cotidiana revelam e reforçam a imbricação das relações de gênero, raça e classe que estruturam o tecido social.

A defesa dos territórios contribui para a reflexão sobre a economia feminista porque conecta as mulheres em luta de diferentes lugares da América Latina e elabora, na prática política, as conexões entre o feminismo e as dimensões ecológicas e críticas à acumulação capitalista. A defesa dos territórios compreende “os nossos corpos, o lugar onde vivemos, trabalhamos e desenvolvemos nossas lutas, nossas relações comunitárias e nossa história” (MMM, 2015b, p.1). Muitos são os exemplos de luta que podem referenciar os argumentos sistematizados a seguir, como a resistência das mulheres ao perímetro irrigado em Apodi (RN)²¹, e as resistências frente a quase todos os grandes projetos que chegam para se instalar nos territórios ocupados pelos povos indígenas, camponeses, quilombolas²².

A economia feminista demonstra que os seres humanos não são totalmente independentes, que este é um mito que esconde a enorme quantidade de trabalho e cuidado que todas as pessoas necessitam ao longo de toda a sua vida. Somos ao mesmo tempo interdependentes

²¹ Trata-se de um projeto de perímetro irrigado que pretendia desalojar 150 famílias que vivem em assentamentos agroecológicos para beneficiar a fruticultura de exportação.

²² Há resistência das mulheres à mineração e aos projetos extrativos, como as protagonizadas pelo Movimento de Atingidos pela Mineração (MAM), aos projetos de construção de barragens como tem sido sistematizado pelo Movimentos de Atingidos por Barragens (MAB), entre outros.

como pessoas e sociedade, e ecodependentes na relação com a natureza (HERRERO, 2014). Os tempos e a energia que as mulheres despendem em todas as tarefas necessárias para cuidar das pessoas e garantir a sustentabilidade da vida são invisibilizados e considerados elásticos, uma ‘variável de ajuste’ para garantir o funcionamento das engrenagens dos sistemas (MMM, 2017b). Por sua vez, os tempos e a energia necessários para a regeneração da natureza são ocultados, ou tratados como impedimentos a serem superados para que o capitalismo funcione em seu ritmo acelerado de mercantilização e financeirização da natureza (MMM, 2012). Os instrumentos da chamada ‘economia verde’, que nada mais é do que o capitalismo com uma maquiagem de ‘responsabilidade ambiental’, envolvem parcerias entre poder público, ONGs e grandes empresas transnacionais e, em nome de preservar a natureza, impedem os meios de vida dos povos tradicionais, por meio da criminalização e da expulsão de seus territórios (SOF, 2018).

A presença das grandes empresas de mineração e do agronegócio nos territórios resulta na perda das terras para produção de alimentos e geração de renda, e na disputa pelos comuns como a água e a biodiversidade. As mulheres enfrentam mais dificuldades para garantir a produção cotidiana do viver e a sustentabilidade da vida, assim como o aumento da violência e a exploração sexual (FARIA *et al.*, 2014). A resistência feminista denuncia as formas pelas quais o corpo das mulheres é utilizado para amortecer os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território. “É como se as mulheres estivessem disponíveis para o sistema, que não se apropria somente do produto de seu trabalho remunerado e não remunerado, mas também da própria origem da sua capacidade de trabalho, ou seja, dos seus corpos” (FARIA *et al.*, 2014, p.37).

No mesmo sentido, não são atacadas apenas as terras, mas o modo de produção e a vida das comunidades, baseados na agroecologia, na agricultura familiar e camponesa, que ao mesmo tempo alimentam a população, desafiam a lógica de contaminação do agronegócio e afirmam na prática as alternativas ao modelo dominante²³. As resistências das mulheres

²³ Ver por exemplo a Carta Política de Varzelândia <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/carta-politica-de-varzelandia-iv-acao-internacional-da-mmm/> e <https://www.brasildefato.com.br/2018/08/26/tematicas-campinas-26-52-195-226-ago-dez-2018>

nos territórios explicitam o conflito entre o processo de acumulação permanente do capital e os processos que garantem a sustentabilidade da vida (PÉREZ OROZCO, 2014).

C) ENFRENTAMENTO AO PODER DAS TRANSNACIONAIS

No dia 24 de abril de 2013, em Bangladesh, 1.134 pessoas que trabalhavam em oficinas terceirizadas para grandes empresas como *Benetton*, *Gap* e *Walmart* morreram com a queda do edifício Rana Plaza, onde se localizavam as oficinas de costura. Desde então, este é um dia de ação e solidariedade feminista que conecta militantes da Marcha Mundial das Mulheres em todo o mundo na luta contra o poder e a impunidade das empresas transnacionais. No Brasil, as ações nesse dia têm articulado o enfrentamento às empresas com a resistência aos retrocessos nas condições de trabalho. Empresas como as do grupo *Riachuelo*, *Marisa* e *Walmart* são alguns dos alvos de denúncias em ações recentes²⁴. As mulheres de outros movimentos sociais, como os que integram a Via Campesina, também realizam ações de enfrentamento às empresas como estratégia de luta contra o agronegócio, como por exemplo contra a *Aracruz*, em 2006, e mais recente, em 2018, contra a *Nestlé*, entre outras. Colocar rosto e dar nome aos agentes do mercado é uma estratégia que contribui para desnaturalizar o controle e domínio que as empresas têm sobre a vida em seu conjunto, além de visibilizar que seu lucro é garantido pela exploração desenfreada do trabalho e da natureza.

A atuação das empresas sob a premissa do ‘livre mercado’ reforça as desigualdades que estruturam as relações sociais – o colonialismo, o patriarcado e o racismo que permanentemente se retroalimentam (BARRETO *et al*, 2017). O trabalho sem direitos e as jornadas super-extensas são realidades das pontas das cadeias globais de valor, capitaneadas

com.br/node/11395/ (acesso em 3 de setembro de 2018).

²⁴ Um relato das ações de 2018 pode ser encontrado em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/2404-marcha-mundial-das-mulheres-denuncia-trabalho-precario-por-todo-o-brasil/> e <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/marcha-mundial-das-mulheres-faz-ato-na-riachuelo-contra-precariizacao> (acesso em 3 de setembro de 2018).

pelas empresas que deslocam sua produção para onde seja mais vantajoso explorar o trabalho, onde não pagam impostos e onde operam com mais facilidade a corrupção e colocam o Estado a seu favor (SILVEIRA, 2007). Além disso, as empresas transnacionais, que violam os direitos e chegam a ser responsáveis pela morte de seus trabalhadores, se negam a assumir compromissos e responsabilidades, mantendo uma dinâmica de impunidade (FERNANDEZ, 2018). Para minimizar os efeitos negativos desse tipo de situação sobre sua imagem, organizam ações de ‘responsabilidade social empresarial’, nas quais, cada vez mais, há uma incorporação fragmentada e despolitizada de enunciados identificados como feministas.

Algumas reflexões sobre essa dimensão se fazem necessárias, considerando os desafios atuais enfrentados pelo feminismo. Há uma série de maneiras pelas quais se pode perceber a instrumentalização de ideias feministas, que demandam mais análises e aprofundamentos, os quais escapam do escopo deste artigo. Uma delas, evidente, é pelas propagandas e pelos próprios produtos, como no caso da *H&M*, uma das grandes transnacionais da indústria têxtil que vende em todo o mundo camisetas para mulheres com os dizeres ‘feminista’, ou ‘feminismo é a ideia radical que as mulheres são gente’²⁵. Outro, é o financiamento de projetos em âmbito local, que mobilizam mulheres a partir dos discursos de ‘empoderamento’ e que colocam o foco em questões caras para a vida das mulheres, como as relacionadas à saúde (PRUGL, 2015)²⁶.

Dessa forma, o feminismo é transfigurado e incorporado nas engrenagens dos negócios capitalistas. Mesmo quando estas estratégias corporativas abordam temas como violência, ou incentivam o ‘empoderamento’ das mulheres, isso se realiza em base a comportamentos individuais, no incentivo à ideia de que as mulheres podem fazer tudo o

²⁵ Ver por exemplo o artigo *H&M Kills Feminism* de abril de 2016 no Blog Alice in Wonderland: <https://alicegreschkow.com/2016/04/25/hm-kills-feminism/> (acesso em 3 de setembro de 2018)

²⁶ Entre os exemplos está a Avon, cujo foco dos programas de responsabilidade social é em iniciativas sobre a prevenção do câncer de mama e de violência doméstica (<https://www.avon.com.br/aavon/responsabilidade-social>) e a *Coca-Cola*, com programas para ‘capacitar’ as mulheres ‘empreendedoras’ para que se integrem a sua cadeia produtiva (<https://www.cocacolaportugal.pt/historias/5by20-europa>) Acesso em 3 de setembro de 2018.

que querem, desde que mantenham intactas as estruturas que garantem a acumulação capitalista em geral, e os lucros dessas empresas em particular. Ora, se um estudo desde a perspectiva da economia feminista com a qual esse texto dialoga fosse realizado em cada uma dessas empresas, seguramente teríamos mais evidências sobre os problemas já denunciados pelos movimentos sociais, por exemplo, a exploração do trabalho feminino por meio da terceirização e no trabalho precário realizado pelas mulheres na condição de trabalhadoras por conta própria ou no trabalho a domicílio. E também, do controle dos territórios e da água, da criação de novas necessidades e imposições sobre o corpo e a beleza das mulheres, mesmo se consideramos as diferentes identidades e a diversidade entre as mulheres (MMM, 2017b).

Uma última questão, vinculada às anteriores, se refere à profusão de ‘consultorias feministas’, especializadas em garantir o ‘compromisso’ das empresas com as mulheres²⁷. As semelhanças com processos anteriores vividos pelo feminismo não é mera coincidência. Na fase chamada por Sonia Alvarez (2014, p.23) de “neoliberalismo multicultural com ‘face humana’”, os Estados e agências internacionais incorporaram organizações feministas profissionalizadas para integrar a dimensão de gênero em seus programas. De acordo com Alvarez (2014), em muitos países da América Latina estes setores se tornaram hegemônicos no feminismo. No atual momento de ataques às políticas públicas e onde, como vimos, o Estado está sendo colocado mais a serviço das empresas transnacionais do que da garantia de direitos, não é apenas o Estado, mas sobretudo as empresas que incorporam ‘especialistas’ em questões de gênero ou feminismo, seja para elaborar estudos de impactos diferenciados de suas ações, seja para desenhar estratégias de *marketing*. E ainda, se uma perspectiva liberal do feminismo se contentava em incluir as mulheres em legislações que anunciam – mas não implementam – uma igualdade de direitos e oportunidades (FARIA, 2005), hoje nos deparamos com um feminismo (neo)liberal que atua e aplaude cada vez que uma propaganda incorpora uma diversidade de mulheres ou fala de empoderamento. É reforçada,

²⁷ Ver por exemplo <http://report.thinkeva.com.br/feminismo-compromisso-inegociavel/> (acesso em 3 de setembro de 2018).

assim, uma perspectiva de ‘carreira solo’, cujo objetivo é alcançar o topo sem necessariamente romper com as hierarquias, nem mudar as estruturas e práticas de poder. Não é demais ressaltar que isso se dá em um momento de crescente negação da política enquanto prática coletiva, de criminalização das lutas sociais, desqualificação e perseguição dos movimentos sindicais. Portanto, a negação do próprio caráter do feminismo enquanto movimento social, e o foco em mudanças e comportamentos individuais tem como consequências o esvaziamento de seu sentido político de transformação social.

Esses são alguns dos elementos que demonstram o sentido político – e também os desafios – do enfrentamento ao poder das empresas transnacionais, que têm sido parte de ações feministas em aliança com os movimentos sociais mistos, como a Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo²⁸. Soma-se a esse eixo de luta o enfrentamento aos acordos de livre comércio e de investimentos que, atualmente, pretendem delinear o futuro que as empresas transnacionais querem organizar (FERNANDEZ, 2018). Mais do que simples normas e regulações comerciais, esses acordos são estratégias de dominação (MMM, 2017b). A nova geração de acordos propostos explicita os interesses empresariais em torno dos serviços, como saúde, comunicação, educação e são caracterizados pela total falta de transparência e democracia em suas negociações (BARRETO *et al.*, 2017).

No início dos anos 2000, a luta contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) foi fundamental para o campo da Marcha Mundial das Mulheres incorporar a economia feminista como uma ferramenta. Os debates, as divergências entre os diferentes setores do feminismo e, por fim, os consensos produzidos em todo do rechaço ao livre comércio já foram sistematizados e servem de referência para as discussões atuais (REMTE, 2015; PÉREZ OROZCO, 2017). Daqueles processos de luta para os de agora, uma aprendizagem fundamental foi

²⁸ Trata-se de um processo de articulação envolvendo organizações do movimento social e sindical, como a Confederação Sindical das Américas (CSA), a CLOC-Via Campesina, Amigos da Terra América Latina e Caribe (ATALC), Movimentos da ALBA, entre outros. Informações disponíveis em www.seguimosenlucha.wordpress.com (acesso em 3 de setembro de 2018)

revelar as armadilhas contidas em propostas que pretendem reduzir os impactos do sistema sobre a vida das mulheres, por todos os argumentos apresentados anteriormente sobre as imbricações do capitalismo, racista e patriarcal. Mas também, o aprendizado de que as lutas e as práticas de construção das mulheres rechaçam concretamente a visão de que não haveria alternativas ao neoliberalismo. Elas não apenas existem como estão em permanente construção, quando as mulheres organizadas e em luta “expandem as fronteiras do possível, enfrentam as contradições, constroem condições para transformar concretamente suas vidas, ao mesmo tempo que enfrentam a violência do capital, e indicam caminhos de mudança do modelo” (MMM, 2016, p.4).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências políticas e econômicas impulsionadas pelas mulheres em resistência desde os territórios enfrentam o capitalismo afirmando a centralidade da sustentabilidade da vida. Dizer ‘não’ é fundamental, porque assim abrem-se possibilidades e desafios de criação (MMM, 2016). A construção cotidiana de auto-organização, a solidariedade e práticas de reciprocidade, a agroecologia e a economia solidária, são estratégias que afirmam e constroem sujeitos coletivos em luta, para transformar as condições de vida, ampliar/conquistar a autonomia das mulheres sobre o corpo, a sexualidade e uma vida livre de violência racista e patriarcal. Transformar a economia e a organização do trabalho é fundamental nessa estratégia.

Os instrumentos de formação feminista e os argumentos das lutas apresentados ao longo deste artigo são alinhavados pela exigência do feminismo como um movimento social posicionado e ativo na conjuntura. Os elementos reunidos neste artigo lançaram luz para um intenso processo de formação, elaboração e mobilização no qual a economia feminista é uma ferramenta e uma construção. Como foi apresentado, as ações produzem reflexão e elaboração situadas, articulando diferentes dimensões da vida das mulheres. Essas experiências colocam questões para o diálogo, aprofundamento ou questionamentos. Trata-se de uma trajetória

rica, com acúmulos e questões incontornáveis para o desenvolvimento da economia feminista de perspectiva rupturista no Brasil, tanto dentro como fora dos espaços acadêmicos. Indica, inclusive, a necessidade e a possibilidade de superar dicotomias e tensões entre estes espaços, romper com as hierarquias entre os saberes e os sujeitos, legitimar o pensar-falar-agir dessa economia feminista que é popular, rural e militante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABÍLIO, Ludmila. *Sem maquiagem: o trabalho de um milhão de revendedoras de cosméticos*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALMEIDA, Angelica; FEITAL, Auxiliadora; LOPES, Luanda; NETO, Antonio; TELLES, Liliam. Cadernetas agroecológicas: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. *Revista Agriculturas*. Rio de Janeiro, v.12, n.4, dezembro 2015.
- ALMEIDA, Heloisa. Mulher e antropóloga: gênero e trajetórias acadêmicas em debate. *Primeiros Estudos*. São Paulo, n.7, p. 99-116, 2015. Entrevista concedida a Barbara Soares, Felipe Braga e Felipe Pinto
- ALVAREZ, Sonia. Neoliberalismos e as trajetórias do feminismo latino-americano. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014.
- ARAÚJO, Ângela. Precarização e informalidade. *Coletiva*. Recife, n.19, maio-agosto 2016.
- BARRETO, Viviana; CARRAU, Natália; PARADIS, Clarisse. A resistência feminista contra o livre comércio e a luta das mulheres pela autonomia sobre o corpo, trabalho e território. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs). *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida: nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.

- BOHN, Liana; CATELA, Eva. Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica na área entre 1990-2015. *XX Encontro de Economia da Região Sul, 2017*, Porto Alegre. Anais do XX Encontro de Economia da Região Sul, 2017.
- CALDERON, Astrid; PÉREZ OROZCO, Amaia. Economía feminista: viva, abierta y subversiva. *Economía feminista: visibilizar lo invisible. Dossieres EsF*, Madrid, n.29, p.6-10, primavera 2018.
- CARRASCO, Cristina. Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina. *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*. n.108, 2009.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, Cristina (Org). *Con voz propia. La economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La oveja roja, 2014.
- CARRASCO, Cristina. La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción. *Ekonomiaz: Revista vasca de economía*, n. 91, p.52-77, 2017.
- FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. *Desafios do livre mercado para o feminismo. Cadernos Sempreviva*. São Paulo: SOF, 2005.
- FARIA, Nalu. La formación como instrumento para la construcción de un abordaje antipatriarcal. In: SOF. *En busca de la igualdad: textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2013.
- FARIA, Nalu; MARCELINO, Maria Fernanda; MORENO, Renata. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: uma leitura feminista sobre as dinâmicas do capital nos territórios*. São Paulo: SOF, 2014.
- FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Orgs). *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF, 2017.

- FARIA, Nalu; MORENO, Renata; VITÓRIA, Carla. *Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates sobre trabalho, corpo e conservadorismo*. São Paulo: SOF, 2016.
- FEDERICI, Silva. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. IN: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014
- FERNANDEZ, Gonzalo. Claves para interpretar la nueva oleada de tratados y acuerdos de comercio e inversión. *Tratados comerciales, ofensivas contra nuestras vidas. Pueblos Revista de Información y Debate*, Bilbao, n.76, janeiro-abril 2018.
- FREITAS, Taís. *A quem serve a disponibilidade das mulheres? Relações entre gênero, trabalho e família*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia, Unicamp, 2016.
- FREITAS, Taís. *Relatório: Educação Infantil no meio rural*. São Paulo: SOF, 2016.
- GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena. Domestic Employment and Care Work in a comparative perspective. *Social policies, work and gender: new forms of social work*. XVIII ISA World Congress of Sociology. Yokohama, Julho 2014.
- HERRERO, Yayo. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. In: CARRASCO, Cristina (Org) *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Colección Viento Sur. Madrid: La Oveja Roja, 2014.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, setembro-dezembro 2007.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam; TEIXEIRA, Marilane (Orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para*

- as Políticas Públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.
- IPEA. *Retrato das desigualdades de gênero e raça: 1995 a 2015*. Brasília: IPEA, 2017.
- KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Julia; MEYER, Dagmar e WALDOW, Vera (Orgs). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena et al. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- LEÓN, Magdalena. Claves feministas para otra economía. In: REMTE. *Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: REMTE, 2015.
- MARCARINI, Camila. *As sujeitas políticas e a formação na universidade: Encontros de Mulheres Estudantes da UNE 2003-2015*. Dissertação de Mestrado. UFRGS-Faculdade de Educação. Porto Alegre, 2017.
- MEDEIROS, Rejane; MOURA, Conceição. *Mulheres e Territórios: a busca por autonomia econômica e acesso a políticas públicas*. Mossoró: Centro Feminista 8 de Março, 2016.
- MELO, Hildete; CONSIDERA, Claudio; SABBATO, Alberto. Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 16, n. 3(31), p. 435-454, dez. 2007.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Campo de ação: *Trabalho e autonomia econômica das mulheres*. 2010. Disponível em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/autonomia-economica-das-mulheres/>> Acesso em 3 de setembro de 2018.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal “*O mundo não é uma mercadoria, as mulheres também não!*”. Junho de 2012.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Feminismo em marcha para mudar o mundo: trajetórias, alternativas e práticas das mulheres em movimento*. SOF: São Paulo, 2015a.

- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal “*4a ação internacional da Marcha Mundial das Mulheres*”. Julho de 2015b.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal *As mulheres resistem! Desafios para o feminismo em tempos de ofensiva conservadora*. Novembro, 2016.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. Jornal “*Vamos entender como estão querendo roubar os direitos de aposentadoria das mulheres*”. Jornal Março 2017a.
- MMM Marcha Mundial das Mulheres. *Mujeres libres, pueblos soberanos! Aportes para la transversalización del feminismo en la Jornada Continental por la democracia y contra el neoliberalismo*. Novembro, 2017b.
- MORENO, Renata. *Além do que se vê. Uma leitura das contribuições do feminismo para a economia*. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas e Sociais. UFABC, 2013.
- MORENO, Tica (Renata). Feminismo contra el capitalismo: acumulados de las mujeres en lucha en América Latina. *Tratados comerciales, ofensivas contra nuestras vidas. Pueblos Revista de Información y Debate*. Bilbao, n.76, janeiro-abril 2018.
- MOURA, Conceição. Autonomía económica de las mujeres rurales en los territorios de la ciudadanía. In: FARIA, Nalu; Moreno, Renata; NOBRE, Miriam (Orgs). *Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2015
- MOURA, Conceição; MORENO, Renata. A interdependência das esferas da reprodução e produção na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais no Sertão do Apodi. *Dossiê: métodos e fontes de pesquisa em Ciências Sociais. Mediações*, v.18, n.2, p.28–45, 2013.
- MUÑOZ, Lina. Mujeres y crisis: un análisis feminista de la gran recesión y el austericidio. In: CARRASCO, Cristina (Org) *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Colección Viento Sur. Madrid: La Oveja Roja, 2014.

- MUÑOZ, Lina; RODRÍGUEZ-MODROÑO, Paula. Una crítica desde la economía feminista a la salida austericida de la crisis. *ATLÁNTICAS – Revista Internacional de Estudios Feministas*, v.1, n.1, p. 8-33, 2016.
- NOBRE, Miriam. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda. *Papeles de Economía Solidária*. Bilbao, n.4, janeiro 2015.
- PÉREZ OROZCO. *Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014.
- PÉREZ OROZCO. *Aprendizajes de las resistencias feministas latinoamericanas a los Tratados de Libre Comercio e Inversión. Del no al ALCA al cuestionamiento del capitalismo patriarcal*. Bilbao: OMAL-Paz con Dignidad, 2017.
- PICCHIO, Antonella. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.
- PRUGL, Elisabeth. Neoliberalising feminism. *New Political Economy*, v.20, n.4, p.614-631, 2015.
- REF Rede Economia e Feminismo. *Economia feminista e agroecologia: desafios e propostas para a assessoria e acompanhamento processual aos grupos de mulheres rurais*. Outubro, 2014. Documento disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/02/s%C3%ADntese-debate-REF-18-10-2014.doc.pdf>> acesso em 3 de setembro de 2018.
- REMTE. *Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha*. São Paulo: REMTE, 2015.
- SEGATO, Rita. *Guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.
- SILVEIRA, Maria Lúcia. A mercantilização do corpo e da vida das mulheres; alinhavando reflexões. In: FREITAS, Taís; SILVEIRA, Maria Lúcia. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica a sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.
- SOF Sempreviva Organização Feminista. *En busca de la igualdad: textos para la acción feminista*. São Paulo: SOF, 2013.

SOF Sempreviva Organização Feminista. *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo: SOF, 2014.

SOF Sempreviva Organização Feminista. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOF, 2018.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. 2a. Edição. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

TEIXEIRA, Marilane. Sistemas de indicadores de gênero: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. In: CARRASCO, Cristina. *Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres*. São Paulo: SOF, 2012.

TEIXEIRA, Marilane. *O desmonte trabalhista e previdenciário: reinventando novas formas de desigualdade entre os sexos*. Friedrich Ebert Stiftung Brasil. Análise n. 26/2017.

Recebido em: 25/05/2018.

Reenviado em: 10/09/2018.

Aceito em: 11/09/2018.

INSERÇÃO DE MULHERES E HOMENS COM NÍVEL SUPERIOR DE ESCOLARIDADE NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Eugenia Troncoso Leone¹

Luciana Portilho²

RESUMO: A educação superior tem sido um fator importante no progresso profissional das mulheres. As conquistas femininas no campo educacional não têm sido acompanhadas por conquistas de dimensão equivalente no mercado de trabalho. As diferenças de rendimento entre os sexos, embora ocorram em todos os níveis de escolaridade, são maiores na educação superior, onde as mulheres constituem mais da metade dos ocupados com essa escolaridade. Muitas ocupações com exigências de nível superior de escolaridade para as mulheres não proporcionam rendimentos tão elevados como ocupações do mesmo grau de instrução para homens, além da maior dificuldade de ascensão por parte das mulheres aos espaços de poder e decisão. Este artigo estuda essas diferenças entre homens e mulheres com nível superior de escolaridade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Educação Superior; Rendimentos; Mercado de Trabalho.

THE INSERTION OF WOMEN AND MEN WITH HIGHER LEVEL EDUCATION IN THE BRAZILIAN LABOUR MARKET

ABSTRACT: Higher education has been an important factor in the professional advancement of women. Female achievements in the educational field have not been accompanied by achievements of an equivalent size in the labour market. The gender

¹ Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT). E-mail: eugenia.leone@gmail.com

² Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: luportilho05@gmail.com

pay gap, although occurring at all educational levels, is greater in the higher education occupations, where women constitute more than half of those employed with this level of education. Many occupations with higher-level educational requirements do not provide high incomes to women as they do to men with the same educational levels, as well as women's greatest difficulty in empowerment and decision-making spaces. This article studies these differences between men and women with a higher education level.

KEYWORDS: Gender; Higher level education; Incomes; Labour Market.

INTRODUÇÃO³

O aumento da taxa de participação das mulheres na atividade econômica tem sido acompanhado de redução na taxa de participação masculina, resultando em intensa ampliação da proporção de mulheres na força de trabalho. Contrariando expectativas, essa transformação ocorreu com lenta melhora de direitos e oportunidades para as mulheres, que ainda estão longe de desfrutar posições equitativas em relação aos homens no mercado de trabalho.

Apesar desse quadro de significativa desigualdade, a educação de nível superior tem sido um fator importante para o progresso profissional de muitas mulheres. No Brasil, são grandes as diferenças de rendimento do trabalho em favor das ocupações que exigem escolaridade de nível superior. Além disso, principalmente no setor público e nas grandes organizações do setor privado, o recrutamento e a seleção de pessoal é marcada pelas formalidades de processos burocráticos, deixando menos espaço para a discriminação de gênero. Finalmente, são notórias as conquistas femininas na busca por um melhor nível educacional, especialmente no que se refere ao nível superior, em que a proporção de mulheres de coortes mais jovens é quase duas vezes maior que a dos homens.

Entretanto, as conquistas femininas no campo educacional não têm sido acompanhadas por conquistas de dimensão equivalente no mercado de trabalho referente às ocupações que exigem nível superior de educação. As maiores proporções de mulheres nessas ocupações não

³ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 56º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Salamanca, Espanha, entre 15 e 20 de julho de 2018.

as tem garantido o acesso a níveis de rendimento semelhantes aos dos homens. Assim, as diferenças de rendimento entre sexos, embora ocorra em todos os níveis de escolaridade, são maiores exatamente entre pessoas com educação de nível superior, onde as mulheres constituem mais da metade dos ocupados. As expressivas diferenças indicam tanto a presença de uma grande desigualdade de rendimento entre os tipos de ocupação que fazem parte desse grupo como o acesso diferenciado que mulheres e homens têm a essas distintas ocupações. Ressalta-se, também, a dificuldade de ascensão por parte das mulheres aos espaços de maior poder e decisão dentro dessas ocupações.

Este artigo, inicialmente, apresenta o contexto histórico da educação das mulheres e sua participação na atividade econômica, a partir de breve revisão bibliográfica. Em seguida, são apresentadas as diferenças de rendimento entre mulheres e homens, por nível de escolaridade. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para o total de pessoas ocupadas e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para as pessoas que têm vínculo de emprego em estabelecimento com um mínimo de organização formal. A referência é o ano 2013, antes da queda na atividade da economia brasileira que ocorreu desde meados de 2014 até o final de 2016. Finalmente, o artigo analisa as diferenças entre mulheres e homens nas ocupações classificadas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como Profissões das Ciências e das Artes que exigem para o acesso, diploma de curso universitário.

A EDUCAÇÃO DAS MULHERES E SUA PARTICIPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA

As primeiras instituições destinadas a educar as mulheres apareceram na primeira metade do século XIX com evidentes especializações de gênero. A primeira lei que ratifica o direito da mulher à instrução foi em 1827, no entanto, se referia apenas a educação primária, onde, naquela época, as disciplinas tinham um forte conteúdo de moral cristã e social. Esse tipo de educação das mulheres reforçava os papéis de mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita quase exclusivamente ao

magistério, isto é, à formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante todo o século XIX e início do século XX.

Beltrão e Alves (2009) relatam que um decreto imperial de 1881 facultou às mulheres a se matricularem em curso superior. Elas tinham sido excluídas dos primeiros cursos de Medicina (1808), Engenharia (1810) e Direito (1827). O decreto imperial, porém, não teve grande impacto no aumento da presença feminina nesses cursos, pois como os estudos secundários eram essencialmente masculinos, o ingresso das mulheres nos cursos superiores era praticamente inviável. Dessa forma, a segmentação de gênero esteve sempre presente no sistema educacional brasileiro (BELTRÃO, ALVES, 2009). Segundo Louro (1995), ao associar o tipo de educação a ser recebida por meninas e meninos às práticas cotidianas, foi gerado uma enorme diferença entre os dois sexos, uma vez que eram tratados como fundamentalmente desiguais.

É importante mencionar que, ainda que a taxa de alfabetização da população brasileira tenha aumentado durante a República Velha (1889-1930), mantiveram-se elevados níveis de analfabetismo enquanto o país foi eminentemente rural e com um modelo econômico primário-exportador. Nesse período, a escola não tinha um papel importante na qualificação da maioria das pessoas. No caso dos homens, os poucos com acesso à educação formal se preparavam para carreiras em profissões liberais e, no caso das poucas mulheres com acesso a esse tipo de educação, elas se preparavam para serem professoras primárias, e após o casamento se tornavam apenas donas-de-casa (BELTRÃO, ALVES, 2009). Com a Revolução de 1930 e ascensão de Getúlio Vargas ao poder, enfraqueceu-se o domínio das oligarquias e o desenvolvimento brasileiro se direcionou para o mercado doméstico, destacando-se o setor industrial e a urbanização do país. A industrialização e as demandas por serviços urbanos influenciaram os conteúdos e a expansão do ensino. Mas, apesar da pressão popular pela democratização do ensino, a escola manteve seu caráter elitista. Somente em 1961, através da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), se estipulou uma base curricular nos três graus de ensino: primário, médio e superior. Foi um momento da história do país em que a

educação esteve em grande evidência, mobilizando forças políticas diversas e suscitando intensos debates. A partir dos anos 1960, houve um salto qualitativo na situação educacional das mulheres brasileiras que ampliaram sua presença em todos os níveis de ensino (BELTRÃO, ALVES, 2009).

A partir dos anos 70, a melhora nos níveis educacionais foi substancialmente maior para a população feminina ocorrendo uma reversão do hiato de gênero. As mulheres ultrapassaram os homens em termos de anos médios de escolaridade, ainda que as estatísticas globais não reflitam muito bem este fenômeno, pois abrangem em um mesmo indicador o comportamento de diversas coortes. Conforme Beltrão e Alves (2009) argumentam, as mulheres dos grupos etários mais jovens têm diminuído notoriamente as diferenças de escolaridade em relação aos homens.

Apesar dessa constatação, alguns autores alertam para a persistência de uma segmentação por sexo nos cursos universitários, sendo que as mulheres estariam concentradas em carreiras “menos valorizadas” da área de humanas e os homens em carreiras “mais valorizadas” da área de exatas (ROSEMBERG, 2001; BELTRÃO, TEIXEIRA, 2005). Um fator fundamental para a segmentação por sexo nos cursos de ensino superior, nos anos setenta, foi a elevada proporção de mulheres concluintes do curso normal (BARROSO, MELLO, 1975). A escola normal tinha o objetivo de formar docentes para o ensino primário e era majoritariamente frequentada por adolescentes mulheres, que viam aí um meio profissionalizante e uma oportunidade para continuarem os estudos (CERDEIRA, 2011). Este fato tornava difícil o acesso das mulheres às universidades, pois o conteúdo exigido nas provas de ingresso era baseado em disciplinas do Ensino Secundário Científico (ou Clássico), cursados majoritariamente por adolescentes homens. As adolescentes nessa situação, quando desejavam ingressar nas universidades, enfrentavam a necessidade de estudos complementares.

A formação da mulher sendo determinada por conceitos tradicionais de trabalho relacionados ao que era considerado feminino ou masculino desempenharia um papel ambíguo, visto que não se constituiria, inicialmente, em um meio efetivo para a colocação das mulheres de maneira

igualitária aos homens no mercado de trabalho (PORTILHO, 2012). Um estudo com base no censo de 2000 mostrou, entretanto, que mulheres com idades entre 20 e 29 anos já apresentavam ganhos significativos nas carreiras consideradas “mais difíceis” e de maior prestígio social (GUEDES, ALVES, 2004).

Foi também em meados dos anos 60 que as mulheres passaram a apresentar taxas crescentes de participação no mercado de trabalho. Houve uma confluência de fatores e de novas posturas culturais e ideológicas na sociedade que influíram na decisão das mulheres pelo ingresso na atividade econômica. Um fator importante foi a intensa redução do crescimento demográfico ocorrido de forma simultânea à ampliação da participação da mulher no mercado de trabalho. A pronunciada queda da fecundidade vivenciada pelas mulheres facilitou sua entrada no mercado de trabalho o, que por sua vez, reforçou o declínio da fecundidade. O nível de fecundidade das mulheres brasileiras que em 1970 era de 5,8 filhos por mulher chegou a 1,86 filhos por mulher em 2010.⁴

Com menos filhos, as mulheres conseguem articular melhor seus papéis de mãe, dona de casa e trabalhadora remunerada. As conquistas das mulheres brasileiras em termos de maior participação política e maior igualdade de gênero em todas as esferas, públicas e privadas, contribuem para redefinir as relações de gênero no trabalho remunerado, no interior da família e na sociedade em geral.

A consolidação da participação das mulheres na atividade econômica, na medida em que elas não mais se retiram do trabalho remunerado após o casamento e o nascimento dos filhos, permite às mulheres trabalhadoras a solidificação de suas carreiras profissionais. Alia-se a isto a crescente importância de sua participação como fonte de renda das famílias, bem como a aproximação dos seus rendimentos do trabalho ao dos homens. (LEONE, BALTAZAR 2005a; MONTALI, 2006; THERBORN, 2006).

Por outro lado, ainda que as mulheres compartilhem cada vez mais com os homens o provimento da renda familiar com seu trabalho remunerado, não tem ocorrido um processo equivalente de mudança em relação a uma melhor redistribuição das responsabilidades familiares

⁴ Ver: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/>, acesso: 25/05/2018.

e tarefas domésticas entre os sexos. Tampouco tem havido aumento suficiente na oferta de serviços públicos de apoio a estas atividades.

Mesmo num contexto de transformações sociais e no mercado de trabalho, a desigualdade de rendimentos do trabalho continua elevada entre os sexos. O nível de rendimento feminino é inferior ao masculino independentemente do nível educacional e/ou da posição na ocupação. Apesar de essas diferenças terem diminuído nas duas últimas décadas, o hiato de rendimento entre mulheres e homens ainda é considerável. As conquistas femininas na educação vêm ocorrendo de forma progressiva, no entanto, não foram acompanhadas por conquistas equivalentes no mercado de trabalho (BELTRÃO, ALVES 2004).

As diferenças de rendimento integram um contexto de enorme desigualdade de remunerações, na qual sobressaem as disparidades de escolaridade, destacando-se os altos rendimentos do nível superior. Além disso, é nesse mesmo nível onde as mulheres têm maior participação, que se observam as maiores diferenças de rendimento entre os sexos (LEONE, BALTAR, 2006). Estudo mais recente mostrou que na população com nível universitário, as diferenças salariais entre homens e mulheres jovens eram mais reduzidas, ganhando relevância à medida que os trabalhadores envelheciam e tinham uma progressão na profissão (GUEDES, 2010).

Aprofundando a análise para os trabalhadores com nível superior de escolaridade, outros estudos constataram que o perfil desses trabalhadores por posição na ocupação é diferente entre homens e mulheres. Entre os homens, é mais frequente a situação de não assalariados (empregadores e trabalhadores por conta-própria), sendo grandes as diferenças de rendimento por sexo entre esses não assalariados. No entanto, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres são maiores ainda no emprego formal, justamente onde a ocupação feminina é majoritária seja qual for o tipo de posto de trabalho: cargos de direção, ocupações profissionais de nível superior, ocupações técnicas e de serviços administrativos. Dessa forma, ainda que as mulheres tenham avançado em termos de acesso a ocupações melhor remuneradas, a presença masculina nos níveis superiores da hierarquia dos cargos é ainda predominante (LEONE, BALTAR, 2005B, 2005C E 2006).

Em síntese, a segregação ocupacional por sexo, expressa na concentração ocupacional das mulheres em um conjunto reduzido de ocupações (definidas como tipicamente femininas), não é necessariamente superada pelo seu maior acesso ao curso superior. As mulheres com elevado grau de instrução se concentram preferencialmente em profissões como enfermagem e educação, com níveis de remuneração inferiores às profissões tidas como masculinas (engenheiros). E, ainda que as elas tenham participação crescente em profissões de alto prestígio, como, por exemplo, medicina, uma nova forma de segregação aparece, em outro nível, com concentração das mulheres em especialidades com menores remunerações (pediatria), ao contrário dos homens, que se concentram em especialidades de maior prestígio e remuneração, como é o caso da cirurgia (LAVINAS, LEÓN 2002).

Conclui-se que os tipos de ocupação ainda fazem com que a renda masculina supere a feminina, inclusive nas ocupações que exigem nível superior de escolaridade.

AS DIFERENÇAS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE MULHERES E HOMENS POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Levando em conta as considerações apresentadas, realiza-se, neste item, uma análise das diferenças de rendimento do trabalho conforme sexo e nível de escolaridade para o ano de 2013 que, como mencionado, foi o ano anterior à queda da atividade econômica no Brasil.

Na Tabela 1 é possível observar que em 2013 as mulheres ocupadas na atividade econômica tinham rendimento médio horário 17,4% menor do que o dos homens. Essa diferença aumenta quando é controlada a escolaridade dos ocupados, pois este é um dos principais fatores que influenciam a média de rendimentos. As proporções de mulheres ocupadas que têm escolaridade média (11 a 14 anos) e superior (15 e mais) são bem maiores que as dos homens, apesar disso, o rendimento médio horário feminino é de 30% a 33% menor do que o masculino, para o mesmo nível de escolaridade. Ou seja, controlada a escolaridade das pessoas, a diferença de rendimentos em favor dos homens é o dobro da verificada

para o total de pessoas ocupadas sem controlar a escolaridade.

O nível de escolaridade dos trabalhadores aumenta se consideramos apenas os empregados de estabelecimento com mais do que um mínimo de organização empresarial, o chamado emprego formal, identificado pela RAIS. Entre os trabalhadores formais, tem-se que é bem menor a proporção de empregados com menos de oito anos de escolaridade e bem maior as proporções com 11 a 14 anos de estudo e com 15 ou mais se compararmos ao total de ocupados estimado pela PNAD. A diferença de escolaridade entre o emprego formal e a população ocupada total resulta basicamente das exigências de escolaridade para o acesso ao emprego nos estabelecimentos com mais do que um mínimo de organização empresarial.

Tabela 1: Distribuição da população ocupada e do emprego formal, proporção de mulheres e razão entre rendimentos médios por hora de trabalho de mulheres (RMM) e de homens (RMH), conforme anos de estudo. Brasil, 2013.

Anos de estudo	Homens		Mulheres		% Mulheres		RMM/RMH	
	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS	PNAD	RAIS
menos de 8 anos	36,8	17,2	25,9	8,3	34,6	26,6	0,696	0,718
8 a 10 anos	19,0	22,2	16,1	14,9	39,0	33,4	0,706	0,738
11 a 14 anos	34,8	47,4	41,5	51,3	47,4	44,8	0,685	0,736
15 e + anos	10,4	13,3	17,5	25,5	55,8	58,9	0,666	0,643
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	43,0	42,8	0,826	0,871

Fonte: PNAD e RAIS, 2013.

O intenso aumento do emprego formal verificado durante o crescimento com inclusão social que aconteceu no Brasil entre 2004 e 2013 foi, de fato, acompanhado de crescentes exigências de escolaridade para o acesso ao emprego formal, em um período em que também aumentou significativamente a escolaridade da população brasileira. Dependendo do tipo de ocupação, os estabelecimentos com mais do que um mínimo

de organização empresarial passaram a exigir com maior frequência, na contratação de novos empregados, o ensino fundamental completo, ou mesmo o ensino médio completo, como pré-requisito para o ingresso no emprego formal.

As mulheres com nível socioeconômico inferior possuem menor escolaridade e, com isso, enfrentam maiores dificuldades para participar da atividade econômica, razão pela qual a proporção de mulheres entre as pessoas ocupadas com menos de 8 anos de estudo é relativamente pequena. Segundo os dados da PNAD, a proporção de mulheres é 43%, em relação ao total da população ocupada, no entanto, entre as pessoas ocupadas com menos de 8 anos de estudo, a proporção não passa de 34,6%. Essa proporção aumenta quanto maior o grau de escolaridade, atingindo 55,8% no estrato das pessoas ocupadas com 15 anos ou mais de estudo.

A relação direta entre proporção de mulheres ocupadas e grau de escolaridade verifica-se também quando considerado somente o emprego formal. No entanto, as proporções de mulheres no mercado de trabalho são bem menores no emprego formal do que em relação à população ocupada, nas três faixas de escolaridade inferiores a 15 anos de estudo. Já na faixa de 15 ou mais anos de estudo, a proporção de mulheres no emprego formal é maior do que na população ocupada total.

Assim, as mulheres de menor condição socioeconômica quando conseguem participar da atividade econômica têm posição na ocupação diferente do emprego formal, destacando-se o trabalho doméstico remunerado. Consequentemente, esse tipo trabalho acaba contribuindo para viabilizar a participação na atividade econômica de mulheres de melhor situação socioeconômica que têm mais possibilidades de acesso ao emprego formal. Apesar de estas mulheres terem acesso ao emprego formal, as oportunidades para abrir um negócio próprio são bem menores do que as dos homens.

Este quadro ainda está presente, mas começou a se modificar ao partir do crescimento econômico com inclusão social que elevou o nível socioeconômico da população e gerou amplas oportunidades de emprego formal, ajudando a conter a expansão do trabalho no serviço doméstico

remunerado, ao proporcionar alternativa de emprego em estabelecimentos com mais do que um mínimo de organização formal. Além disso, também vem se ampliando a presença de mulheres com nível educacional relativamente alto que possuem negócios próprios.

A relação entre o tipo de trabalho da mulher e seu nível socioeconômico, entretanto, continua contribuindo para marcar o perfil das diferenças de rendimento entre homens e mulheres. Assim, considerando todas as posições na ocupação, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres variam pouco segundo o grau de escolaridade, sendo só ligeiramente maior na faixa de 15 ou mais anos de estudo. Já no emprego formal, as diferenças de rendimento entre mulheres e homens são menores do que as verificadas para o total da população ocupada, nas três faixas de escolaridade inferiores a 15 anos ou mais de estudo. Já na faixa de 15 ou mais anos de estudo, a diferença se acentua consideravelmente. Neste grau superior de escolaridade, a diferença de salários do emprego formal em favor dos homens não somente tem uma magnitude absoluta muito grande, mas proporcionalmente é maior do que nos outros graus de escolaridade.

A desvantagem das outras posições na ocupação em relação ao emprego formal, em termos de rendimento, é maior no caso das mulheres do que no dos homens. Isto somente não ocorre no grau de escolaridade de 15 anos ou mais de estudo onde, como mencionado, a diferença de rendimento entre mulheres e homens é maior no emprego formal do que no total das outras posições na ocupação.

As mulheres ocupadas que têm menos de 8 anos de estudo têm remuneração média horária equivalente ao valor do salário mínimo por hora, enquanto no caso dos homens com essa mesma escolaridade o rendimento médio equivale a 1,4 salários mínimos. A partir deste patamar, o rendimento médio de homens e de mulheres aumenta 25% entre os que têm fundamental completo e os que não conseguiram completar esse grau de escolaridade. Já entre os com ensino de nível médio completo e os que não conseguiram essa titulação, a remuneração aumenta de 42% a 46%.

A grande diferença é, entretanto, o título universitário, pois o rendimento médio dos com escolaridade de 15 anos ou mais é mais do

que 2,5 vezes o rendimento médio dos quem têm somente o ensino médio e isto se verifica tanto para homens como para mulheres. O rendimento médio das mulheres com escolaridade de 15 ou mais anos equivale a 4,8 salários mínimos, já o dos homens com essa escolaridade alcança 7,3 salários mínimos, uma diferença quase tão grande (2,5 salários mínimos) como a existente entre os rendimentos médios do total de mulheres que têm diploma universitário em relação à das que têm apenas diploma de ensino médio (3 salários mínimos).

As mulheres são maioria entre os empregados formais com diploma universitário, mas não no conjunto das outras posições na ocupação, que são notadamente trabalhadores por conta própria e empregadores com diploma universitário. As diferenças de rendimento a favor dos homens, considerando apenas pessoas com título universitário, são maiores exatamente no emprego formal, comparativamente ao que ocorre no conjunto das demais posições na ocupação.

Em suma, o aumento da proporção de mulheres na força de trabalho vem diminuindo lentamente as diferenças de rendimento a favor dos homens que ainda permanecem significativas, principalmente nas ocupações que exigem nível superior de educação e especialmente no emprego formal. Cabe, então, examinar as diferenças de rendimento entre homens e mulheres nos diversos tipos de ocupação que exigem escolaridade de nível superior (Ver, também, Portilho 2017), procurando verificar em que medida essas diferenças de rendimento refletem a segregação das mulheres em tipos de ocupação pior remuneradas ou as dificuldades encontradas pelas mulheres para ascender nas hierarquias dentro das ocupações.

DIFERENÇAS DE RENDIMENTO DO TRABALHO ENTRE MULHERES E HOMENS NAS PROFISSÕES DAS CIÊNCIAS E DAS ARTES

São significativamente diferentes as distribuições das mulheres e dos homens ocupados segundo os grandes grupos de ocupação da CBO (Tabela 2). As mulheres são clara maioria (quase 2/3) das pessoas ocupadas

em Profissões das Ciências e das Artes, nas Ocupações de Serviços de Apoio Administrativo e nas Ocupações de Prestação de Serviços, sendo em proporção muito próxima a dos homens nas Ocupações de Vendas. Nos demais grandes grupos de ocupação da CBO há uma predominância de homens, especialmente nas ocupações das Forças Armadas e de Segurança Pública e na elaboração de bens, tanto nas Ocupações Agrícolas como nos Trabalhos na Produção de Bens e Serviços de Manutenção e Reparação.

Tabela 2: Distribuição da população ocupada, proporção de mulheres e razão entre rendimentos médios por hora de trabalho de mulheres (RMM) e de homens (RMH), conforme grandes grupos de ocupação. Brasil, 2013.

Grupos de Ocupação	Homem	Mulher	% Mulher	RMM/ RMH
Dirigentes	5,6	4,6	38,0	74,1
Profissionais Ciências e Artes	6,0	13,6	63,0	64,3
Técnicos de nível médio	6,7	7,3	44,8	71,3
Serviços administrativos	6,7	15,4	63,4	79,9
Trabalho na produção	38,0	7,6	13,2	70,1
Serviços	11,7	30,7	66,5	79,2
Vendas	8,0	11,6	52,3	72,8
Agrícola	15,7	9,0	30,1	39,1
Forças Armada	1,5	0,2	7,5	108,0
Outros	0,0	0,0	42,0	51,9
Total	100,0	100,0	43,0	82,6

Fonte: PNAD 2013

São grandes as diferenças de rendimento médio por hora de trabalho em favor dos homens em todos os grandes grupos da CBO, salvo nas Ocupações das Forças Armadas e de Segurança Pública, onde a presença feminina é extremamente baixa e ocupam postos relativamente bem remunerados. A diferença de rendimento diminui nas Ocupações de Serviços de Apoio Administrativo e nas de Prestação de Serviços. Nessas ocupações, o rendimento médio feminino é cerca de 20% a menos do que

o dos homens, mesmo com a participação feminina sendo predominante nesses grandes grupos da CBO. As maiores diferenças, no entanto, são encontradas nas Ocupações de Vendas (27%) e, principalmente, nas Profissões das Ciências e das Artes (35%) onde a predominância feminina também é marcante.

Esses dados confirmam o significativo hiato de rendimento entre homens e mulheres, com destaque para as ocupações que exigem nível superior, como é o caso das Profissões das Ciências e das Artes. Nesse grupo, são encontradas grandes diferenças de rendimento entre diferentes ocupações que compõem o Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes (Tabela 3). Como exemplo temos que o rendimento dos Médicos é sete vezes maior que o de trabalhadores em Espetáculos e Artes. O desvio padrão dos rendimentos das ocupações deste Grande Grupo equivale a 54% do rendimento médio. No caso dos homens, o desvio padrão dos rendimentos médios das ocupações do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes corresponde a 47% do rendimento médio do conjunto do Grande Grupo, enquanto no caso das mulheres equivale a 51%. Já a média dos desvios padrões dos rendimentos de homens e mulheres em cada ocupação desse Grande Grupo equivale a 22% do rendimento médio. Assim, as diferenças de rendimento entre as ocupações do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes são mais pronunciadas do que as diferenças de rendimento entre homens e mulheres dentro de cada ocupação.

Há, entretanto, grandes diferenças de rendimento entre homens e mulheres em ocupações específicas como Biólogos, Administração de Empresas, Espetáculos e Artes. No entanto, as maiores diferenças de rendimentos entre homens e mulheres nas Profissões de Ciências e Artes se devem, principalmente, às elevadas participações de mulheres em determinadas ocupações que possuem os menores rendimentos médios, como Ensino Infantil e Fundamental, Ensino não Classificado e Espetáculos e Artes. Outro ponto observado é que, em certas ocupações, grande é elevada a participação de mulheres em ocupações cujo rendimento médio não é tão baixo, mas as diferenças de rendimento entre homens e mulheres dentro dessas ocupações são grandes, como em

trabalhos nas Áreas de Saúde (inclusive Médicos), Ciências Humanas e Biologia.

Nesses casos é possível que as diferenças de rendimento entre homens e mulheres traduzam diferenças de tipo de ocupação não explicitada no grau de desagregação adotado, refletindo, portanto, uma segregação das mulheres sobre representadas em tipos de ocupações pior remuneradas, embora não sejam desprezíveis as diferenças de rendimento entre homens e mulheres em diversos tipos de ocupações. Deste modo, enfatizamos que a grande diferença de rendimento médio entre homens e mulheres nas Profissões das Ciências e Artes que reflete a grande diferença de rendimento médio entre homens e mulheres com educação de nível superior expressa basicamente a segregação das mulheres em ocupações de baixo rendimento ou em que o rendimento não é tão baixo, mas é grande a diferença de rendimento a favor dos homens.

De fato, das 22 ocupações que compõem as Profissões das Ciências e das Artes 12 têm rendimento médio superior a 6 salários mínimos por hora⁵. Analisando a distribuição dos ocupados, tem-se que 55% dos homens e 23% das mulheres estão presente nessas 12 ocupações. São nelas, também, que se encontram 34% das pessoas ocupadas no Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes. De todas as pessoas ocupadas nessas 12 ocupações, 41% são mulheres e essa proporção supera 50% somente nas ocupações Médicos, Matemáticos e Estatísticos, Ensino Superior e Administração de Empresas. Nas outras 10 ocupações desse Grande Grupo, cujo rendimento médio é inferior a 6 salários mínimos por hora, 75% são mulheres. Além disso, apenas nas ocupações Publicidade, Comunicação e Informação e Culto Religioso é que se verifica uma participação feminina inferior a 2/3 dos ocupados. São essas 10 ocupações que respondem por 77% da absorção das mulheres que fazem parte das Profissões das Ciências e das Artes e por 45% da absorção dos homens.

⁵ Na verdade, eram 75 ocupações que compunham esse grupo, em 2013. Agruparam-se algumas ocupações que tivessem semelhança em sua composição e pertencessem a mesma área de conhecimento, totalizando assim 22 ocupações cujos títulos foram retirados da CBO2002. Essa classificação foi elaborada pela doutoranda na pesquisa para sua tese de doutorado em elaboração.

Tabela 3: Renda média em salários mínimos, distribuição da população ocupada (homens e mulheres), proporção de mulheres e razão entre rendimentos médios por hora de trabalho de mulheres (RMM) e de homens (RMH), conforme ocupações. Brasil, 2013					
Ocupações	Renda Média (Sal. Mín.)	Homem	Mulher	% Mulher	RMM/RMH
Promotor, delegado, juiz	23,4	0,9	0,3	36,5	94,6
Médico	13,6	5,0	3,1	51,3	83,1
Matemático, estatístico	12,9	0,0	0,0	54,0	104,0
Navegação aérea e naval	11,8	0,3	0,0	1,9	55,3
Policientífico	10,8	0,1	0,1	46,6	170,0
Engenharia, Arquitetura	9,8	13,9	2,6	24,3	82,0
Ensino superior	9,6	4,0	2,6	52,2	87,4
Advogado	8,2	10,4	5,4	47,1	75,9
Agrônomo	6,8	1,3	0,2	19,8	85,9
Informática	6,3	8,3	1,4	21,7	86,3
Administração de Empresas	6,3	9,9	6,7	53,7	70,6
Físico, Químico, Geólogo	6,2	0,7	0,2	32,4	92,7
Saúde exceto médico	5,1	6,2	11,9	76,6	77,1
Publicidade	5,1	4,1	2,5	51,4	85,3
Ciências Humanas	5,0	3,5	6,1	75,0	82,6
Biólogo	5,0	0,4	0,4	61,8	65,5
Comunicação, informação	4,7	2,7	1,5	47,9	116,7
Ensino Médio e profissional	4,3	7,2	8,7	67,6	91,2
Ensino não classificado	3,4	5,5	7,8	70,7	94,1
Ensino fundamental e infantil	3,4	6,3	30,5	89,3	91,3
Culto religioso	2,5	3,1	0,6	25,2	57,3
Espectáculos e artes	1,9	6,2	7,4	67,2	49,2
Total	5,6	100,0	100,0	63,1	64,3
Fonte: PNAD 2013					

Não obstante, são expressivas as diferenças de rendimento entre homens e mulheres em algumas ocupações do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes em que a proporção de mulheres não é tão elevada, com Médicos, Engenheiros e Arquitetos, Ensino Superior, Advogado, Administração de Empresas e Publicidade em que o rendimento médio das mulheres é de 13% a 29% menor do que o dos homens. No total dos ocupados em Profissões das Ciências e das Artes a diferença aumenta para um rendimento médio 35% menor do que o dos homens.

CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou caracterizar a inserção de homens e mulheres com nível superior de escolaridade na atividade econômica, em 2013. Verificou-se que o rendimento do trabalho é dos mais elevados nas ocupações em que o acesso exige educação de nível superior. E, justamente nessas ocupações, que representam uma parcela relativamente pequena do total de pessoas ocupadas, é que se encontra uma das maiores diferenças de rendimento entre homens e mulheres, apesar das mulheres serem a maioria nessas ocupações. Deste modo, as diferenças de rendimento entre homens e mulheres com nível superior de escolaridade constituem uma parte importante da enorme desigualdade de rendimentos que caracteriza o mercado de trabalho brasileiro. Além disso, das diferenças de rendimento entre homens e mulheres nessas ocupações serem altas decorre, principalmente, do fato de que a maioria das mulheres desse Grande Grupo estarem presentes nas ocupações de rendimento inferior e menos valorizadas, embora não seja desprezível a absorção de mulheres em ocupações melhor remuneradas e de maior prestígio e seja significativa a diferença de rendimentos em favor dos homens nessas mesmas ocupações.

Essa realidade do mercado de trabalho brasileiro, onde ocupações cujo acesso exige escolaridade de nível superior e que constitui aspecto importante da enorme desigualdade de renda do trabalho vigente no país, tem forte relação com a desigualdade de gênero que ocorre no sistema educacional brasileiro. As mulheres são a maioria dos estudantes

universitários, porém ainda estão muito concentradas nas carreiras acadêmicas que dão acesso às ocupações pior remuneradas e de menor prestígio social, dentre aquelas que exigem nível superior de escolaridade. Em geral, essas ocupações com menores rendimentos e baixo prestígio social são as relacionadas a tarefas tidas como “femininas” como educação e cuidados da saúde. Esta realidade vem sendo alterada lentamente, no entanto, é uma herança da própria história da formação do sistema educacional do país que segregou as mulheres em carreiras acadêmicas as quais são vistas como de menor prestígio social e, conseqüentemente, ocupações de rendimento relativamente mais baixo dentro do Grande Grupo Profissões das Ciências e das Artes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROSO, C. L. de M. e MELLO, G. N. de. “O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro”. In *Cadernos de Pesquisa*, nº 15, dez 1975.
- BELTRÃO, K. I.; ALVES, J.E.D. “A Reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX”. *Cadernos de Pesquisa*, v.39, n.136, jan./abr., 2009.
- BELTRÃO, K.; TEIXEIRA, M. “Cor e gênero na seletividade das carreiras universitárias.” In: SOARES, S. et al. (eds.) *Os Mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea; Fundação Ford, 2005.
- GUEDES, M. de C. e ALVES, J. E. D. 2004. A população feminina no mercado de trabalho entre 1970-2000: particularidades do grupo com nível universitário. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos de População*, ABEP, Caxambu – MG, setembro.
- GUEDES, M. de C. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Trab. educ. saúde*, vol.8 n.1 Rio de Janeiro, 2010.

- LAVINAS, L.; LEÓN, F. 2002. Emprego Feminino no Brasil: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. *Série Políticas Sociais 60*. CEPAL, Santiago de Chile, setembro de, 2002.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Disparidades nos rendimentos do trabalho de homens e mulheres nas metrópoles brasileiras. In: DIEESE; CESIT (Org.) *O Trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico*. São Paulo: DIEESE; Campinas: CESIT, 2005^a.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Ocupação e Rendimento dos Trabalhadores nas Metrópoles do Brasil: uma análise de gênero em 1992 e 2002. In: *Anais do V Colóquio Latinoamericano de Economistas Políticos. America Latina y el rumbo del capitalismo*, Cidade do México, México, outubro, 2005b.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Mercado de Trabalho Metropolitano: Gênero e Diferenças de Rendimento, 1992-2002. In: *Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET*. Recife, 2005c.
- LEONE, E.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol.23 – n. 2 – jul./dez, 2006.
- LOURO, G. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORI, M (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MONTALI, L. Provedoras e co-provedoras: mulheres-cônjuge e mulheres-chefe de família sob a precarização do trabalho e o desemprego. *Revista Brasileira de Estudos de População* 23 (2). São Paulo: Rebec, 2006.
- PORTILHO, L. Educação e trabalho feminino no estado de São Paulo (1940 – 1960). Dissertação de mestrado, Unicamp. Campinas, 2012.
- PORTILHO, L. Participação e rendimento feminino no grupo ocupacional profissionais das ciências e das artes. In: *Anais do XV Encontro Nacional da ABET*. Rio de Janeiro de 06 a 09 de setembro, 2017.

ROSEMBERG, F. “Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo”. *Revista Estudos Feministas*, São Paulo, v.9, n.2, p.515-540, jul./dez. 2001.

THERBORN, G. *Sexo e poder*. São Paulo: Contexto, 2006.

Artigo recebido em 10/09/2018 e aprovado em 09/10/2018.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO SOB A ORDEM NEOLIBERAL

Thaís de Souza Lapa¹

RESUMO: Este artigo procura trazer contribuições ao debate sobre a relação entre a divisão sexual e internacional do trabalho, procurando caracterizar não somente impactos do neoliberalismo sobre a divisão sexual do trabalho, mas mostrar, como vêm apontando sobretudo pesquisadoras feministas, que o gênero é um organizador chave da globalização neoliberal. Focalizo nessa discussão as dinâmicas da divisão sexual no trabalho assalariado e o uso estratégico da força de trabalho feminina em manufaturas que integram as cadeias globais de valor (com o exemplo emblemático da indústria eletroeletrônica), sem desconsiderar, porém, a indissociabilidade entre trabalho assalariado e reprodutivo.

PALAVRAS-CHAVE: divisão sexual do trabalho; neoliberalismo; cadeias globais de valor; terceirizações; setor eletroeletrônico.

SEXUAL DIVISION OF LABOUR UNDER THE NEOLIBERAL ORDER

ABSTRACT: This article seeks to bring contributions to the debate on the relationship between the sexual and international division of labour, aiming not only to characterize the impacts of neoliberalism on the sexual division of labour but to show, as feminist researchers have been pointing, that gender is a key organizer of neoliberal globalization. I focus on this discussion the dynamics of the sexual division in paid work and the strategic use of the female labor force in manufactures that integrate the global chains of value

¹ Doutoranda em Ciências Sociais na UNICAMP, mestre em Sociologia pela USP. Contato: thais_lapa@yahoo.com.br

(with the emblematic example of the electronics industry), without disregarding, however, the inseparability between paid work and reproductive work.

KEYWORDS: sexual division of labour; neoliberalism; global chains of value; outsourcing; electronics industry.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo tem como característica mais evidente o aumento do poder das finanças na economia, que traz em seu bojo um modo específico de acumulação do capital, denominado “acumulação flexível”. Harvey (2008, p. 172) analisa que as práticas da acumulação flexível do neoliberalismo recuperam formas de “acumulação por espoliação”, isto é, promovem uma continuidade e proliferação de práticas de acumulação que Marx tratara como “primitivas” ou “originais”.

Harvey (2008, p. 171) considera “redistribuir, em vez de criar, riqueza e renda” como a principal realização da neoliberalização, processo que tem como principais mecanismos a privatização e mercadificação; a financialização; a administração e manipulação de crises e redistribuições via Estado (HARVEY, 2008, p. 173-177).

Neste modo de acumulação de economia financeirizada, desloca-se a centralidade da grande indústria manufatureira como pólo de acumulação do capital, já que capitalistas têm a possibilidade, agora, de acumular a partir não somente da extração de mais valia, mas também da valorização do valor por meio de operações no mercado financeiro. Harvey (2004, p. 63) destaca, entretanto, que é da natureza da financeirização ser perpetuamente vulnerável à produção de valor na atividade industrial e agrícola. Isso significa afirmar que não existe no neoliberalismo uma independência plena entre capital produtivo e capital financeiro.

Esse novo sistema societário neoliberal surge em larga medida sob tutela norte-americana, uma vez que os EUA, “ameaçados no campo da produção, reagiram afirmando sua hegemonia por meio das finanças” (HARVEY, 2004, p. 58-59). Belluzzo e Galípolo (2017, p. 2) afirmam que a globalização provocou uma verdadeira revolução na estrutura econômica mundial e enfatizam que as três grandes transformações que ocorrem de

forma concomitante – a reorganização da estrutura produtiva, a onda de fusões e aquisições que transformou o sistema financeiro e a centralização da propriedade – são processos conexos, que resultam na conformação das cadeias globais de valor.

Falar de reorganização do trabalho sob a ordem neoliberal implica, de um lado, discutir a divisão internacional do trabalho que conforma tais cadeias globais de valor – processo que, no mundo industrial, vem provocando uma grande mudança espacial das atividades produtivas, com a concentração do design nos países mais industrializados e da manufatura nos países onde a mão de obra é mais barata (LAPA e LEITE, 2017, p. 311). No entanto, analisar a reorganização do trabalho sob a ordem neoliberal significa, também, falar de uma reconfiguração da divisão sexual do trabalho², que conjugada à divisão internacional, faz perceber entre outras coisas que cada vez mais os deslocamentos industriais para países periféricos significam utilização de mão de obra intensiva e, com frequência, de *predominância feminina* no trabalho em manufaturas, sobretudo nas nos setores eletrônico, de vestuário, além de sua presença significativa no crescente setor de serviços (LIPIETZ, 1989, ELSON, 2010).

A isso se soma um conjunto de debates que não se restringem ao trabalho assalariado e incorporam, também, as transformações sobre o trabalho reprodutivo sob essa ordem neoliberal, em coerência com um acúmulo teórico interdisciplinar nas últimas décadas (sociólogas, economistas e filósofas feministas, sem mencionar as contribuições de

² O conceito de divisão sexual é “a forma da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos”, que tem como características “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções de maior valor social” (HIRATA e KERGOAT, 2008, p. 266). Este conceito tem uma concepção sociográfica, de “constatação das desigualdades” (compreensão diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e nas profissões, variações no tempo e no espaço dessa distribuição e como ela se associa à repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos) e uma acepção, à qual se subscrevem as autoras, de caráter analítico (que mostra o caráter sistemático das desigualdades e articula a descrição do real com uma reflexão sobre como processos sociais de diferenciação hierarquizam as atividades e portanto os sexos – e criam um sistema de gênero) (HIRATA e KERGOAT, 2008, p. 263). No debate francês que dá origem ao conceito, a divisão sexual do trabalho é entendida como o desafio central das relações sociais de sexo.

movimentos feministas) sustentando a indissociabilidade entre as análises sobre o trabalho assalariado e reprodutivo e incorporando na análise os fluxos migratórios de mulheres do sul para o norte global para a realização destes trabalhos (CARRASCO, 1999; SASSEN, 1991; FALQUET, HIRATA, KERGOAT *et al*, 2010).

A esse respeito, vale mencionar as análises que Falquet (2016) desenvolve com base em Guillaumin (1992[1978]) sobre o conjunto das mulheres estarem, no capitalismo, submetidas não somente às relações de exploração, mas também de apropriação de seu “corpo-máquina-trabalho”. Essa perspectiva parece ter pontos de convergência com as reflexões de Frederici (2017) sobre as formas de acumulação primitiva do capitalismo se manifestarem por meio da apropriação não somente de terras, mas do corpo e trabalho (apropriado e ocultado) das mulheres – formas estas que, sob o capitalismo, inaugurariam um “patriarcado do salário” (FREDERICI, 2017, p. 193-198).

Harvey (2008) salienta que a fase neoliberal de acumulação capitalista recupera, justamente, os mecanismos de espoliação de sua acumulação originária, assim como já pontuava Lipietz (1989) que a conformação de uma nova divisão internacional do trabalho recupera mecanismos da acumulação primitiva capitalista nos processos de constituição de um “fordismo periférico” e “taylorismo primitivo”. Considero possível concatenar esses argumentos com o de Frederici (2017) e Falquet (2013, 2016) para pensar sobre a caracterização de um novo neoliberalismo, que recupera mecanismos antigos de espoliação, que seriam desde então já sexuados, para renovar os modos de acumulação capitalista.

Proponho então neste artigo desenvolver, principalmente com base em Hirata (1994, 2001, 2015), Elson (2010), Falquet (2013), Pun (2006) e em pesquisas que tenho desenvolvido (LAPA, 2014, 2016a, 2016b), contribuições para uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho inserida nesse cenário de reconfigurações neoliberais das formas de exploração e apropriação do trabalho. Procurarei apresentar reflexões sobre o uso estratégico da força de trabalho feminina nos processos de internacionalização produtiva, explorando o caso da indústria eletroeletrônica.

CADEIAS GLOBAIS DE VALOR: VISIBILIZAR TRABALHADORAS/ES

Observar a dinâmica produtiva e as formas do trabalho no contexto atual é enfrentar, inevitavelmente, a problemática da internacionalização da produção e da reprodução decorrente dos processos de globalização³. A análise da produção global e do comércio internacional nas últimas décadas foi marcada pelo uso do conceito de cadeias globais, seja de produção, seja de valor e, mais recentemente, pela ideia de redes globais de valor – conceitos elaborados na busca de ferramentas explicativas para dar conta da complexidade dos processos produtivos globais e das inter-relações entre empresas, governo e contexto social que constituem esses processos (DUARTE e SALAS, 2017; SARTI e HIRATUKA, 2018).

Esse debate prescinde tratar tanto das orientações econômicas que guiam os processos de globalização como colocar em evidência os/as trabalhadores/as não apenas como “afetados/as”, mas sim como um pilar que sustenta, através de sua força de trabalho explorada/apropriada, as dinâmicas de produção de valor cujos fluxos se internacionalizam.

Há algum tempo vêm sendo analisadas as tendências de conformação de uma divisão internacional do trabalho que “concentra cada vez mais nos países ditos ‘subdesenvolvidos’ ou ‘semi-industrializados’ as atividades *labour-intensive*” (HIRATA, 1994, p. 137). Tal processo de fragmentação das atividades produtivas, em primeiro momento exteriorizadas, depois levadas para fora dos países de capitalismo central, em especial dos EUA, foi iniciado, de acordo com Duarte e Salas (2017) no setor de confecções, englobou em seguida a indústria de eletrônicos, de produção de sapatos e de brinquedos e, em período recente, tem englobado setores de serviços

³ Vale pontuar que o uso do conceito globalização ao longo deste artigo é acompanhado de uma visão crítica, que reconhece o caráter ideológico deste conceito sobretudo nos anos 1990, mais visto como sinônimo positivo de “rompimento de fronteiras” e que por vezes era o termo “neutro” utilizado no lugar de neoliberalismo. O conceito foi criticado por economistas como Chesnais (1995, 1996), que adotou, em seu lugar, o conceito de mundialização. Como analisa Klagsbrunn (2008), Chesnais ressalta em seus primeiros estudos que a mundialização é do *capital*, e que este é o responsável pela mundialização da economia. Eis uma de suas formulações mais precisas a respeito: “o conteúdo efetivo da globalização é dado, não pela mundialização das *trocas*, mas pela mundialização das operações do *capital*, em suas formas tanto industrial quando financeira” (CHESNAIS, 1995, p. 4 *apud* KLAGSBRUNN, 2008, p. 28).

como os *call centers*, contabilidade e outros. Esse processo de deslocamento produtivo foi encabeçado por empresas transnacionais e levou à criação ou consolidação de atividades industriais nos países que receberam os novos investimentos.

Duarte e Salas (2017) apontam que o processo de externalização das atividades não é um fenômeno novo no capitalismo: a onda anterior mais recente havia sido a do chamado “enxugamento das empresas” nos anos 1980 e 1990 – “um processo duplo de fusões e aquisições, seguido de uma redução da planta de trabalho”. Duarte e Salas (2017) pontuam ainda que a terceirização, com seus altos e baixos, acompanha a história do capitalismo e situam a situação atual de ofensiva dos grupos capitalistas para impor os custos de recuperação e saída da crise sobre os trabalhadores como mais um capítulo da permanente disputa entre capital e trabalho, no qual a terceirização desempenha um papel central. Ademais, analisam que na história recente, as terceirizações são um processo que vem acompanhado pelo deslocamento geográfico da produção e dos serviços e pela consolidação de redes econômicas, as chamadas cadeias de produção ou de valor.

Os países sobretudo do Sudeste Asiático, Europa do Leste e América Latina se tornam, especialmente desde os anos 1990, territórios receptores de empresas sobretudo estadunidenses e da Europa central, mas também com forte e cada vez mais significativo papel da China, que crescentemente externalizam partes de seu processo produtivo, o que significa ao mesmo tempo uma fase de industrialização dos países receptores por meio de instalação de transnacionais (que pode ter como consequência, como foi o caso do Brasil, a destruição de parte da capacidade de produção a partir de empresas nacionais) e ao mesmo tempo um processo de consolidação desta divisão internacional do trabalho que separa concepção e execução, isto é, lhes confere eminentemente o papel de manufatureiras de produtos sem ou com pouco valor agregado, já que o desenvolvimento tecnológico fica concentrado nos países de origem das empresas.

Desenvolveu-se, assim, nas últimas três décadas, um intenso processo de internacionalização financeira, produtiva e comercial que provocou a adoção de

estratégias corporativas de desverticalização, terceirização e fragmentação do processo produtivo e o deslocamento de parte da produção industrial dos países avançados em direção a algumas regiões periféricas e resultou na construção de redes globais e regionais de produção e de fornecimento em diversos setores industriais que integraram países e empresas, com participações nas diferentes etapas das cadeias de valor sob a coordenação das grandes corporações globais (SARTI, HIRATUKA, 2018, p. 129).

Porém, enquanto algumas economias periféricas conseguiram uma inserção virtuosa (Coreia do Sul, China, Taiwan e Índia), outras mantêm uma inserção subordinada (países latino-americanos e do Leste Europeu) (SARTI e HIRATUKA, 2018, p. 130).

Duarte e Salas (2017) salientam que o exame das cadeias globais em geral não insere o trabalho como parte relevante. Um meio de inserir o trabalho no centro dessas análises seria justamente recuperar “a ideia de que tais cadeias são formadas muitas vezes a partir de processos de terceirização e deslocamento produtivo”. A construção e manutenção das redes econômicas que se conformam a partir do comércio internacional e da produção através das cadeias globais (e, às vezes, locais) são um processo que envolve apenas as empresas, mas também “os trabalhadores e o contexto institucional de cada país ou região que participa nestes processos” (DUARTE E SALAS, 2017).

Nesse sentido, é importante salientar a dinâmica de geração de empregos em manufaturas nos países periféricos simultânea ao corte de postos de trabalho nos países centrais como parte desta nova divisão internacional do trabalho:

Com relação à geração de empregos, a manufatura empregava aproximadamente 370 milhões de trabalhadores no mundo em 2013, o que corresponde a algo entre 11% e 12% da força de trabalho global. Nas últimas décadas, o setor vem destruindo postos de trabalho nos países avançados e criando vagas nos países em desenvolvimento (SARTI e HIRATUKA, 2018, p. 134).

Uma perspectiva de análise que leva em conta as cadeias de valor, deste modo, revela a importância de um olhar sistêmico sobre o trabalho e quem trabalha. Esse olhar sistêmico, segundo Leite, (2005, p.208), significa, por exemplo, que a compreensão sobre o que acontece em uma empresa (reestruturações, impactos sobre trabalhadores) apenas é possível situando-a no conjunto das dinâmicas econômicas da cadeia produtiva. Ademais, tal olhar sistêmico permite uma análise que não uniformiza trabalhadores de um mesmo setor, já que ao longo de diferentes pontos da cadeia produtiva são verificáveis formas tanto de enriquecimento como de precarização do trabalho e uma diferenciação entre contratantes e terceirizadas, no que se refere a salários, qualificação do trabalho e incidência de doenças profissionais (LEITE, 2005, p. 209).

Essa invisibilidade de trabalhadores no debate das cadeias produtivas se agudiza quando se leva em consideração a divisão sexual do trabalho. Pesquisas como as de Leite (2003) e de Abramo (2005) vêm evidenciando que as mulheres são minoritárias nas grandes indústrias e sua presença cresce nas pontas das cadeias produtivas, em situações de trabalho em geral mais precárias e pior remuneradas. Mais recentemente, Dunaway (2014), que realiza análises das cadeias globais levando em conta a perspectiva de gênero, reconhece a centralidade das mulheres na produção global e, ao mesmo tempo, o quanto tal abordagem é ainda ausente na maior parte das análises sobre esse tema.

A visibilidade de trabalhadores, sobretudo trabalhadoras, nas pontas das cadeias de valor, por vezes ocorre apenas em situações extremas, decorrentes de péssimas condições de trabalho, como por exemplo os suicídios de trabalhadores na montadora de produtos eletroeletrônicos, Foxconn, instalada na China – fabricante da Apple, HP, Sony entre outras⁴. Outro exemplo que põe em evidência o trabalho como um pilar de sustentação de cadeias de valor é caso do desabamento, em 2013, do edifício Rana Plaza em Bangladesh, que abrigava fábricas têxteis fornecedoras de

⁴ Entre 2010 e 2011, houve 18 tentativas de suicídio na fábrica registradas junto às autoridades, dentre as quais 14 concretizações, mas há relatos também de que também “em 2012 cerca de 150 funcionários da empresa se reuniram no telhado da fábrica e ameaçaram se jogar em um suicídio coletivo caso as condições de trabalho não melhorassem” (FARINACCIO, 2017).

roupas para marcas ou varejistas como Benneton, Carrefour, Primark e Wall Mart⁵.

Ambas situações têm em comum o trabalho em empresas cujas marcas são de países centrais, mas externalizado à países asiáticos com condições de produção consideradas favoráveis ao capital, mas totalmente precárias, degradantes e desumanas para trabalhadores/as. Elas evidenciam não somente o lado obscuro de como se produz uma série de artigos de uso corrente no mundo, mas que é sob a base da extração de mais valia do trabalho que continua gerando o valor que circula nestes fluxos econômicos internacionais. Esses dois setores, de confecções e eletroeletrônico podem, deste modo, ser considerados importantes pontos de observação desta dinâmica de conformação das cadeias globais de valor. Inclusive, as referidas situações extremas devem ser olhadas com atenção uma vez que, em nome da “competitividade internacional”, há uma tendência de extensão de tais padrões degradantes de trabalho aos demais países⁶.

O QUE SIGNIFICA ANALISAR A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO SOB O CONTEXTO NEOLIBERAL?

Hirata (2001, p. 141), que utiliza o conceito de globalização de forma acompanhada a uma crítica sobre seu uso neoliberal enquanto um modelo normativo que consagra a ordem estabelecida de forma fatalista, afirma que o que haveria em comum entre economistas na definição do fenômeno é a ideia de integração crescente dos mercados nacionais no sentido de formação de um mercado mundial. Tal integração aguçou a heterogeneidade das situações de trabalho, de emprego e de atividade das mulheres e homens do sul e do norte globais. Falquet, Hirata e Kergoat (2010) trazem como

⁵ A queda do prédio, que não oferecia condições de segurança, resultou na morte quase 1200 trabalhadores e mais centenas de feridos (TEITEBAUM, 2013), dos quais 80% eram mulheres – o que mostra a dimensão de gênero ligada a estes processos internacionais de terceirização (HIRATA, 2015, p. 13).

⁶ Sarti e Hiratuka (2018, p. 137) caracterizam ter havido um processo de “chinalização industrial” que reforçou as vantagens de custo advindas das economias de escala e escopo e da utilização de um enorme contingente de força de trabalho com baixos salários (sobretudo em setores de processos discretos, como os de eletrônica e vestuário), o que promoveu o acirramento da competição no mercado internacional.

tese central que o gênero é um organizador chave da globalização, o que significa que o modo societário neoliberal (e suas dinâmicas de classe, de raça, seus movimentos migratórios) é sexuado.

Hirata (2015, p. 16-17) apresenta quatro consequências da globalização sobre a divisão sexual do trabalho: 1) a de que a globalização criou mais empregos femininos que são, contudo, empregos mais precários e vulneráveis⁷; 2) a abertura de mercados e a política de desregulamentação implicaram em condições de trabalho desfavoráveis para as mulheres, aumentando a carga de trabalho remunerado e não remunerado; 3) parte do trabalho de reprodução social assegurada antes pelo Estado passa a ser remetida à esfera familiar e ao mercado de trabalho precário (trabalho feminino pouco remunerado para assegurar o trabalho de reprodução social); 4) há aumento das desigualdades de sexo, de classe, de raça, pela reorganização da divisão mundial do trabalho e de acesso aos recursos, mas também há processos de inovação política, como a aparição de movimentos sociais de mulheres contra a globalização neoliberal, a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres.

Sassen (1991) analisa o papel de migrantes para realizar o trabalho de reprodução social para casais de elite em cidades globais como parte de “novos circuitos de globalização” e de “mobilização por baixo”. Falquet (2013, p. 18) situa esta análise de Sassen como a primeira entre várias que se dedicaram a investigar tal processo migratório de mulheres para realizar o trabalho de reprodução social nos países centrais (cuidados e educação das crianças, das pessoas idosas e dos doentes, manutenção material dos lares, dos lugares de estudo, de trabalho e de vida social).

Afirma Falquet (2013, p.19) que o “trabalho desvalorizado”⁸ ou

⁷ Uma das mais importantes consequências dessa evolução da atividade feminina em trabalhos precários consiste no fato de que este pode ser um regime por vir de assalariamento masculino e feminino, isto é, traz como horizonte a extensão dos piores padrões de trabalhos para toda a classe trabalhadora (HIRATA, 2001).

⁸ Falquet compreende por “trabalho desvalorizado” os que “sobram” para migrantes pois os demais não querem realizar; os trabalhos frutos de um processo inconcluso de “proletarização”, que não teriam alcançado o estatuto de liberados de relações de apropriação, e o acesso parcial e truncado ao assalariamento que obriga as mulheres a buscar um complemento em outra parte (FALQUET, 2013, p. 19).

“trabalho considerado como feminino”⁹ é “uma das tendências que se desenvolve com a globalização neoliberal” e “é exercido majoritariamente por mulheres, inclusive brancas, mas também por pessoas racializadas e proletarizadas, inclusive homens. Ele permite, assim, estabelecer o vínculo entre as relações sociais de sexo, ‘raça’ e classe, viabilizando entrever a dinâmica da reorganização neoliberal dessas relações”.

Com base na observação destes trabalhos considerados femininos e desvalorizados como lócus de análise privilegiado, Falquet desenvolve uma teoria segundo a qual a reorganização neoliberal das relações de sexo, classe e raça se dá sob a lógica de *vasos comunicantes* (FALQUET, 2013, p.19). Segundo tal teoria, que se assenta sobre acúmulos do feminismo materialista francês, estão em constante reequilíbrio os diferentes modos de obtenção do trabalho: exploração, apropriação individual, apropriação coletiva. E as relações sociais de sexo raça e classe, em sua dinâmica, se assentam diferentemente, ao longo da história, sobre os patamares destas formas de obtenção do trabalho.

Falquet exemplifica ao afirmar que as relações de sexo e de raça, ambas organizadas em torno da apropriação – por meio da sexagem e da escravidão – “se reforçam ou se enfraquecem à medida que a apropriação evolui para a exploração (ou seja, as relações de classe) ou se afasta dela” (FALQUET, 2013, p.19). O que é interessante, no sentido de renovação no argumento, são as consequências deste processo de reorganização neoliberal de relações de sexo raça e classe por meio de vasos comunicantes apresentados por Falquet:

- (1) nunca nenhuma das relações desaparece totalmente;
- (2) mesmo que se pense poder modificar apenas uma por vez, sua transformação afeta forçosamente as outras e
- (3) todas as transformações são reversíveis, o que nem Marx, nem Balibar e Wallerstein, nem Guillaumin haviam considerado explicitamente (FALQUET, 2013, p.19).

⁹ Falquet (2013, p. 18) denomina de “trabalho considerado feminino” o *continuum* entre as atividades de babás, diaristas, mulheres em situação de prostituição, assim como as transições entre casamento e assalariamento. Segundo esta autora, tal denominação permite abordar o trabalho de reprodução social em sua transição entre seu caráter mais ou menos assalariado e, assim, entre as lógicas de apropriação e exploração.

Sua tese reforça as concepções imbricacionistas das relações sociais ao mesmo tempo em que reforça a historicidade como elemento fundamental para se compreender as transformações na divisão sexual do trabalho: os avanços não são plenos nem irreversíveis, muito menos são isoláveis das demais relações sociais, como as de raça e a de classe. Saliento então que o argumento central de Falquet (2013, p. 23) reside justamente em afirmar que “o capitalismo neoliberal, longe de libertar as mulheres, reorganiza simplesmente o equilíbrio entre apropriação e exploração, segundo uma lógica de vasos comunicantes”.

A análise de Falquet (2013, p. 18) enfatiza que “a contribuição das mulheres através de seu deslocamento crescente (nacional e internacional) para realizar o trabalho de reprodução social parece constituir um elemento central da globalização neoliberal”. O papel do trabalho em serviços é de fato crucial, dado seu caráter crescente em escala global e a predominância feminina nos fluxos migratórios para sua realização, a qual Falquet, Hirata e Lautier (2006) já haviam traduzido na fórmula “homens em armas, mulheres em serviços” em análises sobre divisão sexual do trabalho no norte e sul globais.

Uma dimensão talvez menos aprofundada na literatura geral sobre a reconfiguração da divisão sexual do trabalho sob a globalização neoliberal é a dos trabalhos realizados não pelas mulheres que migram para os países centrais, mas daquelas que permanecem nos países periféricos e que são integradas às redes econômicas globais por decorrência dos processos de externalização da produção dos países centrais rumo aos periféricos.

Os chamados “novos países industrializados” (NPI) se inserem neste tipo de regime global de formas diferenciadas mas o que teria sido característico dos denominados NPI é a presença, no interior desses regimes, da estratégia que se denominou de “substituição de exportações”; essa decisão de romper com o modelo primário-exportador, pelo desenvolvimento da exportação de bens manufaturados, nas atividades do Departamento III (atividades de mão-de-obra “banalizada”) da tripartição fordista. (LIPIETZ, 1989, p. 315). Esta estratégia pode se articular com o regime de acumulação local, central e com os regimes de acumulação do restante da periferia de diversas formas e Lipietz destaca duas como

especialmente significativas: a “taylorização primitiva” e o “fordismo periférico”.

Como exemplos para a taylorização primitiva estariam as experiências de deslocalização rumo a países com elevadas taxas de exploração (salário, duração e intensidade do trabalho) e reexportação dos produtos para países centrais, a exemplo de, nos anos 60 e 70, da externalização essencialmente têxtil e eletrônica a regiões como zonas francas da Coreia e de Formosa e também a Singapura e Hong Kong. Nas situações de taylorização primitiva, o que são deslocalizados consistem em verdadeiras “indústrias de mão de obra” caracterizadas por postos de trabalho parcelados e repetitivos, não ligados por um sistema automático de máquinas, mas eminentemente por equipamentos leves e individuais.

O sexo do trabalhador a ser convertido em mão de obra taylorizável não é indiferente, sendo reconhecido por Lipietz que existe uma utilização de trabalho eminentemente feminino:

É claro que é sempre necessário encontrar a mão-de-obra taylorizável. Ora, ela existe. Pois a classe operária não é a única depositária inicial do *savoir-faire*, em função de sua relação com a produção material. *Desde a aurora do patriarcado (a coisa mais compartilhada no mundo), as mulheres, exploradas e adaptadas à produção doméstica, estão submetidas à dupla exigência das indústrias taylorizadas: ausência total de iniciativa quanto aos fins do trabalho e exigência total de atenção na realização desse trabalho, e isso em atividades muito próximas — no que se refere aos gestos concretos (tais como a fabricação de cestos ou a tecelagem) — àquelas de dois ramos vedetes da “deslocalização”: o têxtil e a montagem eletrônica*¹⁰ (LIPIETZ, 1989, p. 316).

Importante observar a análise do autor sobre esta mão de obra feminina como também dotada de um tipo específico de *savoir faire* derivado de sua experiência na produção doméstica – a ausência de iniciativa (ou poderíamos dizer de autonomia) no trabalho e uma capacidade atenta

¹⁰ Grifo nosso.

na realização das operações – que vem dos trabalhos que já realizavam e é mobilizada para os trabalhos que passam a realizar, nas pontas externalizadas das cadeias globais de produção¹¹.

Lipietz (1989, p. 316) associa esta estratégia de taylorização primitiva à de acumulação primitiva na Europa, uma vez que permite uma elevação sensível da taxa de mais valia por meio de uma extorsão máxima, “sanguinária”, de uma mão de obra que mal tem condições de reprodução regular. Lipietz aproxima estes mecanismos de obtenção de mais valia à caracterização de Marx das “leis sanguinárias” que possibilitaram o início da acumulação primitiva na Inglaterra, afirmando ser possível caracterizar frequentemente a produção deslocalizada nestes países periféricos de “taylorização sanguinária”.

Com relação ao que Lipietz (1989, p. 317) denomina de fordismo periférico, surge em certos países dos anos 70 a partir da “conjunção de um capital local autônomo, de classes médias urbanas relativamente abundantes e de embriões significativos de uma classe operária com experiência”. O rumo desta experiência de fordismo periférico parte de escolhas de caráter político associadas a lutas de classes internas em Estados como Coreia, México, Brasil, Espanha, Polônia, cada país a seu modo. A utilização do conceito de “fordismo periférico” se dá sob o argumento de que embora trate-se de um fordismo autêntico no sentido de possuir processos de mecanização e uma associação da acumulação intensiva com o crescimento de mercados de bens de consumo duráveis, a técnica e organização do trabalho assim como o mercado consumidor assumem características peculiares diferentes do fordismo central¹².

¹¹ Esta característica de uso do trabalho feminino como “taylorizável vem se confirmando em pesquisas recentes justamente nos setores apontados pelo autor, o têxtil e de montagem eletrônica, inclusive no Brasil (LAPA, 2014; LEITE, SILVA e GUIMARÃES, 2017).

¹² O fordismo “continua sendo periférico, antes de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países. Por outro lado, os mercados correspondem a uma combinação específica do consumo das classes médias modernas locais, com acesso parcial dos operários do setor fordista aos bens duráveis das famílias, e das exportações desses mesmos produtos manufaturados de baixo preço para o centro. Assim, o crescimento da demanda social (que é uma demanda

A “abertura” para a “primeira periferia” corresponde à busca de salários mais baixos e ampliar o mercado para os países centrais, instalando-se nos países protegidos por barreiras alfandegárias. Sob certos aspectos, trata-se apenas do desenvolvimento de um mecanismo inerente ao fordismo: o desenvolvimento de “circuitos de ramos “ em “bacias” de mão-de-obra desigualmente qualificada, sindicalizada e remunerada. (LIPIETZ, 1989, p. 313).

Do ponto de vista do processo de trabalho, o fordismo caracteriza-se por uma tripartição das atividades em três níveis: a concepção, a produção qualificada e a execução e montagem desqualificadas, não exigindo, em princípio, qualquer qualificação. A possibilidade de separar geograficamente estes três níveis implica na oportunidade, para o capital, da busca não apenas de mão de obra em condições de qualificação e de exploração diferenciadas, mas da proximidade aos grandes mercados e esta é a base da do desenvolvimento da nova divisão internacional do trabalho (LIPIETZ, 1989, p. 326).

Esta gradação entre níveis de qualificação dentro dos ramos industriais se sobrepõe à divisão horizontal do trabalho e constitui “uma forma de ampliação-reorganização do próprio regime de acumulação e não a forma da relação entre este último e seu “exterior” (LIPIETZ, 1989, p. 314).

Lipietz tem, contudo, o cuidado de observar que no interior de cada país que ele enquadra como NPI (Novos Países Industrializados) combinam-se as estratégias e as lógicas mais diversas e que existe uma influência da divisão sexual do trabalho na constituição desta combinação de estratégias dentro de um mesmo país: “*a divisão sexual do trabalho permite, frequentemente, a coexistência da taylorização primitiva (as mulheres na eletrônica e no têxtil) e do ‘fordismo periférico’ (os homens na indústria automobilística)*”¹³ (LIPIETZ, 1989, p. 327).

social mundial), especialmente pelos bens duráveis das famílias, é certamente antecipado, ainda que não seja institucionalmente regulado em uma base nacional, em função dos ganhos de produtividade dos ramos fordistas locais” (LIPIETZ, 1989, p. 317).

¹³ Grifo nosso.

Harvey (2008) analisa que os efeitos da neoliberalização não são indistintos sobre a classe trabalhadora e incorpora em sua análise da acumulação por espoliação alguns dos mecanismos que se sustentam na agudização da subordinação social das mulheres:

A acumulação por espoliação tipicamente solapa todos os poderes que as mulheres possam ter tido nos sistemas de produção/comercialização domésticos e no âmbito de estruturas sociais tradicionais e reposiciona tudo em mercados de mercadorias e de crédito dominados por homens. Os caminhos da libertação das mulheres de controles patriarcais tradicionais em países em desenvolvimento passam ou pelo trabalho fabril degradante ou pela comercialização da sexualidade (HARVEY, 2008, p. 183).

A análise de Harvey é importante ao reconhecer o que está em jogo para as mulheres no atual contexto neoliberal. Dentre os elementos pontuados, importante destacar o equívoco que seria crer serem “liberdades” frente aos controles patriarcais tradicionais as condições degradantes do trabalho fabril ou a comercialização da sexualidade.

Um exemplo significativo é o dado por Pun (2006) a respeito das trabalhadoras chinesas que migram de pequenas cidades onde realizavam o trabalho agrícola e tinham como destino, ali, o casamento, para realizarem o trabalho fabril em cidades, contratadas não só por serem migrantes rurais, mas por serem mulheres. Aparentemente o trabalho nas fábricas lhes proporcionaria liberdade frente ao controle patriarcal que as destinava ao casamento, mas em realidade elas acabam tendo dois ao invés de apenas um caminho permeado de subjugações a trilhar: casamento ou trabalho fabril.

De todo modo, boa parte delas é absorvida como força de trabalho urbana e fabril que passa a integrar a dinâmica internacional de produção. Renova-se assim o contingente de trabalhadoras proletarizadas sob o que Lipietz (1989) nomina de “taylorismo primitivo”, submetido a novas

relações de exploração e apropriação. Conforma-se uma nova composição de classe trabalhadora, com maior participação das mulheres no trabalho fabril, se comparada ao período fordista.

Pun (2006, p. 15) enfatiza que o capitalismo “não tem interesse em um corpo genérico, mas está interessado em um corpo particular, o feminino, que é imaginado como mais obediente, tolerante e conformado com a máquina fabril”¹⁴. Por esta razão, esta autora afirma que para além da importância da divisão entre campo e cidade pensada por Marx como base para a acumulação do capital, a diferença sexual figura também como requisito, “especialmente na era da manufatura global” (PUN, 2006, p. 15).

Vale salientar que este processo de internacionalização da produção não tira vantagens do trabalho feminino apenas por meio das relações de exploração direta de sua força de trabalho, mas vem recorrendo à espoliação e apropriação: a instalação de empresas transnacionais nos países periféricos tem como critério se estabelecer em locais onde não precisem pagar muitos impostos, em geral reduzidos como condição para a instalação de plantas fabris, o que tende a produzir uma queda no financiamento da saúde, educação, assistência, infraestrutura e entretenimento públicos que “reduzem o trabalho remunerado necessário à reprodução social” (ELSON, 2010, p. 68)¹⁵.

Isso significa que nestes países receptores de empresas transnacionais, não são somente as políticas diretas de austeridade praticadas pelo Estado que reduzem as políticas sociais, mas também as vantagens tributárias concedidas às empresas, que têm como consequência espoliar o orçamento público, provocando uma fragilização das condições de reprodução da força de trabalho – o que tende a impactar significativamente as mulheres, por meio do aumento de sua carga total de trabalho, já que são designadas prioritariamente ao trabalho de reprodução social e que dele precisam se encarregar sobretudo quando empobrecidas e sem a adequada oferta dos serviços públicos.

Esta situação demonstra um dos princípios do neoliberalismo de promover “redistribuições” de capital por meio de políticas do Estado

¹⁴ Tradução livre nossa.

¹⁵ As referências a esta autora no texto têm tradução livre nossa.

cujo fluxo vem das classes dominadas para as dominantes (HARVEY, 2008, p. 177), a exemplo desta diminuição de impostos para empresas que desfinancia os serviços públicos essenciais para a classe trabalhadora. Demonstra, também, o princípio da coprodução entre as dimensões do trabalho assalariado e reprodutivo (KERGOAT, 2010), fundamental na para a compreensão das dinâmicas da divisão sexual do trabalho.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO ASSALARIADO SOB O NEOLIBERALISMO: ALGUNS EXEMPLOS

De acordo com Lobo (2011), a definição do “melhor trabalhador”, um dos pressupostos da “gestão científica” do trabalho, significa exprimir os critérios que diferenciam os trabalhos assalariados de homens e mulheres. Como desenvolvi anteriormente (LAPA, 2014, 2016a), uma das maiores contribuições da teoria feminista à teoria do processo de trabalho – que se dedica, entre outras coisas, a compreender os processos de controle dos trabalhadores e as qualificações requeridas e reconhecidas ou não no trabalho – foi a de postular haver uma construção social da qualificação das trabalhadoras, qualificação esta cuja origem não se restringe ao ambiente de trabalho remunerado (aprendizado “*on the job*”) ou aos canais de qualificação formais, como instituições de ensino.

As economistas inglesas Diane Elson e Ruth Pearson e a socióloga francesa Danièle Kergoat desenvolveram no início dos anos 1980, em paralelo, teses convergentes quanto ao papel do trabalho reprodutivo designado prioritariamente às mulheres na formação do trabalho feminino como uma força de trabalho adequada para empregos assalariados sobretudo na indústria manufatureira, que requerem habilidades como minúcia, destreza, rapidez e paciência (ELSON e PEARSON, 1981; KERGOAT, 1984), colocando em questão que o trabalho destas mulheres fosse desqualificado, mas sim dotado de uma qualificação adquirida socialmente – e não reconhecida – por meio do “treino” proporcionado pelo trabalho doméstico.

Tal situação verificou-se em pesquisa (LAPA, 2014, p. 157): ao analisar as trajetórias laborais precedentes das operárias do setor

eletroeletrônico, parte delas havia atuado como trabalhadora doméstica, cuja atividade possibilita um treino “nas habilidades como destreza, paciência, minúcia, entre outros requeridos especialmente nos trabalhos mais manuais do setor eletroeletrônico (LAPA, 2014, p. 157). Isso sem mencionar o trabalho doméstico não remunerado que é realizado pelas trabalhadoras em suas próprias casas.

Estes argumentos sobre a construção das habilidades/qualificações da força de trabalho fabril feminina trazem reflexões basilares para se pensar esta escolha do “melhor trabalhador” no contexto de globalização. É neste sentido que, recentemente, a economista Elson (2010) sustenta e reivindica os debates econômicos heterodoxos que reconhecem que a busca de vantagens comparativas no comércio internacional pelas empresas é um processo sexuado.

Segundo esta autora, para quem “as relações sociais de sexo impregnam toda a vida econômica, e as economias são todas estruturas sexuadas” (ELSON, 2010, p. 59),

o recurso ao mecanismo de gênero nos permite perceber a criação de uma vantagem comparativa na realização do desenvolvimento desigual como os processos que se desenvolvem através de instituições sexuadas. Analisando os resultados, a economia feminista ultrapassa critérios sustentados na expansão dos empregos, dos salários e no consumo pessoal, para considerar as condições de trabalho e a carga global de trabalho remunerado ou não (ELSON, 2010, p. 60).

As contribuições de Elson são de significativa relevância ao fornecer elementos para a compreensão das dinâmicas conjugadas de divisão sexual e internacional do trabalho, levando em consideração uma concepção ampliada de trabalho que engloba o pago e o não pago – um dos princípios partilhados por teóricas da economia feminista.

O caráter significativo de sua contribuição reside justamente em desenvolver os dois aspectos desta concepção de trabalho, remunerado

ou não, sob as teias e interesses do comércio internacional. Afirma Elson (2010, p. 58) que as responsabilidades atribuídas às mulheres em matéria de reprodução social têm um impacto sobre sua posição no emprego: sua taxa de atividade é inferior à dos homens, embora esta distância recentemente se atenuie. As mulheres têm uma tendência a acumular uma carga global de trabalho mais pesada¹⁶.

Elson (2010, p. 58) mostra que no conjunto dos países as mulheres predominam nas indústrias de manufatura em setores de baixa tecnologia para a produção de bens competitivos, enquanto concentra os homens nos setores de média e alta tecnologia, sendo que “as indústrias manufatureiras feminizadas oferecem geralmente remunerações inferiores e possuem um status social inferior, não somente justificada por diferentes níveis de formação e educação, mas também em razão de discriminações diversas”¹⁷.

Elson (2010, p. 64) pontua o papel que países do sul global e países semi-industrializados de forma geral cumprem no contexto mundial por oferecerem a vantagem competitiva de tecnologias modernas de transporte e comercialização com disponibilidade de mão de obra com bons preços – processo dentro do qual o emprego feminino é fortemente requerido, embora volúvel, também, a processos de demissão em massa de acordo com as flutuações de mercado que tornem a produção nestes países desvantajosas¹⁸.

Harvey (2008, pp. 181-182) é um dos autores que traz a análise que reconhece que as diferenciações no interior da classe trabalhadora, inclusas as de gênero, são utilizadas como mecanismos de gestão na busca

¹⁶ No Brasil, as pesquisas de uso do tempo (PNAD/IBGE) mostram que considerados os períodos de trabalho remunerado e doméstico, as mulheres trabalham mais de 57 horas, enquanto homens trabalham pouco mais de 50 (HIRATA, 2015, p. 16).

¹⁷ Além disso, as mulheres estão mais frequentemente que os homens em empregos informais e sem proteção social, em empresas menores e encarando mais dificuldade para alcançar negócios mais rentáveis. No setor agrícola, a concentração de mulheres em atividades não reconhecidas e com ganhos inferiores aos dos homens leva Elson (2010, p. 59) a afirmar que “no trabalho assalariado do agronegócio, encontra-se as mesmas desigualdades de sexo que no setor manufatureiro”.

¹⁸ A exemplo do fechamento, em 2016 e 2017, de plantas da Foxconn (fabricante taiwanesa de produtos da Apple) instaladas no Brasil.

de vantagens para os empregadores: “Surtem então mercados de trabalho segmentados, bem como o frequente uso de distinções de raça, etnia, gênero e religião, declaradamente ou de modo encoberto, de maneira que redundam em vantagens para os empregadores”.

Um exemplo de busca de vantagens competitivas que que recorre ao baixo custo da força de trabalho (sobretudo feminina) é o setor eletroeletrônico que manufatura produtos de informática e telecomunicações. As indústrias eletroeletrônicas transnacionais instaladas no Brasil se caracterizam por pouco desenvolverem tecnologia nacionalmente, por pouco permitirem a transferência de tecnologia das matrizes, além de fundamentalmente não produzirem componentes no país. Ademais, a estruturação do setor se assenta no uso da força de trabalho feminina desde o início, sendo este o setor industrial que *pior remunera e mais emprega mulheres na indústria metalúrgica brasileira*¹⁹. Estes elementos levam à reflexão sobre as razões da elevada rentabilidade deste negócio para estas empresas: trata-se de uma combinação da apropriação da força de trabalho de um país periférico ou “em desenvolvimento”, feminina e mal remunerada²⁰, com condições favoráveis de produção e circulação

¹⁹ No Brasil, a força de trabalho feminina é minoritária na indústria metalúrgica (18%), mas dentre os diversos setores que a compõem (automotivo, eletroeletrônico, naval, aeroespacial e defesa, bens de capital, siderurgia e metalurgia básica, outros materiais de transportes), a participação feminina é mais significativa no de eletroeletrônicos, no qual mulheres representam 34,5% da força de trabalho. É justamente nesse setor com maior participação de trabalhadoras que se verificam, se comparado com os demais setores metalúrgicos, as maiores desigualdades salariais entre homens e mulheres: a diferença salarial por sexo no setor eletroeletrônico é de 36,3%. Para referência, a média dessa diferença na indústria metalúrgica como um todo é de 25,6% (DIEESE/Subseção CNM-CUT - FEM-CUT/SP, 2017). Uma reflexão sobre a diferença salarial por sexo no setor metalúrgico e sua relação com a segregação setorial das mulheres é encontrada em Lapa (2016b).

²⁰ O Brasil tem uma distinção com relação aos demais países para os quais as grandes marcas de produtos eletroeletrônicos externalizam sua produção: nele existem (ainda) direitos trabalhistas e previdenciários consolidados, além de salários que, embora defasados em relação ao custo de vida nacional e os menores entre os praticados dentro do setor metalúrgico brasileiro, são que os praticados, por exemplo, nos países asiáticos (CAMPOS; GOMES; SCHIPPER, 2017). Vale salientar que no Brasil, entre 2004 e 2014, houve uma política de valorização do salário mínimo que minimizou a defasagem dos salários; em contrapartida, empresas eletroeletrônicas recorrem à rotatividade e às terceirizações como estratégia de rebaixamento de mão de obra (LAPA, 2014).

(incentivos fiscais governamentais, amplo mercado consumidor) sem a contrapartida da transferência de tecnologia. Uma situação que somente é possível compreender analiticamente com a combinação das dimensões divisão social, sexual e internacional do trabalho (LAPA, 2014, p. 329).

Uma análise que leva em conta estes movimentos internacionais, de deslocalização produtiva e de busca de vantagens competitivas, leva à conclusão que não existe uma situação passiva das empresas diante das vantagens competitivas, mas que elas influenciam a construção de tais vantagens (o que pode significar, inclusive, barganhas para possibilitar que a força de trabalho se barateie ainda mais, por meio da quebra de proteções trabalhistas). Isso significa, no caso brasileiro (LAPA e LEITE, 2017, p. 327-328), o desdobramento em torno da tendência ao aumento da precarização do trabalho no que concerne ao aumento da instabilidade dos vínculos, rebaixamento do acesso a direitos e benefícios associados ao trabalho e à piora das condições de trabalho, um cenário que afeta predominantemente o trabalho feminino.

Quando se realizam análises sobre as dinâmicas de organização do trabalho em perspectiva sexuada, é possível notar também uma utilização diferenciada da força de trabalho no interior dos próprios espaços laborais. Esta alocação diferencial não é um processo aleatório, mas que se baseia em princípios da divisão sexual do trabalho.

Essa perspectiva sexuada questiona as teorias organizacionais da “especialização flexível”, para as quais, Segundo Jenson (1989, p. 144), os trabalhadores homens são a norma, e “gênero, raça ou nacionalidade entram na análise somente para explicar divergências da norma”, não havendo espaço para a noção de que “*mulheres trabalhadoras podem ser a norma em alguns setores*”²¹.

Tal reflexão merece destaque, uma vez que “em situações em que as mulheres são maioria da força de trabalho, como no caso das indústrias eletroeletrônicas, considera-se que o estatuto e condições de trabalho de *trabalhadoras* podem ser consideradas como ‘norma’” (LAPA, 2014, p. 77). Portanto, a questão de onde as mulheres são colocadas nas análises é crucial.

²¹ Grifo nosso.

A inobservação da dimensão de gênero implica, conforme Jenson (1989, p. 155), na “persistência dos efeitos da segmentação sexuada da força de trabalho e da negação da construção social da qualificação”. A análise que invisibiliza mulheres resulta, ademais, na ocultação das condições de trabalho de parte significativa da classe trabalhadora de países periféricos que realiza trabalhos não considerados qualificados (LAPA, 2014, p. 79).

Ao incluir a dimensão da divisão sexual do trabalho, mudar o ângulo de análise e incorporar também o trabalho das mulheres dos países periféricos, conforme Hirata (1994, p. 136), é possível apontar um contexto misto de modelos produtivos com dois possíveis “cenários sexuais de flexibilidade”: (i) o da coexistência entre setor flexibilizado (masculino) e taylorizado (feminino) e (ii) o cenário no qual setores femininos e masculinos são afetados pela modernização, mas de maneiras diferentes, por exemplo envolvendo reprofissionalização para os homens e formas de emprego atípico para as mulheres.

O caso do setor eletroeletrônico no Brasil (LAPA, 2014), é emblemático neste sentido. A montagem de produtos utiliza eminentemente mão de obra feminina: as trabalhadoras predominam significativamente na montagem manual de celulares e tablets e também no reparo de linha, enquanto homens predominam em funções externas à linha como abastecedores, técnicos de manutenção, líderes, operadores das máquinas que realizam etapa de montagem automatizada, entre outros. Além disso, o trabalho é organizado sob métodos mistos que mesclam formas flexíveis de gestão sem abandonar inteiramente os rígidos. Na prática, as mulheres continuam trabalhando em funções predominantemente taylorizadas, sujeitas a adoecimentos devido ao trabalho manual e repetitivo e com poucas possibilidades de crescimento profissional, mesmo quando mais escolarizadas (algumas trabalhadoras em empresas instaladas no Brasil fazem cursos técnicos e até faculdades, mas relataram sofrerem discriminações nos momentos de receberem promoções pelo fato de serem mulheres).

Contudo, foi possível verificar algumas mudanças na divisão sexual do trabalho: verifica-se a presença, minoritária, de mulheres em cargos anteriormente só masculinos: técnicas, engenheiras, líderes de produção, operadoras de máquinas, inspetoras de qualidade. De outro lado, as

tentativas de masculinização de linhas de montagem não vingaram e voltou-se a feminizar tais postos. Isso não quer dizer que é impossível que homens façam tais trabalhos, mas só reforça a tese de que as habilidades necessárias para funções que exigem motricidade fina como a montagem de smartphones se forjam no espaço doméstico, cujas funções permanecem sendo atribuídas às mulheres (LAPA, 2014)²².

Ademais, existe uma relação intrínseca entre terceirização e uso do trabalho feminino, uma vez que as mulheres estão nas pontas destas cadeias produtivas globais que promovem, dentro dos países, novas terceirizações. Em análise sobre duas transnacionais sul coreanas do setor instaladas no Brasil, foi possível constatar que (i) as terceirizações eram crescentes e tinham como perspectiva a redução de custos (rebaixamento salarial²³ e de benefícios) e externalização dos conflitos trabalhistas (instalavam-se em cidades fora da representação sindical da empresa terceirizadora); (ii) foram feitas em um período no qual não era permitido legalmente terceirizar atividades-fim²⁴, que foram justamente as terceirizadas (montagem e reparo de celulares); (iii) as pequenas empresas para o qual o trabalho era terceirizado tinham fornecimento exclusivo para as contratantes e empregavam majoritariamente trabalho feminino (LAPA, 2014, pp. 131-138).

Considero, assim, haver no setor eletroeletrônico um “cenário no qual as condições técnicas de organização do trabalho se articulam com as características da força de trabalho feminina e favorecem a configuração de formas de apropriação intensiva do trabalho” (LAPA, 2014, p. 193). Isso se explica pelo fato de que divisão sexual desigual do trabalho privilegia a

²² Vale salientar que os avanços na divisão sexual do trabalho doméstico (i.e., ampliação da participação dos homens) têm sido mais lentos que na divisão do trabalho assalariado nos últimos 20 anos (HIRATA, 2015, p. 15)

²³ Trabalhadoras das terceirizadas ganhavam menos para fazer os mesmos trabalhos realizados na empresa matriz, além de terem, também, maiores jornadas maior instabilidade no emprego (LAPA, 2014).

²⁴ Isto é, eram terceirizadas as atividades centrais que constituíam a finalidade das empresas, o que à época entrava em desacordo com o previsto no enunciado 331 da Súmula de jurisprudência do TST. Contudo, tal categorização que diferenciava atividades meio de atividades fim e protegia estas últimas de serem indiscriminadamente terceirizadas, foi desconstruída após a aprovação de um projeto de lei, em 2017, que passou a permitir a terceirização irrestrita, o qual teve o aval do Superior Tribunal de Justiça brasileiro em 2018.

predominância de mulheres em postos manuais com trabalhos repetitivos, sob controle intensivo da gerência, pelos ritmos das próprias máquinas/linhas, pela imposição do fluxo tensionado e ainda sob o paradigma da qualidade total, pressionadas para não errarem, num quadro em que, diante do chamado “modelo de competência” que controla a lealdade das/os trabalhadoras/es, as mulheres são consideradas mais comprometidas com o trabalho (devido à sua sociabilidade extra-trabalho que delas demanda serem as principais responsáveis pelo cuidado e muitas vezes também pelo sustento familiar) (LAPA, 2014, p. 192). Um cenário sobre o trabalho feminino assalariado, como se verifica, cujas dinâmicas se enovelam às do trabalho reprodutivo destas trabalhadoras.

ARMADILHAS DO NEOLIBERALISMO SOBRE O TRABALHO E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Fraser (2009) e Skeggs (2015) estão entre as autoras que vêm analisando haver um processo de cooptação ideológica do feminismo pelo neoliberalismo. Fraser partilha a preocupação de que a crítica feminista ao sexismo, que em outros tempos vislumbrava um processo de emancipação para as mulheres, “esteja agora servindo de justificativa para novas formas de desigualdade e exploração”. Ela acredita que o feminismo de segunda onda deu aberturas para uma ambivalência e que a brecha aberta para o desenvolvimento de um feminismo liberal-individualista foi “aproveitada”. Os esforços pela libertação feminina passam a ser, então, enredados com os esforços neoliberais para a construção de uma sociedade de livre mercado. Isso trouxe implicações específicas à relação crítica das mulheres com as próprias condições de trabalho sob o capitalismo:

Feministas que certa vez criticaram uma sociedade que promoveria o carreirismo agora aconselham mulheres a o “aceitarem”. Um movimento que uma vez priorizou solidariedade social agora celebra empresárias. A perspectiva que certa vez valorizou o “carinho” e a interdependência agora encoraja avanços individuais e meritocracia (FRASER, 2013).

Neste sentido, é interessante recuperar alguns elementos e construções ideológicas que fizeram parte da ascensão de Margaret Thatcher enquanto figura feminina comandando um processo de espraiamento social do neoliberalismo. Segundo Skeggs²⁵ (2015), no marketing político dos anos 1980 Thatcher tinha um discurso midiático que se dirigia diretamente às mulheres através de uma retórica “familista”. Ela se apresentava como uma dona de casa e difundia a retórica da maternidade – enquanto o mercado de trabalho se degradava para as mães das classes populares e as mídias não paravam de desacreditar a esquerda enquanto “histórica” em suas políticas antirracistas e anti-sexistas (Thatcher combateu não só as entidades sindicais, mas também as feministas). Durante o seu regime de governo, os valores do individualismo, da meritocracia e do esforço pessoal impregnaram o discurso da cultura das classes populares (SKEGGS, 2015, pp. 279-280).

Thatcher incarnou o que ficou conhecido como “triumfalismo feminino”, “a capacidade individual mais do que coletiva de triunfar diante dos outros sem abandonar suas características femininas” (SKEGGS, 2015, p. 179). Este peso colocado pelo “tatcherismo” sobre os valores maternos especiais e a existência de uma virtuosidade feminina contra uma maldade masculina nutriu o que ficou conhecido como “novo feminismo”. A passagem de uma visão de direitos sociais para uma visão de direitos individuais foi chamada de “pós feminismo”, uma concepção que deriva de uma despolitização de uma série de objetivos centrais do feminismo de segunda onda, em nome da noção de livre arbítrio derivada do protestantismo.

Uma das consequências deste período, no plano ideológico, foi a de que uma série de trabalhadoras que acreditavam no direito à igualdade no trabalho estavam prontas a rejeitar a caracterização enquanto “feministas”. Há análises de que esta recusa contraditória (afinal, a igualdade no trabalho é evidentemente compatível com o feminismo) teria se dado por conta de orientações prescritivas que passaram a fazer parte do feminismo nos anos 1980, no sentido do que “não fazer” comportamental, que teriam inclinado

²⁵ As referências a esta autora no texto têm tradução livre nossa.

as mulheres à força de sedução do *laissez-faire* da direita (SKEGGS, 2015, p. 179).

Skeggs (2015, p. 281) pontua que é neste período que ocorre, no contexto da Grã-Bretanha, uma dissociação entre um feminismo da cultura popular e um feminismo do mundo do trabalho – o foco do feminismo, neste contexto, de deslocou de uma luta política coletiva a um feminismo de sucesso midiático²⁶. Aspectos individualistas do feminismo, tais como poder sexual, autonomia, respeito, auto estima, foram explorados comercialmente e conseguiram atrair seletivamente com a intenção de superar divisões de classe e de raça em nome do desejo de ser autônoma, poderosa, confiante, glamorosa etc. Fazendo isso, este feminismo de desvincula da dimensão social e sistêmica e se reduz ao indivíduo solitário, tornando invisíveis os sentidos de *responsabilidade coletiva e os vínculos entre as mulheres, para além de suas distinções*²⁷ (SKEGGS, 2015, p 282).

Fraser (2009, 2013) acredita que a inflexão de sentido do feminismo acompanha a transformação na natureza do capitalismo: de administrado pelo Estado no contexto pós-guerra, passa à forma do de um capitalismo “desorganizado”, globalizado, neoliberal.

A autora aponta, então, que ao menos três críticas feministas cujo sentido original era emancipatório foram cooptadas em favor deste sentido neoliberal:

(i) a crítica ao salário familiar pago ao homem é utilizada para legitimar o “capitalismo flexível” que depende do trabalho assalariado feminino, sobretudo nas manufaturas e nos serviços, com baixa remuneração. A norma moderna em substituição ao salário familiar é o da família de dois assalariados (pouco importando o nível rebaixado de direitos, proteções sociais, jornada estendida, aumento da pobreza em lares chefiados por mulheres). O ideal de emancipação das mulheres passa a se enquadrar na narrativa de empoderamento feminino, “ser assalariada como o homem” se torna um horizonte, ao invés de não ser explorada pelo capitalismo.

²⁶ Quando surgem como referências “pop proto-feministas” artistas como Madonna, Cindy Lauper e Aretha Franklin (SKEGGS, 2015, p. 281)

²⁷ Grifo nosso.

(ii) a crítica feminista ao não reconhecimento das ditas “injustiças não econômicas” (violência às mulheres, opressão reprodutiva) que configurava a crítica ao economicismo, trazia em seu bojo uma intenção de alargamento da agenda política. Mas ao invés de expandir a luta pela justiça de modo a que englobasse tanto a dimensão da cultura como a da economia, a primeira passou a ser absolutizada em detrimento da segunda, justamente em tempos de um neoliberalismo ascendente ao qual é conveniente o ocultamento de toda a memória de desigualdade social.

(iii) a crítica a um Estado paternalista estaria convergindo com o combate neoliberal ao Estado “provedor”, sendo um dos exemplos os programas de microcréditos às mulheres no sul global. Estes são considerados uma alternativa “empoderadora” por vir “de baixo” e transpor burocracias do Estado, e são vistos por certos setores do feminismo como antídoto para a pobreza e sujeição das mulheres. Contudo, não pode ser esquecida a coincidência de que a aparição das políticas de microcrédito se deu justamente quando os Estados abandonaram seus esforços macro para o combate à pobreza. Uma ideia feminista voltada originalmente para democratizar o poder do Estado é incorporada e cooptada pelo neoliberalismo para legitimar a mercantilização e amputação do Estado.

Isso leva a refletir sobre um desafio nos tempos atuais: o de que embora haja sob o neoliberalismo fortes tendências de uma considerável piora nas condições de trabalho e de vida do conjunto dos trabalhadores, sobretudo das mulheres, o capitalismo “flexível” teria elaborado, analisa Fraser, (2009, p. 25), uma nova narrativa de avanço feminino centrada no “reconhecimento” mas apartada da economia política. Nos dois extremos do grupo social mulheres trabalhadoras – as profissionais de classe média lutando contra o teto de vidro e as trabalhadoras “precárias” – o sonho de emancipação das mulheres estaria subordinado à máquina de acúmulo capitalista.

Neste contexto de reorganização neoliberal do trabalho, há atividades confiadas maciçamente às mulheres racializadas e empobrecidas com base não em uma “natureza”, mas em um conjunto de leis e instituições que as impele e orienta para os trabalhos onde são necessárias. Mulheres são

convocadas para estas relações de apropriação e exploração, mas há para elas “a apaziguante impressão de escolher” (FALQUET, 2013, p. 23). Tal “impressão de escolher” que se depura da construção de relações individualistas pode ser uma tática neoliberal para cooptar lutas feministas por autonomia e fazer mulheres acreditarem serem expressão da sua liberdade as atividades que consistem em sua exploração e/ou apropriação.

Diante deste cenário, Fraser (2002) propõe, como forma de se evitar que as feministas involuntariamente “conspirarem” com o neoliberalismo, que revisitem o conceito de gênero, acomodando nele tanto a problemática do trabalho como a da cultura. Deste modo, para reativar a promessa emancipatória para as mulheres, Fraser (2009, p. 28) aponta como saída uma análise tridimensional da injustiça (política, econômica e cultural) que deve “reconectar a crítica feminista à crítica do capitalismo” e assim reposicionar o feminismo na esquerda. Esta batalha pela recuperação do sentido das pautas feministas cooptadas pelo neoliberalismo engloba como bandeiras, para a autora, a luta pela valorização do trabalho assalariado e das atividades não salariais das mulheres, a luta por justiça econômica combinada com o combate à cultura machista e a luta por democracia e fortalecimento dos poderes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre globalização e divisão sexual do trabalho tende a se renovar em um contexto de realinhamento neoliberal em países como o Brasil e demais da América Latina, após vivenciarem curto período de implantação de políticas socioeconômicas por governos progressistas que minoraram os impactos de uma neoliberalização “*tout court*” que vinha se desenvolvendo desde os anos 1990.

Considero possível afirmar que alguns dos avanços no trabalho conquistados pelas mulheres estão em xeque em tempos de neoliberais de capitalismo “flexível”. Ampliam-se as tendências de as mulheres serem reconvocadas a trabalhos precários dos quais uma parcela havia conseguido sair (por exemplo, no Brasil, o trabalho doméstico assalariado ou trabalhos instáveis nas áreas do comércio e serviços), assim como cresce o desemprego.

Contudo, existe a tendência, como sinalizam Hirata e Kergoat, de se aprofundar a bipolaridade do trabalho feminino e a se acirram conflitos de classes entre mulheres, uma vez que existe um pequeno grupo destas que vem ascendendo à posição de detentoras ou gestoras do capital.

Estas mulheres tendem a ser as protagonistas das narrativas sobre “avanço feminino” que vêm se difundindo recentemente, em uma versão palatável de feminismo que se dissocia de debates da economia política e se sustenta na valorização das conquistas individuais de “*self made women*”, empreendedoras. Trata-se da reprodução do discurso neoliberal da integração e sucesso no capitalismo pelo mérito, tratando sucessos ou fracassos como processos que só dependem da vontade individual, naturalizando-se o concorrencialismo e minando-se a solidariedade, só que no feminino.

O atual debate “triumfalista” da ascensão feminina, que diga-se de passagem, também existiu nos anos 1990 (Skeggs, 2015), é incompatível com a compreensão das desigualdades como estruturais; não cabe nele o questionamento do modelo socioeconômico capitalista ou da reprodução das relações patriarcais como causas de desigualdades: pelo contrário, ele justamente retoma, com porta-vozes femininas, o debate sobre integração das mulheres e de construção de igualdade no capitalismo.

Enquanto isso, há o outro lado da moeda: a busca de vantagens competitivas nos processos de internacionalização da produção e do comércio se conforma como um processo sexuado, o qual permite colocar em evidência o uso da força de trabalho feminino nas pontas de cadeias globais como uma conduta marcante em setores de utilização de mão de obra intensiva e produção eminentemente manual. Este é um elemento que precisa ser considerado na análise econômica: as mulheres são centrais nas cadeias globais de valor e seu trabalho tem sido fator chave nos processos de “taylorização primitiva” que recuperam os mecanismos originários da acumulação capitalista. Este lado oculto da divisão sexual e internacional do trabalho coloca em xeque a visão triunfalista de avanço feminino das mulheres no “capitalismo flexível”. Não há discurso de empoderamento que encubra relações de exploração, assédios, sobrecargas laborais, trabalho

insalubre e inseguro ou mesmo mortes de trabalhadoras que estão em um dos pilares da produção de mais valia global: as indústrias de manufatura.

A análise que leva em conta a divisão sexual do trabalho permite reconhecer que existe um uso estratégico de força de trabalho feminina em manufaturas de eletroeletrônicos, algo que a literatura já reconhece sobre as cadeias de confecções. A divisão sexual do trabalho observada em âmbito internacional e também no interior de empresas mostra que a problemática da busca global de força de trabalho de baixo custo não é indiferente aos sexos, mas que privilegia-se o uso da força de trabalho feminina por conta da sua qualificação informal em trabalhos que exigem motricidade fina (não oficialmente reconhecida), por ser vista como mão de obra mais facilmente controlável (herança das relações de subjugação patriarcais) e por ser um contingente da classe trabalhadora que ocupa as bases da pirâmide do mercado de trabalho (segregadas em trabalhos mais precários com pior remuneração, sobretudo as negras), o que as faz ver nos trabalhos em manufaturas, por vezes, uma condição de “ascensão” em relação a trabalhos precedentes (serviços, trabalho doméstico, trabalho no campo).

Vale salientar sob o capitalismo neoliberal desenvolvem-se que não somente renovadas formas de exploração, mas também de apropriação, a exemplo das políticas de austeridade que cortam o orçamento público ou das políticas de isenção tributária a empresas que desfinanciam o Estado, resultando em uma redução das políticas que significavam, ainda que parcialmente, socialização do trabalho reprodutivo com o Estado (creches, escolas, serviços de saúde *públicos*) – um processo que (re)coloca estas funções a cargo das mulheres, a serem realizadas gratuitamente. O capital expande, assim, seus meios de acumulação explorando e espoliando os corpos e o trabalho das mulheres.

É possível afirmar que no atual contexto existe uma manutenção dos princípios básicos de separação e hierarquização do trabalho entre os homens e as mulheres nos trabalhos reprodutivo e assalariado, embora as condições de subordinação tenham ganhado contornos distintos sob o capitalismo flexível, além de haver adicionalmente o componente ideológico de cooptação neoliberal individualista das lutas por emancipação feminina, que afeta a compreensão das trabalhadoras

sobre a própria condição de subordinação. Portanto, a luta contra esta divisão sexual pode ser efetiva se operada em conjunto contra a superação das relações sociais de classe e de raça, se for compreendida a co-produção entre trabalho assalariado e reprodutivo e se forem levadas em conta as dimensões materiais e subjetivas de avanço neoliberal.

Há de se considerar, neste sentido, as contribuições de organizações feministas a exemplo da Marcha Mundial de Mulheres, que tem desde sua origem um posicionamento político antiglobalização neoliberal, além de ter sido uma importante difusora e também adepta das elaborações de economistas feministas:

Hoje tem sido frequente nos debates feministas a reflexão em termos de interseccionalidade, consubstancialidade ou imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo. Desde a nossa perspectiva, olhar para o conjunto do trabalho necessário para a sustentabilidade da vida nos permite compreender melhor as imbricações dessas relações sociais. Isso porque amplia o debate para além das representações, e permite questionar o conjunto das dinâmicas geradoras das desigualdades. Quando o feminismo não é constitutivamente antipatriarcal, antirracista e anticapitalista, suas reivindicações não apenas invisibilizam a maioria das mulheres, mas também são incorporadas as custas dessa maioria, ampliando a exploração sobre elas (MARCHA Mundial de Mulheres, 2018, p. 8).

Resta reafirmar e fortalecer um sentido de feminismo (nos sindicatos, nos movimentos feministas e demais movimentos sociais, na sociedade como um todo) que combata a exploração e apropriação do trabalho pelo capitalismo neoliberal, assim como produzir resistências à dimensão ideológica-individualista, buscando recuperar relações de solidariedade tão bem sintetizadas na insígnia “permanecer em luta até que *todas* sejam livres”. Perder de vista a lógica do capital mundializado pode levar a saídas insuficientes para superar a subjugação das mulheres. É preciso, pois, mudar o mundo neoliberal e a vida das mulheres como parte de um mesmo processo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Laís W. “Cadeias produtivas, segmentação de gênero e novas formas de regulação: notas metodológicas a partir de uma experiência de pesquisa” in Gitahy, I. Y Leite, M. (org) *Novas tramas produtivas: Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo, Ed. SENAC, 2005.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. *Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo*. Edição Kobo (e-book). São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.
- CAMPOS, André; GOMES, Marcel; SCHIPPER, Irene. *Labour conditions at foreign electronics manufacturing companies in Brazil*. Case studies of Samsung, LGE and Foxconn. São Paulo/Amsterdam: Repórter Brasil, SOMO, Good Electronics, 2017.
- CARRASCO, Cristina. Para uma Economia Feminista - Introdução. (Trad: Sempreviva Organização Feminista). In: *Mujeres y economia*. Nuevas perspectivas para viejos e nuevos problemas. (ed.) Cristina Carrasco. Icaria. Barcelona. 1999.
- CHESNAIS, François. “A Globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século”. In: *Economia e sociedade*, Campinas, n.5, dez. 1995, p.1-30.
- _____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- DIEESE/Subseção CNM-CUT - FEM-CUT/SP. *A inserção das mulheres no ramo metalúrgico. Uma década de avanços, desafios e lutas*. São Bernardo do Campo, 2017.
- DUNAWAY, Wilma A. *Bringing Commodity Chain Analysis Back to its World-Systems Roots: Rediscovering Women’s Work and Households*. American Sociological Association, V. 20, N.1, p. 64-81, 2014.
- DUARTE, Christian; SALAS, Carlos. *As novas e velhas máscaras da terceirização no capitalismo contemporâneo*. Campinas: CESIT, 2017 Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/as-novas-e-velhas-mascaras-da-terceirizacao-no-capitalismo-contemporaneo>>. Acesso em 5 jul. 2017.

- ELSON, Diane. PEARSON, Ruth. *Nimble fingers make cheap workers: an analysis of woman employment in third world manufacturing*. Feminist Review. Paris, n. 7, p. 87-107, 1981.
- ELSON, Diane. “Commerce interntional, égalité des sexes et avantage compétitif”. In: FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; KERGOAT; Danièle et. Al (orgs). *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris, Presses de Sciences Po, 2010.
- FALQUET, Jules. *O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas*. Critica Marxista. n 36, Campinas, 2013. p. 9-25
- _____. “Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou novas formas de apropriação?” In: ABREU, Alice R. P. A; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria R. *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____; HIRATA, Helena; KERGOAT; Danièle et. A (orgs). *Le sexe de la mondialisation. Genre, classe, race et nouvelle division du travail*. Paris, Presses de Sciences Po, 2010.
- _____; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno. Les nouveaux paradoxes de la mondialisation (Introduction). In: FALQUET, Jules; HIRATA, Helena; LAUTIER, Bruno (coords). *Cahiers du Genre. Travail et mondialisation. Confrontations Nord Sud.v.1. n.40*. Paris: L’Harmattan, 2006.
- FARINACCIO, Rafael. “Uma visita na “fábrica de suicídios” da Apple na China. Techmundo. 20 jun 2017. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/apple/118036-visita-fabrica-suicidios-apple-na-china.htm>> Acesso em 01 set. 2018.
- FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.

- _____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. *Mediações: Revista de Ciências Sociais*. Londrina, v. 14, n. 2, jul./dez. 2009.
- _____. How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it. 14 out. 2013, *The Guardian*. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- FEDERICI, Silvia. *O calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo, Editora Elefante, 2017.
- GUILLAUMIN, Colette. Pratique du pouvoir et idée de nature. In _____, *Sexe, Race et pratique du pouvoir. L'idée de nature*. 1 ed. 1978. Paris, Côté-femmes, 1992.
- HARVEY, David. *Novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Edições Loyola, 2008.
- HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo de competência". In: FERRETTI, C. et. al. (orgs.). *Novas Tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 128-137.
- _____. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, n.17/18 (02). Campinas: 2001, pp. 139-156.
- _____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. *Análise* n. 7, Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, out. 2015
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão. In: COSTA, Albertina O. et.al (orgs.). *Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

- JENSON, Jane. The talents of women, the skills of men: flexible specialization and women. In: WOOD, S. (ed.). *The Transformation of work? Skill, flexibility and labour process*. London: Unwin Hyman, 1989.
- KERGOAT, Danièle. Pladoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise em place d'une nouvelle conceptualisation. In: ARTCHEVSKY-BULPORT, A. et al. *Le sexe du travail*. Structures familiales et système productif. Presses universitaires de Grenoble, 1984.
- _____. *Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais*. *Revista Novos Estudos*, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- _____. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In: *Feminismo, economia e política. Debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2014.
- KLAGSBRUNN, Victor Hugo. *Uma leitura crítica dos conceitos de mundialização do capital e de regime de acumulação com predominância financeira*. *Crítica Marxista*, n.27, p.27-46, 2008.
- LAPA, Thaís S. *Processo de trabalho, divisão sexual do trabalho e práticas sociais das operárias na indústria eletroeletrônica no contexto da flexibilidade produtiva*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- _____. Trabalho (Des)qualificado e controle gerencial no setor eletroeletrônico no Brasil: Problematizações a partir da perspectiva de gênero. In SILVA, Leonardo Mello E (org). *Exercícios de Sociologia do Trabalho*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2016a. pp. 127-156.
- _____. Desigualdade salarial por sexo: persistências, transformações e desafios. Dossiê: Relações de Gênero, Raça e Etnia no Mercado de Trabalho Brasileiro no Século XXI. *Revista da ABET*, v. 15, n. 1, Janeiro a Junho de 2016b. pp. 127-137. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/view/31264/16341>> Acesso em 6 Dez. 2018.

- _____.; LEITE, Marcia P. “O trabalho no setor eletroeletrônico: O Brasil na cadeia global”. In: SALAS, Carlos; KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda Barros; LEITE, Marcia de Paula (Orgs). *Trabalho e regulação em perspectiva comparada*. São Carlos, Editora da UFSCar, 2017, pp. 311-330.
- LEITE, Marcia. *Trabalho e sociedade em transformação*. Mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- _____. O trabalho (re)visitado: Uma discussão metodológica. In GITAHY, Leda; LEITE, Marcia P. (orgs). *Novas tramas produtivas. Uma discussão teórico-metodológica*. São Paulo, Editora Senac, 2005, pp. 201-232.
- _____.; SILVA, Sandra R.A.; GUIMARÃES, Pilar Carvalho. O trabalho na confecção em São Paulo: as novas formas de precariedade. *Cad. CRH*, Salvador, v.30, n. 79, p. 51-67, Abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100051&lng=en&nrm=iso> Acesso em 01 Set. 2018.
- LIMA, Mariana. *Brasil já tem mais de um smartphone ativo por habitante, diz estudo da FGV*. 19 abr. 2018. *Estadão*. Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-ja-tem-mais-de-um-smartphone-ativo-por-habitante-diz-estudo-da-fgv,70002275238>>. Acesso em 02 set. 2018.
- LIPIETZ, Alain. *Fordismo, fordismo periférico e metropolização*. Porto Alegre: Ensaio FEE, 10(2): pp 303-335, 1989.
- MARCHA Mundial de Mulheres. *Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida – nós mulheres seguimos em luta!* São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista e Marcha Mundial das Mulheres, 2018.
- PUN, Ngai. *Made in China*. Women Factory Workers in a Global Workplace. Durhan e Londres: Duke University Press / Hong Kong: Hong Kong University Press, 2006.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Celio. *Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais*. In: CARNEIRO, Ricardo; BALTAR, Paulo; SARTI, Fernando (orgs). *Para Além da Política Econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

SASSEN, Saskia. *The Global City*. New York, London, Tokyo. Saskia Sassen, Princeton-New Jersey: Princeton University Press, 1991.

SKEGGS, Berveley. *Des Femmes Respectables*. Classe et genre em milieu populaire. Agone, Marseille, 2015.

TEITEBAUM, Alejandro. *A catástrofe do Bangladesh: uma amostra grátis do capitalismo mundializado*. (Trad. Bruno Góis). Diário da Liberdade. 11 ago 2013. Disponível em: <<https://www.diarioliberalidade.org/mundo/reportagens/40844-a-cat%C3%A1strofe-do-bangladesh-uma-amostra-gr%C3%A1tis-do-capitalismo-mundializado.html>>. Acesso em: 01 set 2018.

Submetido em 26/05/2018.

Revisado em 10/09/2018.

Aceito em 11/09/2018.

ALÉM DO ECONÔMICO: REFLEXÕES SOBRE OS SIGNIFICADOS DO *XITIKI*, UMA PRÁTICA INFORMAL DE POUPANÇA E CRÉDITO ROTATIVO DE MAPUTO, MOÇAMBIQUE¹

Catarina Casimiro Trindade

Resumo: Neste artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, discuto as definições atribuídas ao *xitiki*, conhecido como uma prática endógena de poupança e crédito rotativo (informal) bastante comum na cidade de Maputo, Moçambique. O objectivo deste artigo é mostrar como as definições e descrições existentes na bibliografia sobre este tipo de prática, não só em Moçambique mas um pouco por todo o mundo, são limitadoras e não dão conta dos significados articulados e das relações estabelecidas por estas práticas, que extrapolam a dimensão econômica.

Palavras-Chave: *xitiki*; poupança; tradução; crédito rotativo.

BEYOND THE ECONOMIC: REFLECTIONS ABOUT THE MEANINGS OF *XITIKI*, AN INFORMAL PRACTICE OF SAVINGS AND ROTATING CREDIT FROM MAPUTO, MOZAMBIQUE

Abstract: In this paper, through a bibliographic review, I discuss the definitions attributed to *xitiki*, known as an endogenous practice of rotating savings and credit (informal)

¹ Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas na minha dissertação de mestrado, defendida em Antropologia Social, em 2015.

common in the city of Maputo, Mozambique. The aim of this paper is to show how the definitions and descriptions found in the literature on this type of practice, not only in Mozambique but throughout the world, are limiting and do not take into account the articulated meanings and relations established by these practices, which extrapolate the economic dimension.

Keywords: *xitiki*; savings; translation; rotating credit.

INTRODUÇÃO

Em grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre a prática do *xitiki*, os autores referem que a palavra, de origem *Changana* – uma das línguas² faladas no sul de Moçambique – se traduz como poupança. Para além disso, definem normalmente a prática tendo como referências o seu caráter informal, tradicional, ao facto de funcionar como uma rede e ter como elementos fundamentais a solidariedade e a ajuda mútua. Algumas das definições encontradas incluem associação de poupança e crédito rotativo ou sistema financeiro informal (DE VLETTTER, 2006), sistema de ajuda mútua (CRUZ E SILVA, 2002), rede tradicional de solidariedade e entreaajuda (CRUZ E SILVA, 2005), sistema/rede de protecção social informal/tradicional ou forma de poupança e crédito informal (FRANCISCO & PAULO, 2006), sistema de poupança e crédito informal (DAVA *et al*, 1996), forma de poupança usada na área das microfinanças ou fundo solidário (QUIVE, s.d. e NHATSAVE, 2011) e mecanismo financeiro informal e de mitigação do risco (NHATSAVE, 2011).

Em nenhum destes trabalhos e pesquisas se discute ou problematiza a origem ou a tradução da palavra. Neles, *xitiki* é poupança e ponto. No entanto, depois de começar a pesquisar o tema e a fazer trabalho de campo, apercebi-me do quão limitadora era esta definição. Mesmo as pessoas que se envolvem com a prática não sabem ao certo o que a palavra significa, apesar de a usarem abundantemente e serem fluentes em *Changana*. Essa

² Existem em Moçambique mais de 40 línguas nacionais. São todas de origem *bantu*, excepto o português, que é a única língua oficial do país. No entanto, a língua oficial não é considerada língua materna para a maioria da população, sendo a quarta ou quinta mais falada.

constatação me levou, então, a questionar tal tradução. Ao ler um texto de Teresa Cunha intitulado *A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais* (2011), percebi que também a autora questionava a tradução dada ao *xitiki*, ao afirmar que

(...) xitique é uma palavra tsonga que é traduzida para a língua portuguesa, comumente, como poupança ou amealhar. Contudo ao longo das entrevistas foram introduzidos mais significados da palavra reforçando a ideia de que o xitique é colocar de lado alguma coisa mas em benefício do grupo, através da força do colectivo, é levar a cabo um objectivo que aumenta a coesão da comunidade envolvida. Entendi assim, que o recurso discursivo a várias semânticas da palavra xitique indicava, por si mesmo, um conjunto de significados sociais que extrapolavam a ideia de poupança enquanto uma simples ferramenta de acumulação de moeda com o fim de obter uma certa capacidade económica e financeira num futuro mais ou menos próximo. (CUNHA, 2011, p. 13)

De onde vem, então, a afirmação de que *xitiki* se traduz por poupança? Porque a pressa em definir algo que vai além de uma prática económica? Como se traduz, afinal, a palavra *xitiki*? Ela tem tradução? Traduzi-la de uma língua tão diferente do português – na qual muitas vezes não existe tradução literal de certos termos – não seria limitador?

Pouco se sabe sobre a origem da palavra *xitiki* e seu significado, apenas que começou a ser usada no sul e foi escalando o país. A palavra *xitiki* existe em duas línguas – *Changana e Rhonga*, ambas faladas no sul do país – originando assim duas palavras com a mesma grafia, mas significados diferentes. A palavra *kutika* pode ter como significado fazer *xitiki* ou estar pesado, não se sabendo se existe relação entre os dois. Significa então que, ao contrário do que se tem escrito, *xitiki* não é poupança. Não haver, assim, uma tradução exata, pode estar ligado às inúmeras facetas que esta prática apresenta.

É sobre o perigo das traduções de termos distantes do nosso vocabulário que Christian Geffray introduz a sua pesquisa sobre parentesco

entre os Macua, do norte de Moçambique. Em *Nem pai nem Mãe* (2000), o autor atenta para um equívoco fundador dos estudos sobre parentesco, resultante da

utilização do vocabulário comum do nosso parentesco ocidental para descrever o parentesco dos outros, como se as nossas próprias palavras – ao contrário das palavras de todas as outras sociedades – fossem dotadas de um valor universal. (GEFFRAY, 2000, p. 23)

Recorrer às nossas palavras convencionais como categorias analíticas para analisar um sistema que nos é estranho – no caso, o parentesco – pode conduzir, alerta o autor, “(...) à formulação de simplificações surpreendentes (...)”, que mostram “(...) a inadequação da terminologia e os efeitos espectaculares que resultam do seu emprego” (GEFFRAY, 2000, p. 24).

Neste sentido, o uso da palavra poupança para descrever a prática do *xitiki*, como se esta fosse dotada de um valor universal, leva a uma limitação do seu significado. Ao dizer que o *xitiki* é uma coisa, estamos a impor uma definição. O *xitiki* é tudo o que tem sido escrito sobre ele, mas não só. Neste sentido, analisar as práticas de *xitiki* pode ajudar-nos a compreender os significados a ele atribuídos, podendo assim vislumbrar o que está para além do econômico.

PRÁTICAS DE POUPANÇA E CRÉDITO ROTATIVO: UMA DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

“A minha proposta é ensaiar uma variedade de descentramentos epistemológicos e analíticos e colocar uma pergunta, ainda que possa ser considerada impertinente ao status quo das correntes frias da sociologia: poderá ser o *xitiki* uma antecipação profética, uma ferramenta de uma economia política pós-capitalista?” (Cunha, 2011:73-74)

1) OS ESTUDOS SOBRE O *XITIKI* EM MOÇAMBIQUE

Existem em todo o país vários tipos de associações de poupança e crédito rotativo, sendo algumas mais comuns no sul, outras no norte, umas no meio rural e outras no meio urbano. Algumas foram mudando as suas características de maneira a adaptarem-se às transformações econômicas e sociais, sendo que outras são praticamente inexistentes hoje em dia.

No período anterior à independência (antes de 1975), nas zonas menos urbanizadas, eram mais praticadas as atividades relacionadas com os trabalhos agrícolas, especialmente as baseadas no trabalho coletivo não remunerado e na amizade ou convivência comunitária. Na cidade de Maputo, havia uma proeminência de atividades caracterizadas pelo trabalho remunerado e outros esquemas de poupança e crédito. No período pós-independência e anterior às grandes mudanças políticas e econômicas ocorridas no país (1975-1986), constata-se que, apesar de uma ligeira tendência de crescimento na realização de práticas alternativas, não se registaram grandes alterações em termos dos tipos de atividades preferidas (DAVA *et al.*, 1996).

Partindo de um grupo de pessoas que contribuem monetariamente para que cada um receba, de forma rotativa, o conjunto das contribuições, o *xitiki* é uma das práticas de poupança e crédito rotativo mais conhecidas e comuns no sul de Moçambique, especialmente na cidade de Maputo. São relativamente recentes (de inícios da década de 90) os estudos que se debruçam especificamente sobre esta prática em Moçambique. Sabe-se que este, assim como outros tipos de práticas de poupança e crédito rotativo existentes em Moçambique, já era praticado antes da independência³, principalmente nas zonas rurais. As primeiras referências surgiram em trabalhos relacionados ao microcrédito, onde o *xitiki* era referido como uma prática informal de poupança, dentre outras existentes no país. Cunha (2011) argumenta, a este propósito, como o *xitiki* tem sido analisado fundamentalmente como uma prática comum de poupança e crédito

³ José Feliciano refere, na sua tese de doutorado intitulada *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique* (1998) que a *Tsima*, uma forma individual e colectiva de ajuda mútua, era praticada nos anos 50, no sul de Moçambique.

rotativo entre um grupo restrito de pessoas, normalmente mulheres. Esta definição, apesar de correta, mostra-se simplista e insuficiente, pois “a pragmática do *xitiki* mostrava sem muita dificuldade uma ética e até uma estética de relações sociais complexas e ricas em variações, detalhes, significados e códigos de conduta” (CUNHA, 2011, p. 83).

Para a autora, que se tem especializado nos estudos sobre economias feministas não capitalistas, é central na análise do *xitiki* o facto deste ser uma prática que vai além de uma “estratégia de sobrevivência” das pessoas empobrecidas, ter “objectivos extra-económicos e contribui(r) para a coesão social, controlo dos recursos existentes, identidade e afirmação” (CUNHA, 2011, p. 81). Ana Loforte (1996), por outro lado, insere o *xitiki* nas chamadas “estratégias de sobrevivência” ao dizer que “As estratégias económicas, sociais e de poder utilizam as redes de parentesco, de vizinhança e associações, com vista a otimizar hipóteses alternativas de sobrevivência e de reprodução destas unidades sociais” (LOFORTE, 1996, p. 111). Ou seja, a circulação de pessoas, de bens e de ajuda entre as unidades domésticas aliadas e vizinhas, continua a autora, produz um equilíbrio entre as desigualdades criadas pelas aleatórias condições económicas (LOFORTE, 1996).

Assim como Loforte, também Margareta Espling identifica a prática do *xitiki* como uma “estratégia de sobrevivência”. Na sua tese de doutorado, Espling (1999) pesquisou como pessoas com recursos limitados, especialmente mulheres, sustentavam a elas e ao seu agregado familiar, em contexto urbano⁴, e como as “estratégias de sobrevivência” das mulheres foram mudando no interior das comunidades locais. Espling argumenta que, em contextos urbanos, as mulheres recorrem frequentemente a atividades geradoras de rendimento no chamado setor informal, que podem ser executadas tanto nas suas casas⁵ como no seio da comunidade onde residem. Além disso, elas ainda se envolvem em

⁴ A pesquisa foi feita em três comunidades urbanas de Moçambique (no sul, centro e norte do país).

⁵ Estas atividades podem incluir, entre outras, a venda de produtos à porta de casa, a transformação de um cômodo da casa em salão de beleza, costura de roupa, confecção de comidas e bolos para vender, etc.

trabalhos comunitários, que se configuram como uma extensão das suas atividades reprodutivas. Ou seja, as responsabilidades das mulheres para com a reprodução e manutenção da família fazem com que elas tenham que atender às suas necessidades de maneiras diversas, seja esticando o salário dos maridos ou ganhando elas mesmas uma renda, produzindo alimentos para vender ou iniciando pequenos negócios. São elas que têm que lidar e criar “estratégias de sobrevivência” quando a renda familiar cai e os preços sobem. Também as que trabalham no setor formal (professoras, administradoras, trabalhadoras da saúde, etc.) têm que recorrer a atividades informais adicionais, pois os seus salários não mais cobrem o aumento do custo de vida. Para Espling, as “estratégias de sobrevivência” das mulheres dependem frequentemente da construção de redes de reciprocidade no seio da comunidade onde estão inseridas. Entre as principais redes apontadas pela autora, que incluem a família em primeiro lugar, depois a comunidade religiosa, os vizinhos e amigos e as organizações formais locais, está o *xitiki*.

A autora aponta, através das falas das suas interlocutoras, para alguns elementos que caracterizam o *xitiki*. Entendendo que esta prática não foi o elemento central da pesquisa de Espling, a sua análise se mostra um tanto ou quanto limitadora, principalmente quando aponta para a fragilidade deste sistema de poupanças, afirmando ser uma rede que pode quebrar a qualquer momento. A este propósito, Ardener (1995) afirma, baseando-se na revisão de vários estudos sobre práticas de poupança e crédito rotativo, assim como nas suas próprias pesquisas, que este tipo de associação tem um alto índice de sucesso, pois existem inúmeros mecanismos de controle para que as pessoas cumpram com a sua palavra. Uma delas é a exclusão do grupo daquele membro que não cumpre com o combinado, algo fortemente temido, pois prejudica a entrada em outros grupos, uma vez que a credibilidade fica ameaçada. Quando um membro não cumpre com o pagamento, é também usual os restantes membros irem a sua casa ameaçá-lo de levar algum bem, para cobrir o valor. É necessário lembrar que é do interesse de todos que não haja falhas, pois uma pessoa que não paga pode ameaçar o sistema criado e uma situação deste tipo pode prejudicar a reputação de todo o grupo.

Outra característica apontada por Espling em relação ao *xitiki* é o fato deste ser uma rede de reciprocidade econômica, uma espécie de estratégia baseada numa reciprocidade econômica e material e que pouco ou nada tem a ver com apoio social ou moral. No entanto, e baseada na pesquisa de campo que efetuei no mestrado, penso ser possível afirmar que o contrário do que Espling afirma acontece. As participantes da prática do *xitiki* afirmam que os encontros têm como principal objectivo aproximarem as famílias e restabelecerem ou criarem laços afetivos entre si. É preciso salientar, no entanto, que o carácter solidário e de ajuda mútua existente nos grupos de *xitiki* não evita que existam também desentendimentos, sempre resolvidos através das regras criadas pelo grupo.

As visões contrastantes de Cunha, de um lado, e de Loforte e Espling, de outro, podem ser mais bem compreendidas a partir da problematização que Cláudia Fonseca faz do conceito de “estratégia de sobrevivência”. Em *Família, Fofoca e Honra* (2000), Fonseca conta que, na década de 70, na tentativa de evitar conotações pejorativas, surgiram estudos que catalogavam as “práticas particulares de populações pobres como ‘estratégias de sobrevivência’, ou seja, como respostas por ‘adaptação às condições de extrema pobreza’” (Fonseca, 2000:31). No entanto, adverte Fonseca, o uso dessa noção leva a um funcionalismo simplista que reduz o comportamento dos “pobres” a uma dimensão utilitarista. Neste sentido, a autora afirma ser interessante lembrar que certas práticas observadas em populações “carentes” e explicadas como “estratégias de sobrevivência”, são também características das camadas mais altas do que ela chama de Primeiro Mundo. Torna-se evidente, assim, conclui a autora, “que não há um só contexto de pobreza. Há maneiras e maneiras de ‘sobreviver’” (Fonseca, 2000:32). Neste sentido, a ênfase que tem sido dada aos aspectos econômicos do *xitiki* enfraquece e limita a compreensão que se tem sobre o tema, uma vez que se trata de uma prática cujo objectivo ultrapassa a simples sobrevivência e que se encontra um pouco por todas as camadas socioeconômicas.

É de destacar o considerável crescimento, nos últimos dez anos, de pesquisas que apontam para os aspectos extraeconômicos do *xitiki* e que contribuem para um maior aprofundamento do estudo da prática. É

nesta linha que autores como Cuamba (2008), Nguenha (2010), Matlava (2012) e Nhone (2013) – que escreveram monografias sobre a prática do *xitiki* nas áreas da antropologia, economia e sociologia – destacam, entre outras coisas, que os encontros mensais de *xitiki* proporcionam uma maior integração do grupo e que ajudam a manter viva a ligação e os laços de parentesco, para além de se constituírem como uma forma de inserção em redes de solidariedade. Servem ainda como um espaço de resolução de problemas e debate de assuntos familiares, como gravidezes indesejadas, violência doméstica, organização de casamentos, entre outros.

Trazendo os aspectos extraeconômicos da prática do *xitiki* para a discussão, Cuamba (2008) pesquisou, através do estudo de caso de um grupo de *xitiki* chamado *Ntwanano*, em que medida a prática desempenha uma função social e procurou compreender o tipo de relações sociais que se estabelecem num grupo de *xitiki*, tendo apurado que este proporciona a integração do grupo e gera solidariedade através dos contatos sociais que são de base regular. Ainda segundo a autora, a pertinência da sua pesquisa reside no fato dela procurar resgatar o “outro lado” do *xitiki*, uma vez que este tem vindo a ser negligenciado na abordagem sobre a prática, abordagem esta que dá primazia ao lado econômico.

Nguenha (2010), partindo da mesma ideia de que o *xitiki* tem sido abordado principalmente na sua vertente economicista, observou um grupo de *xitiki* composto por membros de uma igreja – familiares, vizinhos e conterrâneos –, dando especial atenção aos aspectos simbólicos, relações sociais e significados que os membros atribuem à prática do *xitiki*, principalmente no momento das cerimônias ou encontros mensais. O autor concluiu que os encontros constituem uma forma de manter viva a ligação entre os membros, assim como os laços de parentesco e são também uma forma de inserção, por parte de quem acaba de chegar à cidade, nas redes de solidariedade e adaptação ao contexto da cidade. São também uma forma de mostrar à vizinhança que cada um deles possui relações com outras pessoas. Os encontros contribuem ainda para a resolução de problemas e para o debate de assuntos que têm a ver com a vida dos participantes, como falecimentos, casamentos, nascimentos, entre outros. Entre os membros do grupo verifica-se ainda uma reciprocidade

de ações de ajuda, ou seja, quem exerce uma ação tem expectativas de ter o retorno quando chegar a sua vez. O dinheiro e os bens transacionados preenchem o universo cerimonial e simbolizam a ajuda.

Numa outra pesquisa focada nos aspectos extraeconômicos do *xitiki*, Matlava (2012) procurou analisar, através do estudo de caso de um *xitiki familiar*, os relacionamentos e as redes de entreajuda e reciprocidade existentes entre os seus membros, procurando compreender as motivações que levam as famílias a accionar as redes de entreajuda. Matlava (2012) atribui ao *xitiki familiar* a produção de novas formas de relacionamento, como o reforço da fraternidade, o afeto entre os membros de modo a não esquecerem as suas origens e identidade, a amizade, cooperação, apadrinhamento e o surgimento de novos xarás. O *xitiki familiar* é, assim, convívio, festa e reduz o isolamento através da recomposição das famílias. As redes que se manifestam dentro do grupo de *xitiki* são importantes, assim, na resolução de problemas pontuais e futuros cuja resolução não seria possível caso os membros vivessem isoladamente.

Grande parte destes estudos inserem a prática do *xitiki* no que chamam de redes de solidariedade (LOFORTE, s/d; CRUZ E SILVA, 2002; DAVA *et al*, s/d) ou de reciprocidade (ESPLING, 1999). Estas redes de relações são criadas para fazer face “*a situações estruturais que conduzem à vulnerabilidade e pobreza*” (LOFORTE, s.d) e incluem, entre outras, redes de parentesco, vizinhança, a comunidade religiosa, associações locais e grupos informais de poupança, como o *xitiki*. A este propósito, Loforte (Ibid, p. 286) destaca o papel das mulheres na “solidificação destas relações pelo contacto directo com outras mulheres vizinhas”. Através desse contato, criam e aderem a redes que se constituem, por vezes, como grupos informais de poupança e ajuda mútua, de modo a minimizar a crise econômica, alargando assim a sua rede social.

Aspectos como o respeito, as obrigações, o compromisso e a solidariedade estão na base destas redes de reciprocidade e ajuda mútua. É nos trabalhos de Durkheim, em especial na teoria das trocas, que se origina nas ciências sociais a reflexão sobre reciprocidade que, juntamente com a dádiva, são noções a partir das quais se pode compreender a constituição das relações sociais baseadas em significados (RADOMSKY, 2006 p. 78).

A teoria da troca social de Durkheim – e dos autores que se seguiram – incidia fortemente na natureza moral dos atos coletivos, na capacidade de estruturação da ordem social e na geração de formas de solidariedade que dela derivariam. Foi Mauss, no entanto, e ainda segundo Radomsky (Ibid), quem observou que na troca há sempre três momentos que se revertem no princípio da ação recíproca – dar, receber, retribuir. O autor diferencia a dádiva-troca – presentes, bens e símbolos – da troca mercantil, na medida em que associa uma moral, um valor ético, à transação econômica (Ibid, p. 79). Neste sentido, para Mauss as dádivas voltam sempre e a devolução das dádivas é explicada pela força presente na coisa dada, pelo laço espiritual, não existindo assim apenas uma razão material que evoque a necessidade das trocas. A troca, para o autor, não inclui só presentes ou produtos, mas também visitas, festas, comunhões, heranças, ou seja, um sem número de prestações. Deste modo, ela carrega a potencialidade da sociabilidade humana, sobre a qual se fundam a solidariedade, a integração social e as obrigações mútuas. É pela dádiva, então, que as redes se criam e pela renovação das dádivas que a confiança se mantém (Ibid, p. 79).

Assim se constitui o *xitiki*, como uma rede de solidariedade e entreajuda, ajuda essa que não é limitada e está cuidadosamente prescrita, ainda que de modo informal. Ela é de tal modo aceita como natural que a ajuda que se presta hoje pode (e deve) ser solicitada amanhã. O compromisso que se estabelece – consigo e para com o grupo – é a força motora que alimenta o *xitiki*, é o que Mauss descreveu como sendo a obrigação da retribuição, sem a qual estes grupos estariam condenados ao fracasso.

2) OS ESTUDOS SOBRE AS ROSCAS

Práticas como a do *xitiki* são conhecidas, na literatura internacional, como ROSCAs (Rotating Savings and Credit Associations ou Associações Rotativas de Crédito e Poupança), existentes um pouco por todo o mundo⁶, em especial em países africanos e asiáticos. Apresentam variações

⁶ China (*hū*), Japão (*ko*), Vietname (*ho*), Camarões (*djanggi*), Nigéria (*esusu*), Cambodja e África Central (*tontine*), Coreia (*wichin gye*), República Democrática do Congo (*likelembas*), Guiné-Bissau

no que diz respeito à sua designação, têm especificidades e variantes locais, mas possuem em comum as características gerais do seu funcionamento. Este tipo de associação é formado a partir de um núcleo de participantes que fazem contribuições regulares para um fundo que é dado, no seu todo ou em parte, a cada contribuinte, à vez (ARDENER, 1995). Esta definição permite a inclusão de uma ampla variedade de grupos, alguns com estruturas bastante complexas. Exclui, no entanto, instituições de poupança e crédito que não incorporam o princípio da rotação e que incluem juros⁷ (ARDENER, 1995).

Segundo Taniguti (2012), que fez um histórico dos estudos sobre ROSCAs, é possível encontrar, nas décadas de 1920 e de 1930, algumas descrições semelhantes às ROSCAs em registros etnográficos sobre vilas camponesas asiáticas. No entanto, é somente a partir da década de 1950 que começam a surgir, entre os antropólogos, pesquisas totalmente dedicadas ao tema e inseridas em debates acadêmicos mais amplos. Tal é o caso do estudo de Bascom (1952) sobre a prática de *esusu* entre os *Yoruba*, de Ardener (1953) sobre os *Ibo* e de Geertz (1962) sobre os *arisan* de Java. Estes são os principais autores que iniciaram o debate acadêmico sobre as ROSCAs. Ainda segundo Taniguti (2012), foi a partir destes autores que cresceu o interesse sobre as ROSCAs entre cientistas sociais. Uma das características principais das pesquisas seguintes foi a ampliação dos estudos de caso, com a descrição detalhada de experiências ao redor do mundo, principalmente em países asiáticos e africanos. Contudo, por serem pesquisas efetuadas na sua maioria em contextos rurais, as ROSCAs eram vistas como práticas exóticas, específicas de determinados contextos culturais afastados dos grandes centros urbanos. Só mais tarde, com a

(*abota*), Angola (*Kixikila*), México (*tandas*), entre tantos outros. Para uma lista mais completa dos diferentes nomes dados às ROSCAs, acessar <<http://www.gdrc.org/icm/rosca/rosca-names.html>>.

⁷ As ASCAs (Accumulating Savings and Credit Associations) constituem também grupos informais de microfinanças temporalmente limitadas. No entanto, e contrariamente às ROSCAs, existe um membro responsável por gerir um fundo comum, anotar todos os registos e emprestar o dinheiro aos outros membros. Depois de um período pré-acordado (normalmente de 6 a 12 meses), todos os empréstimos têm que ser pagos e o fundo, juntamente com o lucro acumulado, é distribuído pelos membros Rutherford (2000).

divulgação de outras pesquisas, é que este carácter exótico foi sendo posto de lado, com a constatação de que também em contextos urbanos se encontravam estas práticas, para além do facto de elas existirem em todo o mundo.

Em 1962, Geertz publicou um artigo intitulado *The Rotating Credit Association: A "Middle Rung" in Development*, onde descreveu uma prática de poupança e crédito rotativo existente em Modjokuto, na Indonésia, e conhecida como *arisan*. No artigo, o autor faz uma comparação entre os vários tipos de associações deste tipo encontrados em diferentes países asiáticos e africanos. Este foi um dos artigos mais importantes para o início do estudo das ROSCA's⁸, expressão por ele cunhada. Para Geertz, as associações de crédito rotativo são essencialmente um mecanismo através do qual "formas tradicionais de relações sociais são mobilizadas de forma a atender funções económicas não tradicionais" (TANIGUTI, 2012, p. 56). São, ainda segundo o autor, instituições intermediárias que harmonizam padrões económicos agrários com comerciais, que agem como uma ponte entre atitudes camponesas e comerciais em relação ao dinheiro e os seus usos. O interesse por este tipo de associação encontra-se, assim, e ainda segundo Geertz,

na sua habilidade para organizar relações tradicionais de tal forma que elas sejam lenta mas firmemente transformadas em não tradicionais, como uma instituição cujo significado funcional é primeiramente facilitar mudanças sociais e culturais no que diz respeito a problemas e processos económicos (GEERTZ, 1962, p.261, tradução minha).

Nos *arisans*, palavra que significa, literalmente, "ajuda mútua", os encontros são uma festa entre amigos, vizinhos e parentes e este é visto, comumente, não como uma instituição económica, mas sim social, em que o principal propósito é o fortalecimento da solidariedade comunitária. A

⁸ Geertz não foi um pioneiro na dedicação ao estudo destas associações, no entanto o seu artigo teve grande repercussão no meio académico, especialmente entre os antropólogos (TANIGUTI, 2012).

principal atração do *arisan*, diz Geertz, não é o dinheiro que se recebe, mas a criação de uma harmonia comunitária, assim como acontece no caso do *xitiki*. No entanto, e apesar da maior parte dos membros de um *arisan* dizer que os aspectos sociais e cooperativos da instituição são mais importantes que os aspectos econômicos, Geertz refere como estes se têm tornado cada vez mais importantes instituições econômicas, como mecanismos para mobilizar recursos monetários, uma vez que as necessidades monetárias dos camponeses aumentaram. A importância do artigo deve-se ao facto de, segundo Taniguti (2012) citando Ardener (1964) e Low (1995), Geertz ter ampliado qualitativamente os estudos sobre o fenómeno na área das ciências sociais. Trata-se do primeiro estudo comparativo sobre o tema, onde Geertz utiliza dados das associações que analisou entre 1953 e 1954 com relatos e estudos de outras associações deste tipo existentes ao redor do mundo. Para Geertz, este tipo de associação, embora útil num estágio intermediário de desenvolvimento (daí o título do artigo e o uso da expressão *middle rung*), necessariamente desapareceria à medida que instituições financeiras mais desenvolvidas as substituíssem. Ou seja, elas funcionariam como um degrau intermediário no processo de desenvolvimento societário (TANIGUTI, 2012), entre sociedades com uma economia estática e largamente desmonetizada e outras com uma economia dinâmica e largamente monetizada (GEERTZ, 1962). No entanto, e de acordo com Ardener (1995) – antropóloga cujas pesquisas sobre microcrédito e ROSCAs se centram na África Ocidental, mais especificamente nos Camarões – num artigo que escreveu em 1964 onde contesta a ideia de Geertz⁹, enquanto que em alguns lugares as ROSCAs podem se ter tornado menos importantes em relação a outras instituições de crédito, em outros elas espalharam-se e germinaram mais vigorosamente do que nunca. Assim aconteceu em contextos onde outros sistemas de crédito falharam, devido à incapacidade ou falta de vontade dos credores

⁹ Artigo esse reimpresso no livro por ela organizado e intitulado *Money-go-rounds: the importance of rotating savings and credit associations for women* (1995) onde, através de uma série de estudos de caso de vários países, principalmente africanos e asiáticos, examina as ROSCAs de maneira a melhorar a compreensão que por elas se tem, dando especial atenção às atividades das mulheres e à sua importância na tomada de decisões financeiras junto às suas famílias.

para cumprir as suas obrigações. Para Ardener, a ideia de Geertz baseava-se na hipótese de que as ROSCAs eram continuações de uma forma antiga de estilo de vida mais tradicional, comunal, menos estranha e hostil que os bancos. Ainda segundo a autora, é tentador dizer que é em contextos cujo clima econômico é regularmente severo que as ROSCAs se tornam particularmente necessárias. Onde os rendimentos são baixos, onde não existe uma rede de segurança social formal, onde a saúde é precária e uma variedade de calamidades pairam no ar, um sistema de baixo custo como as ROSCAs ajuda a enfrentar os desafios para todos, mas especialmente para os mais empobrecidos.

Mas se as ROSCAs são populares entre os pobres e em condições econômicas instáveis, elas também prosperam em alguns estratos econômicos mais altos. O mesmo se pode dizer em relação à prática do *xitiki*. Apesar de ter as suas origens no meio rural e estar associado a pessoas com baixo poder aquisitivo que, individualmente, não conseguem arcar com certas despesas, tendo por isso que se juntar e apoiar mutuamente, hoje em dia o panorama é diferente. Ao contrário do que Geertz previu em relação aos *arisans*, a prática do *xitiki* continua presente na vida das pessoas, não só das zonas rurais, mas também de centros urbanos, como é o caso da cidade de Maputo. Para além disso, não são só as pessoas com baixo poder aquisitivo que recorrem a esta prática. Parte das pessoas que fazem *xitiki* têm um salário fixo, acesso ao banco e a empréstimos e não deixam por isso de fazer *xitiki*. A existência cada vez maior de instituições financeiras não substituiu a prática do *xitiki*¹⁰. Como bem apontou Ardener (1995), a familiaridade com o sistema bancário não impede o uso dos bancos por membros de ROSCAs, muito pelo contrário, um complementa o outro, podendo estes pagar as suas contribuições em cheque ou transferência bancária¹¹ e, caso não tenham planos imediatos para o dinheiro que recebem, depositam-no no banco. Ardener (1995) refere ainda que, não

¹⁰ É preciso acrescentar que, à exceção de Maputo e algumas outras cidades, grande parte dos moçambicanos não tem acesso às instituições bancárias, por diversas razões (as instituições estão longe dos seus locais de residência, as pessoas não possuem documentos de identificação, entre outros aspectos).

¹¹ O que acontece já com bastante frequência na cidade de Maputo.

só as ROSCAs floresceram hoje em dia, como também proporcionaram o surgimento de novas formas de gestão financeira, como aconteceu na Índia com o estabelecimento de uniões de crédito e o *Grameen Bank*, e também no Gana, com o surgimento dos bancos itinerários nos mercados.

De lá para cá, foram surgindo mais estudos e pesquisas ligadas às associações de poupança e crédito rotativo em todo o mundo, mas com maior ênfase em países africanos, que dão conta da diversidade da prática, não só em termos de tipos encontrados, mas também das suas características mais específicas.

3) O *XITIKI* COMO UM PRÁTICA MAJORITARIAMENTE FEMININA

Conforme foi sendo pincelado ao longo do texto, as mulheres são as maiores organizadoras, dinamizadoras e praticantes do *xitiki*. Este aspecto mostra como elas desempenham um papel importante na provisão de meios de subsistência às suas famílias. Fora do controle dos familiares, mais propriamente do marido, esta é uma prática que possibilita que elas tenham poder de administração do seu dinheiro, podendo fazer planos com o que vão receber, geralmente relacionados com o bem-estar dos filhos e de outros familiares próximos. Ardener (1995) refere que a participação das mulheres neste tipo de prática aumenta a sua própria condição pessoal, pois elas ganham experiência e confiança para levar a cabo projetos maiores.

Analisando as experiências das mulheres com a prática do *xitiki*, é possível compreender mais e melhor as dinâmicas e especificidades a ela relacionadas. É através de pessoas próximas e experientes, nomeadamente familiares, amigos ou colegas de trabalho, que as mulheres se iniciam na prática do *xitiki*. A decisão surge muitas vezes depois de serem convidadas a participar dos encontros mensais ou de reuniões de grupos, onde têm a oportunidade de conhecer os participantes e ver como o grupo se organiza.

As mulheres que fazem *xitiki* participam, normalmente, em mais de um grupo, sendo um deles quase sempre de tipo familiar, envolvendo também amigos próximos e vizinhos. Os valores dos *xitikis* variam

bastante consoante o rendimento de cada mulher ou das suas despesas mensais, que ditam quanto pode ser colocado de parte para o *xitiki*.

O fator econômico é um dos mais frequentes argumentos encontrados nos estudos sobre *xitiki*, em relação às motivações que levam as mulheres a aderirem à prática. No entanto, apesar desta ser a motivação mais perceptível, ela é uma entre uma série de razões complexas. A razão inicial pode ser a necessidade de poupar para a concretização de planos que, individualmente, seriam mais difíceis e demorados de realizar. Tal dificuldade advém da incapacidade de conseguirem poupar por conta própria guardando consigo ou depositando um valor numa conta poupança, pois há sempre a possibilidade de tirar esse dinheiro quando surgem despesas extra. O que não acontece no caso do *xitiki*, uma vez que o dinheiro é entregue a outra pessoa e não pode ser pedido de volta, é necessário esperar a sua vez de receber. Esta é, aliás, uma das principais vantagens do *xitiki* em relação ao sistema bancário e que foi apontada por várias mulheres. Somado a isso, e tendo em conta que, apesar de ter aumentado o número de agências bancárias em todo o país, estas não serem acessíveis à maioria da população, existe ainda uma certa desconfiança em relação aos bancos, o que faz com que as pessoas prefiram fazer poupanças em grupo. Apesar de serem, na sua maioria, usuárias do sistema bancário, poucas mulheres preferem guardar o dinheiro do *xitiki* no banco, pois ao receber já têm planos para ele e, para além disso, existe para a maioria delas uma clara separação do que é dinheiro do salário, do qual é tirado um tanto para as despesas do dia a dia, e dinheiro do *xitiki*. Para além de ser mais fácil poupar com o *xitiki*, a relação que se cria é com um grupo de pessoas e não uma instituição, que sufoca e tem juros. No *xitiki*, cada um contribui para o outro, se ajuda, a relação é mais flexível e não há cobrança de taxas ou juros. Deste modo, segundo elas, os bancos são bons para guardar dinheiro, mas não para pedir crédito.

Somados a isso, a solidariedade, assim como a aproximação entre as pessoas, o convívio, a partilha de problemas, a ajuda a familiares, entre outros, são também motivos apontados pelas mulheres e que as levam a juntarem-se em grupos de *xitiki*. A prática em grupo ajuda também a conter os gastos exagerados, dar conta de despesas extra, empoderar as

mulheres e crescer como empresárias (caso de mulheres que têm pequenos negócios).

O mês em que recebem o dinheiro do *xitiki* é sempre pensado com antecedência e depende dos planos que foram feitos. Os planos podem envolver o consumo de bens e serviços como compras ligadas à casa (como eletrodomésticos e mobília), compra de terrenos e construção ou melhoria/reabilitação das casas. Outros usos dados ao dinheiro são o pagamento de dívidas contraídas, pagamento das mensalidades da escola delas (algumas fazem cursos) e dos filhos, abertura de contas poupança para os filhos e depósitos mensais, viagens, realização de festas de aniversário para os filhos, o reforço das despesas do dia a dia, a compra de presentes mais caros para os filhos, compra de roupa para elas próprias, manutenção do carro, compra de capulanas¹², ajuda na realização de cerimônias familiares e também a familiares em dificuldades.

Os encontros de *xitiki* são espaços de convívio onde se percebe claramente a centralidade das mulheres na dinamização destas práticas. Esta é, aliás, uma característica comum em relação aos grupos encontrados um pouco por todo o mundo. Baseando-se nas suas pesquisas sobre uma prática similar ao *xitiki* chamada *njangi*, dos Camarões, Ardener (1995) afirma que, além de não ser um espaço confortável para os homens, as mulheres temem perder o controle do grupo com a sua presença. A autora refere ainda que os homens consideram difícil trabalhar com as mulheres, pois acham que estão a ser controlados por elas. Penso que, a partir do que pude observar em campo, a participação dos homens é fundamental na sua ausência. Isto significa que eles participam sim, fazendo a sua contribuição e estando presentes em certas ocasiões em que são convocados, mas na maior parte das vezes não estão lá, pois sabem que aquele é um espaço feminino, um momento em que as mulheres aproveitam para resolver uma série de questões que a elas diz respeito, assim como estarem à vontade para dançarem, rirem, conversarem sobre assuntos íntimos, trocarem

¹² Tecido de algodão ou fibra sintética, geralmente estampado e colorido, que as mulheres usam para vários fins, mas principalmente amarrado à cintura, na cabeça ou para carregar os filhos nas costas, acto conhecido como *nenecar* ou *fazer neneca*.

segredos e confidências, se aconselharem, falarem sobre os filhos, sobre os maridos, entre outros.

Neste sentido, os encontros são, como pude observar em campo, momentos de congregação onde claramente as mulheres se sentem à vontade para falar, debater, confessar, aconselhar, beber, rir, comer, dançar, cantar, desabafar umas com as outras, sem a presença dos homens ou de outras pessoas de fora que as inibam. É também um momento de aprendizado, socialização das crianças, sempre presentes desde cedo, troca de experiências, de resolução de conflitos que eventualmente surgem, de discussão de vários assuntos, de esquecer, nem que seja por algumas horas, todos os problemas com que lidam no dia a dia. São, assim, espaços únicos que possibilitam a construção e fortalecimento das relações entre as participantes. O dinheiro cria um tipo de sociabilidade pelo facto de todas dependerem umas das outras dada a obrigatoriedade dos encontros. O compromisso e a reputação de cada participante possibilitam a estabilidade que os grupos necessitam para se manter. Assim, os benefícios sociais e econômicos de tipos de prática como a do *xitiki* se misturam. O econômico sustenta o social, enquanto que o social apoia o econômico. Os benefícios ou recompensas são, assim, simultaneamente materiais e imateriais e aqui reside a sua força (ARDENER, 1995).

Apesar da grande contribuição destas pesquisas para o estudo do *xitiki*, parece-me existir uma divisão entre elas: de um lado, estão as que dão ênfase aos seus aspectos econômicos, mais antigas e, de outro lado, as que focam nos aspectos para além do econômico, mais recentes. Penso ser necessário olhar para o *xitiki* em todos os seus aspectos, econômicos e para além dos econômicos, pois separá-los como se fossem duas características contraditórias ou contrastantes tende a enfraquecer a sua análise.

O *xitiki* é, assim, muito mais do que um sistema de poupança e crédito rotativo, envolve a criação e o estreitamento de relações pessoais, familiares, compromisso, entajuda e solidariedade, entre outros aspectos que são poucas vezes trazidos ao de cima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARDENER, Shirley; BURMAN, Sandra (Ed.). *Money Go-Rounds: The importante of rotating savings and credit associations for women*. Oxford: Berg Publications Limited, 1995. 320 p.
- ARDENER, Shirley. The Social and Economic Significance of the Contributions Club Among a Section of the Southern Ibo. *West African Institute of Social and Economic Research, Annual Conference - Sociology Section*. Ibadan: University College, 1953.
- _____. The Comparative Study of Rotating Credit Associations. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 94 (2), 1964, p. 201-229 apud TANIGUTI, Gustavo T. Crédito entre imigrantes: experiências de tanomoshi-ko no Bairro da Liberdade, São Paulo. In: *The Annual Report: The Study of Nonwritten Cultural Materials*, Kanagawa University, n. 8, p. 56, mar. 2012.
- BASCON, William R. The Esusu: A Credit Institution of the Yoruba. *The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, v. 82, n. 1. p. 63-69, 1952.
- CRUZ E SILVA, Teresa. *A organização dos trabalhadores do sector informal dos mercados de Maputo e sua acção na promoção de melhores condições de vida e de trabalho – O papel da Associação dos Operadores e Trabalhadores do Sector Informal – ASSOTSI*. Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2005. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/assotsi.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- _____. Determinantes Globais e Locais na Emergência de Solidariedades Sociais. O caso do sector informal nas áreas periurbanas da cidade de Maputo. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, out. 2002. p. 75-90. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/1260>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

- CUAMBA, Denise A. *A função social da prática do xitique na cidade de Maputo – o caso do grupo Ntwanano*. 2008. 45 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2008.
- CUNHA, Teresa. A arte de xiticar num mundo de circunstâncias não ideais. Feminismo e descolonização das teorias económicas e contemporâneas. In: Cunha, Teresa et al. (org.) *Ensaio pela democracia. Justiça dignidade e bem-viver*. Porto: Afrontamento, 2011.
- DAVA, Gabriel; LOW, Jan; MATUSSE, Cristina. Mecanismos de ajuda mútua e redes informais de protecção social: estudo de caso das províncias de Gaza e Nampula e a cidade de Maputo. In: *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: 1996-1997*. p. 316-370. Disponível em: <<http://www.ifpri.org/sites/default/files/pubs/portug/pubs/books/ch6.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- DE VLETTTER, Fion. *Microfinance in Mozambique – Achievements, Prospects and Challenges. A report of the Mozambique Microfinance Facility*. The Global Development Research Center, Kobe, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.gdrc.org/icm/country/microfinance-mozambique.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- ESPLING, Margareta. *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: Cases from Urban Mozambique*. Department of Human and Economic Geography, School of Economics and Commercial Law, University of Goteborg, 1999. 271 p.
- FELICIANO, José. *Antropologia Económica dos Thonga do Sul de Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique (AHM), 1998. 474 p.
- FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra: Etnografia de relações de género e violência em grupos populares*. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000. 245 p.

- FRANCISCO, António; PAULO, Margarida. *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul, Instituto de Investigação para o Desenvolvimento José Negrão, 2006. Disponível em: <http://www.iid.org.mz/impacto_da_economia_informal.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- GEERTZ, Clifford. The rotating credit association: a middle “rung” in development. *Economic development and cultural change*, v. 10, n. 3, abr. 1962, p. 241-263. Disponível em: <http://hypergeertz.jku.at/GeertzTexts/Rotating_Credit1.htm>. Acesso em: 17 jun. 2012.
- GEFFRAYS, Christian. *Nem Pai Nem Mãe. Crítica do parentesco: o caso macua*. Coleção Estudos Africanos. Lisboa: Editorial Caminho, 2000. 182 p.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 11-46.
- LOFORTE, Ana. *A produção de identidades étnicas em meio urbano*. s/d. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7045.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- _____. *Gênero e poder entre os Tsonga de Moçambique*. Coleção Identidades. Maputo: Promédia, 2000.
- LOW, Alaine. *A bibliographical survey of rotating savings and credit associations*. Centre for Cross-Cultural Research on Women, University of Oxford, 1995, 65 p. apud TANIGUTI, Gustavo T. Crédito entre imigrantes: experiências de tanomoshi-ko no Bairro da Liberdade, São Paulo. In: *The Annual Report: The Study of Nonwritten Cultural Materials*, Kanagawa University, n. 8, p. 56, mar. 2012.
- MATLAVA, Geraldo A. *Redes de entre-ajuda e relações de reciprocidade: estudo de caso de xitique familiar, praticado por algumas famílias residentes na cidade de Maputo*. 2012. 32 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Antropologia) – Departamento de Arqueologia e Antropologia,

Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2012.

NGUENHA, Ernesto M. *Grupos de xitique: Relações sociais, práticas e significados*. 2010. 38 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Antropologia) – Departamento de Arqueologia e Antropologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2010.

NHANE, Agostinho J. *Dinâmicas do xitique entre vendedores do Mercado 25 de Setembro no Bairro Patrice Lumumba na província de Maputo*. 2013. 36 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Antropologia) - Departamento de Arqueologia e Antropologia, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2013.

QUIVE, Samuel. Sistemas formais e informais de protecção social desenvolvimento em Moçambique. Conference Paper n. 43. In: CONFERÊNCIA IESE, 2, *Dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação económica em Moçambique*. Maputo: IESE, 2009.

RADOMSKY, Guilherme F. W. As redes sociais da economia local: um estudo de caso na Serra Gaúcha. *Perspectiva Econômica*. v. 2, n. 2, jul./dez. 2006, p. 75-107.

RUTHERFORD, Stuart. *The Poor & Their Money: an essay about financial services for poor people*. Delhi: Oxford University Press, 2000. 65 p.

TANIGUTI, Gustavo T. Crédito entre imigrantes: experiências de tanomoshi-ko no Bairro da Liberdade, São Paulo. In: *The Annual Report: The Study of Nonwritten Cultural Materials*, Kanagawa University, n. 8, p. 53-79, mar. 2012.

Submetido em 27/05/2018.

Revisado em 11/11/2018.

Aceito em 13/11/2018.

RESENHA: “GÊNERO E DESIGUALDADES: DESAFIOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL”, DE FLÁVIA BIROLI

Bianca Briguglio¹

O livro *Gênero e Desigualdades: Desafios da Democracia no Brasil*, da professora Flávia Biroli, publicado em 2018 pela Editora Boitempo, apresenta uma síntese de vários temas importantes para o feminismo e que hoje são discutidos tanto em espaços acadêmicos como de militância, tendo como pano de fundo o cenário político brasileiro contemporâneo.

O capítulo inicial tem como propósito levar o leitor a compreender a divisão sexual do trabalho, seus princípios e consequências para a organização social, e a forma como se organiza um sistema de gênero, assim como a imbricação das relações de gênero, classe e raça. Esse pressuposto é fundamental para o raciocínio que a autora desenvolve sobre o trabalho de cuidados, o direito das mulheres ao próprio corpo e a existência de uma verdadeira democracia – seus limites reais.

Já nos anos 1970, o movimento feminista revolucionou o mundo do trabalho ao trazer a atividade doméstica, realizada em nome do amor e do cuidado com a família, para o centro do debate, denunciando que se tratava de uma ocupação exclusivamente desempenhada por mulheres, que muitas vezes não tinham condição para realizar trabalho profissional em função da quantidade de tarefas “invisíveis” do lar. De lá para cá, muitas barreiras caíram e cada vez mais as mulheres ocupam espaços

¹ Doutoranda em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da mesma universidade. Pesquisa relações de gênero e trabalho, divisão sexual do trabalho e desigualdades entre homens e mulheres.

no mercado de trabalho profissional, inclusive em atividades que eram tradicionalmente masculinas. Entretanto, o trabalho doméstico continua sendo uma responsabilidade eminentemente feminina e constitui uma questão social fundamental.

A autora enfatiza a significativa separação entre as mulheres, considerando as relações de classe e raça, que aprofundam os desafios dos feminismos ao contemplar as desigualdades colocadas para as mulheres em relação aos homens, mas também entre as próprias mulheres. A divisão desigual do trabalho doméstico, que continua a recair com muito mais peso sobre as mulheres, torna-se um obstáculo ainda maior para as negras e mais pobres, na medida em que a terceirização desse trabalho é mais difícil, e sobretudo quando são elas que realizam esse trabalho profissionalmente em outros lares. No Brasil, principalmente a partir da PEC 72/2013 (vulgarmente conhecido como PEC das Domésticas), a discussão se ampliou, e somente em 2015 as empregadas domésticas conquistaram o direito de fazer parte do conjunto de trabalhadores, gozando dos mesmos direitos que todos os outros.

Ao discutir a família e maternidade, Flávia Biroli contrapõe-se constantemente ao discurso conservador e antifeminista de valorização da família, como esse espaço nuclear naturalizado, de papéis sociais masculino e feminino muito bem definidos, o que é urgente nos dias de hoje. Cada vez mais, esse discurso ganha força, social e politicamente, para além dos grupos religiosos, não apenas do ponto de vista da retórica, e sua crítica é fundamental.

A ideia de “escolha” é questionada pela autora em diversos momentos, o que possibilita levar a discussão para além dos muros da universidade. Trata-se de um argumento que ainda é muito comum, principalmente para pessoas que não estão familiarizadas com os debates do feminismo. A ideia de que arranjos familiares, trabalho doméstico, maternidade, cuidado de crianças, idosos ou pessoas que necessitam de atenção são resultados de uma escolha individual, consciente, feita pela mulher, ainda que condicionada pelas circunstâncias, é equivocada e também perversa - o que Flávia Biroli desmistifica repetidas vezes em seu livro. As condições em que são realizadas as “escolhas”, principalmente

a forma como se imbricam relações de poder na nossa sociedade, criam limites e circunscrevem determinados grupos, principalmente as mulheres negras, a determinados espaços e papéis sociais, onde não é justo falar em termos de escolhas individuais.

Esse ponto é ainda mais relevante no quarto capítulo, sobre o direito ao corpo e autonomia das mulheres, e a polêmica em torno do aborto no Brasil. Esse é o assunto que está na mira de diversos grupos conservadores e tem mobilizado um movimento em direção à restrição de direitos das mulheres e pessoas LGBT em diversos países ao redor do globo. Biroli tem o cuidado de descrever uma série de interesses e disputas políticas que estão em jogo, observando as diferenças entre os países do Hemisfério Norte (principalmente os Estados Unidos) e o contexto latino-americano. Ela também procura diferenciar os grupos conservadores que atuam com uma agenda bem clara contra o aborto e os direitos sexuais e reprodutivos, especialmente aqueles ligados às igrejas e frentes religiosas, que no Brasil vêm ganhando mais força conforme defendem o que aparenta ser uma agenda moral, mas que, na verdade, contém interesses econômicos e políticos de manutenção de privilégios.

Seria enriquecedor para o trabalho uma reflexão sobre o porquê da força desses grupos ligados a igrejas nos espaços políticos e no próprio Congresso Nacional, ainda mais considerando a temática da democracia. Principalmente nas periferias das grandes metrópoles brasileiras e de zonas rurais (mas não apenas), as igrejas atuam cada vez mais no sentido de fortalecer um sentimento de comunidade ao acolher as pessoas que passam por dificuldades, sejam financeiras, familiares ou de outras naturezas. Em um ambiente bastante desolador, em que os serviços e equipamentos públicos são ruins, em que o Estado é omisso e violento, em que os partidos políticos são ausentes e política é “assunto que não se discute”, as igrejas se constituem espaços fundamentais de convivência, acolhimento, elaboração de um propósito e sentido de vida. Essa força se revela principalmente diante da capacidade que as lideranças das igrejas demonstram em mobilizar votos em períodos eleitorais, muito embora sua atuação e os interesses que defendem estejam muito longe dos seus eleitores.

O uso do tempo é um tema que percorre todos os capítulos do livro. É uma questão central para compreender como homens e mulheres atuam na sociedade, e nesse sentido, a divisão sexual do trabalho nos oferece uma explicação profícua sobre como as relações de gênero, classe e raça concorrem para determinar espaços sociais. A questão final do livro, a participação democrática, entretanto, traz um rico histórico do movimento feminista no Brasil, considerando os movimentos de mulheres antes, durante e depois da ditadura militar, observando as nuances do enfrentamento do machismo e misoginia na sociedade, nos movimentos e no Estado. Mas deixa de retomar a questão a partir dessa perspectiva: afinal, quem tem tempo de fazer política?

A pretensão da autora parece ser a de sistematizar uma série de debates fundamentais para o feminismo e a discussão de gênero na atualidade, principalmente no campo acadêmico, mas não apenas, a partir de bibliografia majoritariamente francesa e anglófona, além da brasileira. Levantando questões caras ao feminismo e promovendo um percurso intelectual de síntese, a autora nos permite conhecer de forma objetiva como se construíram determinados debates e como o feminismo chegou a alguns consensos. Mesmo em seus trabalhos anteriores, como “Feminismo e Política” (2014) – escrito com Luís Felipe Miguel, e “Autonomia e Desigualdades de Gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática” (2013), Flávia Biroli já pensava para além dos conceitos e o campo limitado que eles inscrevem, mas as relações entre eles e o movimento real da transformação no cotidiano.

O texto tem um tom altamente pedagógico. A autora navega pelos temas do feminismo e a imbricada rede em que autoras se aproximam e se distanciam, promovendo acalorados debates e permitindo a(o) leitor(a) um caminho claro por onde seguir, caso pretenda aprofundar alguns temas ou perseguir determinadas discussões. A questão pedagógica do texto se torna ainda mais patente a partir de uma série de vídeos com a própria autora, realizados pela Boitempo, nos quais ela discute os assuntos abordados no livro.

Dividido em cinco capítulos, o livro abrange os desafios que se colocam para as mulheres brasileiras neste momento. A participação

política delas parece ser o horizonte da obra, mas a verdadeira riqueza do livro está no caminho traçado pela autora até chegar ao tema principal, que são as desigualdades sociais de gênero que implicam na participação política das mulheres. O percurso começa com o capítulo dedicado à divisão sexual do trabalho. Esta representa uma grande batalha que as feministas lutam há muitos anos, mas em que ainda há muito por fazer. O capítulo seguinte faz reflexões especificamente sobre os trabalhos de cuidado e responsabilidades, essa dimensão fundamental da divisão sexual do trabalho, que constitui um tema relativamente novo em instituições acadêmicas e quase inédito nos movimentos sociais.

O terceiro capítulo se concentra na questão da família e da maternidade, a partir do pressuposto de que a família é uma construção social localizada na história, e não um dado da natureza, ou seja, não existem famílias naturais e famílias não naturais. Trata-se de um argumento central para o debate hoje, principalmente na arena política. O quarto capítulo, “Aborto, sexualidade e autonomia”, aborda discussões polêmicas e fundamentais que tem balizado a atuação de diversos grupos políticos conservadores nas instâncias de poder no Brasil. Finalmente, o livro termina com uma reflexão sobre “Feminismos e atuação política”.

Este é um trabalho importante e pode ser uma poderosa ferramenta, em especial para alguém que está começando a se informar ou pesquisar as relações de gênero. A proposta da autora em tornar a discussão clara, mais do que postular ou comprovar teorias, torna esta obra fundamental para os/as pesquisadores/as da área.

O livro discute o momento presente, o que é em si um grande desafio. Apoiar-se em bibliografia e estudos muito recentes e atuais, que conferem um ritmo dinâmico ao texto, com riqueza descritiva. O diálogo constante que a autora estabelece com a atualidade brasileira, inclusive sua opção política de discutir recentes transformações a partir do golpe parlamentar de 2016, que depôs a presidenta eleita, Dilma Rousseff, evidencia o campo político no qual ela se insere e nos permite refletir sobre recentes mudanças, algumas das quais ainda em curso. Sua análise revela um movimento perverso em que questões que foram politizadas e discutidas publicamente passam a ser tratadas como questões privadas

e individuais, o que vai na contramão de quase 60 anos de movimentos feministas no Brasil, mas em consonância com o “adensamento da lógica econômica neoliberal” (p.204) que vem se consolidando desde o golpe de 2016.

Submetido em 19/05/2018.

Revisado em 20/06/2018.

Aceito em 06/08/2018.

A EMERGÊNCIA DO CAPITALISMO E AS MULHERES – UMA CRÍTICA FEMINISTA MARXISTA

Priscila Von Dietrich¹
Cecília Severo²

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017, 464 p.

“Fortuna, Imperatriz do Mundo
Ó Fortuna / és como a Lua / mutável, / sempre
aumentas e diminuis; / a detestável vida / ore escurece
/ e ora clareia / por brincadeira a mente; / miséria, /
poder, / ela os funde como gelo.” (Carmina Burana)³

No século XIV, pelas paredes de tavernas e oficinas, encontrava-se grafado o símbolo da Roda da Fortuna, um anúncio sobre a mudança dos ventos (FEDERICI, 2017, p. 98). Era uma época de revoltas: Inglaterra, França, Itália, emergiam revoluções camponesas por todos os cantos do continente europeu. Costuma-se, na historiografia corrente, aquela dos

¹ Graduada em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: priscila.dietrich@gmail.com

² Mestranda em Sociologia e Graduada em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: severo.cecilia@gmail.com

³ “O manuscrito de os Carmina Burana, datado de 1230 e publicado pela primeira vez em 1847, contém canções, na sua maioria profanas” (p. 4), seus escritos são atribuídos a ordem dos goliardos, grupos desertantes de mosteiros, que vagavam na cidade cultuando uma vida boêmia, de valorização do momento presente. Para mais informações ver Guimarães, (2013).

livros escolares, desdenhar-se a Idade Média como Idade das Trevas, aquilo que aconteceu entre a glamourosa Antiguidade Grego-Romana e a fantástica Modernidade. Esse período que seria dominado pela Igreja Católica, por crenças pueris, sem grandes acontecimentos, fechados em feudos e mosteiros. Porém, o que nos mostra Silvia Federici é exatamente o oposto: longe de um marasmo completo, a Idade Média consistiu em um transcurso de conflitos, de efervescência política e cultural, e antes de resistência do que de passiva servidão. No livro “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, a autora retoma o período de ascensão e consolidação do capitalismo e, assumindo uma postura crítica às teses de Karl Marx e Michel Foucault, busca responder à pergunta: onde estavam as mulheres e qual a participação e o papel que tiveram nesse processo?

Publicado originalmente em inglês, em 2004, lançado no Brasil em 2017 pela editora Elefante, com tradução pelo Coletivo Syncorax, em 2016, o livro é resultado de três décadas de pesquisa e vida da autora. Em 1984, publicou com Leopoldina Fortunati⁴ o livro “*Il Grande Calibano. Storia del corpo social ribelle nella prima fase del capitale*” [O grande Calibã: história do corpo social rebelde na primeira fase do capital] (Franco Agnelli, 1984), onde já aponta as continuidades e rupturas tanto com Marx e quanto com Foucault (FEDERICI; FORTUNATI, 1984, p. 19) no que diz respeito à domesticação do corpo para o trabalho através do uso paulatino da violência, definido pelos dois autores como restritos a um espaço-tempo. No livro escrito com Fortunati, as autoras apontam que a cada crise do capitalismo, que culminou na elevação do potencial de exploração e acumulação do sistema, um mesmo processo se repetia: o cercamento de um comum (FREDERICI; FORNUTATI, 1984). Entre esse trabalho e o Calibã e a Bruxa, cabe destacar a passagem de Federici pela Nigéria e sua participação no *Committee for Academic Freedom in Africa*

⁴ Atualmente professora e pesquisadora na Universidade de Udine (Itália), é socióloga e teórica feminista. Possui vasta produção científica na área, porém sem tradução para o português - o que inclui a obra escrita conjuntamente com Federici. Foi parte da autonomia operária italiana, movimento pós-operaísta, através dos grupos Potere Operaio e Lotta Femminista.

(CAFA)⁵. No prefácio à edição estadunidense, a autora descreve como os anos de experiência na Nigéria, tendo testemunhado a ação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial naquele país, foram essenciais para consolidar seu posicionamento crítico.

No *Calibã e a Bruxa*, contudo, Federici se debruça em como as mulheres foram tomadas como comum e como esse movimento, deixado de lado em outras análises do mesmo processo, tem uma importância radical para tornar possível a instauração do capitalismo. Cabe salientar a maestria da autora ao nos conduzir nas intempéries de histórias outras que não nos foram contadas. Apesar de ser uma leitura densa, é ao mesmo tempo prazerosa e cujo esmero na sua produção transborda as palavras escritas. Exatamente por tratar-se de um tema cuja dificuldade de pesquisa é grande, pela falta de fontes e pelo comprometimento ideológico dos registros, é admirável o esforço feito na coleta de dados, percebido pela extensão das referências contidas na obra, bem como o cuidado com próximos estudos, exatamente por se esforçar em apontar caminhos por onde se pode encontrar dados a respeito.

A organização do livro é tal que cada um dos cinco capítulos tem um fechamento em si mesmo. No primeiro, a autora expõe a base argumentativa sobre a qual o livro irá se erguer. Destaca-se a perseguição aos hereges que antecedeu o período de caça às bruxas propriamente dito, como esses mesmos movimentos tiveram influência na articulação das revoltas camponesas, bem como sobre a perseguição dos revoltosos e especialmente das bruxas. O segundo capítulo entra na questão da acumulação primitiva e a relação com o trabalho e a degradação das mulheres. A mulher como ser social e político, que tinha seus próprios círculos (como quando as mulheres se reuniam para lavar as roupas), e que depois foi restringida ao ambiente privado, doméstico, deixa de ser sujeito para se tornar reprodução da mercadoria mais preciosa, pois é a

⁵ Publicação entre 1991 e 2003 de pesquisadoras e pesquisadores que atuavam nos Estados Unidos e na África. Eles buscavam chamar atenção ao comprometimento da liberdade de saber na África e divulgar e dialogar com a produção científica africana. Edições disponíveis em: <<http://ns210054.ovh.net/library/newsletters-committee-academic-freedom-africa-1991-2003>> Acesso em: 20/05/2018.

única capaz de gerar mais-valor: a força de trabalho. No terceiro capítulo, com apenas uma sessão, a autora retoma a questão da domesticação do corpo rebelde, discutida no livro com Fortunati, acima citado. Aqui o mais importante é pontuar como o controle da sexualidade e disciplinamento dos corpos não é um processo que se forja no século XVIII, mas sim é o resultado de processos que tiveram início nos séculos XIII e XIV, com a perseguição dos hereges, colonização, escravidão e caça às bruxas. No quarto capítulo, o objetivo é explicitar as relações entre a caça às bruxas na Europa e a consolidação do capitalismo. Por fim, no quinto e último capítulo, a autora demonstra como a colonização também está integrada nessa rede de relações e são mecanismos que se reinventam a cada crise e expansão do capital.

Na versão hegemônica da história, a caça às bruxas é usualmente colocada como se fosse uma prática medieval, resquício de uma mentalidade atrelada aos dogmas católicos, característica dessa época. Porém, o que Federici nos mostra é que a caça às bruxas é um fenômeno que marca a passagem para a modernidade, e que está intimamente atrelada ao Iluminismo e Humanismo, inclusive na figura de seus principais teóricos:

Neste ‘século de gênios’ — Bacon, Kepler, Galileu, Shakespeare, Pascal, Descartes — que foi testemunho do triunfo da revolução copernicana, do nascimento da ciência moderna e do desenvolvimento do racionalismo científico, a bruxaria tornou-se um dos temas de debate favoritos das elites intelectuais europeias. (FEDERICI, 2017, p. 301).

Mas, afinal, por que a magia seria tão incongruente com o capitalismo? Pois o pensamento mágico, bem como os saberes femininos, ligados à observação empírica da terra e de seus ciclos, assim como os ciclos do próprio corpo da mulher, têm em si uma lógica própria de causa e efeito que vai de encontro ao pensamento racionalista característico do espírito capitalista. A imprevisibilidade dos acontecimentos, interpretada como “expressão de um poder oculto” (FREDERICI, 2017, p. 312), era subversiva ao princípio da responsabilidade individual imposta pela nova lógica.

O privilégio do domínio de determinadas pessoas, em sua maioria mulheres, sobre os elementos da natureza, permitindo seu controle sobre a reprodução, a cura, a abundância, etc. era interpretado como rejeição ao trabalho e insubordinação, caracterizando a resistência às novas formas de poder. Desencantar esse conjunto de crenças e simpatias era necessário para permitir a acumulação através da exploração do trabalho. A magia explica fartura e escassez a partir de ciclos ou sorte, enquanto no espírito capitalista, a fartura vem do trabalho árduo dentro de uma lógica racionalista.

Da mesma forma, a escravidão é colocada como se fosse residual de um passado tenebroso e que teria sido preciso terminar com ela para que trabalhadores livres vendessem sua força de trabalho e pagassem pelos meios de vida. Entretanto, esse processo de liberação dos trabalhadores só foi possível na Europa ocidental através da escravização e colonização que estavam em curso na Ásia, África e nas Américas. Em *Calibã e a Bruxa*, a autora reflete sobre o fato de que essas práticas não se restringem aos séculos XVIII ou XIX, mas são observados ainda nos dias atuais. Para a expansão do sistema capitalista, é preciso que se anteceda a destituição do poder das mulheres, de forma a anular o vínculo com a terra e submetê-las à esfera privada e doméstica. Somente assim seria possível que as estruturas estatal e patriarcal tomassem forma através da negociação direta com o homem assalariado, o trabalhador livre. Não seria, portanto, por acaso que ainda na década de 1990 haja registros de caça às bruxas em regiões da África e América Latina.

Para a autora, Marx faz sua pesquisa focando no homem proletário e assim vê que o desenvolvimento capitalista ampliaria a produção a ponto de tornar possível “liberar a humanidade da escassez e da necessidade” (MARX, [1867] 1909, apud FEDERICI, 2017, p. 27) e a violência restrita ao período da acumulação primitiva, que, em sua ideia, foi uma fase de transição necessária, na qual se consolidou a classe de trabalhadores livres. A evolução do capitalismo se daria, porém, “por meio do funcionamento das leis econômicas” (FREDERICI, 2017, p. 27). Todavia, segundo a autora, “Marx nunca poderia ter suposto que o capitalismo preparava o caminho para a libertação humana se tivesse olhado sua história do ponto

de vista das mulheres.” (FREDERICI, 2017, p. 27) Ela sustenta ainda que “a perseguição às bruxas [...] foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FREDERICI, 2017, p. 26). A acumulação primitiva, responsável pela formação de um proletariado mundial, não foi somente “a expropriação dos meios de subsistência dos trabalhadores europeus”, mas também “a escravização dos povos originários da América e da África” (FREDERICI, 2017, p. 119). A constituição de hierarquias sobre gênero, raça e idade culminaram na formação do proletariado moderno. Através destas fragmentações e, especialmente, daquela entre homens e mulheres, foi que o capitalismo permitiu a criação de “novas formas de escravidão mais brutais e traiçoeiras” (FREDERICI, 2017, p. 119) capazes de intensificar e ocultar a exploração.

Segundo Federici, Marx entenderia a acumulação primitiva, a consolidação das classes e o desenvolvimento capitalista como etapa necessária para que um dia a humanidade chegasse a um futuro igualitário, e é precisamente aí que repousaria certa ruptura da autora com a teoria marxiana. Federici não enxerga “a acumulação capitalista como libertação do trabalhador, mulher ou homem” ou “a chegada do capitalismo como um momento de progresso histórico” (FREDERICI, 2017, p. 119). Analisando a partir da perspectiva das mulheres como sujeitos de luta, e valendo-se da hipótese operaísta⁶ – para a qual a luta antecede o capital e não o contrário –, o capitalismo se constitui a partir de uma forte investida por parte de articulação das classes dominantes, Igreja e Estado, de repressão aos movimentos campesinos críticos ao sistema feudal.

Gilles Dauvé⁷, em uma resenha do *Calibã e a Bruxa*⁸, coloca Federici contra Marx. O filósofo critica Federici pela exacerbada feminização do marxismo (DAUVÉ, 2015, p. 4). Segundo ele, ao revisar a teoria de

⁶ Para uma breve introdução ao Operaísmo, ver Cocco (2013, p. 39-46).

⁷ Filósofo e teórico político francês, que também escreve sob o pseudônimo de Jean Barrot.

⁸ O texto foi publicado originalmente em francês em 2015. Disponível em: <<https://dtd21.noblogs.org/files/2015/10/Federici-contre-Marx.-GD.-octobre-2015.pdf>> Acesso em: 27/8/2018. Tradução para o inglês em 2016, disponível em: <<http://ns210054.ovh.net/library/federici-versus-marx-gilles-dauv%C3%A9>> Acesso em: 27/08/2018.

acumulação primitiva, o que a autora acaba por fazer é propor uma outra teoria de capitalismo, que seria totalmente diferente da proposta por Marx. Ele entende que ao colocar o trabalho feminino, a escravidão e o colonialismo como também condições *sine qua non* para a acumulação de capital, tirando o protagonismo do proletariado, a autora estaria em desacordo sobre a luta de classes como motor da história. Porém, para Federici, não se trata de retaliar a teoria de classes, mas de somar a noção de mulher como sujeito de luta, como classe em disputa.

Os processos de disciplinamento da classe trabalhadora através da transformação do corpo em máquina de trabalho e, no caso das mulheres, sua sujeição para o trabalho reprodutivo, foram essenciais no processo de consolidação das relações capitalistas e, principalmente, na acumulação de trabalho não pago. Dessa forma, a autora critica Foucault por considerar biopoder como algo “novo” no capitalismo:

A análise de Foucault sobre as técnicas de poder e as disciplinas a que o corpo se sujeitou ignora o processo de reprodução, funde as histórias feminina e masculina num todo indiferenciado e se desinteressa pelo “disciplinamento” das mulheres, a tal ponto que nunca menciona um dos ataques mais monstruosos perpetrados na Era Moderna contra o corpo: a caça às bruxas. (FREDERICI, 2017, p. 19).

O extermínio das bruxas se insere neste contexto como meio utilizado para que se destruísse o poder das mulheres. Ainda sobre a questão do domínio sobre o corpo, Federici coloca como objetivo do livro denunciar o apagamento da teoria feminista em curso ao referenciar apenas a teoria foucaultiana como descoberta do corpo como *locus* do poder (FREDERICI, 2017, p. 32). Foucault e demais teóricos pós-estruturalistas ao criticar as feministas que reivindicavam o corpo como “essencialismo”, pois os mesmos “rejeitam como ilusório qualquer chamamento à liberação dos instintos” (FREDERICI, 2017, p. 33), não levam em consideração a produtividade material do trabalho reprodutivo, que está materialmente,

intrinsecamente atrelada ao corpo da mulher. Não se trata de reivindicar uma essência instintiva, mas literalmente os corpos femininos, a autonomia sobre nossos corpos. Por fim, Federici critica ainda a teoria da sexualidade proposta por Foucault.

Em nenhum outro lugar a ‘explosão discursiva’ sobre o sexo, que Foucault detectou nessa época, foi exibida com maior contundência do que nas câmaras de tortura da caça às bruxas. Mas isso não teve nada a ver com a excitação mútua que Foucault imaginava fluindo entre a mulher e seu confessor. (FREDERICI, 2017, p. 344).

A tese de Foucault, de que a falação sobre sexo era como uma válvula de escape à repressão sexual, não confere se pensamos em corpos femininos: nesse caso, a discursividade sobre sexualidade estava a serviço da repressão.

Em outro momento, a discussão sobre o cercamento das terras comunais foi colocada como ponto de virada no processo de consolidação do capitalismo para Marx. Com o cercamento dos comuns⁹, as mulheres foram mais afetadas, uma vez que perderam o acesso aos seus meios de subsistência, obrigando-as a depender de homens para intermediar sua existência social. Expulsas do campo, num primeiro momento tiveram maior autonomia na cidade, trabalhando em ofícios urbanos e morando em casas coletivas, porém, com a Peste Negra e a baixa populacional, por um lado, houve uma valorização grande da força de trabalho, e a classe trabalhadora gozou de grande poder de negociação. No livro, a autora traz uma análise econômica visando demonstrar, a partir desses dados, a

⁹ Tema que atravessa todo o livro, se não toda a obra de Federici, é a questão do Comum. Por escolha da tradução, comum foi ora traduzido como terras comunais, ora traduzido como comum, comuns, bens comuns, etc. (FREDERICI, 2017, p. 50). A escolha pela fluidez da escrita é justificada, porém trata-se de um conceito específico e central na produção da autora. Para uma síntese do posicionamento da autora em relação ao tema, ver o artigo “O feminismo e as políticas do comum” (2014), onde realiza um apanhado geral da discussão até o momento, passando pelos comuns globais do Banco Mundial até o tensionamento sobre os comuns ou o comum (*commons* ou *common*), situando o debate no norte e sul global.

qualidade de vida possível naquele momento. Por outro, contudo, acentua-se o processo de perseguição de práticas abortivas e de infanticídio e de saberes contraceptivos.

O Estado, que vinha se constituindo nesse processo, via alianças entre baixa nobreza e alta burguesia, promove então bordéis municipais, as vistas grossas para casos de violência contra mulher, estupro coletivo. Assim, um abismo no meio da classe trabalhadora se abre, e aquele que outrora fora nosso companheiro, era agora nosso algoz. Trazer o inimigo para dentro de casa (como ter certeza que a mulher que te deitas não é uma bruxa? como confiar que o homem que dorme ao lado não irá te expor caso use uma erva diferente na comida?) foi a estratégia de desarticulação de consciência de classe que desestabiliza a luta em curso contra o capitalismo, e que ainda nos dias de hoje ao não dar conta dessas questões se coloca como um obstáculo para tal.

Apesar de se tratar de um livro histórico, essa é uma história do presente. Federici se define como feminista marxista autonomista e se dedicou a pesquisar movimentos autonomistas mundo afora pela última década. Seja na agricultura de subsistência de hoje na África, seja nas ilhas do Caribe lutando contra a escravidão séculos atrás, seja nos movimentos pela reforma agrária e demarcação de terras no Brasil, temos mulheres trabalhando arduamente, direto com a Terra, e contra o Império. Citando o estudo de Ruth Behar (1987) sobre comunidades no México no século XVIII, a autora descreve as trocas entre mulheres indígenas, negras, espanholas, *metizas*, *coyotas*, *mulattas* na composição de um “universo feminino multicolorido” (BEHAR, 1987, apud, FEDERICI, 2017, p. 219) de saberes populares possível a partir de sua experiência comum, para além de diferenças de língua, fronteiras coloniais ou cores. Existe algo radicalmente potente e anticapitalista na luta das mulheres. Nesse sentido, *Calibã e a Bruxa* não é um livro pessimista, pelo contrário, é um livro que evoca força e firmeza na luta. Trata-se de uma leitura imprescindível e urgente para repensarmos os processos de consolidação do capitalismo, mas mais importante, de resistência e alternativa a esse sistema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEHAR, Ruth. Sex and Sin: Witchcraft and Devil in Late-Colonial Mexico. In: *American Ethnologist*, vol. 14, n.º 1, p. 34-54, 1987.
- COCCO, Giuseppe. 'Introdução'. In: LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial: Formas de vida e produção de subjetividade*. Tradução de Monica de Jesus Cesar. 2ª ed., Rio de Janeiro: Lamparina, p. 32-46, 2013.
- DAUVÉ, Gilles. 'Federici versus Marx'. Disponível em: <<https://ddt21.noblogs.org/files/2015/10/Federici-contre-Marx.-GD.-octobre-2015.pdf>>. Acesso em 27/08/2018.
- FEDERICI, Silvia; FORTUNATI, Leopoldina. *Il Grande Calibano*. Storia del corpa sociale ribelle nella prima fase del capitale. Milão: Franco Angeli Editore, 1984.
- FEDERICI, Silvia. *Caliban and the witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. Nova Iorque: Autonomedia, 2004. Disponível em: <<https://libcom.org/files/Caliban%20and%20the%20Witch.pdf>>. Acesso em 28/04/2018.
- _____. *Calibán y la bruja: Mujeres, Cuerpo y Acumulación originaria*. Madri: Traficante de Sueños. 2010. Disponível em: <<https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Caliban%20y%20la%20bruja-TdS.pdf>>. Acesso em 20/05/2018.
- _____. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- _____. 'O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva'. In: FEDERICI, Silvia. *Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Tradução: Luiza Mançano. Madri: Traficantes de Sueños, 2013.

- GUIMARÃES, Maria da Conceição Oliveira. Os Carmina Burana: entre o cântico dos cânticos de Salomão e a cantata de Carl Orff. *Revista Graphos Estudos Medievais*. v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/graphos/article/view/16317/9346>>. Acesso em 16/05/2018.
- MARX, Karl. *Capital*. A Critique of Political Economy (vols. 1 e 3). Chicago: Charles H. Kerr & Company, [1867] 1909. [ed. bras.: O capital. Bauru: EDIPRO, 2008].

Submetido em 25 de maio de 2018.

Aprovado em 08 de agosto de 2018.

